



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

VERÔNICA MARIA RUFINO DE SOUSA

**JORNALISMO INVESTIGATIVO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: caracterização e
efeitos em reportagens investigativas**

Recife-PE

2025

VERÔNICA MARIA RUFINO DE SOUSA

**JORNALISMO INVESTIGATIVO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: caracterização e
efeitos em reportagens investigativas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Comunicação. Área de concentração: Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha

Recife-PE

2025

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Sousa, Verônica Maria Rufino de.

Jornalismo investigativo e participação cidadã: caracterização e efeitos em reportagens investigativas / Verônica Maria Rufino de Sousa. - Recife, 2025.

137f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2025.

Orientação: Heitor Costa Lima da Rocha.

Inclui referências e apêndices.

1. Jornalismo investigativo; 2. Participação; 3. Cidadania. I. Rocha, Heitor Costa Lima da. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

VERÔNICA MARIA RUFINO DE SOUSA

**JORNALISMO INVESTIGATIVO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: caracterização e
efeitos em reportagens investigativas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Comunicação. Área de concentração: Comunicação.

Aprovado em: _28_/_11_/_2025_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof^a. Dr^a. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof^a. Dr^a. Carolina Dantas de Figueiredo (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. João Carlos Correia (Examinador Externo)
Universidade da Beira Interior

Prof^a. Dr^a. Sandra Regina Moura (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

À Maria de Lourdes Rufino, para que, onde estiver, tenha a certeza de que todas as latas de água carregadas na cabeça por ela para educar seus filhos valeram a pena.

AGRADECIMENTOS

A trajetória de um doutorado nunca é solitária. A minha começou por meio do exemplo de pessoas que, apesar de analfabetas, encaravam o papel da educação como essencial. Foi sabendo das histórias de vida deles que eu aprendi que o estudo é o único meio de crescimento, para além da vida profissional. Em meio a um contexto de pobreza, no Sertão, meus avós (em especial Maria de Lourdes Rufino e José Pedro Sobrinho) nunca abriram mão de proporcionar e priorizar a educação dos meus pais. Acredito que esse foi o maior legado deixado por eles a seu Pedro e dona Vilani. Esse legado foi transmitido com maestria a mim e a minhas irmãs através de cada gesto de amor, incentivo, apoio e paciência. A eles, não devo apenas o dom da vida, mas tudo que sou hoje!

Caminhar guiada por referências do jornalismo foi um diferencial nessa jornada. Durante esses quatro anos, tive o privilégio de aprofundar meus conhecimentos ao lado do professor Heitor Rocha. Professor, sua orientação firme (e ao mesmo tempo acolhedora), sua paciência e dedicação foram essenciais para a construção deste trabalho e para o meu amadurecimento acadêmico. Foi uma honra ter tido a oportunidade de aprender com você. Obrigada por tudo e por tanto! Ao lado de Heitor, destaco a professora Sandra Moura, que despertou em mim o amor ao jornalismo investigativo ainda na graduação da UFPB. Sandra, a culpa disso tudo é sua! Estendo os agradecimentos aos professores João Carlos Correia, Carolina Dantas, Isaltina Gomes e Giovana Mesquita pela generosidade intelectual, pela leitura atenta e pelo diálogo construtivo, que enriqueceram este momento tão significativo.

É impossível não lembrar daqueles que, mais que colegas de curso, viraram amigos para toda vida: Danielly Bezerra, Juliana Ângela, Thiago Diniz, Adriano Pádua e “meu povo do Piauí”. A parceria de vocês fez toda a diferença! Amigos de longa data, que nunca me deixaram perder o réu primário ou enlouquecer em meio ao caos, obrigada também!

Por fim, agradeço aos jornalistas dos portais *The Intercept* Brasil, O Estado de S. Paulo e Marco Zero que compartilharam seu tempo, experiências e reflexões, ajudando a ampliar os debates sobre a prática do jornalismo investigativo no nosso país.

Incluir não é só trazer para perto, mas também respeitar e crescer junto com o outro.

Jurgen Habermas (1996)

RESUMO

A partir de uma discussão teórica que engloba o processo de produção jornalístico, conforme a teoria do *newsmaking* e sob uma perspectiva construtivista, essa pesquisa teve como propósito a compreensão sobre a participação cidadã na elaboração de reportagens investigativas, diante das especificidades dessa modalidade jornalística e do contexto de maior interatividade e convergência midiática evidenciadas com a popularização da internet e das redes sociais digitais. Para isso, analisamos reportagens investigativas publicadas no ano de 2022 e realizamos entrevistas semiestruturadas com jornalistas dos seguintes portais: O Estado de S. Paulo (pertencente ao Grupo Estado, um dos mais antigos grupos de comunicação do país), *The Intercept* Brasil (versão do *The Intercept* lançada no país em 2016, considerada independente e atuando com foco investigações e análises sobre questões políticas, econômicas, sociais e culturais) e a organização da sociedade civil sem fins lucrativos Marco Zero Conteúdo, fundada em 2014, no Recife. Como principais características dessa participação cidadã destacamos sua frequente ocorrência na fase de Pesquisa, ou seja, momento em que o jornalista recorre às fontes para fundamentar a sua reportagem; e na forma indireta, sendo o cidadão coadjuvante no processo de produção desse tipo de reportagem. Diagnosticamos a prática crescente de iniciativas de *crowdsourcing*, ou seja, participação cidadã articulada no processo de apuração dos fatos, assim como uma maior colaboração no fornecimento de hipóteses para as investigações jornalísticas. Consideramos de destaque o papel ocupado pelas redes sociais digitais na obtenção e verificação de informações, interação com fontes e disseminação de conteúdos. Por fim, elencamos como fatores que interferem na participação cidadã: o grau de dependência do veículo de comunicação, a credibilidade do conteúdo compartilhado e a garantia de segurança do cidadão diante das retaliações que esse tipo de reportagem pode gerar. De forma geral, percebemos que os jornalistas investigativos compreendem a participação cidadã de forma positiva, tendo em vista os benefícios que ela proporciona. Porém, os profissionais tendem a resguardar, da interferência do cidadão, algumas atividades encaradas como restritas, como a redação e a organização dos textos jornalísticos. Da mesma forma, eles percebem a necessidade de uma supervisão dessa participação cidadã, enfatizando processos rigorosos de apuração e checagem das atividades desempenhadas pelo cidadão na produção de reportagens investigativas.

Palavras-chave: jornalismo investigativo; participação; cidadania.

ABSTRACT

Based on a theoretical discussion encompassing the journalistic production process, according to newsmaking theory and from a constructivist perspective, this research aimed to understand citizen participation in the preparation of investigative reports, given the specificities of this journalistic modality and the context of greater interactivity and media convergence evidenced by the popularization of the internet and digital social networks. To this end, we analyzed investigative reports published in 2022 and conducted semi-structured interviews with journalists from the following portals: O Estado de S. Paulo (belonging to Group Estado, one of the oldest media groups in the country), The Intercept Brazil (a version of The Intercept launched in the country in 2016, considered independent and focusing on investigations and analysis of political, economic, social, and cultural issues), and the non-profit civil society organization Marco Zero Conteúdo. The main characteristics of this citizen participation include its frequent occurrence in the research phase, when journalists turn to sources to support their reporting; and indirectly, when citizens play a supporting role in the production of this type of reporting. We identified the growing practice of crowdsourcing initiatives, involving coordinated citizen participation in the fact-finding process, as well as greater collaboration in providing hypotheses for journalistic investigations. We emphasize the role played by digital social media in obtaining and verifying information, interacting with sources, and disseminating content. Finally, we list the following factors that influence citizen participation: the degree of dependence on the media outlet, the credibility of the shared content, and ensuring citizen safety against the retaliation this type of reporting can generate. Overall, we find that investigative journalists view citizen participation positively, given the benefits it provides. However, professionals tend to protect certain activities considered restricted, such as writing and organizing journalistic texts, from citizen interference. Likewise, they recognize the need for oversight of this citizen participation, emphasizing rigorous processes of investigation and checking of the activities performed by citizens in the production of investigative reports.

Keywords: investigative journalism; participation; citizenship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Características da audiência potente	58
Figura 2 –	Potencialidades e características da audiência expandida	60
Quadro 1 –	Características de uma reportagem investigativa	103
Quadro 2 –	Ficha avaliativa para análise das reportagens	107
Quadro 3 –	Análise de reportagem 13 do portal O Estado de S. Paulo	111
Quadro 4 –	Análise de reportagem 18 do portal O Estado de S. Paulo	112
Figura 3 –	Pedido de doação do portal	123
Gráfico 1 –	Participação cidadã por portal	129
Gráfico 2 –	Etapas de participação cidadã	134
Gráfico 3 –	Formas de participação cidadã	135
Quadro 5 –	Benefícios da participação cidadã segundo entrevistados	144
Figura 4 –	Características da participação cidadã em reportagens investigativas	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Classificação de reportagens (Nascimento, 2016)	105
Tabela 2 –	Análise da participação cidadã por portal	107
Tabela 3 –	Comparação entre portais	108
Tabela 4 –	Análise da participação cidadã do portal O Estado de S. Paulo	113
Tabela 5 –	Análise da participação cidadã do portal The <i>Intercept</i> Brasil	115
Tabela 6 –	Análise da participação cidadã do portal Marco Zero	124
Tabela 7 –	Comparação entre portais	130
Tabela 8 –	Participação cidadã conforme entrevistas	133

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISANDO ORIENTAÇÕES EPISTÊMICAS.....	19
2.1 JORNALISMO SOB A PERSPECTIVA TRADICIONAL: A ORIENTAÇÃO POSITIVISTA E A INFLUÊNCIA DA <i>MASS COMMUNICATION RESEARCH</i>	20
2.1.1 Primordialidade das Fontes Oficiais	28
2.2 UM NOVO OLHAR PARA O JORNALISMO: A PERSPECTIVA PRAGMÁTICA- CONSTRUTIVISTA.....	34
2.2.1 Audiência e construtivismo	39
3. PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA.....	43
3.1 BREVE NOÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO.....	47
3.1.1 Papel das redes sociais digitais no contexto de participação	51
3.2 PERCORRENDO ESTUDOS SOBRE PARTICIPAÇÃO NO CONTEXTO DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICA.....	53
3.2.1 A superação do modelo do Gatekeeper	60
3.2.2 Iniciativas de <i>Crowdsourcing</i> e <i>Crowdfunding</i>.....	63
3.3 PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PROCESSO DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICO: ALGUMAS REFLEXÕES	66
3.3.1 Como compreendemos a participação cidadã.....	70
4. JORNALISMO INVESTIGATIVO NO CONTEXTO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE	72
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL.....	72
4.2 CARACTERIZAÇÃO, FUNÇÃO SOCIAL E MÉTODOS	77
4.2.1 Reportagens Investigativas, sobre Investigações e a partir de Investigações	85
4.2.2 Compreendendo o fazer jornalístico	87
4.2.3 Manual para Jornalistas Investigativos	90
4.3 POSSIBILIDADES E LIMITES DO JORNALISMO INVESTIGATIVO	94
5. ELEMENTOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE REPORTAGENS INVESTIGATIVAS	100
5.1 METODOLOGIA	100
5.1.1 Procedimentos metodológicos.....	101
5.2 ANÁLISE DE REPORTAGENS.....	109
5.2.1 O Estado de S. Paulo.....	110
5.2.2 The <i>Intercept</i> Brasil	114

5.2.2.1 Redes sociais digitais e participação cidadã	118
5.2.2.2 Registros de jornalismo humano no <i>The Intercept</i>	119
5.2.2.3 <i>Intercept</i> e o incentivo à participação cidadã	120
5.2.3 Marco Zero	123
5.2.3.1 Redes sociais digitais e participação cidadã	125
5.2.3.2 Registros de jornalismo humano	126
5.2.3.3 Marco Zero e o incentivo à participação cidadã	127
5.2.4 Interseções e disparidades	128
5.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	133
5.3.1 Etapas e formas	133
5.3.2 Meios de participação	138
5.3.3 Atuação do cidadão	139
5.3.4 Dificuldades de interação com o cidadão	140
5.3.5 Riscos	141
5.3.6 Benefícios	143
5.3.7 Redes sociais digitais e participação cidadã	145
5.3.8 Avaliação	148
5.3.9 Algumas reflexões sobre as entrevistas	149
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS	158
APÊNDICE A – FICHAS AVALIATIVAS DAS REPORTAGENS DO <i>THE INTERCEPT</i> BRASIL	171
APÊNDICE B – FICHAS AVALIATIVAS DAS REPORTAGENS DO MARCO ZERO	191

1 INTRODUÇÃO

Refletir acerca da prática profissional jornalística em meio ao contexto atual que envolve a popularização da internet e a disseminação das redes sociais digitais é por si só uma tarefa desafiadora, não apenas diante da complexidade que engloba o tema, como também pelas mutações que este processo enseja nas relações entre seus diversos atores e na própria atividade jornalística. Não se pode pensar, nos dias de hoje, em relações estáticas, unilaterais, com fronteiras delineadas e constantes, conforme sugeriam os primeiros estudiosos do estado da arte do jornalismo, no Século XIX.

Em tempos de maior interatividade e convergência midiática, os cidadãos acabam compartilhando funções antes restritas aos profissionais jornalistas, ocasionando tensões sobre a própria razão de ser do jornalismo e gerando novos desafios à prática profissional. No que se refere ao processo de produção de notícias, os cidadãos têm se tornado, cada vez mais, participantes ativos, se envolvendo e interferindo nas rotinas jornalísticas por meio da inserção e do debate de temas na agenda midiática, do posicionamento diante de irregularidades e abusos de poder, e da fiscalização da atuação dos *media* noticiosos.

A leitura de alguns trabalhos que envolvem a temática durante a realização do mestrado profissional em jornalismo, aliada à paixão pelas práticas profissionais investigativas, fez surgir a inquietação em compreender como se daria essa participação no contexto do jornalismo investigativo, diante de todas as suas especificidades técnicas e éticas. Ainda no ano de 2021, reunimos, em artigo apresentado durante o VIII Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo promovido pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), algumas percepções sobre a problemática (Sousa, 2021), momento em que foi possível perceber uma participação mais ativa dos cidadãos na geração de denúncias, na própria realização das investigações, bem como nos processos de checagem e comprovação dos fatos. As reflexões apresentadas após a realização deste estudo inicial nos levaram, então, à percepção de que se fazia necessário um aprofundamento sobre o assunto.

A partir de uma discussão teórica que engloba o processo de produção jornalístico, conforme a teoria do *newsmaking* e sob uma perspectiva construtivista, definimos, para este estudo, o seguinte objetivo geral: caracterizar a participação cidadã no processo de elaboração de reportagens investigativas. Elencamos como objetivos específicos/metastas: (1) a identificação das fases em que acontece a participação cidadã; (2) a caracterização dessa participação, buscando detectar as formas e os meios em que ela ocorre; (3) a assimilação das interferências e possíveis riscos que essa participação implica diante das especificidades do jornalismo investigativo; e (4) a comparação de como essa participação cidadã realiza-se em veículos de comunicação independentes e pertencentes à mídia hegemônica.

Importante destacar nossa compreensão sobre participação cidadã para fins dessa pesquisa. Considerando que a demarcação da fronteira entre audiência e público, no contexto contemporâneo regido pelas novas tecnologias digitais, está cada vez mais diluída, e percebendo a evolução desses conceitos ao longo dos anos (que descarta a passividade/fragilidade e engloba a imagem de um corpo ativo e autônomo), corroboramos Charaudeau (2006) e Maciá Mercadé (2006) ao compreendermos o conceito de audiência como análogo ao de um público complexo, que se diferencia conforme o suporte da transmissão (leitores, ouvintes, telespectadores...) e que, por ser diversificado, possui uma identidade social que não pode ser determinada precisamente e exclusivamente pela instância produtora. Destacamos, como parte desse público, o cidadão comum, desvinculado de qualquer estrutura de poder, que colabora com o trabalho jornalístico (Gans, 1979).

Já por participação, compreendemos, assim como Carpentier (2015), se tratar de um conceito também fluido e abrangente, que envolve lutas por posições de poder na sociedade e que extrapola o acesso e a interatividade, porém precisa desses dois elementos para existir. Assim, ao optarmos pelo uso do termo de participação cidadã, englobamos o envolvimento do cidadão comum nas etapas do processo de produção de notícias (Mesquita, 2014), por meio do acesso às novas tecnologias e da interação com os repórteres (Carpentier, 2015), acontecendo para além do que propõem as iniciativas de Jornalismo Cívico descritas por Traquina (2003), podendo, inclusive, extrapolar a simples colaboração do cidadão como fonte de informação, tornando-se fonte ativa (Alves, 2019).

Isto posto, definimos como objetos de estudo o portal O Estado de S. Paulo (pertencente ao Grupo Estado, fundado em 1875, que detém ainda a OESP Mídia,

empresa que atua no ramo de Publicidade por meio de Classificados, as rádios Eldorado AM e FM e a Agência Estado), a agência de notícias *The Intercept* Brasil (versão do *The Intercept* lançada no país em 2016, considerada independente e atuando com foco investigações e análises sobre questões políticas, econômicas, sociais e culturais) e a organização da sociedade civil sem fins lucrativos Marco Zero Conteúdo (fundada em 2014 buscando promover o debate público por meio da prática de um jornalismo investigativo independente). Consideramos o ano de 2022 como período para investigação por se tratar de ano eleitoral – e, portanto, mais favorável a publicação de denúncias de transgressões no âmbito político -, e devido ao abrandamento da pandemia de COVID-19 no mundo, o que possibilitou aos jornalistas maior liberdade para produção de suas reportagens sem as restrições impostas por questões sanitárias.

Para compreendermos a participação cidadã no contexto do jornalismo investigativo, adotamos os procedimentos referentes à Análise de Discurso, seguindo a proposta de Gill (2002) e Fairclough (2001) ao defenderem que o discurso tem fundamental importância na construção da realidade social, podendo contribuir para a transformação da sociedade por meio da análise nas dimensões textual, da prática discursiva e da prática social. Iniciamos nossa pesquisa identificando, nos textos publicados nos portais, reportagens investigativas protagonizadas por jornalistas (Nascimento, 2016). Como nosso propósito é compreender o processo de colaboração entre o cidadão e esse profissional, optamos por desconsiderar textos jornalísticos que apenas reproduziam investigações realizadas por fontes oficiais, como polícias e Ministério Público. Contabilizamos, ao todo, 53 (cinquenta e três) textos para análise.

Seguindo Benetti (2010), após essa triagem, buscamos detectar regiões de sentido, ou seja, Formações Discursivas, que indicassem a presença ou não de participação cidadã nos textos. A partir dessas formações, identificamos os trechos (Sequências Discursivas) das reportagens que evidenciam a participação cidadã. Por meio desses trechos, pudemos elencar: as etapas do processo de produção de reportagens investigativa em que essa participação ocorreu, conforme o Manual citado anteriormente (Hunter *et al.*, 2013); e a forma (direta ou indireta) em que se deu a participação cidadã. Unindo os conceitos de Masip *et al.* (2015) e Alves (2019), consideramos participação direta a produção interativa onde a fonte ativa cria e compartilha conteúdos de forma a colaborar com a produção da reportagem. Já a

ocorrência da forma indireta de participação se dá por meio da interação participativa, revelando-se a partir da iniciativa do próprio jornalista, por meio de sua interação profissional com o cidadão-fonte, sem o encaminhamento de conteúdos originais produzidos pelos cidadãos.

Visando o aprofundamento e a confirmação dos dados obtidos na análise das reportagens, realizamos entrevistas semiestruturadas com os repórteres que escreveram os textos que apresentaram participação cidadã. Duarte (2005) assinala a eficiência desse tipo de entrevista em pesquisas qualitativas, uma vez que ela permite maior dinâmica, flexibilidade e exploração máxima de um tema junto ao entrevistado. Já para Gill (2002), dar atenção à percepção dos participantes do discurso auxilia na contextualização da sua produção, o que pode oferecer pistas fundamentais para a investigação. Entrevistamos, ao todo, 10 (dez) jornalistas.

O procedimento de análise das entrevistas se deu, novamente, por meio da identificação, nas transcrições dos diálogos, de Sequências Discursivas referentes às seguintes temáticas, transformadas em Formações Discursivas: “Etapas e formas” de participação; “Meios” através dos quais essa participação aconteceu; “Atuação” do cidadão nesse contexto; “Dificuldades” referentes à interação profissional/cidadão; “Riscos” e “Benefícios” da participação cidadã; “Redes sociais” e seu papel nesse processo; e “Avaliação” geral sobre a participação cidadã na produção de reportagens investigativas.

A partir dos dados coletados por meio da análise das reportagens e da realização das entrevistas pudemos depreender que, no jornalismo investigativo, a participação cidadã ocorre, principalmente, na etapa de Pesquisa, ou seja, na fase em o jornalista recorre às fontes para fundamentar a sua reportagem (Hunter *et al.*, 2013); e na forma indireta e limitada, sendo o cidadão coadjuvante no processo de produção desse tipo de reportagens. Porém, alguns avanços foram percebidos, como a prática crescente de iniciativas de *crowdsourcing* (por meio da indicação de fontes, quando o cidadão participa de uma integração de sistemas e práticas que estimulam e potencializam o processo de apuração dos fatos), assim como uma maior colaboração no fornecimento de hipóteses para as investigações jornalísticas.

O papel das redes sociais digitais, nesse contexto, é essencial. Através delas, os jornalistas obtêm e verificam informações, interagem com os cidadãos, buscam novas fontes e disseminam os conteúdos das reportagens. Esse universo digital proporciona ainda, ao jornalista, a possibilidade de acompanhar os debates nas redes

e utilizá-los a fim de pautar e direcionar o seu trabalho investigativo, atuando, dessa forma, como *gatewatcher* (Bruns, 2011).

Elencamos, ainda, alguns fatores que interferem na participação cidadã: (1) o grau de dependência do veículo de comunicação, tendo em vista que veículos da grande mídia hegemônicas estão mais suscetíveis a constrangimentos políticos e editoriais, enquanto os independentes dedicam-se à prática de um jornalismo mais amplo, multiperspectivo, voltado à promoção e ampliação de debates público sobre temas sociais; (2) a credibilidade do conteúdo compartilhado pelos cidadãos, diante da grande quantidade de informações disponibilizadas e das reais intenções por trás dessa colaboração - o que gera a necessidade maior de checagem tendo em vista as implicações sociais que uma reportagem investigativa enseja; e (3) a garantia de segurança do cidadão participante diante das possíveis retaliações que esse tipo de reportagem pode gerar.

De forma geral, percebemos que os jornalistas investigativos compreendem a participação cidadã de forma positiva, tendo em vista os benefícios que essa participação proporciona. Porém, eles tendem a resguardar, da interferência do cidadão, algumas atividades encaradas como restritas aos profissionais da área, como a redação e a organização dos textos jornalísticos. Da mesma forma, percebem a necessidade de uma supervisão dessa participação cidadã, enfatizando processos rigorosos de apuração e checagem das atividades desempenhadas pelo cidadão na produção de reportagens investigativas.

Acreditamos que esse estudo seja relevante diante das lacunas ainda não preenchidas no estado da arte referentes às mudanças que as novas tecnologias acarretaram no processo de produção jornalístico, principalmente nas relações que envolvem os atores participantes desse processo. Enfatizamos, sobretudo, a necessidade de maior aprofundamento nos debates que abrangem as peculiaridades que envolvem as práticas investigativas nesse contexto.

Para facilitar a compreensão sobre participação cidadã na produção de reportagens investigativas, construímos nossa tese em quatro seções, além da introdução e das considerações finais: Revisando orientações epistêmicas; Participação cidadã na produção jornalística; Jornalismo investigativo no contexto de construção social da realidade; e Elementos sobre a participação cidadã no processo de produção de reportagens investigativas.

Na Seção 1 realizamos uma revisão epistemológica sobre as influências positivista e construtivista no jornalismo. Por meio de uma abordagem comparativa, apresentamos os principais estudos relacionados às temáticas do jornalismo, da audiência e das fontes de informação nas duas vertentes. Destacamos, inicialmente, modelos teóricos influenciados pelo positivismo e pela *Mass Communication Research* (MCR), submetendo à reflexão crítica, questões referentes à imparcialidade, objetividade, impessoalidade e o relacionamento entre jornalistas e fontes de informação. Em seguida, apresentamos uma contextualização sobre a Guinada Linguística/Pragmática e a restauração das tradições científicas histórico-hermenêuticas e críticas, enfatizando aspectos da compreensão do jornalismo como construção social e do entendimento de que a audiência participa ativamente dessa construção, com sua autoridade reconhecida tanto na definição e construção de sentido, quanto na deliberação democrática sobre questões coletivas.

A Seção 2 está voltado às novas concepções sobre a audiência no cenário de maior participação potencializado pelas novas tecnologias da informação. Inicialmente, apresentamos uma discussão teórica, ainda que de forma resumida, sobre o conceito de audiência e sua constante analogia, nos estudos do jornalismo, ao conceito de público. Abordamos estudos atuais sobre participação e sobre o papel das redes sociais digitais nesse contexto, debatendo conceitos referentes à audiência ativa (Pereira Júnior e Alves, 2017), fonte ativa (Alves, 2019), audiência potente (Mesquita, 2014) e audiência expandida (Guimarães, 2023), *Gatewatcher* Bruns (2011), *crowdsourcing* (Prado e Anjos, 2016; Frias e Lima, 2013); e *crowdfunding* (Francisco, 2019).

Após esse percurso teórico envolvendo a participação cidadã no processo de produção jornalístico, aprofundamos nossas reflexões sobre o jornalismo investigativo, objeto desse estudo, no contexto de construção social da realidade. Portanto, na Seção 3, são resgatados os principais estudos que se referem especificamente ao tema. Nesta seção, destacamos ainda o Manual para jornalistas investigativos (Hunter *et al.*, 2013), elemento crucial para a caracterização das fases de produção de uma reportagem investigativa a serem utilizadas nas análises propostas nesta tese.

A Seção 4 é voltado à apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados para a realização dessa pesquisa e à apresentação dos resultados da análise das reportagens e das entrevistas com os jornalistas dos portais selecionados.

Nosso trabalho é encerrado na Seção 5, por meio da apresentação das principais reflexões acerca da participação cidadã no contexto de produção de reportagens investigativas, das limitações da pesquisa e de algumas propostas de novos estudos.

2 REVISANDO ORIENTAÇÕES EPISTÊMICAS

Em *A Estrutura das Revoluções Científicas*, o físico Thomas Kuhn (1978) define paradigma como uma estrutura mental que engloba teorias, métodos, experiências e instrumentos. O objetivo de um paradigma seria, neste sentido, a organização da realidade e seus eventos pelo pensamento. “Essa estrutura, que comporta fatores também psicológicos e filosóficos, é assumida e partilhada pelo conjunto dos membros da comunidade científica e, por causa disso, necessariamente, emerge dali uma unidade social fundada numa visão de mundo consensual” (Silva Neto, 2011).

Em resumo, com base nas reflexões de Kuhn (1978), a ciência move-se por meio da criação e do abandono de modelos consensuais adotados pela comunidade científica de uma época. Dessa forma, quando um paradigma é adotado, cientistas desenvolvem problemáticas e noções por meio deste paradigma até o seu questionamento. Neste momento de crise, os mesmos cientistas concentram seus esforços para resolver tais problemáticas, sem abandonar o paradigma vigente. Quando não é mais possível resolver tais anomalias, acontece uma revolução científica despontando um novo paradigma, que não pode ser considerado superior ao anterior, uma vez que ele passa apenas a atender melhor às necessidades do período histórico em que os cientistas estão inseridos.

A utilização indiscriminada do termo paradigma nas pesquisas desenvolvidas no âmbito das ciências sociais como forma de diferenciação entre diretrizes epistêmicas e metodológicas é objeto de crítica de Isaac Epstein (2005). Retomando pesquisa de Cohen (1999), o autor observa que os artigos catalogados pelo *Institute of Scientific Information* (ISI) que apresentaram o termo em seus títulos e resumos não trouxeram novidades científicas relevantes que justificassem seu uso. A ausência de uma definição explícita e eficaz sobre o que vem a ser um paradigma é um dos motivos elencados por Epstein para essa problemática.

O próprio Kuhn reconheceu mais tarde, no Posfácio de suas *Revoluções Científicas*, a procedência da crítica feita à excessiva ambiguidade que atribuiu ao conceito de “paradigma” e sugeriu o termo matriz disciplinar como intermediário entre teoria e paradigma (Epstein, 2005, p. 19).

Diante dessa incongruência, Epstein (2005) propõe a substituição do termo paradigma por orientações epistêmicas para analisar o poder originado pelo conhecimento das leis empíricas nas ciências sociais, distinguindo: (1) a pesquisa

tradicional derivada do positivismo e do empirismo lógico; (2) a Teoria Crítica e suas derivações; e (3) a orientação agonística¹ e suas variantes.

Para fins desta pesquisa, serão abordados modelos teóricos influenciados pela epistemologia positivista e pela pragmática-construtivista. Assim, por meio de uma abordagem comparativa entre as duas vertentes, pretende-se apresentar aspectos referentes ao jornalismo, audiência e fontes de informação.

2.1 JORNALISMO SOB A PERSPECTIVA TRADICIONAL: A ORIENTAÇÃO POSITIVISTA E A INFLUÊNCIA DA *MASS COMMUNICATION RESEARCH*

Os principais estudos na área de comunicação dedicados à relação jornalismo e audiência foram publicados na primeira metade do século XX, no contexto pós Primeira Guerra Mundial, sob hegemonia da orientação epistêmica positivista e sob a influência dos estudos da chamada *Mass Communication Research* (MCR) norte-americana.

Como características principais da perspectiva positivista, Epstein (2005) destaca a não-intencionalidade do objeto e a derivação de métodos de pesquisa oriundos das ciências naturais. Como bem explicam Castro e Rocha (2015, p. 106), a epistemologia era “fetichizada pela ideia do acesso à verdade absoluta das leis de causa e efeito universais, e por uma metodologia restrita à rotina fática de uma pesquisa burocratizada realizada exclusivamente através dos procedimentos de mensuração das técnicas quantitativas.” A epistemologia positivista representava, conforme Rüdiger (2014), um retrocesso diante do que defendia a Filosofia Pragmática da Comunicação de Charles Peirce (1839-1914), Robert Park (1864-1944), Charles Cooley (1864-1929), George Mead (1863-1931) e John Dewey (1859-1952), conforme será abordado adiante.

No jornalismo, os ideais positivistas nortearam o surgimento de valores que ainda hoje influenciam a prática profissional, como a objetividade, impessoalidade e imparcialidade. Para uma maior compreensão desses efeitos, é necessário um retorno ao momento do desenvolvimento da grande imprensa mercantil. Se no final do século

¹ A orientação agonística, segundo Epstein (2005, p. 22), abrange os saberes da guerra, incluindo os de persuasão e dissuasão. “No sentido aristotélico, este ‘saber’ seria uma técnica e, como tal, algo superior à experiência, mas inferior à razão”. O autor cita como exemplo de aplicação dessa orientação, no mundo moderno, a formulação da Teoria dos Jogos, onde os ganhos de uma parte acarretam, exatamente, nas perdas da outra.

XVIII e início do século XIX a imprensa voltava-se ao debate de ideias no espaço público no novo cenário de maior urbanização e industrialização, no final do século XIX e início do século XX, os donos de jornais passaram a buscar cada vez mais atingir o maior número possível de leitores.

A introdução da noção de objetividade defendida pelo positivismo, ancorada na ilusão de um significado/conhecimento inerente à própria realidade dos fatos, respaldou (e ainda respalda) a compreensão do jornalismo como simples mercadoria. Como infere Cornu (1994), a adoção de relatos objetivos (sendo a notícia reduzida, por meio do lead, a seu núcleo factual) caracterizou o estilo da imprensa anglo-americana, atendendo aos interesses mercantis e proporcionando ao leitor a vantagem de constituir seu próprio mundo informativo, num processo de escolhas de leitura que poderia começar e terminar no primeiro parágrafo de um texto. Para que isso acontecesse, os jornalistas passaram a adotar um estilo pretensamente imparcial, neutro e padronizado. “Entrando nos hábitos jornalísticos pela pequena porta das ambições comerciais e das limitações técnicas, a objectividade como prática jornalística erigiu-se assim, pouco a pouco, em critério de moral profissional” (Cornu, 1994, p. 198).

Correia (2011) é um dos críticos desse hábito. Segundo o pesquisador, a objetividade sendo compreendida e alimentada como técnica – ou conjunto de técnicas - mais adequadas à descrição de um fato contribui para a despolitização e para descrença em uma imprensa partidária. O autor português aborda a emergência do profissionalismo jornalístico e as considerações sobre objetividade no século XX, no auge do surgimento das relações públicas e a Era da Propaganda, como algo preocupante.

Schudson distingue as crenças jornalísticas do século XIX, fundadas no empirismo ingênuo e na fé nos factos, de uma concepção mais moderna, formulada no século XX que encara as normas da escrita objectiva como um conjunto de estratégias defensivas contra o ambiente do cepticismo e desapontamento que consideravam a objectividade como impossível (Correia, 2011, p. 142).

De acordo com Sponholz (2009), a reação a essa proposta aconteceu por meio do *detachment*, um movimento que defendia a ideia de que o jornalista deve evitar expressar sentimentos e julgamentos nos textos, observando de forma controlada a realidade. Walter Lippmann foi um dos jornalistas incentivadores desse padrão, que pretendia o uso de modelos científicos a fim de promover o distanciamento entre o

sujeito (jornalista) e seu objeto (o acontecimento). Assim, características como distanciamento pessoal e avaloratividade científica, expressos na profissão de fé positivista, se incorporaram ao fazer jornalístico.

A preocupação retratada por Correia (2011) sobre as estratégias perspicazes do jornalismo – e dos meios de comunicação – na primeira metade do século XX, conforme visto anteriormente, é justificada, sobretudo, diante do surgimento das Teorias da Sociedade de Massas, que englobavam linhas investigativas interessadas nos estudos dos meios de comunicação e nos efeitos que as mensagens transmitidas por eles geravam na audiência.

Essas correntes de pesquisa no campo das comunicações estão inseridas no surgimento das teorias da sociedade de massa, onde tanto o lado aristocrático quanto a posição crítica consideram a “massa” como um novo objeto de estudo e, nesse sentido, identificam que o histórico, a evolução e o crescimento das sociedades industriais corroeram os laços sociais e familiares dos indivíduos, massificando-os e isolando-os dos seus grupos primários e de referência (Gutiérrez *et al.*, 2022, p. 110, tradução nossa²).

Como bem contextualiza Rüdiger (2014), sob a suspeita de parcialidade, distorção e manipulação, o jornalismo, após a Primeira Guerra Mundial, perdeu sua primordialidade para a propaganda - que cada vez mais mostrava seus efeitos por meio do engajamento de pessoas a movimentos totalitários e da incorporação de práticas de publicidade públicas e privadas. Neste cenário, emergem-se duas concepções: uma de viés conservador e tecnocrata, que defende a legitimação da propaganda com vistas à prevenção de crises e manutenção da ordem social por meio do controle da opinião pública; e outra progressista e humanista, que compreende a comunicação como meio de influência e disputa social, com vistas a uma renovação da democracia. Na primeira concepção, a audiência é compreendida como conjunto de indivíduos sem autonomia e capacidade crítica - sendo, portanto, passível de manipulação e submissa à influência das mensagens emitidas pelos meios de comunicação. Já a segunda perspectiva considera a capacidade do público de pensar e atuar por conta própria.

No âmbito da primeira concepção é que se enquadra a *Mass Communication Research*, linha de investigação de base funcionalista e behaviorista, que

² Estas corrientes de investigación dentro del ámbito de las comunicaciones se insertan dentro del surgimiento de teorías de la sociedad de masas, donde tanto la vertiente aristocrática como la posición crítica consideran a la “masa” como un nuevo sujeto de estudio, y en ese sentido, identifican que la evolución histórica y el crecimiento de las sociedades industriales ha erosionado los vínculos sociales y familiares de los individuos, masificándolos y aislándolos de sus grupos primarios y de referencia (Gutiérrez *et al.*, 2022, p. 110).

(...) proporcionou conhecimento sobre os efeitos sociais, culturais e psicológicos das mensagens nas audiências, para impulsionar o comportamento das “massas” e que levou a uma transformação do estilo de fazer política, mais ligado ao “marketing político”, onde grupos económicos, políticos e até militares moldam a procura de conhecimento e pagam aos meios de comunicação para divulgar as suas ideias e medidas (Gutiérrez *et al.*, 2022, p. 110, tradução nossa³).

Essas teorias, conforme bem ressalta Correia (2011), marcaram a constituição do campo da comunicação como elemento ordenador da sociedade, formulando novas propostas teóricas e metodológicas e concebendo técnicas de pesquisas originais. Baseando-se em Kraus e Davis (1976), o autor distingue três etapas que abrangem a investigação sobre os meios de comunicação nesse contexto: a etapa que engloba o período de 1920 e 1940, quando “se verificaria uma crença no poder onipotente dos *media*”; o período entre 1940 e 1960 que correspondia “a época de crença num poder de persuasão muito restringido dos *media*”; e a etapa que se caracterizaria “por uma revalorização da importância dos *media*, em especial do jornalismo”, a partir dos anos de 1960 (Correia, 2011, p. 161).

A Teoria Hipodérmica compõe a primeira fase descrita pelo pesquisador, retratando a audiência como átomo isolado e parte indefesa e completamente influenciável no processo de comunicação. Segundo Wolf (2006, p. 8), a definição de massa como organização social “põe em destaque e reforça o elemento fundamental da teoria hipodérmica, ou seja, o facto de os indivíduos estarem isolados, serem anónimos, estarem separados, atomizados.”

Baseando-se no modelo unilateral de Lasswell (quem > diz o que > através de que canal > com que efeito), os pesquisadores dessa corrente buscavam compreender os efeitos que possuem os *media* no contexto de uma sociedade de massas. Como principais críticas dessa perspectiva, têm-se a desconsideração do contexto social em que os receptores da informação estão inseridos e o determinismo espelhado na definição dos papéis ocupados por emissor e receptor no processo de comunicação. Dessa forma, a iniciativa de comunicação é assimétrica, sempre partindo do comunicador, restando à audiência sentir os efeitos de suas mensagens (Wolf, 2006).

³ (...) brindó conocimientos en torno a los efectos sociales, culturales y psicológicos de los mensajes en las audiencias, para conducir el comportamiento de las “masas” y que llevaron a una transformación del estilo de hacer política, más vinculado al “marketing político”, donde los grupos económicos, políticos e incluso militares configuran la demanda de conocimiento y pagan a los medios para difundir sus ideas y medidas (Gutiérrez *et al.*, 2022, p. 110).

Segundo Esteves (2003, p. 86), essas pesquisas são fundamentadas e direcionadas a práticas publicitárias e mercadológicas, voltadas a servir o sistema econômico de consumo e ao sistema político correspondente, “fornecendo a um e ao outro instrumentos técnicos de intervenção e uma base de legitimação (o ‘saber’); como contrapartida, recebeu de ambos o reconhecimento oficial e autorizado que lhe garantiu uma posição hegemónica e a força de paradigma científico”.

O contexto em que as pesquisas sobre os efeitos se desenvolveram, como explica Correia (2011), permitiu a integração de teorias que englobavam os efeitos culturais e ideológicos dos *media*, dentre elas o funcionalismo estrutural.

De origem tecnocrata, carácter conservador e princípios alinhados ideologicamente com a estrutura de poder vigente, as teorias baseadas no funcionalismo estrutural concebiam o indivíduo numa posição a-histórica, sem considerar influências sociais, culturais e ideológicas. Além de Lasswell, que defendia a necessidade de uma comunicação eficiente, teóricos como Merton e Lazarsfeld, além de detectarem as funções dos *media* de reprodução das normas, atribuição de prestígio e reprodução da memória cultural, introduziram também a concepção da disfunção narcotizante. Sobre essa disfunção, Correia (2011, p. 173) enfatiza que “os *media* tendiam a fazer com que as pessoas confundissem o consumo da informação acerca dos assuntos públicos com a intervenção cívica efectiva”. Isso desencadearia num contato secundário do cidadão com a esfera da realidade pública, contribuindo com a sua despolitização.

Já os teóricos de Frankfurt, em especial Adorno e Horkheimer, criticavam a relação entre os processos comunicacionais e de dominação, no âmbito do marxismo e neo-marxismo. Para os teóricos dessa segunda linha de pensamento, denominada de Teoria Crítica,

a massa afirmava-se como uma multiplicidade de consumidores anónimos, submetidos aos ditames da irracionalidade vigente na sociedade e transmitida pela indústria cultural. Deste modo, na forma de sociabilidade chamada de massa, a comunicação pública é hierarquizada, dirigista e estratificada, sendo muito menos os produtores do que os receptores de opiniões; a resposta imediata é impossível; a transformação da opinião em acção apenas se realiza de modo heterónimo, através da penetração na massa, de agentes da instituição revestidos de autoridade (Correia, 2011, p. 164).

Ainda conforme os Críticos, o campo midiático seria um lugar onde a cultura, com base no modelo pregado pelo capitalismo (de burocratização e busca constante por lucros), seria atingida pela racionalidade administrativa e por tendências

homogeneizantes. Em resumo, Correia (2011, p. 166) afirma que nesta perspectiva, “as audiências são reduzidas a um a papel de recepção passiva e de concordância conformista limitando-se a reproduzir da forma regulamentar os estereótipos criados pela indústria cultural”. O que se pode perceber é que, tanto o funcionalismo estrutural quanto as tendências marxistas (economicistas e mecânicas, como critica Bakhtin) menosprezam e diminuem o papel da comunicação e da reprodução simbólica no contexto da realidade social, reiterando a incapacidade do público de exercer sua autoridade e utilizar sua cognição para contrapor os enquadramentos da grande mídia.

Se a palavra-chave dos estudos desenvolvidos neste período era funcionalismo e manipulação, nas correntes teóricas seguintes, as pesquisas eram focadas na persuasão como elemento fundamental para que uma mensagem causasse algum efeito na audiência e na função que os meios de comunicação exercem no contexto social.

As pesquisas voltadas aos Efeitos Limitados, com base nos estudos experimentais comportamentais e psicológicos, desenvolvidos entre os anos de 1940 e 1960, proporcionaram uma revisão na relação assimétrica e mecanicista enraizada pelas teorias anteriores, considerando, pela primeira vez a complexidade das relações entre emissor, mensagem e destinatário. A pesquisa do cientista político austríaco Paul Lazarsfeld sobre a influência do jornalismo na campanha presidencial norte-americana de 1944, por exemplo, trouxe como resultado a não identificação de efeitos significativos diretos dos principais veículos de comunicação na votação e na opinião dos americanos. Segundo Correia (2011, p. 176), “os autores concluíram que as ideias fluem muitas vezes da rádio e da imprensa para os líderes de opinião e destes para a população”, rompendo a crença no modelo estímulo-resposta divulgado nas décadas anteriores. Anos depois, em 1955, ao lado de Katz, o austríaco refinou essa hipótese ao constatar que nem sempre os líderes se encontram numa posição hegemônica piramidal. Assim, diante do fato de existir uma hierarquia diferenciada entre eles, também existiriam níveis de influência distintos, fazendo com que alguns líderes se encontrassem mais em posições de *gatekeepers* que outros. “Resumindo: segundo este modelo, os *mass media* não operam num vazio social, são um input numa teia complexa de relações sociais onde competem com outras fontes de ideias e de conhecimento” (Correia, 2011, p. 177).

Neste sentido, no âmbito das discussões teóricas vigentes, compreendeu-se a ingenuidade em pressupor uma correspondência perfeita entre os efeitos propostos por uma mensagem e os que ela realmente provoca na audiência, uma vez que, tal associação depende de algumas características psicológicas da própria audiência, como o grau de interesse em obter determinada informação, a exposição, interpretação e memorização seletivas que o indivíduo possui diante de seu *background* de vida (Wolf, 2006; Mc Quail, 2003). Todavia, se faz importante ressaltar, que a superação do modelo Hipodérmico pelo dos Efeitos Limitados, não se deu por uma motivação científica, mas por uma conveniência ideológica, diante do receio de que chegasse aos Estados Unidos o movimento de resistência ao totalitarismo desencadeado na Europa, pós Segunda Guerra Mundial, de generalização da comunicação pública na radiodifusão como tentativa para evitar a repetição de nova ascensão de movimentos totalitários. Neste sentido, se pode atribuir ao novo modelo de compreensão dos efeitos limitados ou praticamente inexistentes – a única capacidade das mensagens midiáticas seria confirmar opiniões preexistentes - o propósito de pretender “eximir de qualquer responsabilidade a mídia diante dos problemas de anomia, fragmentação da consciência, atomização dos indivíduos e crescente crise estrutural de sentidos” (Pereira Júnior e Rocha, 2012, p. 98).

Outra perspectiva que rejeita os efeitos totais é a Teoria dos Usos e Gratificações, voltada não apenas a descobrir o efeito simples e direto que os meios causam nas audiências, mas às necessidades que as pessoas satisfazem ao utilizar tais meios. Como destaca Correia (2011, p. 180), a teoria está focada nas necessidades do receptor e não nos desejos do emissor. Desta forma, a audiência é percebida como “um conjunto activo e diversificado, que tem capacidade de escolha e de interpretação das mensagens, de acordo com necessidades e desejos particulares que espera satisfazer através dos meios de comunicação”.

Nesse contexto, onde a preocupação volta-se ao destinatário como consumidor de mensagens, destacam-se ainda estudos focados no mapeamento e dimensionamento da amplitude e abrangência da audiência com vistas à atribuição de valor econômico no espaço publicitário. Assim, apesar de ser considerada mais ativa que nas abordagens teóricas anteriores, a audiência passa a ser compreendida como aglomerado de indivíduos que consomem produtos midiáticos. Como explica Portela (2019, p. 23), tais abordagens “surgiram como resposta às necessidades da indústria dos media (...) que visam no essencial rentabilizar comercialmente os

números das audiências, fazendo pouco esforço para as conhecer para além do seu número ou condição socioeconómica”.

Nesta gama, estão incluídos os estudos de mercado que utilizam pesquisas realizadas normalmente por empresas comerciais e financiadas por anunciantes - seus maiores interessados. Ruótulo (1998) destaca que, apesar desse interesse comercial não diminuir, tais pesquisas vêm ampliando seus objetos de análise. Segundo o autor, a importância desses estudos se dá uma vez que,

análises históricas, mudanças dos gostos da audiência por gêneros e estilos e a própria relevância social e política da comunicação somente podem ser entendidas se houver o correto conhecimento da penetração dos meios nas diferentes regiões geográficas e nos diferentes segmentos sociais da população (Ruótulo, 1998, p. 161).

Importante destacar que tais estudos focam sua preocupação exclusivamente na propaganda e no mercado, deixando de considerar os seus efeitos nefastos para a sociedade.

A partir de 1960, as pesquisas na área de comunicação voltaram-se a demonstrar os efeitos desenvolvidos pelos *media* a médio e longo prazos, com a inserção de outras questões como o agendamento de temas. McCombs e Shaw foram os teóricos que elaboraram a hipótese do *agenda-setting*. Inicialmente, ressaltavam que as mensagens midiáticas não tinham condições de mudar a opinião do público, mas apenas confirmar posições preexistentes. Seus estudos indicavam que a médio e longo prazo, a mídia poderia dizer que acontecimentos poderiam influenciar o que a audiência consideraria mais relevante. Essa é a primeira fase da Teoria do Agendamento, ainda influenciada pela ideologia epistêmica do funcionalismo e sua teoria dos efeitos limitados. Tal perspectiva sofreu uma “virada pelo avesso” (Traquina, 2003), quando se reconheceu que a mídia tem a capacidade não só de apontar os assuntos mais relevantes, mas também de dizer como eles devem ser entendidos.

A hipótese do agenda-setting não defende que os *mass media* pretendam persuadir [...]. Os *mass media*, descrevendo e precisando a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo sobre que é necessário ter uma opinião e discutir. O pressuposto fundamental do *agenda-setting* é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos *mass media* (Shaw, 1979, p. 96-101).

Conforme salienta Correia (2011), diante da quantidade limitada de tempo e espaço nos jornais, revistas, rádios e na televisão, apenas uma fração das notícias

consegue ser inserida nesses meios, o que acaba fazendo com que a atenção do público seja orientada para certos assuntos considerados de maior importância pelos *medias*.

2.1.1 Primordialidade das Fontes Oficiais

Como visto, o jornalismo feito sob receita (por meio da adoção de um estilo pretensamente imparcial, neutro e padronizado) passou a dominar os hábitos jornalísticos no contexto de mercantilização e de influência da epistemologia positivista e da MCR, influenciando, inclusive, a ideia de profissionalismo jornalístico. Dentro desse conjunto de regras, destaca-se a necessidade de se ter um fluxo constante de notícias para conseguir garantir a continuidade de oferta do produto jornalístico. É nessa estrutura complexa que estão incluídas as redes de fontes de informações.

Gans (1979, p. 80) compreende por fontes “os atores que os jornalistas observam ou entrevistam, (...) e aqueles que apenas fornecem informações básicas ou sugestões de histórias”. Em sua caracterização, o autor faz questão de destacar e incluir a estrutura de poder composta por “grupos de interesse organizados e não organizados, e ainda de setores maiores da nação e da sociedade”.

Baseando-se nos estudos de Pinto (2000), Correia (2011) aprofunda a discussão elencando os objetivos de fontes e repórteres, que não são coincidentes. Segundo o autor, as fontes procuram nos *media* maior visibilidade; imposição de temas de seus interesses na agenda pública; apoio às suas ideias, produtos e serviços; amenização ou prevenção de malefícios; neutralização de opositores; e reprodução de uma imagem positiva junto ao público. Já os jornalistas buscam, por meio das fontes, obter informações inéditas, confirmar informações obtidas, impulsionar o debate de ideias e atribuir credibilidade e legitimidade ao conteúdo informado.

Molotch e Lesters (2016), ao caracterizarem o percurso de desenvolvimento dos acontecimentos públicos, destacam o conjunto de indivíduos/grupos (denominados de agências) que participam da construção do que vem a ser noticiado. Segundo os autores, inicialmente tem-se os “promotores de notícias” (*News Promoters*), que identificam uma “ocorrência como especial, com base em algo, por alguma razão, para os outros”. Aqui, encontram-se os detentores de poder político e

econômico (e seus interesses), assim como o cidadão comum, denunciante de transgressões. “Geralmente o trabalho de promoção gira em torno da nossa própria atividade que como toda atividade social é realizada tendo em mente seus potenciais usos prospectivos e retrospectivos” (Molotch e Lesters, 2016, p. 66-67).

Neste mesmo processo, jornalistas, editores e demais atores transformam as ocorrências fornecidas pelos promotores em acontecimentos públicos, sendo classificados como *News Assemblers*. De acordo com Molotch e Lesters (2016, p. 68), esse processo se dá através da seleção dos acontecimentos “mais especiais, interessantes ou importantes”, num contexto que engloba atividades organizacionais, como rotinas produtivas, vinculações políticas e, ainda, constrangimentos ligados a aspectos comerciais – que também irá refletir no conteúdo das notícias.

Por fim, há os *News Consumers*, ou seja, os consumidores de notícia (leitores, espectadores, ouvintes etc.) “que analogamente assistem a determinadas ocorrências disponibilizadas como recursos pelos meios de comunicação social” (Molotch e Lesters, 2016, p. 66). Deve-se considerar que, antes de chegarem na esfera de consumo, os acontecimentos são lapidados pelas agências anteriores (*News Promoters* e *News Assemblers*) e que, normalmente, os consumidores possuem pouca base institucional para difundir suas posições.

Diante do exposto e conforme enfatiza Gans (1979), apesar da relação entre esses atores parecer simples e linear, trata-se, na verdade, de uma conjuntura cíclica que envolve um grande jogo de interesses. Nesse “jogo da corda” ou “cabo de guerra”, a disputa se dá pela interpretação da realidade, numa arena onde as relações existentes entre os jogadores nem sempre são explícitas e equilibradas.

Os promotores de notícias e os *media* possuem necessidades de acontecimentos nem sempre coincidentes. Porém, não raro acontece de o agente promotor – no caso, as elites políticas e econômicas - pressionar o jornalista a alterar sua rotina de trabalho a fim de satisfazer suas demandas, podendo, inclusive, submeter o profissional a sanções diretas, como por meio de ameaças, boicotes etc.; ou indiretas, através de entrevistas regularizadas, fugas de informação etc. (Molotch e Lesters, 2016). Nesse cenário, tem-se a figura do jornalista que, em busca alimentar de forma mais veloz a agenda midiática e engolido pelas pressões editoriais, recorre às facilidades proporcionadas pelos promotores, privilegiando informações advindas de fontes oficiais e agências de notícias. Neste sentido, a profissionalização das fontes é destacada por Correia (2011, p. 99) como um problema contemporâneo. Trata-se

do treinamento/especialização das fontes para uma comunicação mais assertiva com os *media*, nas palavras do autor, “instituições diversificadas e uma variedade de profissionais cuja função consiste precisamente em posicionarem-se como fontes estrategicamente colocadas na órbita dos *media* com o objetivo expresso de tornarem-se fontes privilegiadas desses mesmos *media*”. As assessorias de comunicação, gabinetes de imprensa, porta-vozes, *press releases* etc. facilitam, por um lado, o trabalho do jornalista e, por outro, auxiliam na predominância das fontes oficiais no discurso midiático, uma vez que, são os detentores de poder os que mais têm acesso a esses profissionais.

Sobre a temática, Hall e outros (2016, p. 317) explicitam a adequação entre as ideias da elite dominante e as ideologias e práticas da atividade jornalística. Segundo os autores, os *jornalistas* frequentemente não são os definidores iniciais (*primary definers*) das notícias: “Sua relação estruturada com o poder tem efeito de fazê-los representar não um papel crucial, mas secundário, ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado, como de direito, aos *media* como ‘fontes acreditadas’”. Sobre essa relação, ao estudar o processo de decodificação de um discurso televisivo sob a perspectiva da posição hegemônica ou dominante, o pesquisador ressalta que, embora o código profissional jornalístico seja “relativamente independente” do código dominante – especialmente no que se refere a sua natureza prática e técnica -, ele opera dentro da hegemonia do código dominante, atuando como reproduzidor das definições dominantes.

Assim, os profissionais estão ligados às elites decisórias não somente através da posição institucional das próprias emissoras enquanto “aparelho ideológico”, mas também pela estrutura de acesso (ou seja, o recurso excessivo e sistemático a pessoas da elite e a sua “definição da situação” na televisão). Pode-se, portanto, inferir que os códigos profissionais servem para reproduzir definições hegemônicas, especificamente por não inclinarem abertamente suas operações em uma direção dominante: a reprodução ideológica, portanto, acontece aqui inadvertidamente, inconscientemente, “pelas costas dos homens” (Hall, 2003, p. 400-401). Ainda conforme Hall (2003), no jogo de interpretações da realidade, é a definição hegemônica que vai definir o horizonte mental, os significados possíveis e toda gama de relações de uma sociedade, por ser tal definição considerada legítima e naturalizada.

Essa forma inconsciente de adesão à ideologia dominante da estrutura de poder defendida por Hall (2003) é questionada por Rocha (2021, p. 14-15) ao denunciar a falta de aprofundamento nas discussões sobre os conflitos de interesses ideológicos dentro dos veículos de comunicação. Segundo o autor, são tratados como tabus temas como a contradição ideológica entre os “controladores das ações do investimento de capital no ‘negócio das notícias’ e seus dirigentes de confiança” e os jornalistas (compreendidos como funcionários das organizações empresariais); a capacidade do público em exercer eventual autoridade para obrigar os veículos de comunicação a alinharem seus conteúdos aos interesses coletivos e ao bem comum; assim como o fato de que não são os jornalistas os definidores primários dos conteúdos das notícias. Esse “tabu ideológico” proporciona uma postura padrão irrefletida e acrítica com que esses assuntos são tratados. No que concerne ao trabalho de Hall (2003), Rocha (2021, p. 26) infere que, apesar de abordar a questão da definição das notícias não pertencer ao jornalista, o sociólogo não contempla espaços para mudanças ideológicas.

Hall não concebe o conflito de interesses existente dentro das organizações empresariais de mídia noticiosa entre os seus controladores acionários e seus dirigentes, ao lado dos posicionamentos favoráveis à preservação do status quo, e os jornalistas funcionários/empregados, em geral, identificados com as demandas progressistas e os interesses da maioria da sociedade.

O olhar de Edward Herman (2016) sobre as condições de diversidade significativa das versões sociais representadas nas notícias, enquadramento ideal na perspectiva da teoria da democracia, é bastante necessário nessa abordagem. No sentido contrário, embora configure o enquadramento mais comum, ele denomina de diversidade sem sentido ou marginalizada a situação em que “temas, fatos e perspectivas que se desviam da perspectiva geral estabelecida estão confinados aos limites dos media e não chegam ao grosso da população”. Essa perspectiva geral é normalmente estabelecida pela estrutura de poder vigente, sendo difundida pelos próprios *media*, a partir da reprodução das falas de fontes oficiais. “A autocensura, as forças do mercado e as normas das práticas noticiosas podem produzir e manter uma perspectiva particular tão eficazmente como uma censura formal do Estado”, complementa Herman (2016, p. 295-296).

A proposta do autor para análise sobre a limitação à diversidade é intitulada como “*propaganda framework*” – modelo que observa como os *media* tratam frequentemente assuntos semelhantes de forma diferente. A abordagem de Herman

apoia-se na interligação entre a indústria dos meios de comunicação e o mundo dos negócios e o governo. Assim, por meio da “*propaganda framework*, toda a vastidão da cobertura de um acontecimento particular nos vários *media* é tratada como uma campanha de publicidade maciça” (Herman, 2016, p. 298). Essa campanha publicitária para políticas particulares travestida de informação verdadeira e transformada em ‘estória da agenda preferida pelo público’ dificulta a apresentação de perspectivas diferentes, silenciando e marginalizando outras vozes e possibilidades interpretativas, o que Elisabeth Noelle-Neumann (1993) conceitua como espiral do silêncio.

O que fica claro, diante do exposto é que, cada vez mais, as fontes utilizadas irão refletir, por um lado, a estrutura de poder econômico e social existente e as exigências dos procedimentos produtivos (Wolf, 2006). Gans (1979) vai comparar essa relação a uma dança, onde reina a reciprocidade: fontes institucionais querem ter acesso aos jornalistas para sanarem suas demandas, enquanto jornalistas se aproximam das fontes para obter informações e facilitar sua rotina. Além da facilidade de acesso, os jornalistas identificam nas fontes oficiais fatores como credibilidade, incentivos, poder e proximidade social e geográfica.

A primordialidade das fontes oficiais traz consigo uma série de consequências. A ascensão do jornalismo declaratório, sem aprofundamento e contextualização das temáticas abordadas, como prática comum e aceitável é uma delas. Pereira Júnior (2010, p. 82) define esse tipo de jornalismo como “aquele que se satisfaz com declarações de celebridades, políticos e empresários, pouco importa se sustentadas em fatos”. Culmina-se, dessa forma, na perda da autonomia do jornalista e na sua anulação como sujeito construtor de sentido e intérprete da realidade, tornando-se refém de assessorias de imprensa, mero reproduzidor de oficialismos e impulsionador de coberturas onde prevalecem conceitos e juízos de valor escondidos em falas entre aspas (Medina, 1998).

Para além disso, o silenciamento de jornalista e do público passa a transmitir a visão de um aparente universo equilibrado (e manipulado). Conforme enfatiza Serra (2003, p. 33), “produz-se, assim, uma imagem tranquilizadora da sociedade, de acordo com a qual os burocratas e os tecnocratas velam pelo bem-estar e pela segurança de todos e cada um dos cidadãos, corrigindo de forma eficaz as eventuais ‘anomalias’ e ‘disfunções’”. Por outro lado, ao serem informados apenas por fontes oficiais, os jornalistas perdem seu poder de denunciar transgressões e abusos,

gerando um ciclo vicioso de cumplicidade entre esses e o poder público, tornando os *media* meros “mensageiros do poder”.

Neste mesmo sentido, Benetti (2010), ao utilizar a Análise de Discurso para realizar o mapeamento das vozes presentes em um texto, recorda a importância da polifonia no relato jornalístico. Segundo a autora,

O discurso é fruto do trabalho de interação entre sujeitos (...), é sua característica dialógica e intersubjetiva, que inclui tanto o processo de dizer quanto o processo de interpretar. O discurso é constitutivamente dialógico, mas não necessariamente polifônico. Para identificar o seu caráter polifônico ou monofônico é preciso mapear as vozes que o conformam e, nesse movimento, refletir sobre as posições de sujeito ocupadas por indivíduos distintos (Benetti, 2010, p. 116).

Os estudos de Benetti identificam que algumas reportagens, apesar de exporem diversos locutores (ou seja, pessoas que falam), apresentam apenas uma perspectiva de enunciação. Assim, se todos os locutores (fontes e jornalista) enunciarem um fato sob a mesma perspectiva e os mesmos interesses, apenas complementando-se umas às outras, não existirá polifonia. A autora retrata toda a complexidade que envolve o estudo das vozes do discurso jornalístico e reitera que, diante de sua natureza pública e da sua função de servir como meio de circulação de diferentes saberes, “apenas a pluralidade de perspectivas de enunciação pode configurar o jornalismo como campo plural e representativo da diversidade social” (Benetti, 2010, p. 120).

A prevalência do repertório dos detentores de poder – principalmente do poder econômico - nas notícias também é denunciada por Ross (2006, 88-89). Como explica o autor, o processo de industrialização do jornalismo, com o monopólio do grande capital sobre este segmento do mercado, trouxe como consequência, não apenas a prevalência do sensacionalismo e da espetacularização, mas a supressão das consideradas notícias de qualidade. Para Ross, a maior ameaça à qualidade do jornalismo não é simplesmente o compromisso mercadológico, mas especialmente a distorção política e ideológica.

Fatores como a questão de a decisão editorial não pertencer mais a um jornalista diretor da organização empresarial, mas a um empresário; a maior dependência da publicidade para manter os jornais; e a subordinação dos mesmos a outras empresas colaboram para a manutenção desse contexto. Mantendo a aparência de dirigir um jornal visando influenciar a opinião pública, vigiar o sistema político e fortalecer a democracia, os proprietários “enganam” seu público por meio da

supressão de acontecimentos. Sobra para os diretores dos jornais – jornalistas não proprietários - a publicação apenas das partes de sua consciência, de seus ideais e valores profissionais compatíveis não só com propostas satisfatórias aos resultados econômicos da empresa jornalística, mas, sobretudo, com a reprodução da sua dominação e da respectiva ideologia hegemônica, excluindo os temas e reivindicações das classes e grupos periféricos identificados com a contra ideologia questionadora dos interesses da estrutura de poder.

2.2 UM NOVO OLHAR PARA O JORNALISMO: A PERSPECTIVA PRAGMÁTICA-CONSTRUTIVISTA

A segunda orientação epistêmica refletida por Epstein (2005, p. 22) trata-se da Teoria Crítica. É necessário destacar, porém, como bem salienta o autor, a importância da revisão desta teoria realizada por Habermas por meio da sua Teoria da Ação Comunicativa (que será melhor abordada adiante). Epstein (2005) destaca como aspecto negativo da Teoria Crítica de Adorno e Horkheimer o fato de que, na perspectiva de seus criadores, a dialética do progresso culminava mais na destruição do que na realização da razão. Assim, ao abordar essa orientação epistêmica, o filósofo ressalta, sob a nova perspectiva inserida por Habermas, a admissão da ideia de progresso a partir da conscientização e da emancipação. Ainda segundo Epstein (2005, p. 22), essa orientação “influenciou vários aspectos da pesquisa participante e teve importantes pontos de contato com o pensamento comunicacional latino-americano, especificamente no Brasil, com as ideias de Paulo Freire”.

Indo ao encontro dessa vertente, a Escola de Chicago, fundamentada na Filosofia Pragmática da Comunicação, concentrou seus esforços na relevância social da imprensa, inserindo procedimentos de investigação *in loco*, de forma aberta, emancipadora e qualitativa. Como enfatiza Ponte (2005, p. 87), o estudo dos jornais passou a processar-se “numa forte relação com a sociologia, a antropologia, a filosofia pragmática de Peirce e com as humanidades, numa orientação para o estudo do local, da comunidade”.

Dentre as contribuições dos pragmáticos, no que concerne à natureza simbólica da interação social, conforme Mead, tem-se a importância da “linguagem na organização da vida humana social e na construção da identidade entre o ser social e o outro coletivo” (Ponte, 2005, p. 88). Cooley, por sua vez, introduziu o conceito de

grupo primário (constituído, por exemplo, na família e grupos de amigos) onde há forte associação, cooperação e ligação emocional. Esse conceito foi fundamental na compreensão dos processos de mediação social, em contraponto às perspectivas atomizadas da sociedade urbana defendidas pelo positivismo. É de Robert Park a introdução de metodologias de observação participante no jornalismo, o que levou, posteriormente, ao entendimento de uma sociologia do jornalismo que envolvia toda a complexidade dos processos de produção de notícias. É de Park também a antecipação de estudos sobre a noticiabilidade e dos valores notícias (Ponte, 2005).

Negligenciados pela ideologia positivista no século XIX (assim como também foram as reflexões do Interacionismo Simbólico, nos Estados Unidos, e da Ciências dos Jornais, na Alemanha), esses estudos voltaram à evidência a partir da década de 1960, com a chamada Guinada Linguística/Pragmática. Concentrada na relação entre os signos e seus utilizadores, de acordo com essa corrente teórica, “para além das dimensões sintática e semântica na análise do processo sógnico, há uma dimensão contextual, a qual evidencia que o signo não é independente da sua utilização” (Castro & Rocha, 2015, p. 104).

Conforme mencionado anteriormente, a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas merece destaque nesse novo contexto, ao propor uma revisão da teoria sociológica da ação, a partir da teoria da linguagem. Para isso, buscou considerar o “sentido” como conceito sociológico básico. Segundo o filósofo, “sentido” engloba o significado de uma palavra ou oração. Dessa forma, Habermas não acredita que existam intenções puras ou prévias de quem fala, uma vez que, “o sentido tem ou encontra sempre uma expressão simbólica; as intenções, para cobrar clareza, têm que poder adotar sempre uma forma simbólica e poder ser expressadas ou manifestadas” (Habermas, 2001, p. 19-20).

A distinção entre comportamento e ação também foi essencial para a concepção da teoria habermasiana. O autor considera comportamento como movimento observável que pode ser ou não intencional. Já ação é essencialmente intencional, regida sempre por normas ou regras compostas por um significado intersubjetivamente compartilhado. Neste sentido, conforme expressa Rocha (2007, p. 3), “a base experimental de uma teoria da ação tem que ser distinta da fundamentação de uma teoria baseada estritamente em termos de ciência do comportamento”. Assim, Habermas apresenta o problema da medição dos

significados das expressões simbólicas, considerando como verdade a pretensão de validade vinculada aos atos de fala constataativos.

Portanto, não é o caso de se verificar se as afirmações são verdadeiras ou falsas, mas se a pretensão de validade que encerram é capaz de ser reconhecida ou deve ser rejeitada, implicando a conclusão de as afirmações serem consideradas justificadas ou não. Uma pretensão pode se fazer valer, ser discutida, rejeitada ou acatada. E muitas podem ser as razões ou causas efetivamente encontradas numa circunstância para que uma pretensão de validade seja reconhecida (Rocha, 2007, p. 3).

Aplicando essa proposição às considerações sobre fato, Habermas explica que um fato é o que faz verdadeiro a um enunciado. Já objetos de experiência são aquilo acerca do que se fazem afirmações ou enunciações. “Os fatos têm, pois, um status distinto dos objetos (...) Com os objetos faço experiências, com os fatos os afirmo; não posso experimentar fatos nem afirmar objetos (ou experiências com os objetos)” (Habermas, 2001, p. 117).

Sob a égide da teoria consensual da verdade, tem-se, portanto, que uma informação confiável é medida pela competência discursiva desempenhada, uma vez que, só podem ser considerados verdadeiros os enunciados que podem ser fundamentados. “A verdade de uma proposição significa a promessa de alcançar um consenso racional sobre o dito” (Habermas, 2001, p. 121).

Assim como Habermas, o filósofo e sociólogo austríaco Alfred Schutz (1899-1959), influenciou os estudos que questionavam preceitos positivistas. Suas investigações sobre a Fenomenologia Social eram voltadas ao mundo da vida, ou seja, o mundo de significados comuns que são intersubjetivamente partilhados, cabendo à comunicação garantir a estruturação dos contextos de significados considerados objetivos e independentes da experiência subjetiva dos componentes sociais. Conforme observa Correia (2005, p. 105),

Um dos elementos fundamentais da obra de Schutz será a atenção à comunicação enquanto coordenação de duas correntes de acção através de meios simbólicos. Schutz sustenta a concepção segundo a qual a constituição das relações sociais exige a transformação da experiência interior através do médium espaciotemporal da linguagem e da construção de uma realidade “objectivada” que é qualitativamente diferente da experiência subjetiva.

A comunicação, dessa forma, é compreendida como estruturante da própria sociabilidade, apesar de o próprio Schutz reconhecer que uma comunicação plenamente bem-sucedida é impossível de se alcançar, já que há uma parte da vida privada do ser humano que é incapaz de ser acessada por outro (Correia, 2005).

Ainda segundo Schutz, para que a comunicação exista – e, por sua vez, a ordem social -, é necessário um entendimento mínimo para que os atores sociais possam assimilar os significados atribuídos ao mundo de forma idêntica. Esse entendimento aconteceria por meio de um acordo “com o qual os actores chegassem a um entendimento intersubjectivo em que colocassem entre parênteses as suas diferenças de experiências para as considerarem como idênticas” (Correia, 2005, p. 109).

Os trabalhos de Habermas e Schutz convergem a respeito da relativização da objetividade atribuída aos fatos da realidade. Ambos consideram que a comunicação resulta na constituição de universos de significados comuns entre os indivíduos que partilham a realidade (Rocha, 2007).

O acirramento de debates contra os pressupostos defendidos pela epistemologia positivista na década de 1960 estimularam o surgimento de um novo paradigma científico – o construtivismo. A nova perspectiva epistemológica baseia-se na compreensão da realidade – e, por conseguinte da informação -, como construção social e não como algo dado, preexistente e inquestionável como concebia o positivismo. Para os construtivistas, o “uso de técnicas precisas de descrição do real, ao retirar do jornalista parte do seu poder de manobra como codificador, retira-lhe também parte de sua responsabilidade. Não é o repórter quem fala e escreve, e sim a realidade por ele espelhada” (Barros Filho, 2003, p. 25).

Corroborando as teses de Schutz e de Habermas, no que se refere aos conceitos de verdade e realidade, os pesquisadores desta corrente os assimilam à crença de uma comunidade de comunicação – constituindo-se numa teoria consensual da verdade -, compreendendo que a verdade não preexiste à ação humana, mas nela tem origem (Charaudeau, 2006). A intersubjetividade na construção do sentido comum dos atores sociais é refletida por Correia (2011) como fundamental nesta perspectiva. Segundo o autor, a comunicação é compreendida como constituinte e estruturante da sociabilidade. Assim, infere que

a ordem social e a própria atribuição recíproca de significados que lhe é inerente implica que haja um entendimento mínimo em que todos os actores possam criar uma clara disposição para perceberem os significados atribuídos a outrem de uma maneira relativamente idêntica. A linguagem permite os processos de institucionalização da sociedade como realidade objectiva. A realidade quotidiana só se manifesta como presente graças à linguagem e a possibilidade que esta constitui de uma comunicação contínua com a alteridade. A informação jornalística pode ser vista como construção social da realidade uma vez que se trata de um projecto de objectivação

regido por práticas institucionalizadas, como sejam as tipificações e as rotinas. Neste sentido, a prática informativa não pode ser considerada como simples acção selectiva mas uma acção que intervêm directamente na construção de significados intersubjectivamente partilhados (Correia, 2011, p. 195).

Detém-se, portanto, conforme o pesquisador, que os indivíduos constroem de forma ativa significações que são comuns e partilhadas. Essa construção da realidade, especificamente no que se refere ao jornalismo, é percebida na produção de sentidos advinda da ação e das rotinas produtivas que regem a atividade (Correia, 2011).

Sobre o contexto de produção das notícias (*newsmaking*), a complexidade que envolve a seleção e a organização de conteúdos jornalísticos é considerada essencial, assim como são salientados os constrangimentos (editoriais, políticos, ideológicos etc.) e condicionamentos que envolvem o processo de construção das notícias. Como explica Correia (2011, p. 146),

nas diversas fases da actividade de recolha, distribuição e produção de notícias, a acção mediadora do jornalista exerce-se no contexto de diversos factores constitutivos de uma rede complexa de condicionalismos e constrangimentos que, no termo do processo, fazem com que as notícias tenham um determinado conteúdo, uma determinada forma. As notícias são assim encaradas como um resultado de interacção entre factores de natureza pessoal, social cultural, ideológica, económica, política, entre outras.

A influência dos estudos da linguagem e suas reflexões enquanto produto histórico e cultural auxiliam os pesquisadores dessa corrente na desmitificação de que, uma informação, ao ser relatada em forma de linguagem, pode ser, de alguma forma, neutra, como pregava a epistemologia positivista. Neste sentido, dialogando com Correia (2011), Rüdiger (2021, p. 52) explana que “os relatos jornalísticos não somente estão impregnados de subjetividade, mas (...) igualmente se fundam em esquemas ficcionais autônomos, às vezes provindos de tempos imemoriais, cuja origem está na criatividade coletiva, em vez da observação da realidade”. Ainda nessa perspectiva, infere Charaudeau (2006) que toda captura de realidade empírica passa pelo ponto de vista particular, o qual atua como filtro. Assim, não há como se conceber uma realidade total, mas sim, uma realidade construída.

As considerações dessa corrente também são refletidas no âmbito da epistemologia e da filosofia da ciência. Piaget e Garcia (2011) refutam os mitos positivistas de avaloratividade científica e neutralidade axiológica, até hoje aclamados em estudos que abrangem o estado da arte de jornalismo. Os autores denunciam que

a ideologia epistêmica positivista carrega consigo a descontextualização e a consequente despolitização dos indivíduos. Como a ciência é condicionada aos aspectos culturais, históricos e sociais de uma determinada época, o quadro epistêmico vigente deve funcionar de acordo com a ideologia científica dominante. Assim, esclarecem que

a cada momento histórico e em cada sociedade, predomina um determinado quadro epistêmico, produto de paradigmas sociais e origem de um novo paradigma epistêmico. Mas uma vez constituído um determinado quadro epistêmico, torna-se impossível dissociar a contribuição proveniente do componente social daquela que é intrínseca ao sistema cognitivo. Assim constituído, o quadro epistêmico começa a atuar como uma ideologia que condiciona o desenvolvimento posterior da ciência. Essa ideologia funciona como um obstáculo epistemológico que não permite qualquer desenvolvimento fora do quadro conceitual aceito. É apenas nos momentos de crise, de revoluções científicas, que há uma ruptura com a ideologia científica dominante e que se passa a um estado diferente com um novo quadro epistêmico, distinto do precedente (Piaget & Garcia, 2011, p. 344-345).

Em suma, por meio do construtivismo, “pode-se identificar a questão central da forma de legitimação e validação dos significados e conhecimentos de uma maneira geral, mas também do campo da comunicação e do jornalismo” (Rocha & Alves, 2020, p. 99).

2.2.1 Audiência e construtivismo

Ainda no século XIX, os filósofos pragmáticos Lumley e Dewey percebiam na comunicação e no jornalismo um novo meio de influência e disputa social, uma vez que compreendiam o público como capaz de visualizar o emprego politicamente negativo dos meios de comunicação e reagir, utilizando esses próprios meios, para assumir seu papel como cidadão (Rüdiger, 2014). No cenário em que a sociedade se encontrava entre o totalitarismo e a democracia plebiscitária e tecnocrata, Dewey viu a oportunidade para recriar a democracia participativa por meio da comunicação e do desenvolvimento do conhecimento público. Dessa forma, o público poderia adquirir a habilidade de debater e julgar os problemas sociais através de uma comunicação livre, aberta e horizontal, que “[...] é a pré-condição de existência de um público efetivo e genuíno” (Dewey, 1927, p. 142).

A ascensão de uma visão construtivista passou a considerar os efeitos dos media mais significativos ao se relacionarem com a construção de significados por parte da audiência. Segundo Portela (2019, p. 33), essa construção acontece com

base em negociações permanentes “instanciadas pelas estruturas individuais de significado que, por sua vez, decorrem dos códigos de significação coletivos socialmente válidos”. Assim, discute a relação entre as dimensões individuais e o contexto social, enfatizando que, além dos media, outras instituições sociais são incluídas nesse processo, como família, religião etc.

O que se percebe é que, com a evolução das pesquisas na área, as primeiras fases de estudos sobre a audiência, que evidenciam a passividade (mesmo que parcial) do público-receptor, perderam espaço. Charaudeau, por exemplo, destaca que, ao contrário do que se propagava em épocas passadas, a mídia não pode ser considerada como “ópio do povo”, uma vez que, diante desse cenário, não se manipulam massas com facilidade.

Ninguém está capacitado para dizer o que as massas representam exatamente, a não ser opiniões diversas (...) que só se apreendem através de instrumentos de análise (...), que, na verdade, constroem entidades díspares, cada um de acordo com o método de investigação (Charaudeau, 2006, p. 253).

Segundo o autor, a relação entre instâncias (de produção e de recepção) não é reflexiva - a primeira instância constrói apenas efeitos visados que raramente coincidem nos efeitos produzidos na instância de recepção.

Sob a perspectiva da construção cultural, Ruótulo (1998, p. 165) aborda o papel da comunicação humana como “processo básico vital através do qual os indivíduos constroem os significados culturais coordenando suas linguagens e concepções de mundo”. Assim, apresenta os meios de comunicação como facilitadores/mediadores do diálogo no espaço onde a cultura é “construída, modificada e reconstruída” e, por conseguinte, destaca a comunicação como elemento primordial na formação da cultura. Por outro lado, tem-se que a construção de significados por parte da audiência une-se ao complexo enquadramento cultural ao qual ela está envolvida. A audiência, então, atua de forma a apreender uma mensagem, atribui-lhe sentido e aplicá-la na construção do seu próprio cotidiano (Portela, 2019).

Na mesma base dos estudos culturais, surgem os estudos referentes às perspectivas da recepção, que possui como foco o uso e o impacto dos *media*, considerando os aspectos sociais e discursivos da comunicação. Destacam-se as pesquisas de Sonia Livingstone (1992), Sara Pereira (1998) e Manuel Pinto (2000), os quais abordam a construção subjetiva de significados a partir dos conteúdos da comunicação.

(...) considera-se que os leitores, inseridos num ambiente rodeado pelos media, constroem os seus significados tendo como referência os textos mediáticos – eles próprios construídos com múltiplas outras referências a textos e a contextos – mas também ligando-os a objetos de consumo, produtos culturais, estilos de vida e às situações do seu quotidiano. Falamos, pois, de intertextualidade. Não apenas como uma realização do leitor enquanto tecelão de uma trama de múltiplas ligações, mas também do próprio ecossistema mediático, elaborado por inúmeros textos, vozes, meios, canais, géneros e narrativas diferentes, que assim concorrem para a polissemia das mensagens mediáticas (Portela, 2019, p. 64-65).

O ponto de vista hermenêutico de Paulo Serra (2003) é essencial nessa discussão. O autor considera a recepção não apenas um “processamento de informação”, e sim um processo complexo onde o sujeito constrói, de forma ativa e criativa, o sentido da informação. Adriano Duarte Rodrigues (2002, p. 218) acrescenta a essa perspectiva o fato de que até o próprio silêncio da audiência compõe esse processo de formação de sentido, uma vez que, este silêncio não pode ser considerado uma atitude passiva. Ao contrário, ele engloba o processo de escuta por meio do qual o discurso da mídia recebe “o seu princípio, o seu alimento, a sua razão de ser, o seu sentido”.

Berger e Luckmann (2004, p. 76) consideram esse processo de produção de sentido natural a todas as sociedades, tendo em vista que

Todas as sociedades estão envolvidas em processos de gerar sentido, mesmo que não tenham desenvolvido instituições especiais de produção de sentido. Em todos os casos controlam a recepção dos elementos de sentido pelos estoques sociais de conhecimento e organizam a intermediação dos elementos de sentido para os membros da sociedade, adaptando-as às novas necessidades. Por meio de suas instituições as sociedades conservam as partes essenciais do sentido, elas comunicam sentido ao indivíduo e às comunidades de vida em que o indivíduo cresce, trabalha e morre.

Apesar de Berger e Luckmann não se referirem especificamente à atividade jornalística, podemos compreender o jornalismo como uma dessas instituições intermediadoras, que proporciona ao cidadão o direito de também ser um colaborador na construção de sentido (e na própria construção social da realidade). Diante do exposto, o que se percebe é que o viés construtivista compreende o público como participante da comunidade de comunicação, que possui sua autoridade reconhecida na definição e construção de sentido, assim como na deliberação democrática sobre questões coletivas.

Esta autoridade do público é concebida no âmbito da própria delimitação da atuação das empresas de comunicação e suas políticas editoriais. Rocha (2021), ao

defini-la como base da concepção republicana de democracia, que pode ser utilizada visando obrigar os veículos de comunicação a se alinharem aos interesses coletivos, apresenta tal autoridade como um dos pontos que merecem destaque nas reflexões acadêmicas sobre o estado da arte do jornalismo no que se refere às tensões do negócio das notícias. Já sobre os limites da ação consciente do jornalista ao definir critérios valorativos de sua apuração, Rocha (2021, p. 17) dialoga com Chaparro (1994), advertindo que “a expansão da ação comunicativa está na esfera dos interesses do receptor, uma vez que o profissional precisa distinguir a autoridade do público de sua função”. Assim, por exemplo, cabe ao jornalista promover denúncias sobre atos ilegais e abusos de autoridade de um presidente da república. Porém, apenas o povo possui o poder de derrubá-lo.

No que concerne à ruptura da prevalência das fontes oficiais, Chaparro (2009) identifica como Revolução das Fontes a alteração das relações entre os *News Assemblers* e *News Consumers*. Segundo o autor, as novas tecnologias auxiliaram na transformação dos consumidores de notícias, antes qualificados como receptores passivos, em participantes ativos e efetivos que intervêm no processo de produção de notícias, produzindo e divulgando informações e concorrendo, ainda que de forma desigual, com a estrutura de poder na definição das temáticas abordadas pelos medias. Como explica Chaparro (2009, p. 7), “tendo o fato produzido e a sua notícia como principais ferramentas de ação, as fontes, antigamente passivas, se transformaram em instituições deliberadamente produtoras de conteúdos, por meio de fatos e falas noticiáveis”.

Para além de mera fonte de informação, os cidadãos consumidores de notícias passam a ser considerados atores centrais no processo de produção jornalísticos, compartilhando, inclusive, funções antes exclusivas ao profissional jornalista. Essas mudanças nas relações entre cidadãos e jornalistas serão abordadas na próxima seção.

3. PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA

Antes de dar continuidade às reflexões propostas nesta pesquisa, entendemos como crucial trazer uma discussão teórica, ainda que de forma resumida, sobre o conceito de audiência e sua constante analogia, nos estudos do jornalismo, ao conceito de público. Da mesma forma, compreendemos a necessidade de caracterizar o cidadão comum como parte desse público, a fim de clarificar a ideia da participação cidadã abordada nessa tese.

Como visto na Seção 2, na revisão realizada sobre orientações epistêmicas, o termo audiência ocupou diferentes contextos: como base para negociações entre veículos e anunciantes, com foco na quantificação do indivíduo para fins de consumo do produto midiático (Portela, 2019); como massa passível de manipulação que, apesar de ser construída por um grupo de pessoas que perdeu sua identidade individual, ainda não possui uma identidade coletiva (Gutiérrez *et al.*, 2022); como indivíduo que utiliza os meios de comunicação para atender suas necessidades, numa perspectiva funcionalista (Wolf, 2006); e, por fim, no contexto contemporâneo, diante das novas possibilidades trazidas junto com o desenvolvimento tecnológico e das novas mídias, como um dos atores do processo de produção jornalística – aspecto que será melhor abordado nesta seção.

No que se refere ao conceito de público, uma das primeiras associações que se estabelece é a sua oposição ao conceito de privado. Para melhor compreensão, nos remeteremos à Habermas (1984) que, ao publicar “Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa”, resgata, no contexto da antiga Grécia, a dissociação entre o conceito de *polis* como o domínio público e *oikos* como o domínio do privado no âmbito das instituições. Em sua obra, nesse cenário onde o patriarca da família exercia liberdade na esfera pública, ou seja, era considerado um cidadão livre, Habermas (1984) demonstra que tanto o público quanto o privado na esfera pública grega eram dominados por um único poder representado por esses cidadãos livres. Esse modelo perpassa a Idade Média até a chegada da esfera pública burguesa.

Segundo Habermas (1984, p.42),

a esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera

fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social.

Habermas (1984, p. 44) destaca ainda o papel crucial da transformação dessa esfera pública diante de uma maior autonomia do moderno aparelho de Estado em relação à esfera pessoal do monarca, a partir do Século XIII, trazendo como consequência, o surgimento, nas cidades, de “uma primeira esfera pública literária que encontra as suas instituições nos *coffee-houses*, nos *salons* e nas comunidades de comensais”. Nestes locais, as conversações literárias entre os herdeiros da sociedade aristocrata e intelectuais burgueses se transformaram em críticas políticas abertas.

A partir da expansão das relações econômicas mercantilistas, no contexto de reestruturação política e social, durante a fase mercantilista do capitalismo, a imprensa surge, segundo Habermas (1984, p. 34), como “uma peculiar força explosiva”, que com sua crítica profissional, mediava as reuniões do antigo público frequentador dos salões e comunidades comensais, agora emancipado. Para além dessa atuação, a imprensa torna-se meio para o exercício da opinião crítica, gerando, ainda, publicidade aos fatos públicos. É nesse cenário que Habermas distingue o processo de polarização e a divisão das esferas pública da privada.

Neste sentido estrito, ‘público’ torna-se sinônimo de estatal; o atributo não se refere mais à ‘corte’ representativa, com uma pessoa investida de autoridade, mas antes ao funcionamento regulamentado, de acordo com competências, de um aparelho munido do monopólio da utilização da força (Habermas, 1984, p.31-32).

Conforme bem destaca Barbosa (2001, p. 3), ainda nesse período, o conceito de público também aparece como análogo ao de dignidade e aceitação com base na ideia de divulgação. “Pressupondo de antemão uma ideia de divulgação condição indispensável para tornar-se público —, embute-se na noção uma outra ideia: público é também o que é aceitável e digno de admiração”.

A partir de meados do Século XX, com a transformação da imprensa politizante em imprensa comercial (mais informativa que opinativa) e da transformação da publicidade crítica em publicidade manipulativa, segundo Habermas (1984), a esfera pública burguesa entra em declínio. Assim, com o capitalismo industrial vigente, os debates que antes aconteciam nos salões e cafés passam a uma comunicação mediatizada massiva. Essa relação entre massa e público é debatida por Martín-Barbero (1997). Segundo o autor, por meios dos jornais, o que se entende por massa

passa a ser compreendido como público, ou seja, conglomerado de indivíduos passíveis, mudos, isolados e dispersos.

Em “Direito e Democracia”, Habermas (1997) reformula o seu entendimento sobre esfera pública associando-a a uma rede adequada à circulação de opiniões, que não pode ser compreendida como instituição ou organização (pois não possui estrutura normativa que diferencie e regule os papéis de seus membros), nem como sistema (já que não há como estabelecer seus limites internos).

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana (Habermas, 1997, p. 92).

Alves (2019) explica que, nessa nova compreensão de Habermas, nas sociedades complexas, essa rede se torna ramificada e articulada como esferas públicas mais ou menos especializadas e acessíveis a um público de leigos. Remetendo-se à Castells (2015), a pesquisadora retrata que a nova esfera pública da sociedade em rede compõe o mundo contemporâneo globalizado, “que passa por progressiva transformação em que a cultura é fragmentada e integrada nos processos de comunicação dados pelos protocolos de comunicação” (Alves, 2019, p. 36).

Esmiuçando o contexto das sociedades complexas, o filósofo alemão, em trabalho publicado em 2023, aborda as consequências do uso das novas tecnologias de informação e das mídias sociais na função política da esfera pública. O autor apresenta como pontos positivos a maior emancipação e potencialidade democrática (traduzidas num maior empoderamento, horizontalização de processos e mobilização cidadã).

(...) a nova mídia não é “mídia” no sentido usado até então. Ela muda radicalmente o padrão de comunicação que até agora havia prevalecido na esfera pública. Porque, em princípio, a nova mídia capacita todos os potenciais usuários a serem autores independentes e com igualdade de direitos. A “nova” mídia difere da mídia tradicional na medida em que as empresas digitais usam essa tecnologia para oferecer aos potenciais usuários possibilidades ilimitadas de rede digital como se fossem quadros em branco para apresentarem seu próprio conteúdo comunicativo (Habermas, 2023, p. 59-60).

Porém, conforme reflete Habermas, a “nova mídia” traz consigo consequências negativas como a fragmentação da formação política da opinião e da vontade, o aumento do populismo e de tendências de despolitização.

O progresso tecnológico da comunicação digitalizada promove, em primeiro lugar, tendências que dilatam os limites da esfera pública, mas também provocam sua fragmentação. O caráter horizontal [*plattformcharakter*] da nova mídia, ao lado da esfera pública editada [*redaktionellen Öffentlichkeit*], cria um espaço de comunicação no qual leitores, ouvintes e espectadores podem assumir espontaneamente o papel de autores (...) A ascensão da nova mídia está ocorrendo à sombra de uma exploração comercial da comunicação de rede que, por enquanto, está pouco regulamentada. Por um lado, isso ameaça retirar a base econômica dos editores e dos jornalistas tradicionais como o grupo profissional competente, por outro lado, parece que se impõe entre os usuários exclusivos da mídia social um modo de comunicação semipública, fragmentada e que gira em torno de si mesma, o que deforma sua percepção da esfera pública política como tal (Habermas, 2023, p. 29).

Em resumo, a “nova mídia”, ao mesmo tempo que empodera os usuários, põe em xeque a agenda política comum, diante da fragmentação da esfera pública que passa a ser formada por bolhas, onde os usuários com mentalidades iguais ignoram opiniões dissonantes, abortando as possibilidades de debates democráticos. Como afirma Habermas, a regressão política é visível a olho nu, uma vez que a não há espaço para a crítica discursiva e reflexiva (Habermas, 2023).

Nesse cenário de sociedade em rede, é importante destacarmos ainda a distinção entre audiência e público. Sobre o assunto, Castells (2017) considera falho o conceito de audiência constituído e abordado por diversas teorias, sob a concepção da sociedade de massas, ou seja, encarada pela mídia corporativa como impotente, manipulável e consumista. Para o autor, as pessoas possuem a capacidade de alterar o significado das mensagens enviadas através dos meios de comunicação de massa de acordo com sua interpretação, com base no seu contexto e repertório únicos de vida (Alves, 2019). Sobre a distinção entre audiência e público como conceitos opostos, os estudos de Livingstone (2005) são interessantes, uma vez que, a autora considera tal polarização reducionista.

Livingstone (2005) coloca-se de acordo com Dahlgren (2003) sobre a necessidade premente de ver além do sistema político formal e questionar “se a crescente mediação do envolvimento das pessoas com sua sociedade transforma nossa concepção contida de audiência em algo mais complexo” (LIVINGSTONE, 2005, p.19, tradução nossa). No estudo de Livingstone (2005, p. 36), a abordagem por meio do pensamento binário dessa relação audiência/público torna-se inadequada por não atentar às “sutilezas dos textos midiáticos ou às complexidades do poder midiático nas sociedades

modernas tardias”, como já foi demonstrado em estudos recentes (Alves 2019, p. 37).

Corroborando a autora, Charaudeau (2006) e Maciá Mercadé (2006) destacam que o conceito de audiência é análogo, ainda, ao conceito de cidadãos, ou seja, um público complexo que vem se modificando diante das novas tecnologias, se diferencia conforme o suporte da transmissão (leitores, ouvintes, telespectadores...) e que, por ser diversificado, possui uma identidade social que não pode ser determinada precisamente pela instância produtora.

Assim como Alves (2019), consideramos o entendimento de Livingstone (2005) válido no sentido atribuído à audiência para fins deste estudo. Compreendemos que a demarcação da fronteira entre audiência e público, no contexto contemporâneo regido pelas novas tecnologias digitais - onde a conectividade supera barreiras geográficas e o espaço público é cada vez mais complexo, interligado e ramificado -, está cada vez mais diluída diante do surgimento das audiências ativas. Consideramos, ainda, as contribuições de Charaudeau (2006) e Maciá Mercadé (2006), ao compreendermos o cidadão como parte desse público.

3.1 BREVE NOÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO

Carpentier (2015), ao refletir sobre participação, considera que apesar de o termo ser bastante utilizado em diversas áreas de conhecimento e debatido de forma marcante no cenário acadêmico, seu conceito ainda permanece vago e diverso. Como meio para sanar essa dificuldade de conceituação, o autor compara participação aos conceitos de acesso e interação, uma vez que, apesar de serem teoricamente diferentes, possuem significados fluídos, o que causa grande confusão.

A estratégia de pesquisa utilizada neste texto para esclarecer o conceito de participação é uma abordagem negativo-relacionista e interdisciplinar. Negativo-relacionista aqui significa que o argumento em favor de um significado mais focalizado de participação é feito com base em uma comparação com outros dois conceitos, acesso e interação, elucidando as diferenças entre esses três conceitos. A suposição teórica aqui é que essas noções são ainda muito diferentes – em suas origens teóricas e em seus respectivos significados. No entanto, eles são frequentemente integrados (ou confundidos) com definições de participação (Carpentier, 2015, p. 9, tradução nossa⁴).

⁴ The research strategy used in this text to clarify the concept of participation is a negative-relationist and interdisciplinary one. Negative-relationist here means that the argument in favour of a more focussed meaning of participation is made on the basis of a comparison with two other concepts, access and interaction, elucidating the differences between these three concepts. The theoretical assumption

Para Carpentier (2015), o conceito de acesso possui relação direta com o conceito de presença. Como exemplo, ele aborda os estudos sobre exclusão digital e democratização da comunicação. Aqui, o acesso é verificado de acordo com o alcance de presença em relação à tecnologia em si (acesso ao computador) e ao conteúdo da mídia. Há também, conforme o autor, a possibilidade de acesso aos *media* em si, por meio de ferramentas de feedback e de presença do público nas organizações.

No que se refere à área de produção, foco central dessa tese, Carpentier (2015, p. 13, tradução nossa⁵) deixa clara a relevância do acesso aos *media* para ações de coprodução do público.

Finalmente, se nos concentrarmos mais na produção de mídia, o acesso ainda desempenha um papel fundamental na descrição da presença de tecnologia de mídia (produção) e de organizações de mídia e outras pessoas para (co)produzir e distribuir o conteúdo. Uma área relevante onde podemos encontrar o uso do conceito de acesso é meio de acesso (público), de um tipo de organização de mídia intimamente relacionados à mídia comunitária. Stein (2001, p. 299) descreve a versão dos EUA, que começou no final da década de 1960 e início da década de 1970, como segue: “Ao garantir acesso barato à produção recursos e instalações como câmeras, microfones, estúdios e equipamentos de edição, cidadãos comuns seriam capazes de construir as suas próprias mensagens televisivas e de ignorar os dispositivos de enquadramento da mídia corporativa profissional.”

Sobre interação, o autor destaca que a popularização da internet acarretou uma maior utilização desse conceito em diversas áreas como Comunicação, Sociologia, Psicologia e Literatura. Na maioria dos casos, essa interação é abordada de três formas:

a) interação pessoa a pessoa (interação social), definida como o estabelecimento de relações sociocomunicativas. Segundo o pesquisador,

a teoria sociológica tem utilizado este conceito extensivamente – especialmente sociologias subjetivistas, como o interacionismo simbólico e a sociologia fenomenológica – destacar a importância da interação social na construção de significado por meio de experiências vividas e intersubjetivas

here is that these notions are still very different – in their theoretical origins and in their respective meanings. Nevertheless, they are often integrated (or conflated) into definitions of participation (Carpentier, 2015, p. 9).

⁵ *Finally, if we focus more on media production, access still plays a key role in describing the presence of media (production) technology, and of media organizations and other people to (co-)produce and distribute the content. One relevant area where we can find the use of the access concept is (public) access media, a type of media organization closely related to community media. Stein (2001: 299) describes the US version, which started in the late 1960s and early 1970s, as follows: “By securing inexpensive access to production resources and facilities such as cameras, microphones, studios, and editing equipment, ordinary citizens would be able to construct their own televisual messages and to bypass the framing devices of professional corporate media.” (Carpentier 2015, p. 13).*

incorporadas na linguagem. Nessas sociologias, o social é moldado por atores que interagem com base em interesses, propósitos e objetivos compartilhados. valores ou conhecimento comum (Carpentier, 2015, p. 15, tradução nossa⁶).

Essas interações sociais ocorrem, segundo Carpentier (2015), de forma mediada, seja por meio de equipamentos ou de outros atores sociais. Ele destaca, como interações mediadas, ações de algumas instituições junto ao público.

Como Jenkins (2006) e Potts *et al.* (2008), as empresas (ou outros tipos de organizações) estão frequentemente envolvidas nesses processos interativos. Jenkins (2006) refere-se a uma cultura de convergência, combinando negócio de cima para baixo com práticas de consumo e produção de baixo para cima, enquanto Potts e outros (2008: 459) rotulam esta cocriação consumidor-produtor, “na qual os consumidores também entrar no processo de produção e inovação através da proveniência de novas tecnologias baseadas na web que permitem que microcomunidades dedicadas de consumidores se envolvam no processo de produção e inovação.” Além disso, Romero e Molina (2011) apontam que as organizações também se envolvem em processos cocriativos, rotulando-os de colaborativos organizações em rede (Carpentier, 2015, p. 16, tradução nossa⁷).

Referindo-se ao processo de produção colaborativa nos meios de comunicação, o autor destaca que, muitas vezes, essa mediação pode limitar as interações, tornando tais ações não totalmente participativas. Como exemplo, ele cita casos em que veículos de comunicação, apesar de incentivarem a interação com o público, restringem esse processo.

b) interação usuário-documento: Carpentier (2015) aborda aqui as interações em que o público seleciona, interpreta e utiliza as mensagens transmitidas pela mídia, dando sentido a essas mensagens.

A abordagem do sujeito humano como portador ativo de sentido está muito presente, por um lado, na teoria da decodificação aberrante de Eco (1968) e, por outro lado, no modelo de codificação/decodificação de Hall de 1973 e no conceito de audiência ativa (Fiske, 1987) que emanou disso. Além disso, a teoria dos usos e gratificações por (entre outros) Katz, Blumler e Gurevitch

⁶⁶ As mentioned before, sociological theory has used this concept extensively – especially subjectivist sociologies, such as symbolic interactionism and phenomenological sociology – to highlight the importance of social interaction in the construction of meaning through lived and intersubjective experiences embodied in language. In these sociologies, the social is shaped by actors interacting on the basis of shared interests, purposes and values, or common knowledge (Carpentier, 2015, p. 15).

⁷ As Jenkins (2006) and Potts *et al.* (2008) remark, companies (or other types of organizations) are often involved in these interactive processes. Jenkins (2006) refers to a convergence culture, combining top-down business with bottom-up consumption and production practices, while Potts *et al.* (2008: 459) label this consumer-producer co-creation, “in which consumers also enter into the process of both production and innovation through the provenance of new web-based technologies that enable devoted microcommunities of consumers to engage in the process of production and innovation.” Moreover, Romero and Molina (2011) point out that organizations also engage in co-creative processes, labelling them collaborative networked organizations (Carpentier, 2015, p. 16).

(1974) e os modelos deduzidos, como por exemplo, a teoria do valor da expectativa de Palmgreen e Rayburn (1985) e a teoria social modelo de ação de Renckstorf, McQuail e Jankowski (1996), baseiam-se em grande parte no conceito de audiência ativa (Carpentier, 2015, p. 17, tradução nossa⁸).

c) interação usuário-sistema: Carpentier (2015) considera essa interação como central no que se refere às novas mídias, já que se concentra na relação humano-tecnologia.

Relacionando os três modos de interação, o pesquisador conclui, baseando-se nos estudos de Jensen (1998), que interatividade é a capacidade potencial que uma mídia possui de possibilitar que um usuário exerça influência sobre o conteúdo e/ou forma da comunicação mediada. Assim, a interação pode ser compreendida “como uma característica de tecnologias de mídia específicas (ou sistemas) que incorporam a possibilidade de interação usuário-conteúdo e usuário-usuário através da interação entre usuário e tecnologia” (Carpentier, 2015, p. 18, tradução nossa⁹).

Para Carpentier (2015, p. 18, tradução nossa¹⁰), o conceito de participação é mais fluído e contingente, se comparado aos conceitos de acesso e interação. O autor associa esse conceito diretamente às lutas pelo poder na sociedade. “Seu significado faz parte de uma ‘política de definição’ (Fierlbeck, 1998: 177), uma vez que sua articulação específica muda dependendo do quadro ideológico que dele faz uso”. Dessa forma, mais que um debate acadêmico e uma disputa semântica, os debates sobre participação englobam o nível político-ideológico tornando-se uma luta vivida na prática.

Como modelos de participação, o pesquisador elenca o minimalista (referente a processos representativos – a exemplos das eleições, quando o eleito expressa a vontade popular homogeneizada) e o maximalista (quando há maior equilíbrio entre representação e participação, porém com vistas a uma participação maximizada). No que tange a comunicação, pode-se observar modelos minimalistas nas ações dos

⁸ *The approach to the human subject as an active carrier of meaning is very much present, on the one hand, in Eco's (1968) aberrant decoding theory and, on the other hand, in Hall's encoding/decoding model from 1973 and the concept of the active audience (Fiske, 1987) that emanated out of this. Additionally, the uses and gratifications theory by (among others) Katz, Blumler and Gurevitch (1974) and the deduced models, as for example the expectancy-value theory of Palmgreen and Rayburn (1985) and the social action model of Renckstorf, McQuail, & Jankowski (1996), rely to a large degree on the concept of the active audience.* (Carpentier, 2015, p. 17).

⁹ *a characteristic of specific media Technologies (or systems) that incorporate the possibility of user-content and user-user interaction through the interaction between user and technology* (Carpentier, 2015, p. 18).

¹⁰ *Its meaning is part of a “politics of definition” (Fierlbeck, 1998: 177), since its specific articulation shifts depending on the ideological framework that makes use of it* (Carpentier, 2015, p. 18).

media em que há um forte controle sobre a participação do público, reduzindo-a apenas ao acesso e à interação. Assim, apesar de ainda haver participação, muitas vezes ela apenas “atende às necessidades e interesses do próprio sistema de mídia tradicional, instrumentalizando e incorporando as atividades dos não profissionais participantes” (Carpentier, 2015, p. 19, tradução nossa¹¹).

Já a participação potencializada do público, no âmbito maximalista, permite que esse controle seja mais equilibrado, estimulando uma consciência política. “A articulação maximalista permite um reconhecimento do potencial da participação dos meios de comunicação social para a macro participação e a sua natureza multidireccional”, completa Carpentier (2015, p. 19, tradução nossa¹²).

Em sua abordagem, o autor destaca que esse posicionamento em relação às formas de poder do público, expressos na efetiva participação, é diferente do acesso, já que este está centrado na simples presença do público nos *media*; e diferente da interatividade, cujo foco está no encontro e não controle. Neste caso, um simples engajamento não implica real poder. Segundo Carpentier (2015), acesso e interação são requisitos para que a participação exista, porém, por si sós, não garantem essa participação.

Finalizando, Carpentier (2015) destaca que o maior desafio para a implementação de uma participação real e maximalista consiste no fato de que o empoderamento do público não é objetivo da mídia hegemônica e das elites.

3.1.1 Papel das redes sociais digitais no contexto de participação

Compreendendo a web como um ambiente composto por diversas redes, as quais possibilitam variadas formas de conexões entre os atores sociais, as redes sociais digitais não são apenas mais uma ferramenta online, elas necessitam ser analisadas no âmbito de uma cultura de comunicação da qual o jornalismo também faz parte (Costa e Carvalho, 2021).

Redes sociais são consideradas pelas pesquisadoras novos espaços para comunicação em um contexto, definido por Castells (2017), como de autocomunicação de massa. Retomando o autor, Costa e Carvalho (2021, p. 3-4)

¹¹ *often mainly serves the needs and interests of the mainstream media system itself, instrumentalizing and incorporating the activities of participating non-professionals* (Carpentier, 2015, p. 19).

¹² *The maximalist articulation allows for a recognition of the potential of media participation for macro-participation and its multidirectional nature* (Carpentier, 2015, p. 19).

explicam a diferenciação comunicação interpessoal, comunicação de massa e autocomunicação de massa.

A primeira é interativa e acontece de um para um em um processo de retroalimentação. A segunda, tradicionalmente é unidirecional. Assim, a internet possibilita o surgimento de uma nova comunicação interativa, através do envio de mensagens de muitos para muitos, em tempo real ou em tempo determinado. Castells (2017) denomina essa nova forma de comunicação como autocomunicação de massa. Essas três formas de comunicação (comunicação interpessoal, comunicação de massa e autocomunicação de massa) coexistem e não se substituem, ou seja, uma não anula a outra, pelo contrário, se complementam na esfera das transformações comunicacionais.

No que se refere às redes sociais, as autoras destacam que diante da vastidão de possibilidades e da flexibilidade proporcionadas pela internet, algumas características prevalecem, dentre as quais a possibilidade de uma comunicação horizontal, mais independente dos grandes conglomerados de mídia e dos detentores do poder, e a autonomia na formação das redes, onde o usuário procura sua própria destinação e, caso não encontre, pode criar e difundir sua própria informação. Dessa forma, além da exposição a novas fontes de informação, podem trilhar seu próprio caminho e participar da produção de conteúdos (Costa e Carvalho, 2021).

Essas novas possibilidades provocaram, como bem aborda Recuero (2009), uma alteração nos fluxos de comunicação que acaba influenciando o jornalismo, envolvendo transformações tecnológicas, estrutura organizacional, dimensão cultural e relações de poder (Costa e Carvalho, 2021).

Neste cenário, o processo de convergência de mídias se faz presente e insere uma nova cultura de participação ativa que é assumida pelos consumidores. Jenkins (2008) explica que essa cultura participativa permite ao consumidor maior interação em tempo real com as grandes mídias. Araújo (2023) cita o exemplo dos protestos ocorridos em 2013, no Brasil, devido ao aumento das passagens de ônibus. Esses protestos foram convocados por pessoas anônimas pelas redes sociais digitais e ganharam grande proporção, ao ponto de outras diversas demandas sociais serem acrescentadas às manifestações. O pesquisador detalha ainda que

Inicialmente, os protestos eram divulgados pelos grandes veículos de comunicação que, em sua maioria, exibiam a representação distorcida dos fatos, deturpando, inclusive, a imagem dos manifestantes. O poder do compartilhamento nas mídias foi um importante vetor de combate a tais métodos, com a entrega de mais informação aos públicos (Araújo, 2023, p. 25).

Apesar dessa cultura participativa estar cada vez mais presente, no âmbito do jornalismo, ela ainda não possibilita uma igualdade plena diante dos conflitos com as dinâmicas das organizações jornalísticas. Como abordamos anteriormente baseando-nos nos conceitos de participação de Carpentier (2015), maior participação acarreta maior poder e, apesar de os consumidores estarem mais inseridos, envolvidos e engajados nas ações em rede, eles não possuem os mesmos poderes que os grandes medias.

3.2 PERCORRENDO ESTUDOS SOBRE PARTICIPAÇÃO NO CONTEXTO DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICA

Como apresentado anteriormente, a ideia de uma prática produtiva jornalística compreendida como “um assunto técnico endógeno e isolado da audiência” (Alsina, 2009, p. 226) vem sendo cada vez mais descartada, uma vez que, o advento da internet torna ainda mais tênue a fronteira entre profissional e público, minando novos desafios teóricos e metodológicos para o jornalismo.

Dessa forma, Rosen (2006, p. 1) apresenta uma reconfiguração do conceito de audiência.

As pessoas anteriormente conhecidas como audiência são aquelas que estavam na extremidade receptora de um sistema de mídia que funcionava de uma maneira, em um padrão de transmissão, com altas taxas de admissão e algumas empresas competindo para falar muito alto, enquanto o resto da população escutava no isolamento uns dos outros e que hoje não estão em uma situação assim de todo.

Em outras palavras, a antiga audiência passou a ser um público real, com mais capacidade de agir e menos previsível. Essas alterações são refletidas no próprio comportamento do público que não apenas mudou suas preferências e hábitos de consumo, mas tornou-se insatisfeito em atuar como mero consumidor de notícias, buscando maior participação através da mídia. Como explicam Masip *et al.* (2015, p. 236, tradução nossa),

Em alguns casos, isto implica, pelo menos potencialmente, envolver-se em todas as fases do processo produtivo. Como foi apontado no início, seguindo Thompson (1988), as audiências estão rompendo com o poder simbólico da mídia, que agora está se deslocando para a audiência ativa.¹³

¹³ In some cases, this implies, at least potentially, becoming involved in all the phases of the production process. As was pointed out at the beginning, following Thompson (1988), audiences are breaking with the symbolic power of the media, which is now shifting to the active audience.

A participação do público no contexto de produção de notícias não é algo novo. Basta rememorarmos o movimento denominado de Jornalismo Público para encontrarmos iniciativas que tentam incluir o cidadão neste processo. Coleman (2003), explica que esse movimento possui como base as teorias de John Dewey, Habermas e Arendt, do início do século XX. Já Traquina (2003) infere que o surgimento dessa corrente se deu diante das constantes e fortes críticas dirigidas à cobertura política realizada pelos jornais americanos. O Jornalismo Público busca atender às necessidades e anseios da audiência, convidando-a a participar do meio onde se produzem as notícias. Dessa forma, como explica Correia (2011, p. 200),

espera afirmar-se como um jornalismo mais conversacional e dialógico, dando voz a audiências múltiplas e aprofundando o respeito pela diversidade. Nesse sentido, deve-se buscar uma orientação cooperativa no sentido de dar voz a franjas da sociedade afastadas da visibilidade mediática.

Ainda segundo o pesquisador português, para que esse maior envolvimento acontecesse, foi necessária a reformulação de algumas tarefas essenciais do processo de produção de notícias, principalmente no que se refere ao agendamento de temas e o tipo de cobertura noticiosa. Como exemplos dessa reorientação, Correia (2011) destaca a criação de espaços voltados exclusivamente aos assuntos encaminhados pela comunidade e o tratamento mais aprofundado de temas sociais. Importante esclarecer, conforme o autor, que não há, neste contexto, a perspectiva de abortar a mediação jornalística no processo de produção de notícias, mas a manifestação do desejo de “transpor uma parte do processo de agendamento para os próprios públicos das comunidades envolvidas dos jornais” (Correia, 2011, p. 200).

Se a participação cidadã já acontecia anteriormente, por meio das novas tecnologias e das redes sociais digitais, como visto anteriormente, se torna mais efetiva e ativa, sendo realizada em um ambiente ilimitado, conectado e instantâneo. Por se tratar de uma temática bastante atual e um terreno fértil de possibilidades e questionamentos, inúmeros pesquisadores lançaram luz sobre as questões envolvendo a participação do público no processo de produção de notícias. O próprio Correia (2011), por exemplo, analisa a questão da interatividade no jornalismo online sob diversos critérios.

Consideram-se, nomeadamente, a interactividade permitida a qual pode ser inclusiva, como acontece no caso do Open Source Journalism, ou autoral, isto é, deixando a participação dos utilizadores mas sem permitir a participação na elaboração do conteúdo noticioso. Estudam-se as estruturas utilizadas

que podem ser aleatórias, isto é, sem conhecimento prévio do destino a que os enlaces conduzem o utilizador; fixas, quer dizer apenas modificáveis pelo autor; relacionais, ou seja organizando a informação mostrada ao utilizador de acordo com informação previamente dada por este e contributivas, isto é que permitem aos utilizadores intervir nos conteúdos como nos fóruns (Correia, 2011, p. 76-77).

Masip *et al.* (2015), baseando-se no conceito de interatividade proposto por autores como Schultz (1999) e Massey e Levy (1999), descrevem três níveis de participação do público nos meios digitais: interatividade seletiva, interatividade participativa e interatividade produtiva. O primeiro nível, segundo os autores, engloba mecanismos mínimos de interação entre audiência e os profissionais da mídia (incluindo o jornalista). Neste nível encontram-se os alertas de e-mail e a disponibilização dos contatos dos profissionais nos sites, por exemplo. Já a interatividade participativa é baseada no contexto de relacionamento entre usuário e mídia e inclui as possibilidades de curtidas e comentários nas publicações. Sobre a produção interativa, Masip *et al.* (2015) explicam que ela envolve a criação de conteúdos originários do próprio público, como blogs e o envio de materiais como fotos, vídeos, textos etc.; e complementam que esse trabalho criativo deve ocorrer fora do contexto profissional de produção.

Em estudo que analisa a participação do público em websites de noticiários televisivos no Brasil e na Espanha, Mata e Masip (2018) expressam preocupação diante da primordialidade, em ambos os países, do nível da interatividade seletiva, destacando que um protagonismo efetivo da audiência ainda é uma utopia. Para os pesquisadores, dentre os fatores que colaboram para o predomínio do nível mínimo de participação, destacam-se: a ausência de possibilidades de contato direto com os jornalistas/autores das reportagens publicadas nos sites e a pouca oportunidade de interferência do público na produção do conteúdo jornalístico, apesar das constantes convocações dos veículos noticiosos.

Nossa pesquisa nos permite visualizar que é nítida a existência das produções colaborativas, em que o público passa a ser ou ao menos em tese é descrito como produtor, embora o protagonismo seja algo ainda utópico, de acordo com as utilizações das 3 categorias de interação que elencamos e estudamos. Nesse sentido, o não-jornalista ainda aparece na função de figurante neste processo (Mata; Masip, 2018, p. 150).

Ao pesquisarem os espaços da colaboração da audiência no telejornalismo, Pereira Júnior e Alves (2017) possuem uma visão mais otimista dessa participação. Os autores abordam a atuação desse cidadão como participante direto da produção

de conteúdos jornalísticos. Utilizando como matriz os estudos de Barker (2003), os pesquisadores consideram que a produção de sentido gerado das formas simbólicas dos meios de comunicação estimula o processo criativo nessa audiência, resultando em “novos materiais simbólicos com significados e representações sociais” (Pereira Júnior e Alves, 2017, p. 6).

Neste sentido, uma audiência ativa é aquela que participa de forma direta como coprodutor no meio jornalístico, compartilhando materiais (em forma de vídeo, texto, áudio, foto), auxiliando o jornalista em seu trabalho e alimentando a agenda midiática. Esse compartilhamento, de acordo com Shirky (2011) pode acontecer de quatro formas: a nível pessoal, quando participantes e beneficiários agem de forma individual; a nível de grupo, quando grupos de colaboradores interagem entre si criando valor comum diante de seus interesses e necessidades próprios; de forma pública, onde o resultado da colaboração é tornado público e pode ser compartilhado por qualquer pessoa; e, por fim, de forma cívica, quando, além do resultado da colaboração ser público, ele é utilizado para fins de transformação social.

Observa-se que o compartilhamento cívico nos sites de redes sociais surge de um agente social, grupo, liderança ou movimento social que tem motivação e entusiasmo para gerar e alimentar uma determinada discussão na sociedade. Porém, este compartilhamento só alcança seu potencial transformador quando consegue atingir a adesão do coletivo, a partir das interações com outros agentes sociais. Quanto maior a interação destes, mais novos espaços são abertos e se cria um agendamento por meio de uma pressão social. Diante deste cenário, os meios de comunicação buscam atender esta agenda e tentam apropriar-se da mediação dessas discussões (Pereira Júnior e Alves, 2017, p. 11).

O compartilhamento cívico retratado por Shirky (2011) associa-se ao modelo de iniciativa externa no processo de deliberação abordado por Habermas (1997) ao tratar sobre a determinação dos temas e a orientação dos fluxos comunicacionais na esfera pública, assunto que será abordado com mais detalhes na próxima seção.

Aprofundando suas pesquisas sobre a colaboração da audiência no meio televisivo em sua tese, corroborando o que Masip *et al* (2015) qualificam como produção interativa, Alves (2019) caracteriza as audiências ativas como fontes ativas do telejornal. De acordo com a pesquisadora, as audiências são fontes porque atuam como fornecedoras de materiais que irão substanciar as notícias, tornando-se ativas, uma vez que, elas criam seus próprios registros, por meio de enquadramentos baseados em sua visão particular sobre um assunto.

As fontes ativas são produtoras dos materiais compartilhados que se tornam matérias primas para notícia. Elas aprenderam a fazer registros que interessam os jornalistas e, por isso, cada vez mais, esses profissionais buscam manter uma relação de interação e colaboração com elas. Isso ocorre porque esses materiais gerados ajudam o trabalho do jornalista ao permitir uma multiplicidade de versões e registros do momento do acontecimento ou poucos minutos depois da sua ocorrência. Além disso, também criam opiniões de um assunto específico e demonstram seus interesses por determinado tema. Fatores que causam um alargamento no alcance da cobertura jornalística, mas também uma maior demanda de trabalho de seleção, apuração e verificação desses registros (Alves, 2019, p. 316).

Mesquita (2014) aborda as características dessa audiência que é envolvida e intervém no processo de produção e distribuição de notícias. Segundo a autora, o primeiro pensamento que se deve ter sobre essa audiência é que, apesar de integrar esse processo, afetando as relações antes estabelecidas com os profissionais, ela não é composta por jornalistas. Dessa forma, refere-se a “cidadãos e cidadãs que, de alguma forma, estabelecem uma relação ativa com os veículos de comunicação, envolvendo-se, ou sendo envolvidos, nos processos produtivos e nas rotinas jornalísticas” (Mesquita, 2014, p. 57).

O conceito de audiência potente, segundo a pesquisadora, surge no contexto da web 2.0 e engloba algumas características desse meio digital. Uma audiência potente deve ter acesso a dispositivos tecnológicos e habilidade para utilizá-los a fim de gerar conectividade e interatividade com os veículos de comunicação de referência. Além disso, a audiência potente possui autonomia no processo de apropriação de conteúdos, decidindo por si quando e onde irá dispor esse material. Outra característica dessa audiência é a capacidade de reação imediata aos conteúdos produzidos pelos *media*. Tal reação se dá, por exemplo, por meio dos comentários que demonstram a percepção da audiência sobre os assuntos abordados. Da mesma forma, ela pode se envolver como testemunha nesse processo de produção, levando ao profissional conteúdos exclusivos e atuando como coprodutora que não só registra um acontecimento, mas exhibe e distribui o que presencia. Mesquita (2014) reuniu as características da audiência potente no quadro abaixo.

Figura 1 – Características da audiência potente

<p>Tecnológica - para a ação da Audiência Potente faz-se necessário que ela disponha de dispositivos tecnológicos, tais como, computadores, celulares, smartphones, dentre outros;</p> <p>De conectividade - Com o acesso e habilidade para usar os aparatos tecnológicos, é essencial que a Audiência Potente tenha também conectividade, no sentido da “capacidad para enviar voz, texto, datos, gráficos, imágenes, vídeos y películas(...) por medio de una red multipunto, bidireccional y de banda ancha”(Majó, p.71);</p> <p>De interatividade - A Internet permite que a Audiência Potente possa interatuar com os veículos de referência;</p> <p>De autonomia na apropriação do conteúdo – é a capacidade de escolher <i>o que</i> quer dispor do conteúdo noticioso, <i>quando, onde e como</i>;</p> <p>De rede – funciona quantitativamente, possibilitando aos veículos de comunicação ter informações de diversos lugares ao mesmo tempo e ampliando a visibilidade dos conteúdos;</p> <p>De testemunha - está envolvida no acontecimento e pode dar sua própria versão dos fatos;</p> <p>De coprodução - fornece conteúdos (vídeos, áudios e fotos) que são utilizados pelo jornalismo;</p> <p>De vigilância – atua vigiando, tanto os governos, quanto os meios de comunicação;</p> <p>De reação - reage, por meio de críticas e/ou comentários às notícias;</p> <p>De propagação - possui velocidade informativa;</p> <p>De amplificação – une velocidade informativa a ressignificação do conteúdo.</p>
--

Fonte: Mesquita (2014, p. 72).

A autora explica que os conteúdos podem ser apropriados de diferentes maneiras pelos veículos de comunicação: como sugestão de pauta, como forma de compreender a audiência e o que ela pensa sobre o que é noticiado, como crítica e sugestões sobre a atuação dos veículos etc. (Mesquita, 2014, p. 69).

No âmbito de ambientes transmidiáticos, Guimarães (2023) aborda as características da audiência que expande seu potencial de participação. Sobre o conceito de transmídia, o pesquisador, baseando-se nos estudos de autores como Borges (2016), Jenkins (2009) e Massarolo (2012), propõe uma reflexão sobre a complexidade de uma abordagem conceitual diante de um fenômeno atual e ainda em construção, com “fronteiras altamente borradas” (Guimarães, 2023, p. 37).

É a partir da década de 1960 que o termo transmídia passou a ser utilizado nos Estados Unidos, no âmbito das artes. Porém, apenas em 2003 o termo ganhou maior notoriedade com a introdução, por Jenkins, da ideia de narrativa transmídia. “Para Jenkins (2003; 2009), a ideia de transmídia emerge no vértice entre dois eixos principais: a) a expansão narrativa através de diferentes mídias em busca de uma

audiência dispersa; b) a participação dos usuários na geração de conteúdo” (Guimarães, 2023, p. 40). Essa busca de uma aproximação com a audiência levou à aplicação dessa prática ao jornalismo, como meio para fortalecer sua credibilidade num cenário onde as fontes estão cada vez mais ubíquas.

O jornalismo transmidiático aproxima as audiências da empresa produtora de notícia, reforçando a imagem da marca como operadora da memória social; recuperando outras histórias; evocando outras imagens e se expondo integralmente aos efeitos da presença dos consumidores (Massarolo, 2015, p. 144 *apud* Guimarães, 2023, p. 73).

Dessa forma, segundo Guimarães (2023), um jornalismo transmídia deve possuir dentre suas características: a presença em diversas plataformas, a contribuição do público como participante do processo de construção das notícias, transtextualidade, possibilidade de englobar tanto o jornalismo em profundidade (matérias especiais) quanto o jornalismo factual e de se manifestar por meio de projetos e ações transmídia de forma proativa ou reativa.

Foi buscando compreender como os usuários participam do produto jornalístico transmidiático, por meio da análise do programa “Fantástico” da Rede Globo de Televisão e do podcast “Resumindo”, que Guimarães (2023, p. 215) propôs o conceito de audiência expandida, referindo-se a

uma audiência com maior poder de agência, com maiores conhecimentos técnicos, com maior força simbólica dentro dos embates de poder na sociedade, que se espalha por diversos ambientes, com maiores atribuições na relação com a produção jornalística para além de ser um mero consumidor, com maior número de conexões sociais. Uma audiência que expandiu suas potencialidades e que continua expandindo a si mesma a todo momento. A audiência expandida não é uma ontologia estanque mas um ser em constante expansão qualitativa e quantitativa.

Como características dessa audiência, o autor destaca que, além da sua capacidade de participar como coprodutora da notícia, por meio de práticas de *crowdsourcing* (Prado e Anjos, 2016), como financiadora de investigações jornalísticas, através de projetos de *crowdfunding* (Francisco, 2019) e como *gatekeeper* secundário (Bruns, 2011), esse novo público atua nos ambientes transmidiáticos ainda como testemunha (ao encaminhar registros de episódios que vivenciou), como vigilante (observando o funcionamento do veículo de comunicação e os temas que são inseridos no debate público, como produtor e disseminador de conteúdos, como assistentes de jornalistas, etc. (Guimarães, 2023).

O mapa mental elaborado pelo autor reúne aspectos da audiência potente (Mesquita, 2014) agregando-os às principais características e capacidades da audiência expandida.

Figura 2 – Potencialidades e características da audiência expandida



Fonte: Guimarães (2023, p. 212).

3.2.1 A superação do modelo do Gatekeeper

Conforme mencionado no tópico anterior, no que se refere a modelos teóricos, as novas relações entre jornalistas e audiência trouxeram questionamentos aos estudos de *gatekeeper* desenvolvidos por David Manning White em 1950, que retratam as motivações que levavam um editor telegráfico a aceitar ou rejeitar artigos de notícias fornecidos por três agências noticiosas. Em termos gerais, *gatekeeper* refere-se à função do jornalista de controlador dos portões (*gates*) por onde passam as notícias. Dessa forma, a proposta de White era compreender de perto como um *gatekeeper* controla o funcionamento do seu *gate*, considerando as distorções que a subjetividade pode trazer ao fazer jornalístico (White, 2016).

White parte do pressuposto positivista de que a prática de um jornalismo imparcial, sem interferências referentes à ideologia, crenças ou experiências do repórter ou editor seria possível, uma vez que, os controladores dos portões são

regidos por regras imparciais ou são influenciados por grupos de poderes que possuem a decisão final de rejeitar ou não o material encaminhado. Porém, sua conclusão é que, apesar de reivindicar imparcialidade e objetividade, o processo de seleção de notícias é subjetivo, ou seja, “tem por base o conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper*” (White, 2016, p. 211). O cenário configurado é que o *gatekeeper* funciona em condições de absoluta liberdade em relação aos interesses da política editorial do veículo e da estrutura de poder.

Pouco tempo depois de lançada a teoria de White em 1950, Warren Breed (2016) apresenta a teoria organizacional demonstrando como os jornalistas são constrangidos nas organizações empresariais a se conformarem à política editorial dos veículos. Como razões do conformismo dos profissionais, o teórico aponta fatores como autoridade institucional e as sanções que podem ser impostas, o sentimento de consideração e obrigação junto aos superiores, os desejos de mobilidade e ascensão dentro das empresas de comunicação, a ausência de um sindicalismo eficaz, o prazer que a atividade jornalística oferece e o valor social da notícia. Contrapondo esses fatores, o próprio Breed (2016) elenca situações que permitem aos jornalistas desviarem desses constrangimentos.

Segundo ele, o profissional pode se valer: da falta de clareza das normas da política editorial, que cria uma “zona de crepúsculo” facilmente explorada; utilizar-se de seus conhecimentos adquiridos na cobertura direta nos locais dos acontecimentos “na subversão da política editorial”; usar a “prova forjada”, ou seja, publicar parte do assunto rejeitado em um outro jornal, por meio de um *staffer* amigo, e depois apresentá-lo ao seu próprio editor, gerando pressão pela publicação do mesmo assunto no seu jornal; explorar a relativa autonomia possibilitada pelas reportagens iniciadas pelo próprio *staffer*; e aproveitar-se do status de repórter “estrela”, bem conceituado socialmente. Da mesma forma, Breed (2016, p. 226-227) destaca o apelo aos códigos e valores profissionais reconhecidos socialmente e à influência potencial do público.

Mais de 70 anos após sua introdução no campo do jornalismo e diante das transformações sociais, tecnológicas e epistemológicas, o conceito de White segue sendo objeto de estudo de diversos pesquisadores, que tentam suprir a lacuna deixada pelo autor diante de toda a complexidade de mediações que envolve as rotinas produtivas no jornalismo. No que se refere à influência da subjetividade no processo de seleção de notícias, Serra (2004) infere que a subjetividade perdeu

espaço para as normas profissionais na escolha do que será publicado, sendo utilizada mais como explicação da decisão que no processo em si.

Ao tratar sobre a relação entre a democracia e as notícias, Gans (2003, p. 48) elenca como consequências do jornalismo “de cima para baixo” a perpetuação das perspectivas dos que detém o poder diante da predominância das fontes oficiais nos discursos jornalísticos – como abordado na Seção 2; além do descrédito dos cidadãos, que se sentem à margem desse processo. Como possível solução para o problema, o pesquisador sugere a introdução do jornalismo multiperspectivo, de forma a pluralizar os pontos de vistas apresentados nos noticiários.

Idealmente, o jornalismo multiperspectivo engloba fato e opinião, refletindo todas as perspectivas possíveis. Na prática, significa criar espaço para pontos de vista atualmente não representados, fatos não noticiados e partes da população não representadas ou raramente presentes nas notícias (Gans, 2003, p.103).

Uma das formas de introduzir multiperspectivas no fazer jornalístico seria estabelecer uma relação de interação maior entre o profissional jornalista e o público, por meio da introdução de modelos horizontais de cobertura jornalística. Os estudos de Bruns (2011) são importantes neste sentido.

Como bem rememora o autor, iniciativas de colaboração da audiência no campo jornalístico são percebidas desde a década de 1980 com o jornalismo cívico ou público, porém, o surgimento das plataformas digitais acelerou esse processo ocasionando a superação do modelo de *gatekeeping* para o de *gatewatching*. Como explica Bruns (2011, p. 122),

Esta mudança foi fomentada por dois aspectos que se combinaram para substituir as práticas de *gatekeeping* por aquelas de *gatewatching*: a multiplicação contínua dos canais disponíveis para a publicação e divulgação das notícias, especialmente desde o surgimento do World Wide Web como uma mídia popular, e o desenvolvimento dos modelos colaborativos para a participação dos usuários e para a criação de conteúdo, que atualmente são frequentemente resumidos sob o rótulo de “Web 2.0”.

O conceito de Bruns é baseado no fato de que, se no modelo de *gatekeeper*, diante da alta quantidade de informações a serem selecionadas, o jornalista se concentrava em eliminar o conteúdo menos importante para ser publicado, no novo contexto, essa tarefa se transforma em destacar as matérias consideradas mais importantes entre todas as disponibilizadas no ambiente digital. A figura do público participante/colaborador é muito importante nesse cenário.

Segundo Bruns (2011), a mídia online trouxe, dentre os seus inúmeros benefícios, a possibilidade de contato direto entre a audiência e as instituições, organizações e indivíduos, sem a necessidade de mediação jornalística. Da mesma forma, a própria audiência pode compartilhar o que observa, além de comentar acontecimentos que, em sua visão, possuem valor como notícia, divulgando material noticioso. “Realizados em grande escala – por uma comunidade suficientemente grande e diversificada (...) -, estes esforços coletivos podem resultar em formas de cobertura noticiosa que são tão abrangentes como aquelas conseguidas pela indústria jornalística” (Bruns, 2011, p. 124).

O pesquisador ressalta, por sua vez, que, por mais que se esforce no sentido de organizar os conteúdos nesse amplo universo de notícias e informações com valores noticiosos, o usuário não consegue controlar os *gates* destes canais. Cabendo a ele “participar em um esforço distribuído e folgadoamente organizado de observar – de acompanhar – quais as informações que passam por estes canais” (Bruns, 2011, p. 124). Como exemplifica Bruns (2011), a atividade de *gatewatching* acontece quando o usuário passa a acompanhar diretamente da fonte-chave comunicados remetidos pelos diversos atores sociais (políticos, pesquisadores etc.) às assessorias de imprensa.

Essa atividade de curadoria não é nova no contexto do fazer jornalístico, uma vez que é justamente esse o trabalho que o profissional executa ao receber e escolher dentre a vasta gama de materiais enviados por agências aqueles com valor noticioso. A diferença é que essa responsabilidade editorial passa a ser compartilhada com os usuários. Além da quebra do modelo vertical, onde poucos jornalistas possuem acesso privilegiado a fontes, esse processo permite que a audiência indique pistas de leitura para os demais usuários, como um conselheiro redistribuidor de informações, ampliando as possibilidades de contextualização por meio da exposição de expectativas diversas (Bruns, 2011).

3.2.2 Iniciativas de *Crowdsourcing* e *Crowdfunding*

A participação do público também abrange a etapa de produção de notícias, como acontece no jornalismo de *crowdsourcing*. Segundo Prado e Anjos (2016), é do jornalista americano Jeff Howe a introdução desse termo no âmbito dos estudos sobre ambientes colaborativos. Em artigo intitulado *The rising of crowdsourcing*, publicado

em 2006, o autor evidencia as transformações mercadológicas decorrentes da utilização de ambientes colaborativos na busca por soluções práticas e menos onerosas para problemas. Se inicialmente, a aplicação do termo foi direcionada para a área de administração, no que se refere à terceirização de mão de obra de consumidores visando encontrar soluções para concretização de projetos, no jornalismo a prática de *crowdsourcing* é utilizada para descrever uma modalidade de jornalismo participativo ou colaborativo em rede (Prado e Anjos, 2016).

Para Frias e Lima (2013, p. 4), o conceito refere-se

à importância das novas tecnologias e a vulgarização do seu uso como forma de abolir as barreiras entre amadores e profissionais nos vários sectores da economia, media incluídos. O autor [Howe] refere o aproveitamento do talento da multidão (*crowd*) e defende que se trata de uma forma de conseguir conteúdos praticamente sem custos e, como tal, pode ser vista como altamente vantajosa por parte das empresas.

No caso do jornalismo, os autores defendem que essa prática em nada se assemelha com o conceito de *blogger*, uma vez que há a existência de um editor prévio que possui a atribuição de gerir todo o material encaminhado pelos usuários (Frias e Lima, 2013).

Com base na definição de Salaverría (2005) sobre arquiteturas de informação, Prado e Anjos (2016), ao estudarem a organização dos fluxos, espaços ou campos de participação do usuário na construção de relatos jornalísticos, discutem o conceito de arquitetura de participação. As autoras comparam esse processo ao trabalho desenvolvido por arquitetos na conclusão de uma obra.

Se o arquiteto distribui as instâncias do edifício em distintos andares e o obriga a desenhar corredores, escadas e passarelas que conectem estas instâncias entre si (*Ibidem*), as arquiteturas de participação são permeadas pela integração de sistemas, ferramentas e práticas que estimulam a participação de usuários e fontes em potencial em diversas instâncias de apuração (Prado e Anjos, 2016, p. 146).

Neste sentido, a prática de *crowdsourcing* acontece quando um cidadão-testemunha, de forma organizada, colabora sugerindo fontes, participando de uma integração de sistemas e práticas que estimulam e potencializam o processo de apuração. Como exemplo, as pesquisadoras citam a plataforma colaborativa Ajude um Repórter (ARPO¹⁴), que auxilia jornalistas e produtores de conteúdo a encontrar

¹⁴ <https://www.catarse.me/ajude-um-reporter>

fontes e personagens para matérias que estão em processo de produção (Prado e Anjos, 2016).

Como visto, as iniciativas de *crowdsourcing* permitem uma reconfiguração nas diversas fases da produção de uma reportagem. Já as iniciativas de *crowdfunding* abrem espaço para incentivar novos modelos de negócios no jornalismo, principalmente diante do contexto atual de fechamento de veículos de comunicação e de demissões nas redações. Dessa forma, fatores como o baixo custo da internet e a disponibilização de tecnologias gratuitas auxiliam no avanço desse tipo de propostas de financiamento coletivo de reportagens: se antes as grandes empresas de comunicação geriam seus negócios tomando como base uma lógica industrial, dependente cada vez mais da publicidade para se manterem, no meio online essa lógica se inverte diante da possibilidade de maior liberdade e seletividade entre os usuários. “Antes nas mãos de poucos que detinham poder financeiro para se tornar proprietários de canais de televisão e jornais impressos, o jornalismo encontrou na internet a presença de muitas vozes que estavam silenciadas” (Rocha; Bitar, 2017, p. 9).

Essa construção coletiva acontece por meio de doações que se somam para possibilitar a conclusão de um projeto ou ideia. Assim, o público não apenas pauta, mas financia o processo de produção de reportagens. Francisco (2019, p. 55), descreve como essa forma de participação acontece, explicando que, “mais do que o simples levantamento de recursos, o *crowdfunding* se baseia na troca mútua, já que não se trata de uma doação unilateral. Quem doa recebe algum tipo de recompensa de acordo com o valor investido”. No caso do jornalismo, a recompensa possui alto valor simbólico não apenas para quem financia, mas para a sociedade como um todo. É o que mostra um estudo publicado por Träsel e Da Fontoura (2012) sobre as diferenças de temáticas abordadas na imprensa tradicional americana e no webjornal participativo americano *Spot.Us*.

De acordo com os pesquisadores, na mídia hegemônica dos Estados Unidos, o tema mais presente é o esporte (representando entre 18,8% e 26,2% do universo de notícias publicadas). Em contraste, dentre os temas sugeridos pelos colaboradores do *Spot.Us* destacam-se economia, meio ambiente e infraestrutura (cada um com proporção de 16,3% do total). Segundo Träsel e Da Fontoura (2012, p. 51),

a diferença nos resultados de ambas as análises de conteúdo podem ser atribuídos, em grande parte, à diferença de objetivos dos jornais generalistas

e do Spot.U.S. Enquanto os veículos da imprensa tradicional devem atender às necessidades de informação de interesse público dos leitores, oferecendo as notícias essenciais para o exercício da cidadania e para o bom desempenho no cotidiano das sociedades modernas e pós-modernas, os webjornais participativos geralmente se configuram como fontes alternativas de informação, oferecendo notícias sobre temas ausentes da “grande mídia”, ou abordagens sob pontos de vista incomuns.

No contexto do jornalismo investigativo brasileiro, Francisco (2019) analisa a campanha de financiamento coletivo “Reportagem Pública 2017”, produzida pela Agência Pública. O objetivo do pesquisador é compreender como os apoiadores apoiam financeiramente as reportagens e participam da definição das suas pautas. Como conclusão, Francisco (2019, p. 104-107) apresenta algumas características dessa participação, dentre as quais: o empoderamento do apoiador no processo editorial, que possui a autonomia de selecionar as pautas das reportagens, se vestindo como “uma espécie de editor, atuando como um *gatekeeper*, decidindo o que passa ou não pelo filtro editorial”; a crença do leitor na importância do tipo de jornalismo praticado e na credibilidade da Agência Pública; a consciência, por parte do jornalista, da influência do leitor sobre o processo de produção jornalístico “desde o desenvolvimento e afinamento da pauta, passando pela apuração e chegando à redação final”; e a relevância do leitor como agente fundamental nesse processo.

Depreende-se, portanto, que por meio do financiamento e da maior participação no processo de construção de reportagens, os cidadãos ajudam a preencher as lacunas informativas deixadas pelos grandes veículos de comunicação da mídia hegemônica, debatendo temas de interesse público, proporcionando um jornalismo multiperspectivo e fortalecendo, conseqüentemente, a democracia.

Antes de finalizarmos as abordagens sobre participação cidadã no âmbito do processo de produção de notícias, acreditamos ser necessário apresentar algumas reflexões sobre as potencialidades dessa participação, assim como alguns tensionamentos que emergiram no meio jornalístico diante desse novo cenário.

3.3 PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PROCESSO DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICO: ALGUMAS REFLEXÕES

As consequências da nova configuração midiática exposta nesta seção, onde cidadãos não apenas recebem e consomem (mas também produzem e disseminam informações), perpassam o processo interpretativo das notícias, gerando uma

negociação pública de sentidos que passa a envolver o público como novo ator (Correia, 2011). Para Serra (2003, p. 124), essa descentralidade produtiva é contraditória, pois, “se por um lado dificulta(m) ao sujeito a sua orientação existencial, por outro lado lhe permite(m) uma escolha e uma construção de sentido que, num mundo culturalmente uniforme e homogêneo, nunca poderiam existir”.

Aprofundando a temática da ruptura da comunicação de massa para a comunicação em rede – diante do cenário de pós-modernidade abordado por Lemos (2014) e Harvey (2008) -, Carlón (2020, p. 202, tradução nossa) explica toda a complexidade desse contexto:

O fato de sermos hoje todos enunciadores midiáticos produziu um cenário muito diferente de circulação de sentido na sociedade contemporânea, tanto em situações mediadas como não mediadas. É porque houve um aumento exponencial da informação que a sociedade circula sobre si mesma, não só sobre as instituições, mas sobre todos nós. E este fato tem consequências profundas. Por quê? Nossa tese é porque esses conteúdos estão permanentemente construindo novos contextos interpretativos que não existiam antes nas práticas sociais offline de instituições, grupos e indivíduos da vida contemporânea¹⁵.

No jornalismo, os desdobramentos positivos desse novo cenário abrangem, como vimos, a possibilidade de uma maior contextualização dos fatos, por meio de relatos testemunhais que proporcionam aos profissionais a identificação de detalhes, a conferência de dados, o desdobramento de ocorrências, a análise de impactos e a pluralidade de reflexões e perspectivas (Stacciarini, 2019; Gans, 2003). Além disso, enseja a apresentação de uma maior diversidade de vozes nos textos jornalísticos, reduzindo, dessa forma, a assimetria entre fontes oficiais e não oficiais, evidenciando a autoridade do público como participante ativo da democracia (Bruns, 2011; Prado e Anjos, 2016; Mesquita, 2014).

Os resultados favoráveis dessa participação também carregam consigo alguns desafios discutidos por pesquisadores e profissionais da área de comunicação. Um deles é a tensão diante da perda do papel exclusivo do jornalista como intermediário, selecionador e hierarquizador de informações, como abordado por Bruns (2011). Essa “desintermediação”, segundo Pinto (2000, p. 289), acarreta um forte questionamento

¹⁵ *el hecho de que ahora todos seamos enunciadores mediáticos ha producido un escenario de circulación del sentido muy distinto en la sociedad contemporánea, tanto en situaciones mediatizadas como no mediatizadas. Se debe a que ha producido un incremento exponencial de la información que la sociedad hace circular sobre sí misma, ya no sólo sobre las instituciones, sino sobre todos nosotros. Y este hecho tiene profundas consecuencias. ¿Por qué? Nuestra tesis es porque estos contenidos están construyendo permanentemente nuevos contextos interpretativos que antes no existían sobre las prácticas sociales offline de las instituciones, los colectivos y los individuos de la vida contemporánea.*

da legitimidade do jornalismo enquanto instância organizadora de sentido da sociedade e da própria razão de ser da profissão.

Sobre o assunto, Masip *et al.* (2015) indicam uma atitude ambivalente dos jornalistas: ao mesmo tempo em que aceitam a interferência do público e até mesmo o encorajam a enviar materiais para auxiliá-los na produção das notícias, os profissionais se preocupam com a preservação do prestígio que envolve o seu trabalho e com a perspectiva de mudanças em relação ao seu papel de *gatekeeper*, assim como as consequências que isso acarreta as suas rotinas e valores. Assim, os jornalistas procuram assumir o controle do processo de produção e dos seus resultados. “Neste contexto, a mídia está perplexa e desorientada. Eles desconfiam do potencial de participação do público, mas também veem a interação como uma fonte incomparável de notícias” (Masip *et al.*, 2015, p. 239, tradução nossa¹⁶).

O que os resultados das pesquisas realizadas pelos autores propõem, de maneira contrária aos receios dos jornalistas, é que a participação cidadã não alterou a essência da prática profissional. No que se refere, por exemplo, aos *bloggers* que não são jornalistas, há uma relutância entre eles em se considerarem jornalistas ou concorrentes desses profissionais; porém, mesmo de forma inconsciente, acabam replicando as práticas do meio jornalístico nas suas atividades, em vez de criarem rotinas próprias. Ainda conforme os pesquisadores, os jornalistas se colocam entre a desconfiança do potencial de participação do público e os benefícios que essa colaboração proporciona ao fazer jornalístico (Masip *et al.*, 2015, p. 242-243, tradução nossa¹⁷).

Paradoxalmente, enquanto os repórteres se agarram e se atribuem exclusivamente ao papel de *gatekeepers*, ao mesmo tempo, e principalmente por razões financeiras, entregam esse papel aos utilizadores através dos botões “like” ou “tweet”. Assim, na prática, o público torna-se o que Jane Singer (2013) chama de *gatekeepers* secundários.

Os temores sobre a atuação do público no processo de produção das notícias e, conseqüentemente, o possível risco do fim da profissão, também são abordados por autores como Alsina (2009, p. 228), que defendem que o jornalista não pode

¹⁶*In this context, the media are perplexed and disoriented. They are wary of the potential of audience participation, but also see the interaction as an incomparable source of News” (Masip et al., 2015, p. 239).*

¹⁷ Paradoxically, while reporters cling onto and exclusively assign themselves the role of gatekeepers, at the same time, and mainly for financial reasons, they hand over that role to the users through the “like” or “tweet” buttons. Thus, in practice, the public become what Jane Singer (2013) calls secondary gatekeepers.

renunciar a ser quem estabelece o que é notícia. Dessa forma, “embora as fontes possam pretender mostrar o que é importante da informação que elas oferecem, será o jornalista, em último caso, quem terá de decidir onde está a notícia”.

Em outras palavras e corroborando Pereira Júnior, Rocha e Siqueira (2010), o cidadão colaborador não deve ser encarado como um jornalista, que possui formação específica, valores profissionais e éticos.

Não vemos essas pessoas como Jornalistas que representam uma profissão que têm que coletar fatos, classificá-los, sistematizá-los, hierarquizá-los, checá-los a bem não só da credibilidade, mas da ética pública. Consideramos essas pessoas o que podemos chamar de mediadores públicos, que agora não se limitam a assistir à televisão, mas intervêm no próprio processo produtivo, funcionando como coprodutores da notícia (Pereira Júnior, Rocha e Siqueira, 2010, p. 6).

Masip *et al.* (2015) também possuem o entendimento de que, apesar de o próprio público estar participando de forma ativa e efetiva de fases clássicas da produção de notícias, não há direcionamento no sentido de uma substituição do jornalismo profissional. Pelo contrário, diante de um contexto de hiper informação, o público tende a manter a sua confiança na instituição jornalística, apesar dos problemas de credibilidade que enfrenta. No mesmo sentido, em pesquisa realizada anteriormente, já refletíamos que ao invés de uma ameaça, as alterações da relação entre público e jornalistas apontam para uma valorização cada vez maior do profissional como mediador e agente legitimador das informações publicadas pelos *media*.

Primeiramente, temos em vista que o que a audiência produz, encaminha e compartilha não pode ser caracterizado notícia. De forma contrária, tais conteúdos são informações diversas, oriundas de vários meios; são fatos e falas que podem ser noticiáveis ou não, cabendo ao profissional “colocar ordem no caos”. Da mesma maneira, a colaboração da audiência em todo o processo de produção não acontece de forma autônoma, sem o devido acompanhamento e validação do jornalista responsável (Sousa; Rocha, 2023, p. 12-13).

Para Christofolletti (2011; 2014), diante de todos os desafios que se apresentam no contexto de pós-modernidade, onde a prática da atividade jornalística é compartilhada com outros atores, o jornalismo pode se reinventar a partir da retomada e rediscussão dos seus valores éticos, na busca pela distinção entre o que é ou não jornalismo. O autor acredita que os jornalistas devem debater junto a esses novos atores questões éticas, revendo, por exemplo, os códigos deontológicos de forma a incorporar novas diretrizes que abrangem o cenário das redes sociais digitais. O

desafio, segundo o pesquisador, é buscar meios para a criação de uma ética de mídia aberta que englobe esse novo ecossistema midiático e envolva profissionais jornalistas, amadores, empresários e público.

O que podemos depreender é que, assim como nos momentos anteriores da história (diante do surgimento de novas tecnologias como o telégrafo, a ampliação das estradas, utilização de máquinas de escrever), houve a necessidade de o jornalismo se moldar (seja por meio de investimentos nessas tecnologias, seja reformulando seus processos produtivos – extinguindo e fazendo surgir novas funções); mais uma vez, nesse cenário de convergência que engloba as dimensões tecnológica (por meio de instrumentos cada vez mais eficazes de processamento e difusão de conteúdos), empresarial (por meio da concentração da mídia e fusão de empresas), editorial (diante das mudanças de conteúdo oferecido com características do ambiente virtual) e profissional (com a necessidade de jornalistas polivalentes – capazes de atuar em diversas plataformas), há a necessidade de uma atualização das práticas profissionais. É necessária uma nova ruptura de vícios editoriais, principalmente no âmbito da emissão de conteúdos, uma vez que jornalistas e público possuem acesso igual às informações. Dessa forma, evidenciamos a importância de uma audiência ativa, potente e colaborativa não apenas para o processo produtivo de conteúdos jornalísticos, mas para o fortalecimento da cidadania.

Assim, de forma contrária ao que Mata e Masip (2018) afirmam, consideramos que a atuação do cidadão como protagonista (ou pelo menos participante ativo e até coprodutor da notícia) neste cenário não se trata de uma utopia, mesmo que ainda incipiente, mas de um processo que tende a evoluir de acordo com as mudanças sociais, culturais e tecnológicas do mundo globalizado, alterando as relações entre atores sociais, promovendo mudanças nos modelos de negócios e desenvolvendo novas teorias e métodos no fazer jornalístico.

3.3.1 Como compreendemos a participação cidadã

Ao encerrar essa seção, acreditamos necessária uma exposição (ainda que resumida e sem a pretensão de minimizar a amplitude e complexidade que engloba o tema) sobre a compreensão do que venha a ser participação cidadã no contexto dessa pesquisa.

Concordamos com Rosen (2006) quando afirma que, no contexto da esfera pública em rede, a antiga audiência passiva dá lugar a um público real, imprevisível e diverso, que busca maior participação como ator social por meio dos *media* e do jornalismo. Como parte desse público, destacamos o cidadão comum, como bem refletem Charaudeau (2006) e Maciá Mercadé (2006).

No âmbito da participação, compreendemos, assim como Carpentier (2015), que se trata de um conceito fluido e abrangente que envolve lutas por posições de poder na sociedade e que extrapola o acesso e a interatividade, porém precisa desses dois elementos para existir. Assim, ao optarmos pelo uso do termo participação, englobamos o envolvimento do cidadão nas etapas do processo de produção de notícias (Mesquita, 2014), por meio do acesso às novas tecnologias e da interação com os repórteres (Carpentier, 2015), acontecendo para além do que propõem as iniciativas de Jornalismo Cívico descritas por Traquina (2003), podendo, inclusive, extrapolar a simples colaboração do cidadão como fonte de informação (Alves, 2019).

4. JORNALISMO INVESTIGATIVO NO CONTEXTO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

Após esse percurso teórico envolvendo a reconfiguração da relação entre público e jornalista no cenário de convergência, onde a participação cidadã é identificada no processo produtivo das notícias, faz-se necessária uma compreensão mais profunda sobre o jornalismo investigativo no contexto de construção social da realidade. Inicialmente, realizaremos uma contextualização histórico-social, com a finalidade de resgatar os principais estudos voltados a essa área específica do jornalismo, refletindo sobre as condições sociais diante das quais tais pesquisas se desencadearam. Posteriormente, abordaremos algumas especificidades do jornalismo investigativo, sua caracterização, função social e os métodos que o diferenciam do jornalismo praticado de forma convencional, no dia a dia das redações e sob maiores constrangimentos, como por exemplo pressões referentes ao tempo, fatores políticos, ideológicos, econômicos, organizacionais etc. O Manual para Jornalistas Investigativos publicado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em 2013, ganhará especial atenção nesta seção, uma vez que irá servir de base para a identificação das fases de produção de uma reportagem investigativa, a serem analisadas nesta pesquisa. Por fim, apresentaremos algumas reflexões sobre os riscos da prática investigativa para jornalistas e fontes de informação, assim como abordaremos algumas possibilidades e limites para o cumprimento da sua função social.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL

Autores que dedicaram seus estudos ao universo do jornalismo investigativo, como Leandro Fortes (2012), Cristina Ponte (2005), Solano Nascimento (2016), Jaimes Aucoin (2006) e Hugo Burgh (2008), são unânimes em um aspecto: para eles se torna difícil precisar o real momento do surgimento de reportagens investigativas no mundo.

Em “Os novos escribas, o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil”, ganhador do Prêmio Esso 2010 como obra de maior contribuição à imprensa, Nascimento (2016) afirma que a tarefa de encontrar o marco do surgimento do Jornalismo Investigativo no mundo é complexa por dois grandes motivos: as inúmeras

e diversificadas definições sobre o que venha a ser esse jornalismo que, embora convergentes, impedem sua caracterização única; e a existência de poucas informações disponíveis sobre a prática jornalística investigativa para além do mundo ocidental. Assim, conforme o autor, pode acontecer, por exemplo, de uma determinada reportagem antiga, em alguma cultura oriental, conter traços de investigações catalogados conforme os critérios utilizados e, por consequência, não ser considerada como trabalho jornalístico investigativo.

Já Ponte (2005), com base nos estudos de Chalaby (1996), considera que os ideais cívicos da Revolução Francesa foram os principais incentivadores da prática do jornalismo de investigação no Século XIX. Indo de encontro ao tipo de prática profissional prevalecente na época - quando a maioria dos jornais se encontrava submisso ao financiamento de políticos e publicitários, alguns jornais europeus e norte-americanos, influenciados por valores como compromisso social e independência política, publicavam reportagens denunciando ilegalidades, injustiças e abusos de poder.

Como visto, não há como não evidenciar a importância do contexto social do século XIX para o surgimento do jornalismo investigativo. Os estudos sobre esse gênero jornalístico na Inglaterra, apresentados por Burgh (2008), seguem a mesma linha de pensamento. Segundo o autor, a maior independência política alcançada por jornais ingleses a partir de 1860 possibilitou, por exemplo, que o Times retomasse o modelo da antiga *Ágora* grega, consolidando-se como uma verdadeira câmara de debates. Aliada a essa concepção de jornalismo, o aumento de receitas foi outro fator que possibilitou maior investimento em investigações. De acordo com Burgh (2008, p. 36), “com o aumento do faturamento, ele [Thomas Barnes, na época, editor do jornal] podia gastar mais com investigações, e tanto ele quanto seus sucessores se orgulhavam de ter acesso às informações de forma independente e sem se submeter a pressões”.

Apesar da dificuldade expressa em detectar as origens do jornalismo investigativo, podem-se mencionar alguns períodos de forte influência desse modelo de jornalismo e algumas reportagens que marcaram a sua prática no Brasil e no mundo. Sobre o tema, Burgh (2008) destaca o tipo de jornalismo praticado por William Cobbett, preso durante dois anos (1810-1812), após denunciar o açoitamento de milicianos que protestaram contra deduções consideradas ilegais em seus salários. O autor afirma que, “se um dos aspectos do jornalismo investigativo é não ter medo de

revelar fatos que desagradam o poder, Cobbett é um precursor que merece destaque” (Burgh, 2008, p. 33). Ainda em solo inglês, faz-se necessário expor as publicações do *Pall Mall Gazette*, a partir de 1980, sob o comando de W. T. Stead. Utilizando técnicas polêmicas para comprovar a prostituição e o tráfico de menores envolvendo, muitas vezes, autoridades, o jornalista chegou a comprar uma adolescente e encaminhá-la a um bordel para que trabalhasse como prostituta. Apesar de condenado por sequestro, “suas denúncias ajudaram a definir um papel emergente para jornalistas investigadores, que se sentiram encorajados a utilizar a revelação de fatos secretos para intervir no debate público” (Nascimento, 2016, p. 25).

Apesar de não ser considerado propriamente uma investigação, o manifesto realizado pelo escritor Émile Zola, no final do século XIX, será lembrado por Ponte (2005) como fundamental para o incentivo da prática do gênero investigativo. Trata-se de escândalo político que ficou conhecido como Caso *Dreyfus* ocorrido no período de disputa entre França e Alemanha para anexação do território de Lorena – rico em recursos minerais. Segundo Silva (2013), o judeu Alfred Dreyfus, oficial do exército francês, foi condenado à demissão desonrosa, degradação militar e prisão perpétua por espionagem em benefício da Alemanha. Em 1896, uma investigação instigada por Georges Picquart, chefe da contraespionagem, identificou Ferdinand Walsin Esterhazy como verdadeiro culpado, sendo tais evidências suprimidas pelos oficiais militares – o que levou o tribunal militar a absolver, por unanimidade, Esterhazy. Foi a carta aberta publicada por Émile Zola ao Presidente da República, em *L’Aurore*, intitulada *J’Accuse*, que levaria à revisão do processo judicial.

O destaque da imprensa americana nos estudos sobre o jornalismo traz consigo diversos exemplos de reportagens que influenciaram a prática de jornalismo investigativo no mundo ocidental. Ponte (2005, p. 56) disserta sobre a atuação de Joseph Pulitzer na prática de um jornalismo rigoroso baseado no “espírito de cruzada contra a injustiça e a corrupção”, no final do século XIX, no contexto dos Estados Unidos. Nascimento (2016, p. 24-25) afirma que “o *St. Louis Post-Dispatch*, de Pulitzer (...), atacou democratas e republicanos indistintamente e abriu frente de denúncias jornalísticas que iam dos monopólios de combustíveis e carros à propriedade de casas de jogos e motéis”. Em sua homenagem, foi criado o mais famoso prêmio jornalístico do mundo, que também marcou a história do Jornalismo Investigativo ao incluir, em 1964, uma nova categoria intitulada “Reportagem Investigativa”.

A Era de Ouro do jornalismo americano - entre 1880 e 1920 trouxe consigo destaque para a atuação dos *muckrakers* - conjunto de artigos de notícias investigativas que apareceram em revistas mensais na primeira década do século XX, conforme Schudson (1989). O termo adotado pelo pesquisador foi utilizado pelo presidente Theodore Roosevelt, em 1906, para se referir a homens que buscavam encontrar sujeira – numa associação a jornalistas que se aprofundam em busca dos fatos. Segundo Nascimento (2016, p. 26), “a intenção de Roosevelt era ofender os jornalistas, mas a expressão passou a ser utilizada como sinal de distinção de um tipo de repórter metódico e interessado em ir a fundo nos assuntos”.

O período entre guerras foi marcado por um declínio na prática de jornalismo investigativo que ocorreu devido a questões como a redução de competição entre publicações e o consequente fechamento de jornais, assim como o apoio crescente de jornalistas ao governo (Nascimento, 2016). Apenas na década de 1970, como descreve Ponte (2005), o sentimento de injustiça diante da corrupção pública e a exigência por mais transparência nos atos de políticos teve seu apogeu. Sem dúvidas, o episódio *Watergate*, apesar de não ser o primeiro caso referente à prática de jornalismo investigativo, foi considerado por diversos autores um marco para a sua prática, vindo a influenciar inúmeros profissionais a seguirem o exemplo dos jornalistas do *The Washington Post* na busca por irregularidades e abuso de poder cometidos por autoridades.

O episódio aborda a instauração de escuta ilegal ocorrido na sede do Partido Democrata americano por agentes ligados ao governo do republicano Richard Nixon, quando cinco pessoas foram presas no Edifício *Watergate* com material de espionagem. O escândalo político foi negligenciado pelas autoridades e pela mídia americana por falta de provas. Apenas o *The Washington Post* prosseguiu suas investigações no rastro deixado pelos invasores, chegando ao nome de um assessor da Casa Branca. Os detalhes expostos pelos jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein em suas reportagens foram revelados por uma fonte da Casa Branca, que ficou conhecida mundialmente como *Deep Throat* (Garganta Profunda), numa analogia a um filme pornográfico da época. Apenas em 2005, Mark Felt, ex-vice-diretor do FBI, revelou ser o referido informante.

Como apresenta Nascimento (2016), após um longo trabalho investigativo, os jornalistas conseguiram documentos diversos e testemunhas que sustentassem suas denúncias, forçando as autoridades americanas a abrirem uma investigação oficial

sobre o caso. “A relutância para entregar as fitas dessas conversas, a omissão de trechos no material finalmente entregue e outras ações do presidente fizeram com que ele fosse acusado de obstrução da Justiça” (Nascimento, 2016, p. 28). Sob o forte risco de sofrer um *impeachment*, em 1974, Nixon acabou renunciando o cargo de presidente dos Estados Unidos. A partir desse momento, *Watergate* passou a ser um importante incentivador da prática de jornalismo investigativo, principalmente na América Latina. No Brasil não foi diferente.

Apesar de alguns autores como Nascimento (2016) elencarem reportagens como as publicadas no jornal Correio da Manhã, em 1923, sobre denúncias de troca de favores envolvendo o ex-presidente Epitácio Pessoa e exportadores de açúcar; e no Estadão sobre irregularidades no Banco do Brasil, no fim da ditadura de Getúlio Vargas; é de comum acordo, entre os pesquisadores brasileiros, que o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, em 1992, foi o ápice da atividade investigativa nacional. O caso teve início a partir da publicação de uma entrevista do irmão do ex-presidente, Pedro Collor, na revista Veja, expondo uma rede de corrupção liderada por Fernando Collor, em Brasília, envolvendo ainda a primeira-dama Rosane Collor, alguns de seus ministros e o tesoureiro da sua campanha, Paulo César Farias – morto em condições controversas. Um mês depois da publicação da reportagem, o Congresso Nacional instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso. Os detalhes do esquema de corrupção foram apresentados na CPI por personagens como Ana Acioli, secretária de Collor, e Francisco Eriberto, seu ex-motorista.

Durante os trabalhos da Comissão no Congresso, a sociedade brasileira se mobilizou a favor do *impeachment* do ex-presidente, realizando, no dia 25 de agosto de 1992, uma das maiores manifestações públicas do país, que ficou conhecida como o “Movimento dos caras-pintadas”. Em 29 de dezembro do mesmo ano, numa manobra para não perder seus direitos políticos, Collor renuncia ao cargo, porém no dia seguinte, por 76 votos a favor e 3 contra, o presidente é condenado à perda do mandato, com direitos políticos suspensos por oito anos.

Sobre o caso, Sponholz (2009, p.7) destaca como grande consequência para o jornalismo após o *impeachment* a conquista de “espaço como autor relativamente independente (do Estado) na esfera pública brasileira. [Assim] se durante a ditadura a imprensa foi calada ou se calou (autocensura), a situação mudou muito depois da redemocratização”. Nos anos que se seguiram ao episódio, percebeu-se, de acordo

com Nascimento (2016, p. 33), um fortalecimento do jornalismo investigativo como tendência entre os profissionais da área, tornando-o “um tipo de especialização dentro da profissão”.

Após abordarmos um pouco do contexto de surgimento do jornalismo investigativo no Brasil e no mundo, faz-se necessário compreender um pouco mais sobre a definição desta prática jornalística e suas características peculiares.

4.2 CARACTERIZAÇÃO, FUNÇÃO SOCIAL E MÉTODOS

A busca por uma conceituação referente ao jornalismo investigativo tem sido uma tarefa constantemente realizada no âmbito do estado da arte da área, porém o que se percebe na literatura sobre o tema é que, diante de sua complexidade, a maioria dos pesquisadores tende a abordar as características peculiares referentes à realização dessa atividade no âmbito profissional. Desta forma, as reflexões centram-se principalmente em compreender seus métodos e a sua função social.

No que concerne às discussões referentes à redundância da utilização do termo jornalismo investigativo, uma vez que, na prática, todo jornalismo realiza uma investigação, ainda que mínima, há divergência de opiniões no âmbito acadêmico. Se por um lado, autores como o próprio Aucoin (2006) defendem que a investigação é intrínseca ao jornalismo e que todos os jornalistas possuem o mesmo perfil e envolvimento com o seu objeto de investigação, pesquisas como as de Coelho (2023), Fortes (2012) e Starkman (2014) caracterizam essa concepção como simplista, propondo um mergulho na complexidade que envolve tal prática.

Fortes (2012) é enfático ao destacar que, ao passo que a investigação passou de um simples preceito a uma especialização, há uma necessidade de extrapolar essa concepção simplista e aprofundar nas caracterizações da sua atividade. Assim, afirma que “a reportagem, de fato, não prescinde de investigação. Mas jornalismo investigativo é algo mais complexo, trabalhoso e perigoso. Não se assemelha com a rotina natural das redações. Exige talento, tempo, dinheiro, paciência e sorte” (Fortes, 2012, p. 10). Em concordância, Meditsch (2017, p. 48) esclarece que, “em princípio, todo o jornalismo deve ser investigativo, como toda a ciência, para conseguir produzir conhecimento verdadeiro”, porém a realidade das políticas editoriais e até a ideologia epistêmica positivista da objetividade, ao reprimir a apuração de versões dissensuais

e o posicionamento dos jornalistas nas redações é um dos fatores que impedem a realização frequente desse tipo de reportagem. Dessa forma, a falta de rigor na apuração motivou a necessidade de se distinguir o jornalismo investigativo. Concordamos com os autores no sentido de que, diante da predominância da tradição objetivista do jornalismo nas redações, a distinção entre o jornalismo convencional (declarativo) e o jornalismo investigativo (mais complexo) é mais que necessária.

Neste sentido, Starkman (2014) diferencia o que ele intitula de *accountability journalism* e *access journalism*. O primeiro tipo de jornalismo seria o que mais se aproxima do investigativo, construindo confiança com o público, explicando e contextualizando problemas complexos, e cobrando dos poderosos uma prestação de contas da sua atuação junto à sociedade. Já o *access journalism* possui características do jornalismo convencional, baseado nas verdades propagadas pelas fontes oficiais e pouco se preocupa com o aprofundamento e debate dos problemas da sociedade.

o *access reporting* diz aos leitores o que dizem os poderosos, o *accountability* diz-lhes o que fazem os poderosos (...). Tendencialmente, o *access* fala com as elites; o *accountability* com os dissidentes (...). O *access* transmite visões ortodoxas; o *accountability* (...) heterodoxas (...). No jornalismo financeiro, o *access* foca-se no interesse dos investidores; o *accountability* foca-se no interesse do público (...). O *access* (...) as suas histórias são mais fáceis, ou pelo menos, mais rápidas e raras vezes suscitam o confronto (...). O *accountability reporting* é marginal, mais dispendioso... de produção mais lenta, mais stressante e destinado a fazer inimigos... Em síntese: o *accountability* é o cão de guarda que chega à história que o *access* falha... Sem o *accountability*, o jornalismo não tem objetivo, não tem foco, não tem ponto (Starkman, 2014, p. 10–11).

As pesquisas de Coelho (2023) também abordam as diferenças entre o jornalismo investigativo e o convencional. Dentre os principais pontos apontados pelo pesquisador estão a temática dos textos, que abrangem denúncias de más práticas dos gestores da administração pública, e os resultados alcançados após a sua publicação.

O lucro social associado a estes trabalhos, quando provocam mudança, alteram leis obsoletas, denunciam casos de corrupção, revelam redes criminosas, não tem correspondência direta no lucro financeiro, mas o investimento, como reconhece Philippe Meyer (2004), é de longo prazo, porque “a qualidade traz associado o sucesso empresarial” (Coelho, 2023, p. 7).

Cabe destacar, em meio a esse debate, a compreensão de que, assim como no jornalismo convencional, as barreiras e constrangimentos referentes às políticas editoriais e vieses políticos dos veículos de comunicação também se encontram

presentes na prática do jornalismo investigativo, principalmente em veículos da grande mídia hegemônica. Porém, tais obstáculos não devem ser fatores de silenciamento e conformismo dentre os profissionais. Fatores como a credibilidade do seu trabalho colaboram para que o jornalista investigativo possua maior autonomia se comparada à prática rotineira das redações, possibilitando uma reação às imposições de empresários e editores e a abordagem de temáticas muitas vezes negligenciadas e ocultadas pelos detentores de poder.

É neste sentido que o espanhol Ferrán Lalueza (2003) apresenta, dentre os critérios identificadores de um trabalho de investigação jornalística, o fato de que tal reportagem deva tratar-se inicialmente de uma denúncia visando expor questões ocultas e maléficas à sociedade, que deve possuir relevância duradoura e ter sido integralmente verificada. A partir de comentários de jornalistas investigativos e de exemplos práticos, Aucoin (2006, p. 91) também define cinco elementos distintos que uma reportagem investigativa deve conter: 1) “exposição de informações 2) sobre uma questão pública importante 3) que alguém ou alguma organização não deseja que seja relatada 4) que é revelado através da “escavação” original e demorada do repórter 5) com o propósito de reforma inspiradora.”

Porém, conforme expressa Aguiar (2006), o foco das reportagens investigativas não deve se limitar apenas a assuntos que englobam o meio político e econômico. As abordagens desse tipo de jornalismo devem envolver outras questões sociais relevantes, promovendo, inclusive, uma função pedagógica, por meio do esclarecimento e aprofundamento das temáticas abordadas e da apresentação de uma pluralidade de visões.

O que se percebe é que o jornalismo investigativo pode se tornar propulsor da prática de um jornalismo mais profundo, expondo histórias sob diferentes percepções, acessando fontes muitas vezes esquecidas e silenciadas, apresentando os conflitos que englobam a alma humana e tecendo comentários jornalísticos adicionais em suas histórias, alterando o *modus operandi* generalista do seu dia a dia.

Sobre essa perspectiva, faz-se necessário um retorno ao contexto do século XIX exposto acima para abordar a influência do realismo literário no jornalismo, que culminou, segundo Ponte (2005), no surgimento de duas vertentes: o jornalismo investigativo e o Novo Jornalismo. Ao abordar as relações entre o jornalismo e a literatura, a pesquisadora portuguesa destaca que

Contemporâneo desta corrente literária, o jornalismo emergente no século XIX e orientado para o relato dos factos de actualidade vai encontrar no realismo algumas das suas metáforas fundadoras como a de “espelho da vida”, proposta por Stendhal, ou a sua matéria-prima, os acontecimentos, como mimesis dos setores e das coisas, avançadas por Balzac. Vai mais longe, ao apoiar-se nos seus ideais de intervenção cívica e assumir tomadas de posição num contexto político de paradoxo entre dinâmicas de conservação e transformação (Ponte, 2005, p. 45).

Como características do realismo absorvidas pelo jornalismo, Ponte (2005) apresenta a pluralidade de memórias e discursos, a forma estável de relatar e o foco central nas pessoas e no entorno delas, expressadas no *lead*, além da utilização da descrição dos fatos. “Para Jean François Tétu, no jornalismo a descrição não opera como um ornamento ou uma pausa entre elementos decisivos do texto, mas como elemento constitutivo de uma ilusão de real, de se ‘ter estado lá’” (Ponte, 2005, p.48). Assim como o jornalismo investigativo, a autora destaca o Novo Jornalismo como derivação da relação entre jornalismo e literatura. O movimento, que eclodiu nos anos de 1960, surgiu como uma tentativa de retomar um jornalismo mais aprofundado, subjetivo, onde a estética também poderia ser evidenciada.

No Novo Jornalismo, o jornalista procura viver o ambiente e os problemas das personagens das histórias, pelo que não se podia limitar aos seus aspectos superficiais. Os novos jornalistas tornaram-se frequentemente, jornalistas literários, assemelhando a sua produção à literatura (Sousa, 2001, p. 30).

Esses jornalistas romperam o modo vigente de se fazer jornalismo baseado nas receitas de pirâmide invertida, relato conciso e eliminação de adjetivos, tornando-se escritores de reportagens especiais. Tom Wolfe (2005, p. 37), um dos principais pesquisadores sobre o tema, detalha que “o tipo de reportagem que faziam era mais intenso, mais detalhado e sem dúvida mais exigente em termos de texto do que qualquer coisa que repórteres de jornais e revistas, inclusive repórteres investigativos, estavam acostumados a fazer”. O autor relata ainda a necessidade de o profissional permanecer mais tempo junto ao personagem para captar e transcrever gestos, expressões faciais, emoções e detalhes dos ambientes. Dessa forma, o repórter passa a ser um intérprete ativo da realidade e o jornalismo um fenómeno que engloba mente e linguagem (Sousa, 2001).

Dentre as principais obras que englobam o Novo Jornalismo, tem-se “*In Cold Blood*”, publicada por Truman Capote, em 1965. A novela não ficcional baseou-se em dados reais e narrava o assassinato de uma família, que se iniciava no dia do crime e se encerrava após o enforcamento dos homicidas. Como assinala Sousa (2001),

Capote não apostava no sensacionalismo, mas unia o jornalismo às técnicas da ficção. Assim, utilizou dados reais como entrevistas e exames psicológicos dos assassinos em sua narrativa, além de realizar abrangentes pesquisas sobre criminologia.

Importante destacar, conforme Lima (2004), que as inovações estilísticas oriundas do jornalismo literário são empregadas pelo Novo Jornalismo. Dessa forma, o autor considera que o surgimento dessa vertente se tratou de uma manifestação de um momento do jornalismo literário, uma evolução desse tipo de jornalismo, ou seja, algo não totalmente inédito, uma vez que, o jornalismo literário, enquanto forma de narrativa, de captação e expressão do real, já existia.

Aspectos do jornalismo investigativo e do Novo Jornalismo se cruzam em reportagens em que a investigação se concentra na alma do ser humano, sua complexidade e integralidade. É o que acontece com a obra “O nascimento de Joyce”, da jornalista, pesquisadora e escritora Fabiana Moraes, que ganhou o Prêmio Esso de Reportagem. A série de reportagens publicada no Jornal do Commercio e posteriormente transformada em livro, aborda a história de um ex-agricultor ao passar pelo processo de redesignação sexual na cidade de Recife (PE). Dentre as características do jornalismo literário presentes na obra, Agripino-Ramos (2016) apresenta o envolvimento da repórter com a vida da personagem, além de técnicas como construção cena a cena, uso de flashbacks e metáforas. Unidos a esses elementos, destacam-se do jornalismo investigativo, o espaço para a realização de denúncias sobre a situação da saúde pública do Recife e o preconceito que envolve o tratamento dado a pessoas transexuais.

Fabiana Moraes é um exemplo do que Schudson (2010, p. 226) retrata sobre o perfil de um jornalista que se lança ao jornalismo investigativo e interpretativo. Segundo o autor, esse perfil se assemelha aos ideais de um jornalista escritor de livros-reportagem em um contrato de comunicação com os seus leitores. Dessa forma, “requer uma subjetividade madura, uma subjetividade temperada por encontros com as opiniões de outros profissionais expressivos na atividade, e uma consideração com eles; e uma subjetividade amadurecida por encontros com os fatos mundiais e um respeito por eles”.

O que podemos perceber é que, conforme explicita Marcet (1997, p. 22), “las posibilidades del PI (Periodismo de Investigación) son infinitas y su campo temático ilimitado”, abrangendo diversas temáticas e formas de abordagem.

Fica nítido, após essa exposição, que o nível de interesse público do assunto a ser investigado e os benefícios que os resultados das reportagens trarão à sociedade são essenciais na atividade jornalística investigativa. Porém, como retrata Waisbord (2000), é principalmente a partir da exposição de transgressões sociais e abusos de poder, que a imprensa cobra de agentes públicos e políticos maior responsabilidade e transparência nos seus atos, tornando-se o que Sequeira (2005, p. 24) acaba definindo como “guardião da sociedade”, cujo objetivo é “evidenciar as misérias presentes ou passadas de um corpo social”.

Os estudos de Sponholz (2009, p. 75) reafirmam esse papel. A pesquisadora faz referência à pesquisa realizada em 1998 por Hercovitz e Cardoso, que retratou o entendimento de 79% dos jornalistas brasileiros entrevistados (280 do universo de 355) de que uma das principais tarefas da mídia consiste em “investigar demandas e afirmações feitas pelos governos”. Numa comparação com outro estudo realizado por Weaver no mesmo ano, agora com jornalistas americanos (quando apenas 66% concordaram ser este um dos papéis do jornalismo), Sponholz (2009) destaca como os brasileiros estão mais dispostos a realizar esse tipo de reportagem e conduzir suas investigações.

Mas não só de denúncias vive o jornalismo investigativo. É importante mencionar, ainda neste contexto, o seu papel como mobilizador da opinião pública no sentido de provocar mudanças estruturais nas relações de forças entre a sociedade civil e o sistema político. Habermas (1984; 1997) reflete tal abordagem a partir da exposição de três modelos de deliberação propostos por Cobb, Ross e Ross (1976), que determinam os temas e a deliberação a partir da orientação dos fluxos comunicacionais na esfera pública:

Inicialmente, apresenta o modelo de acesso interno (*inside access model*), onde a iniciativa pertence aos dirigentes políticos ou detentores do poder. Assim, “antes de ser discutido formalmente, o tema segue o seu percurso no âmbito do sistema político, sem a influência perceptível da esfera pública política ou até com a exclusão dela” (Habermas, 1997, p. 113-114).

Quando o tema é inserido na visibilidade da discussão pública por meio da atuação de uma elite dissidente ou até mesmo através da prática jornalística investigativa, tem-se o modelo de mobilização (*mobilization model*). Aqui, a estrutura de poder perde sua comodidade e sua situação de conforto de decisão interna, e passa a ter a obrigação de mobilizar a esfera pública. Segundo o autor, isso acontece

“uma vez que necessitam do apoio de partes relevantes do público para atingir um tratamento formal ou para conseguir a implementação de um programa já votado” (Habermas, 1997, p. 114).

As considerações de Habermas sobre esse modelo merecem ser refletidas de forma mais profunda. Compreende-se, a partir de suas explanações, que os resultados das iniciativas advindas desse modelo, ainda que geralmente beneficiem a estrutura de poder vigente - devido às profundas desigualdades sociais, de recursos e potencial mobilizador, por exemplo – não são, necessariamente, oriundas ou pertencentes ao sistema político. Não seria razoável acreditar que a estrutura de poder poderia, por iniciativa própria, renunciar o seu monopólio de deliberar exclusivamente as questões relativas aos seus interesses para vir a disputar a anuência das galerias da opinião pública com os interesses das outras classes sociais. De toda forma, há aqui mecanismos que extrapolam o âmbito restrito dessa estrutura de poder, quando as deliberações passam a necessitar de apoio da esfera pública para serem validadas.

O terceiro modelo apresentado é o de iniciativa externa (*outside initiative model*), pertencente “às forças que se encontram fora do sistema político, as quais impõem o tratamento formal utilizando-se da esfera pública mobilizada, isto é, da pressão de uma opinião pública” (Habermas, 1997, p. 114). Esse modelo funciona quando grupos que não pertencem ao sistema governamental articulam uma determinada demanda, a propagam dentro da esfera pública com o objetivo de conseguir adesão dos demais públicos e inserir tal tema na agenda pública. Consequentemente, acabam gerando uma pressão nos detentores de poder de decisão para inclusão do assunto no debate formal. Tal modelo é tributário do modelo de mobilização, ou seja, precisa dele para ser gerado.

Em outras palavras, o terceiro modelo acontece quando a periferia consegue formar opinião e vontade consistentes, sendo capaz de mobilizar as massas a ponto de constituir-se em poder comunicativo com natureza material capaz de pressionar os legisladores a aprovar leis progressistas. É preciso, contudo, manter tal mobilização para que as leis não apenas sejam geradas e aprovadas, mas, acima de tudo, cumpridas. Neste sentido, Habermas alerta que,

enquanto os meios de comunicação de massa, contrariando sua própria autocompreensão normativa, conseguirem seu material dos produtores de informações – poderosos e bem-organizados – e enquanto eles preferirem estratégias publicitárias que diminuem o nível discursivo da circulação pública

da comunicação, os temas em geral serão dirigidos numa direção centrífuga, que vai do centro para fora, contrariando a direção espontânea que se origina na periferia social (Habermas, 1997, p. 114).

Uma vez que possui maior autonomia para sua realização, o jornalismo investigativo possui papel relevante para a superação das barreiras de poder no âmbito da esfera pública. Reportagens como as apresentadas pelo *Le Figaro* sobre o processo *Dreyfus* e pelo *Washington Post* sobre o caso *Watergate* exemplificam como o jornalismo investigativo atua no âmbito do segundo modelo de mobilização.

Como exemplo da atuação deste tipo de jornalismo no terceiro modelo, tem-se a reportagem¹⁸ publicada em 20 de junho de 2022, pelo *The Intercept* Brasil, em parceria com o Portal Catarinas, que denuncia a conduta de uma juíza de Santa Catarina ao induzir uma criança de 11 anos, grávida após estupro, a desistir de um aborto legal. A reportagem repercutiu nas redes sociais (chegando a obter mais de 130,5 mil curtidas no Instagram; e 40,2 mil curtidas, 20,2 mil *reposts* e 2.300 comentários no *Twitter* - tornando-a um dos assuntos mais comentados no dia), chamando a atenção de entidades da sociedade civil e pressionando autoridades jurídicas a inserirem a temática em sua agenda, o que culminou, entre outras coisas, na abertura de uma investigação para averiguar a conduta da juíza e na garantia do direito à realização do aborto pela criança.

Desta forma, o jornalismo investigativo pode atuar

estimulando e repercutindo o debate público referente a transgressões e abusos de poder - rompendo o caminho centrífugo do fluxo comunicacional comumente verificado na esfera pública, onde os temas relevantes são inseridos na agenda pública pelos próprios detentores do poder - e pressionando o poder político a tratar tais questões de interesse público seriamente (Sousa; Rocha, 2022, p. 11).

Ressalta-se, por conseguinte, sua atuação como formador, mediador e ampliador de debates na esfera pública, sendo capaz - por meio da mobilização e pressão do público -, de influenciar e reverter decisões de autoridades, podendo inclusive promover a perda de mandatos.

A reflexão sobre este papel social acaba substanciando discussões sobre o real poder do jornalismo nas sociedades democráticas. Em concordância com Chaparro (1994, p. 121), entende-se que “denunciar à sociedade o comportamento corrupto e imoral de um presidente da República é dever do jornalismo e do jornalista;

¹⁸ <https://theintercept.com/2022/06/20/video-juiza-sc-menina-11-anos-estupro-aborto/>

derrubá-lo é prerrogativa do povo organizado”. Percebe-se, portanto, que o jornalista é detentor de um poder relativo na esfera pública, uma vez que “apenas um público esclarecido e atuante no ambiente político é capaz de alterar as relações entre a sociedade civil e o sistema político” (Sousa; Rocha, 2022, p. 14).

4.2.1 Reportagens Investigativas, sobre Investigações e a partir de Investigações

No contexto prático da produção de reportagens, é importante destacar alguns posicionamentos sobre a autoria do processo de investigação, que permitem diferenciar reportagens investigativas e reportagens sobre investigações. Neste sentido as abordagens de Nascimento (2016), ainda que em âmbito classificatório, são imprescindíveis e servirão como parâmetro seletivo para a formação do *corpus* desta pesquisa.

O autor apresenta alguns estudos (a exemplo dos realizados por Secanella, 1986; Santoro, 2004; Kovach e Rosenstiel, 2003) com o entendimento de que, para uma reportagem ser considerada investigativa, todo o trabalho de investigação e apuração de informações deve ser realizado pelo repórter. Dessa forma, desconsideram, por exemplo, as matérias provindas de vazamento de informações, repasse de descobertas e reproduções de investigações policiais.

Todas essas definições, feitas por jornalistas e pesquisadores, têm um traço em comum: o jornalismo investigativo implica um trabalho ativo de apuração do repórter. É por isso que vazamento de informações por autoridades, repasse de descobertas de terceiros, reprodução de algum tipo de revelação obtida por um investigador que não seja o jornalista não são considerados exemplos de jornalismo investigativo (Nascimento, 2016, p. 15).

Como exemplo dessa diferenciação, o autor traz o Caso Collor, mencionado anteriormente, onde por meio de uma denúncia – no caso do irmão do ex-presidente, a equipe de reportagem da revista *Veja* e de outros veículos de comunicação da época realizaram investigações próprias, sem reproduzir investigações oficiais – apesar de serem a semente de um processo oficial que resultou no *impeachment* do acusado (Nascimento, 2016).

Em contraponto, o pesquisador apresenta a reportagem “Facada pelas costas”, publicada pela revista *IstoÉ*, em fevereiro de 2001, baseada em conversas do senador Antônio Carlos Magalhães e três procuradores da República, quando o parlamentar confessava o cometimento de infração ao regime interno do Senado, ao conhecer o

voto (que devia ser secreto) de colegas no processo de cassação de mandato do ex-senador Luiz Estevão. Neste caso, a própria revista revelou como conseguiu tais informações: por meio da gravação realizada por um dos procuradores. Assim, como considera Nascimento (2016, p. 21), a denúncia realizada contra A.C.M. de quebra de sigilo do painel eletrônico do Senado “teve por base uma gravação feita por um procurador da República, em horário de expediente, dentro das instalações da procuradoria, e fazendo exatamente seu ofício de investigar denúncias”. Isto posto, o que coube à equipe da IstoÉ foi a reprodução de uma investigação oficial, podendo ser classificada, a matéria como sobre investigações e não investigativa de fato.

Há ainda, no âmbito dessa classificação, o que Kovach e Rosenstiel (2003) compreendem como reportagem investigativa interpretativa – ou reportagem gerada a partir de investigação. Segundo os autores, trata-se de uma reportagem que aborda não apenas fatos desconhecidos, mas se debruça a novos desdobramentos a partir de algo que já pertencia ao domínio público. Como explicam,

A reportagem investigativa interpretativa surge como resultado de cuidadosa reflexão e análise de uma ideia, bem como de uma busca obstinada dos fatos para reunir informação em um novo e mais complexo contexto, que fornece ao público um melhor entendimento do que acontece. Normalmente envolve assuntos mais complexos ou um conjunto de fatos, mais do que numa denúncia clássica. Revela uma nova forma de olhar alguma coisa, bem como novas informações sobre o assunto (Kovach; Rosenstiel, 2003, p.178).

Os estudiosos citam como exemplo o caso do *The Pentagon Papers* – documentação obtida pelo New York Times sobre a política externa americana na Guerra do Vietnã (1961-1975), quando, por meio da interpretação do material, ficou comprovado que o governo dos Estados Unidos mentiu sobre o seu desempenho na guerra.

A pesquisa de Nascimento (2016) trouxe à tona uma preocupação referente à crescente produção de reportagens sobre investigações no Brasil. Baseando-se em entrevistas realizadas com jornalistas dos principais veículos de comunicação do país, o autor constatou que o fenômeno do jornalismo sobre investigações oficiais tem como causas fatores extra redações (como a melhoria do aparato fiscalizatório e a redemocratização – ou seja, o avanço da democracia); fatores relacionados a empresas jornalísticas (como a proteção contra ações judiciais, o enxugamento das redações e o aumento do lucro das empresas com a venda desse tipo de reportagens); fatores relacionados tanto a empresas quanto a jornalistas (a influência do Caso Collor que, apesar de ser considerado Jornalismo Investigativo, foi

fundamental para o aumento de reportagens sobre investigações; assim como a comodidade explícita na relação da imprensa com as fontes oficiais); e fatores exclusivos a jornalistas (como as facilidades trazidas pela Internet, a responsabilidade social do profissional e a participação nos lucros das empresas jornalísticas).

Para além do fenômeno do repórter como mero escriba – reproduzidor de fontes oficiais, Nascimento (2016) percebeu que os próprios jornalistas não distinguem jornalismo investigativo e jornalismo sobre investigações. Como conclusão, o autor não considera o uso de fontes oficiais na produção de reportagens investigativas como algo impróprio, negativo ou descartável; assim como entende que uma reportagem baseada apenas em investigações oficiais não implique, necessariamente, em algo ruim. O que Nascimento (2016, p. 80-81) alerta é que

por ter acesso só à parcela da investigação que lhe é liberada, o repórter se expõe ao perigo de ser usado pela fonte que está passando as informações da investigação oficial. É diferente da situação em que o próprio jornalista investiga. Neste caso, o repórter tem maior capacidade de analisar contradições, incongruências e equívocos que aparecem na investigação.

Independente da atribuição de autoria, uma das principais características do jornalismo investigativo é o método utilizado pelos profissionais na produção de suas reportagens – tema que abordaremos no próximo tópico deste trabalho.

4.2.2 Compreendendo o fazer jornalístico

Em relação ao método investido na produção de reportagens, tem-se, dentre os principais pesquisadores da área, a compreensão de que o jornalismo investigativo deve se apoiar em fatos, em que o mérito do processo se dá através da aproximação e no confronto das informações para que sejam abertos caminhos para uma nova compreensão da realidade. Assim, a escolha do método de apuração e as estratégias de produção da reportagem, como explicam Sequeira (2005) e Nascimento (2016), tornam-se um grande diferencial.

Como descreve Quesada (1996), essa forma de fazer jornalismo não se resume apenas à publicação do que é exclusivo, imediato e oculto. Para a pesquisadora catalã, o jornalismo investigativo possui parâmetros diferenciados nos seus processos. Portanto, assinala que 1) além de buscar descobrir informações inéditas e centrar-se em temas de relevância, baseia-se (2) na denúncia clara com foco na verificação de documentos contrários ao interesse público, (3) no contraste

duplo de dados que deve acontecer por meio de acesso a fontes independentes para redução de margem de erro na denúncia publicada, e (4) no rompimento do silêncio das fontes oficiais.

Nesta mesma perspectiva, Fortes (2012) traça o passo a passo para a construção de uma reportagem investigativa. Inicialmente, destaca a importância da realização de uma pesquisa minuciosa sobre o fato a ser abordado. “Então, o olho do repórter investigativo tem que suplantar a pura curiosidade, assumir um quê de detetive mesmo. Uma dica importante nesses casos, é fugir das fontes oficiais e óbvias” (Fortes, 2012, p. 35). Qualidades como paciência, concentração, insistência e perseverança são algumas elencadas pelo autor como essenciais ao jornalista que deseje trabalhar com investigações, uma vez que, “muitas vezes, não é de uma fonte ou de um documento que se obtém a informação, mas do cruzamento de vários deles” (Fortes, 2012, p. 36). Ainda para o pesquisador, também é relevante para o jornalista possuir conhecimento policial básico, agir com curiosidade, discrição e responsabilidade, assim como realizar procedimentos de checagem sempre que uma informação parecer “estranha, imprecisa, inconstante ou óbvia demais” (Fortes, 2012, p. 40).

O processo de investigação do jornalista brasileiro Caco Barcellos na produção do livro ‘Rota 66: a história da polícia que mata’, apresentado pela pesquisadora Sandra Moura em sua tese de doutorado, é um exemplo relevante para esta reflexão sobre a prática do jornalismo investigativo. Na obra intitulada “Caco Barcellos – o repórter e o método”, a autora se baseou em diversos documentos cedidos pelo repórter na busca de pistas sobre os procedimentos utilizados por ele no trabalho de denunciar a prática de extermínio da polícia na cidade de São Paulo. Em suma, Moura (2007) conclui que, dentre as práticas investigativas, Caco Barcellos utilizou técnicas como a verificação e cruzamento de informações obtidas com as fontes e dados/ documentos comprobatórios, a contextualização dos fatos e a introdução de perspectivas humanizadas das vítimas, o acionamento de múltiplas linguagens e o uso de recursos literários na produção textual.

(...) foi um processo que trouxe uma concepção de jornalismo investigativo voltada não apenas para a pesquisa documental, mas para a investigação do espírito e do estado dos personagens, de suas ações e de seu comportamento. (...) Em Rota 66, Caco Barcellos não se apoiou somente na declaração da fonte. Para valer, a acusação devia vir acompanhada da prova documental. Do contrário, ele não levava a diante. (...) A sua investigação se construiu mediante relações estabelecidas entre os diversos casos

investigados (...) ele foi estabelecendo relações entre os crimes para, a partir daí, retirar as características do sistema de matança da polícia. (...) Neste processo, recursos criativos também foram acionados. No quarto capítulo viu-se o jornalista recorrer aos artifícios literários para flagrar gestos, comportamentos, ações, de modo a trazer para o leitor um quadro capaz de revelar o estado e o espírito dos seus personagens (Moura, 2007, p. 245-247).

Ainda sobre o caso apresentado, Moura (2007) comparou o trabalho realizado pelo repórter ao trabalho de um cientista, quando parte de um movimento particular para o geral. Essa perspectiva vai ao encontro das abordagens realizadas por Merino (2002). Para o autor, o jornalista investigativo tem as etapas da produção de uma reportagem bem semelhante ao cientista, uma vez que há uma obtenção de dados iniciais, a realização de uma análise da documentação obtida, uso de metodologias e técnicas para a formulação de um problema de investigação, a formulação de hipóteses sobre o caso, inferências pessoais e a obtenção de provas.

A partir das pesquisas citadas, surge a necessidade de refletir como o jornalismo investigativo, apesar de ter a sua origem influenciada pelo ambiente positivista, contexto em que predominava uma visão tecnicista e funcionalista do jornalismo (berço de valores como objetividade, impessoalidade e imparcialidade), pode tornar-se contraponto a epistemologia. Sem esquecer os aspectos técnicos (como a verificação e cruzamento de informações obtidas com as fontes e dados/documentos comprobatórios), o jornalista investigativo, conforme apresenta Moura (2007), pode abordar aspectos humanos (como traços subjetivos do jornalista e a introdução de perspectivas humanizadas dos personagens) repudiados pelo positivismo. Dessa forma, percebe-se a atuação do profissional como intérprete de sentido, uma vez que o jornalismo passa a ser compreendido como meio de construção de conhecimento de forma intersubjetiva, extrapolando o âmbito de subjetividades individuais; e o jornalista como ser pensante, crítico e sem se desvincular totalmente, em seu trabalho, de sua base ideológica, crenças e contexto social – conforme a epistemologia construtivista (Rocha; Sousa, 2025).

Características do construtivismo também estão presentes na obra publicada pela Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura (UNESCO), em 2013, intitulada “A investigação a partir de histórias: Um manual para jornalistas investigativo” e organizada por Mark Lee Hunter – tema da próxima sessão desta pesquisa.

4.2.3 Manual para Jornalistas Investigativos

Indo de encontro à maioria dos manuais que abordam a prática do jornalismo investigativo, a proposta de Hunter *et al.* (2013), neste guia para profissionais e acadêmicos, não possui como foco a exposição de técnicas referentes à busca por informações ocultadas por autoridades. Segundo os autores, a tarefa central da obra é procurar guiar o leitor em como contar uma história. Desta forma, a partir de uma comparação de métodos investigativos franceses e norte-americanos, abordaram a investigação a partir de histórias – já utilizada no âmbito das ciências sociais e em atividades policiais - sob a ótica do jornalismo investigativo. A proposta foi mostrar que, apesar dos riscos, uma investigação jornalística pode ser um processo eficiente e construtivo.

Logo no primeiro capítulo, eles convidam o leitor a refletir sobre o que é o jornalismo investigativo, diferenciando-o da prática convencional. Assim como os demais autores citados anteriormente, ele define como características principais desse tipo de jornalismo: a exposição de questões ocultadas por alguém em posição de poder, que pode ter como ponto de partida uma denúncia ou uma conexão entre fatos; o uso de fontes e documentos secretos ou divulgados; e a independência de materiais fornecidos por fontes oficiais, fazendo do repórter um participante ativo de todo o processo de investigação e cobertura. Hunter *et al.* (2013) aborda, ainda como diferenciação à prática do dia a dia das redações, como o jornalismo investigativo tende à refutação da objetividade como índice de qualidade na atividade jornalística. Desta forma, explica que

A cobertura convencional de notícias visa a criar uma imagem objetiva do mundo como ele é. A cobertura investigativa utiliza materiais objetivamente verdadeiros – ou seja, fatos que qualquer observador razoável concordaria que são verdadeiros – visando à meta subjetiva de reformar o mundo. Ela não é uma licença para mentir por uma boa causa. Ela é uma responsabilidade, para que a verdade seja apreendida de modo que o mundo possa mudar (Hunter *et al.*, 2013, p. 8).

Assim, além de considerar a verdade como algo intersubjetivamente compartilhado por uma comunidade de comunicação, alerta para a função social do jornalismo. Isso se dá, segundo o autor, por meio da desconstrução do *lead* tradicional. Assim, para além do *que* (1), *quem* (2), *quando* (3), *onde* (4) e *por que* (5), no jornalismo investigativo, há de se considerar um *fenômeno* (1), que possui causas e consequências; um *personagem* (2), com suas características únicas; uma *narrativa*

ou *continuum histórico* (3), *passível* de mudanças e adaptações; uma *ambientação* (4), “na qual certas coisas se tornam mais ou menos possíveis”; e uma *explicação* possível “como” (5) ao conteúdo/problema apresentado (Hunter et al., 2013, p.8).

De imediato, percebe-se, no manual, uma relação entre o jornalismo literário e o investigativo, principalmente no que concerne ao tratamento dado às fontes de informação. Para além de fontes embasadas e validadas por instituições de poder, o jornalismo investigativo proposto por meio do manual, aborda a perspectiva de cidadãos comuns, ou seja, “personagens que, retratados em seu sentir e agir no mundo, têm a validação de sua fala articulada a partir de suas vivências, que lhes conferiria credibilidade de modo independente de um amparo institucional” (Passos, 2017, p. 5).

A partir dessa primeira indagação, o manual vai traçando etapas da produção de uma reportagem investigativa e sugerindo recomendações importantes para os leitores. A escolha de uma história para investigação é o primeiro passo, que pode se dar a partir da observação e monitoramento dos conteúdos exibidos pela mídia como um todo, na busca de algo incomum, ou por meio da escuta de relatos de pessoas que expressam conflitos, indignações e reclamações por diversos meios. Neste contexto, Hunter *et al.* (2013) trazem dois alertas importantes: o primeiro trata de o jornalista, ao observar a realidade, não aceitar nada como algo “dado”, procurando sempre buscar o (s) porquê (s) de determinado fenômeno; o outro alerta é referente ao objetivo final de determinada reportagem – segundo o autor, questionamentos sobre se a matéria vale socialmente a pena, se não parte de uma atitude de vingança pessoal do repórter e quais as expectativas geradas em seus leitores são essenciais neste momento.

Baseando-se nos métodos usados na ciência, os autores também consideram o uso de hipóteses como cerne do método investigativo jornalístico. Como vantagens, elenca que uma hipótese

lhe dá algo a se verificar, ao invés de tentar descobrir um segredo, (...) aumenta as suas chances de descobrir segredos, (...) torna mais fácil gerenciar seu projeto, (...) é uma ferramenta que você pode usar repetidas vezes, (...) garante que você entregará uma história, e não somente uma massa de dados (Hunter *et al.*, 2013, p. 16).

Ainda sobre o uso de hipóteses, ressaltam a importância de o investigador não querer tentar provar a todo custo que uma hipótese é verdadeira, sob o risco de sofrer com questionamentos morais e processos jurídicos. Relevante ainda numa

investigação, conforme os pesquisadores, é utilizar as informações obtidas por meio de fontes oficiais como hipóteses que podem ser confirmadas ou refutadas através do confronto com outros dados e informações autônomas. Esse processo, como sugere, deve ser silencioso e partir da seleção de perguntas e questões mais simples – o que auxiliará na definição de quais fontes serão utilizadas durante a pesquisa (Hunter *et al.*, 2013).

No tópico seguinte do manual são apresentadas informações sobre a busca de dados de fontes abertas para verificação das hipóteses criadas anteriormente. A etapa é denominada de verificação. O autor reconhece a deficiência do acesso a informações em base de dados oficiais em todo o mundo, uma vez que, em seu entendimento, fontes abertas são consideradas fonte de poder.

As fontes abertas nos colocam em uma posição de poder relativo, em comparação à situação habitual de pedir alguém para nos contar uma história. Pedir alguém para nos confirmar uma história é algo bastante diferente. É a diferença entre dizer “O que aconteceu?” e dizer “Foi isso que aconteceu, não foi?” (Hunter *et al.*, 2013, p. 32).

Os autores apresentam como estratégia investigativa a utilização de informações disponíveis em plataformas e bancos de dados abertos como elemento básico e fundamental na elaboração de questionamentos às fontes humanas. Para ele, “as informações mais animadoras normalmente não estão em fontes abertas – e sim nas mentes das pessoas” (Hunter *et al.*, 2013, p. 38). Assim, não apenas traçam algumas maneiras de como encontrar tais pessoas, mas também como conseguir que elas colaborem com seu projeto de investigação. “Existem dois motivos gerais [para que as fontes falem com o repórter] e eles são o orgulho e a dor. Você deve oferecer às suas fontes a oportunidade de satisfazer a um ou ao outro”, explicam (Hunter *et al.*, 2013, p. 40). Nos parágrafos seguintes, os autores destacam a importância da definição de papéis entre o jornalista e sua fonte, táticas de entrevistas e todo o cuidado que se deve ter em relação às responsabilidades desta relação.

A organização de todo material adquirido neste processo também é abordada no manual. O objetivo é facilitar a sua exploração e conferência durante toda a produção da história a ser contada. A criação de um arquivo mestre, ordenado de acordo com os temas/questões da sua história, auxiliará na formação de uma narrativa coerente e bem estruturada.

Tornar os seus documentos mais fáceis de coletar, rastrear e revisar, será também mais fácil para a sua mente traçar conexões entre os dados. Você

certamente perceberá que os dados geram perguntas que ainda não foram respondidas. Assim, o seu arquivo está lhe dizendo quais dados precisam ser completados. Você também se tornará mais sensível a novos dados que se relacionem à sua hipótese, e assim fará descobertas inesperadas (Hunter *et al.*, 2013, p. 60).

Após a organização, o desafio do repórter é a ordenação dos dados em uma narrativa. Assim como Moura (2007), Hunter *et al.* alertam que a escrita de uma história investigativa não é a mesma da redação de uma notícia. Segundo o pesquisador, são necessárias diferentes habilidades e convenções criativas, que não excluem traços subjetivos do autor do texto. “O (a) repórter deve, a uma só vez, usar o poder de recursos associados à ficção, e evitar compor uma peça de ficção. Por fim, o seu estado emocional termina entrando no texto, seja de modo consciente ou não” (Hunter *et al.*, 2013, p. 62).

O controle de qualidade, seja ele voltado a questões técnicas ou à ética profissional, é um procedimento relevante durante todas as fases de produção de uma narrativa investigativa. Sobre as questões técnicas, há de se destacar a verificação de que cada afirmação feita no texto pode ser certificada por, no mínimo, uma fonte. Infere-se que, para o autor do manual, o processo de verificação é contínuo, podendo haver correções e ajustes de informações durante – e até após – a publicação da narrativa. No que se refere à ética, o manual aborda o respeito às fontes, a garantia do direito de resposta aos implicados direta ou indiretamente nas questões apresentadas e a importância da transparência sobre os procedimentos utilizados no processo investigativo. (Hunter *et al.*, 2013).

A última fase desse processo não se limita à publicação da narrativa construída, mas envolve a sua defesa e promoção. Como procedimentos para que estas metas sejam alcançadas, o manual apresenta: a notificação de organizações que podem ser afetadas pela narrativa, a realização de debates públicos sobre o tema, a antecipação de “contra-ataques” por meio do preparo de materiais complementares em sua defesa e, por fim, a certificação de que sua história será considerada importante do ponto de vista social para o público (Hunter *et al.*, 2013).

Relevante esclarecer, ao final dessa abordagem, que o Manual para Jornalistas Investigativos da Unesco é apresentado, aqui, não como os dez mandamentos para a prática de jornalismo investigativo, mas como instrumento base para discussão e o debate sobre a produção jornalística investigativa a partir da compreensão do jornalismo como obra de construção coletiva, abrangendo personagens e profissionais

que compartilham subjetividades, num processo contínuo de aperfeiçoamento na busca pelo bem comum.

4.3 POSSIBILIDADES E LIMITES DO JORNALISMO INVESTIGATIVO

Nos capítulos intitulados “No fio da navalha” e “Ossos do ofício (e que ofício)”, Fortes (2012) apresenta reflexões sobre algumas polêmicas e riscos que envolvem a produção de reportagens investigativas. No que se refere ao uso de equipamentos escondidos, como câmeras e gravadores, assim como a adoção de identidades falsas para conseguir informações que se pretendem ocultar da sociedade, o autor afirma que, acima de quaisquer polêmicas, tais atitudes devem ser baseadas no princípio da honestidade do repórter, na intenção da pauta e nos limites que a própria ética e o bom senso impõem ao profissional.

O que não se pode, melhor, não se deve, é relegar essa polêmica a um embate entre sacrossantos e demônios, como se a subversão de algumas normas não estivesse na raiz do sucesso de grandes reportagens ou de importantes investigações policiais (...). É muito importante que o discurso ético não seja atropelado pela hipocrisia ou, pior ainda, pelos interesses de um e outro encastelado no poder de plantão. Não é o caso aqui de se defender práticas ilegais ou coisa que o valha, mas parte da discussão sobre a criação de um Conselho Federal de Jornalismo para “orientar e fiscalizar” a imprensa brasileira é resultado, justamente, da ação corajosa e, às vezes, subversiva, de muitos repórteres brasileiros. Alguns, inclusive, subversivos o bastante para romper a barreira das cautelas editoriais das empresas de comunicação para as quais trabalham (Fortes, 2012, p. 54-55).

Neste sentido, Sponholz (2009) critica a forma como os jornalistas brasileiros parecem dispostos a levar uma investigação a qualquer preço. Retomando estudo realizado por Hercovitz e Cardoso (1998), quando mais de 60% dos entrevistados consideraram legítimo o uso de artifícios como identidades falsas e utilizar documentos confidenciais sem autorização na produção de reportagens, a pesquisadora alerta que um dos preceitos básicos do jornalismo, ou seja, a necessidade de apuração dos fatos, é negligenciado. De acordo com Sponholz (2009, p. 75),

com o sucesso publicístico e comercial trazido pela função de “fiscal”, os meios de comunicação estão constantemente à busca de novas denúncias que possam elevar seus lucros. O resultado é que jornais e revistas recebem constantemente “provas” ou dossiês de fontes anônimas ou desconhecidas (pelo menos para o leitor), que frequentemente não podem ser averiguadas de maneira adequada pela pressão do tempo nas redações.

Para além do déficit de apuração, segundo a autora, o uso de fontes anônimas acaba por gerar, ainda, neste tipo de jornalismo, uma certa falta de intersubjetividade e aprofundamento nas suas coberturas. “Como os jornalistas se concentram praticamente somente nas questões sobre o quê, quem, quando e onde, as respostas ao como e por quê passam a ser ignoradas, o que afeta o grau de abrangência do noticiário” (Sponholz, 2009, p. 76).

As considerações de Sponholz (2009) trazem à tona uma outra polêmica que envolve a prática do jornalismo investigativo: o uso ou não do *off*¹⁹. Sobre os dilemas que abrangem o tema, Fortes (2005) traz, como exemplo, o caso do jornalista gaúcho Luiz Cláudio Cunha, da revista IstoÉ, que, em 2003, revelou um esquema de escuta ilegal de telefones liderado pelo então senador Antônio Carlos Magalhães. Acontece que foi o próprio senador que informou o jornalista sobre a existência dos grampos, segundo seus próprios interesses. Assim, ciente de que a Polícia Federal iria apontar o senador como principal suspeito do esquema, o repórter expôs o *off* de A.C.M. com receio de ser acusado de cumplicidade no ato ilegal – o que desencadeou uma série de questionamentos referentes ao uso do artifício por jornalistas. O próprio Luiz Cláudio Cunha defendeu-se afirmando que a decisão de usar ou não *off* é “solitária, crucial e exclusiva do repórter” (Fortes, 2012, p. 63).

Porém, Fortes (2012, p. 63) não descarta a forte influência dos constrangimentos editoriais nessa decisão. Segundo o autor, apesar do senso comum acreditar que essa decisão pertença ao repórter, “as pressões de chefia, dos donos da mídia e, em última instância, dos departamentos jurídicos dos veículos, também podem contar. E muito.” De toda forma, afirma, a polêmica se relaciona às discussões que envolvem a liberdade de imprensa, garantida, ao menos teoricamente, no contexto das sociedades democráticas. Cabe, por fim, ao jornalista apurar toda informação recebida, seja ela em *off* ou não, pois, de acordo com Fortes (2012, p. 67), “confiar em uma única fonte, sobretudo em *off*, é, normalmente, um risco profundo da atividade jornalística”.

Reflexões sobre a segurança dos profissionais também abrangem os estudos do pesquisador. Para ele, além do trabalho árduo, realizar uma investigação pode ser bastante arriscado para o jornalista.

¹⁹ Abreviatura para a expressão *off the record*, ou seja, situações em que a fonte da informação não aparece no texto jornalístico (Fortes, 2012).

Preguiça e jornalismo não combinam. O jornalismo não é, definitivamente, uma profissão para preguiçosos, muito menos para covardes. (...) no caso da investigação jornalística, o trabalho é sempre intenso, misto de suor e paciência, mesmo quando a luta cotidiana pela notícia requeira o cumprimento de prazos. Mas corre-se tanto contra o tempo como a favor da verdade, e é nesse equilíbrio que reside o bom resultado de uma investigação. Em alguns casos, a disposição de se fazer uma boa reportagem incorre em uma mudança radical de rotina, principalmente se a empreitada envolver um projeto pessoal de investigação, ainda que sob vários riscos (Fortes, 2012, p. 69).

Dados do *Committee to Protect Journalists*²⁰ refletem, na prática, como exercer a profissão se tornou algo perigoso. Em pesquisa realizada em 2022²¹, o Comitê contabiliza 2.026 mortes de jornalistas desde 1992. Ainda, segundo a organização, a maioria aconteceu durante coberturas de política, guerra ou corrupção. O caso brasileiro do jornalista investigativo Tim Lopes da TV Globo - torturado e morto por traficantes, em 2002, quando, de forma infiltrada, fazia uma reportagem denunciando o abuso de menores e tráfico de drogas no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro - é exposto por Fortes (2012, p. 73-74) como emblemático no que se refere à ampliação do debate sobre a segurança de jornalistas no Brasil.

O primeiro e obrigatório passo para entender o Caso Tim Lopes e dele tirar lições importantes é nunca agregar valor moral ao ato em si. Tim correu o risco que achou que deveria correr. (...) Tinha experiência e conhecimento do que fazia, mas foi ingênuo ou autossuficiente o bastante ao pensar que poderia sair ileso de uma incursão solitária, quixotesca mesmo, ao coração de uma favela carioca dominada pelo crime organizado.

As preocupações de Schudson (2000) referentes à prática de jornalismo investigativo partem para outro âmbito. O autor chama atenção para uma espécie de “contaminação de gêneros” que as reportagens investigativas acabam, por vezes, sofrendo, dando destaque aos recursos narrativos semelhantes ao estilo das telenovelas que afastam esse tipo de jornalismo da sua função social. Segundo Schudson (2000, *apud* Ponte, 2005, p. 195), os resultados dessa moralização e personificação de personagens

não contribuem para uma consciência pública de ordem social mas provêm de (e reforçam) o pessimismo cultural, o niilismo de que falava Pavel. É um jornalismo de denúncia com contornos melodramáticos, apresenta problemáticas por processos identificativos simplistas de vilões (ele, os outros, “o governo...”) e de vítimas (nós).

²⁰ <https://cpj.org/about/>

²¹ <https://share.america.gov/pt-br/1000-journalists-killed-since-1990s/>

Schudson (1996) também retoma o exemplo do mito *Watergate* para realizar uma análise crítica sobre os efeitos negativos que esta modalidade de jornalismo pode causar, caso praticado de forma indevida. Baseando-se nos filmes *All the President's Men* (1977) e *Absence of Malice* (1981), o autor reforça o clima mítico nas redações americanas na época, quando até os menores acontecimentos rotineiros eram transformados em grandes conspirações por jornalistas que, assim como os do *Post*, queriam fama e glória.

No que se refere à comparação do jornalismo investigativo realizado à sombra de *Watergate* e o praticado no início do Século XX, Nascimento (2016, p. 28-29) enfatiza que

os novos jornalistas investigativos definiam como prioridade as irregularidades envolvendo autoridades do governo. Ao contrário de seus antecessores, eles não costumavam mostrar crimes econômicos em grandes corporações, e quando isso aparecia era como parte de uma história sobre mau funcionamento de alguma instituição governamental. Grande parte dos *muckrakers* da era *Watergate* também dava pouca atenção aos problemas sociais, a não ser quando se tratava de um problema claramente vinculado a um erro do governo. Isso pode tanto ter sido resultado de uma espécie de alienação dos jornalistas em relação às desigualdades sociais como um efeito da melhor organização de movimentos sociais, que já conseguiam, de forma rotineira, cobertura para suas manifestações.

Meditich (2017), corrobora Nascimento (2016) e aponta a necessidade de que toda a prática de jornalismo, incluindo o Jornalismo Investigativo, ao tratar de temas sociais, deve cumprir o seu papel educador e formador de uma sociedade livre. O autor também questiona no trabalho investigativo do jornalista o risco da prática de manipulações (seja no âmbito político ou empresarial) no trabalho investigativo do jornalista. Meditsch (2017) também atenta ao fato de que, muitas vezes, o Jornalismo Investigativo não consegue lidar com acontecimentos complexos, citando como exemplo o caso dos *Panama Papers* - investigação realizada por 400 jornalistas de vários países, em 2016, desvendando esquema de lavagem de dinheiro e sonegação fiscal por meio do vazamento de 11,5 milhões de documentos confidenciais, com casos de manipulação de registros a fim de proteger alguns clientes e intermediários. Em entrevista à revista *Âncora*, reflete que

(...) deve-se colocar um pé atrás na hora de exaltar esse jornalismo investigativo salvador. O caso dos Panama Papers chamou a atenção internacional para isso. A reportagem, feita por uma grande rede de repórteres investigativos de várias partes do mundo, parece ter sido controlada por seus patrocinadores, ligados ao mercado financeiro internacional. O que foi divulgado dela, e o que foi mantido no escuro, pode ter sido definido por seus interesses (Meditich, 2017, p. 48).

Como forma de minimizar os riscos de manipulação e prevenir a disseminação de notícias falsas, Meditsch (2017, p. 48) aponta a maior transparência na produção de reportagens e o cuidado que o jornalismo deve ter em não renunciar ao seu papel de mediador social no processo de circulação de informação. Segundo o autor, “o jornalismo investigativo também precisa ser investigado. Todo jornalismo precisa ser mais transparente para cumprir seu papel na democracia”.

As discussões sobre a prática de jornalismo investigativo em veículos da grande mídia hegemônica (abordada em estudo anterior, a partir da análise de 18 reportagens do jornal O Estado de S. Paulo, durante o ano de 2022) trouxeram inquietações sobre os limites da atuação dos profissionais nessas empresas de comunicação. Percebeu-se, durante a análise, que as reportagens, apesar de possuírem características do jornalismo investigativo, se assemelham, em diversos parâmetros, ao jornalismo superficial praticado na maioria das redações brasileiras. Assim, características como o predomínio de fontes oficiais (apesar de serem abordadas de forma negativa devido a denúncias sobre irregularidades e abuso de poder) e de especialistas, ensejando no desprezo à pluralidade de versões e vozes e perspectivas no fazer jornalístico; assim como a postura impessoal e precisa, mas na verdade revelando superficialidade e falta de apuração e contextualização dos jornalistas, implicando na limitação de sua cognição e de sua autonomia, foram unânimes nos textos (Rocha; Sousa, 2025).

Percebeu-se ainda um padrão na elaboração de reportagens, exemplificado por meio do esquema: denúncia – exposição de dados – análise de especialistas,

onde um fenômeno (geralmente questões ocultas ou maléficas à sociedade) é descrito; em seguida são apresentados dados e informações sobre a irregularidade apresentada (geralmente em cifras e números); e, por fim, especialistas explicam os malefícios e as consequências sociais do fenômeno (Rocha; Sousa, 2025, p. 14).

Dessa forma, as facilidades oriundas do acesso às bases de dados públicas acabaram por restringir os jornalistas a meros expositores de informações quantitativas, servindo apenas para comprovar denúncias de irregularidades. Para além dessa superficialidade, cabe ao jornalista interpretar, contextualizar e utilizar esse material como meio de instrução e mobilização social (Rocha; Sousa, 2025).

Todos esses desafios expostos não devem limitar o jornalista investigativo. De forma contrária, devem motivar o profissional a buscar possibilidades de mudanças

para este cenário. Como exposto anteriormente, utilizar as especificidades e a credibilidade do jornalismo investigativo é, por si só, uma boa saída. É neste sentido que essa modalidade pode encontrar mais facilmente situações de ruptura – conforme as reflexões de Warren Breed (2016), apresentadas na Seção 3 - para promover sua função social, destacando que além do esforço de tentar constranger os jornalistas a se conformarem com a política editorial, o profissional dispõe de alguns fatores para ampliar esses limites.

5. ELEMENTOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE REPORTAGENS INVESTIGATIVAS

Encerradas as discussões consideradas fundamentais para o embasamento teórico desta pesquisa, acreditamos poder apresentar, nesta seção, nossa contribuição ao estado da arte do jornalismo. Assim, explicitaremos, os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa e realizaremos as análises das reportagens dos portais selecionados e das entrevistas realizadas junto aos jornalistas desses portais.

5.1 METODOLOGIA

Diante da questão colocada como norte desta tese e após as reflexões teóricas desenvolvidas e o contato inicial com os objetos, caracterizamos essa pesquisa como qualitativa exploratória, uma vez que, possui como objetivo promover uma maior familiarização com o tema, explicitando as características do fenômeno da participação cidadã no contexto do jornalismo investigativo (Gil, 2002).

A Análise de Discurso foi escolhida como método para a construção, seleção e organização do *corpus* de pesquisa, assim como para a análise de textos e entrevistas proposta neste estudo. Como enfatizado na Seção 2, ao tratarmos das epistemologias positivista e construtivista, Gill (2002) caracteriza a Análise de Discurso como fruto da Guinada Linguística ocorrida na década de 1960, que trouxe questionamentos à ciência social tradicional e a valores como a noção da linguagem reconhecida como meio neutro de representação da realidade, assim como fundamentou críticas ao conhecimento considerado como dado, ou seja, aceito sem quaisquer discussões. Segundo a autora, a Análise de Discurso defende que o discurso possui fundamental importância na construção da realidade social. Assim torna-se socialmente construído e evidencia os processos sociais de compreensão do mundo.

Nesta mesma linha de raciocínio, Fairclough (2001, p. 85) aborda a Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO) na compreensão de uma Análise de Discurso focada na perspectiva de mudança social. “Eu gostaria de sugerir que as estruturas são reproduzidas ou transformadas, dependendo do estado das relações, do equilíbrio do poder, entre os que estão em luta num domínio sustentado particular de prática”, explica o autor. Dessa forma, o foco de suas pesquisas é a compreensão do discurso como contributo tanto para a reprodução quanto para a transformação da

sociedade, por meio da análise nas dimensões textual, da prática discursiva e da prática social. Para Fairclough, os sujeitos sociais não são passivos e podem se tornar agentes de mudança, negociando seu relacionamento com os vários tipos de discursos aos quais recorrem.

Numa relação com a proposta apresentada nessa tese, cujo foco volta-se ao estudo do discurso midiático, podemos utilizar a perspectiva de Fairclough (2001) para compreender se e como o discurso jornalístico pode alterar ou reproduzir as relações de poder na sociedade. Como já discutido anteriormente, acreditamos que o jornalismo investigativo pode ser meio propulsor de mudanças sociais, através, por exemplo, da possibilidade de ruptura da prevalência de fontes oficiais na construção de reportagens, maior contextualização dos fatos, assim como por meio da inclusão de perspectivas diversas (Gans, 1979), dando voz às instâncias periféricas da sociedade, por meio da inclusão de suas demandas na agenda política. Essas mudanças podem ser impulsionadas diante da maior participação cidadã na produção do discurso jornalístico, democratizando o discurso, ou seja, retirando as “desigualdades e assimetria dos direitos, das obrigações e do prestígio discursivo e linguístico dos grupos de pessoas” (Fairclough, 2001, p. 248).

O autor destaca que, para essa mudança ocorrer, há a necessidade da eliminação não apenas dos marcadores explícitos de hierarquia e assimetria de poder em discursos institucionalizados, como o jornalístico. Devemos nos atentar, principalmente, aos marcadores encobertos, mais sutis, que ensejam nesses discursos, uma vez que, “detentores de poder e ‘sentinelas’ de vários tipos estão simplesmente substituindo mecanismos explícitos de controle por mecanismos encobertos” (Fairclough, 2001, p. 251). Assim, remetendo-se novamente a essa tese, podemos encontrar, nos discursos analisados, simulacros, como os denunciados por Benetti (2010) ao analisar o mapeamento de vozes de um discurso aparentemente polifônico.

5.1.1 Procedimentos metodológicos

Com vistas a atender aos objetivos secundários propostos de identificar as fases em que acontece a participação cidadã; caracterizar esta participação, buscando detectar se ela ocorre de forma direta ou indireta, além de compreender como e a partir de quais meios ela acontece; assimilar quais as interferências e

possíveis riscos que esta participação implica diante das especificidades do jornalismo investigativo; e comparar como se dá a participação cidadã em cada veículo de comunicação analisado; foram definidos os seguintes procedimentos metodológicos: (a) seleção dos objetos de estudo, (b) definição do período para investigação, (c) construção do *corpus* de pesquisa, (d) procedimentos para análise das reportagens e (e) procedimentos para realização e análise das entrevistas.

(a) Seleção dos objetos de estudo

Foram escolhidos três objetos de estudo, sendo o primeiro o portal de notícias O Estado de S. Paulo (Estadão)²², um dos principais jornais de referência do país, que teve sua primeira publicação datada de 1875. O portal pertence ao Grupo Estado que detém ainda a OESP Mídia, empresa que atua no ramo de Publicidade por meio de Classificados, as rádios Eldorado AM e FM e a Agência Estado. O segundo objeto de estudo é a agência de notícias *The Intercept Brasil*²³, versão do *The Intercept*, criada e financiada por Pierre Omidyar em 2014, foi lançada no país em 2016. Considerada um jornal online independente, possui como foco investigações e análises sobre questões políticas, econômicas, sociais e culturais. O terceiro objeto de estudo escolhido é a organização da sociedade civil sem fins lucrativos Marco Zero Conteúdo²⁴, fundada em 2014, sediada em Recife-PE, que busca promover o debate público por meio da prática de um jornalismo investigativo independente.

A escolha dos objetos se deu uma vez que, apesar de os três portais publicarem reportagens investigativas reconhecidas e premiadas em âmbito nacional, o fato de o Estadão ser um veículo não independente (pertencente à grande mídia hegemônica) e de o *The Intercept Brasil* e o Marco Zero serem independentes, possibilitará uma comparação sobre a prática jornalística investigativa em veículo de comunicação que atua de forma não exclusiva na área (tendo o jornalista que participar ainda da produção de reportagens do dia a dia, estando submetido a maiores constrangimentos editoriais, políticos e empresariais); e em veículos que trabalham de forma exclusiva com o jornalismo investigativo (possibilitando aos seus

²² <https://www.estadao.com.br/>

²³ <https://www.intercept.com.br/>

²⁴ <https://marcozero.org/>

jornalistas maior liberdade editorial e apoio jurídico, sem receber quaisquer incentivos ou patrocínios de governos, empresas públicas ou privadas).

(b) definição do período para investigação

Como período para investigação, foi escolhido o ano de 2022 por se tratar de ano eleitoral – e, portanto, mais favorável a publicação de denúncias de transgressões no âmbito político -, e ainda devido ao abrandamento da pandemia de COVID-19 no mundo, o que possibilitou aos jornalistas maior liberdade para produção de suas reportagens sem as restrições impostas por questões sanitárias.

(c) construção do corpus de pesquisa

Definidos os portais a serem analisados e o período de investigação, iniciamos a construção do *corpus* de pesquisa, com o propósito de compor uma coleção de textos jornalísticos com características do jornalismo investigativo (Bauer & Aarts, 2002). Assim sendo, para serem consideradas investigativas, sendo selecionadas para análise, as reportagens deveriam abordar alguma denúncia ou expor questões ocultas e maléficas à sociedade e possuir pelo menos um dos atributos discutidos na fundamentação teórica desta tese, conforme resumo exposto no quadro abaixo.

Quadro 1 – Características de uma reportagem investigativa

Autor	Característica
Lalueza (2003)	Possuir alto grau de interesse público e relevância social e ter sido integralmente verificada.
Aguiar (2006)/Aucoin (2006)	Possui profundidade, proporcionar a exposição de perspectivas diferentes e multiplicidade de vozes.
Waisbord (2006)/ Starkman (2014)	Expor transgressões e realizar cobrança das atividades dos detentores de poder
Habermas (1987)	Atuar como propulsoras de mobilização da opinião pública, capazes de alterar relações de forças entre a sociedade civil e o sistema político.

Fonte: A autora (2025).

Os procedimentos para filtragem das reportagens (a fim de detectarmos a presença dessas características) aconteceram de duas formas. No caso Estadão,

devido à grande quantidade de reportagens publicadas no ano de 2022, foi utilizada, inicialmente, a ferramenta de busca avançada do próprio portal por meio da palavra-chave “Investigação”. Compreende-se aqui o risco de existirem reportagens investigativas que não possuam o termo utilizado na busca, porém tal interferência não incorre em anulação ou minimização dos objetivos desta pesquisa. Dessa forma, foram encontrados 4.894 (quatro mil, oitocentos e noventa e quatro) registros.

Em relação ao *The Intercept* Brasil, como não há ferramenta de busca avançada, foi utilizado para filtragem o índice de notícias do portal, sendo os registros selecionados a partir da identificação das páginas referentes ao ano de 2022. Desta forma, todo o conteúdo publicado pelo portal foi incluído, totalizando 415 (quatrocentos e quinze) registros. O mesmo procedimento foi adotado em relação ao portal Marco Zero, que nos resultou em 304 (trezentos e quatro) registros.

Após essa identificação inicial, procedemos à leitura dos títulos e subtítulos desse conteúdo em busca de reportagens que apresentaram as características citadas acima. Nesse momento, uma nova filtragem foi realizada através da exclusão de artigos de opinião, editoriais, reportagens pertencentes a blogs, agências internacionais (cujo processo de produção foi realizado fora do Brasil) e entrevistas. Corroborando Aguiar (2006), no que se refere à diversidade de temáticas que podem englobar a atuação do jornalismo investigativo, a filtragem abrangeu as demais editorias dos portais. Assim sendo, foram selecionadas 469 (quatrocentas e sessenta e nove) reportagens do Estadão, 65 (sessenta e cinco) reportagens do *Intercept* Brasil e 48 (quarenta e oito) do Marco Zero Conteúdo.

Em seguida, classificamos as reportagens segundo Nascimento (2016), que identifica três tipos de reportagens envolvendo investigações: as meramente investigativas, as reportagens sobre investigações e as reportagens realizadas a partir de investigações. Convém reforçar que, por reportagens meramente investigativas, o autor compreende aquelas em que todo o processo investigativo foi realizado pelo próprio jornalista e sua equipe. As reportagens sobre investigações englobam os textos jornalísticos que abordam investigações realizadas por instituições oficiais. Já as reportagens realizadas a partir de uma investigação são as que partem de uma investigação oficial, porém acrescentam novos elementos oriundos do trabalho de investigação do jornalista.

A tabela abaixo apresenta a classificação das reportagens por portal.

Tabela 1 – Classificação de reportagens (Nascimento, 2016)

	Reportagens investigativas	Reportagens sobre investigações	Reportagens realizadas a partir de investigações	Total
Estadão	15	450	3	469
The Intercept Brasil	43	20	2	65
Marco Zero	26	21	1	48

Fonte: A autora (2025).

Como o propósito deste estudo é refletir sobre o processo de produção de reportagens investigativas, foram consideradas apenas as reportagens em que o jornalista foi o protagonista das investigações, sendo descartadas reportagens sobre investigações realizadas por autoridades policiais, Ministério Público, Conselhos de Contas etc. Dessa forma obtivemos: 18 (dezoito) reportagens do Estadão; 45 (quarenta e cinco) do *Intercept* Brasil e 27 (vinte e sete) do portal Marco Zero.

O próximo passo foi a identificação das reportagens que apresentavam participação cidadã em sua produção. Para isso, utilizamos a proposta de Análise de Discurso de Benetti (2010), distinguindo as seguintes Formações Discursivas (FD's)²⁵: reportagens com participação cidadã (identificadas pela sigla FD 1) e reportagens sem participação cidadã em sua produção (identificadas pela sigla FD 2). Por meio do mapeamento de vozes proposto por Benetti (2010), identificamos Sequências Discursivas (SD's), ou seja, trechos recortados dos textos relacionados que indicavam essa participação.

No portal O Estado de S. Paulo, apenas 2 (duas) reportagens apresentaram Sequências Discursivas (SD's) demonstrando participação cidadã em seus processos de elaboração, o que representa 11,11% do total de textos analisados. Já o *Intercept* apresentou 27 (vinte e sete) textos (ou seja, 60% das reportagens). Por fim, foram encontradas no Marco Zero 24 (vinte e quatro) reportagens com participação cidadã em sua produção, o que representa 88,88%. Tendo em vista que nosso objetivo é compreender a participação cidadã, consideramos, para análise, apenas essas reportagens.

d) procedimentos para análise das reportagens

²⁵ Por Formação Discursiva compreende-se uma “região de sentidos, circunscrita por um limite interpretativo que exclui o que invalidaria aquele sentido” (Benetti (2010, p. 112).

As Sequências Discursivas (SD's) identificadas nas reportagens com participação cidadã tornaram-se base para a caracterização dessa participação em cada portal. Assim, pudemos analisar:

1. As etapas de produção jornalística²⁶, tendo como referência o Manual para Jornalistas Investigativos da Unesco (Hunter *et al.*, 2013):

- Etapa de Concepção, referente ao processo de criação da pauta e de formulação de hipóteses sobre o fato apresentado na reportagem (Identificada pela sigla E 1);

- Etapa de Pesquisa, ou seja, o momento em que o jornalista recorre a fontes humanas e documentais para fundamentar a sua reportagem (Identificada com E 2);

- Etapa de Organização e Redação, quando ocorre o processo de seleção, organização das informações adquiridas durante a investigação jornalística, assim como a transformação de tais dados em narrativa (E 3);

- Etapa de Controle de Qualidade que integra a checagem e contraposição dos fatos narrados na reportagem (E 4); e

- Etapa de Publicação, referente à defesa e promoção do material (E 5).

2. As formas de participação cidadã:

- Participação direta, quando ocorre a produção interativa definida por Masip *et al.* (2015), onde a fonte ativa (Alves, 2019) cria e compartilha conteúdos de forma a colaborar com a produção da reportagem. Para além de uma simples fonte de informação, que atua como fornecedora de informações que irão substanciar as notícias, o cidadão torna-se ativo, criando seus próprios registros, por meio de enquadramentos baseados em sua visão particular sobre um assunto; e

- Participação indireta através da interação participativa descrita por Masip *et al.* (2015), que se revelando a partir da iniciativa do próprio jornalista, por meio de sua interação profissional com o cidadão-fonte, sem o encaminhamento de conteúdos originais produzidos pelos cidadãos.

²⁶ Cabe-se destacar que a delimitação de fases serve apenas como proposta classificatória, uma vez que, pode acontecer de uma etapa persistir durante todo o processo de construção da reportagem investigativa. É o que ocorre, por exemplo, com a fase de Controle de Qualidade, que deve estar presente no momento de concepção da pauta, podendo ainda acontecer até mesmo após a publicação do texto pelo repórter, levando-o a retificar seu conteúdo.

A partir da reunião dos procedimentos expostos anteriormente, foi elaborada ficha avaliativa para análise de cada reportagem, conforme o quadro abaixo.

Quadro 2 - Ficha avaliativa para análise das reportagens

Título da Reportagem:					
Características que a tornam reportagem investigativa	Formação Discursiva a qual pertence	Sequências Discursivas encontradas que indicam participação cidadã	Etapa de Produção da reportagem onde houve participação	Característica da Participação	
				Direta	Indireta

Fonte: A autora (2025).

Após a análise de cada reportagem, os dados coletados foram reunidos em outra tabela com vistas à identificação da participação cidadã por portal estudado, seguindo modelo abaixo.

Tabela 2 – Análise da participação cidadã por portal

REPORTAGENS		ETAPAS DE PARTICIPAÇÃO					FORMA DE PARTICIPAÇÃO	
		E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	Direta	Indireta
REPORTAGEM 1								
AVALIAÇÃO DO PORTAL								

Fonte: A autora (2025).

Por fim, para procedermos à comparação da participação cidadã nos três portais analisados, foi elaborada a tabela 3.

Tabela 3 - Comparação entre portais

PORTAL	ETAPAS DE PARTICIPAÇÃO					FORMA DE PARTICIPAÇÃO	
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	Direta	Indireta
ESTADÃO INTERCEPT BRASIL MARCO ZERO							

Fonte: A autora (2025).

(e) procedimentos para realização e análise das entrevistas

A fim de compreender as interferências e possíveis riscos que a participação cidadã implica diante das especificidades do jornalismo investigativo e visando o aprofundamento e a confirmação dos dados obtidos na análise das reportagens, foi optado pela realização de entrevistas semiestruturadas com os repórteres que escreveram textos com colaboração. Duarte (2005) assinala a eficiência desse tipo de entrevista em pesquisas qualitativas, uma vez que ela permite maior dinâmica, flexibilidade e exploração máxima de um tema junto ao entrevistado. Já Gill (2002, p. 249) destaca que a dar atenção à percepção dos participantes do discurso auxilia na contextualização da sua produção, o que “oferece pistas analíticas valiosas”.

Foram contabilizados, ao todo, 32 (trinta e dois) jornalistas, sendo 4 (quatro) do portal O Estado de S. Paulo, 24 (vinte e quatro) do *The Intercept* Brasil e 4 (quatro) do Marco Zero. Cabe destacar que, em alguns casos, o mesmo jornalista produziu mais de uma matéria com indício de participação cidadã no mesmo jornal.

O primeiro passo para a realização das entrevistas foi a busca pelo contato dos profissionais. Destaca-se a dificuldade em se conseguir tais dados, uma vez que, muitos jornalistas trabalham como *freelancer's*, não possuindo vinculação com os portais, e outros não pertenciam mais aos quadros desses veículos no momento da realização das entrevistas. Diante desse fato, optamos por manter um contato inicial com os jornalistas por meios de suas redes sociais. Dessa forma, solicitamos seus e-mails para o encaminhamento de informações sobre a pesquisa e o agendamento das entrevistas. Todos os 32 (trinta e dois) profissionais foram contactados. Desses, 21 (vinte e um) não responderam as mensagens enviadas, 1 (um) jornalista optou pela não participação na pesquisa e 10 (dez) concordaram em participar (31,25%). O Estadão foi representado por 1 (um); o *The Intercept*, por 7 (sete); e o Marco Zero, por 2 (dois) profissionais.

Todos os jornalistas optaram pela realização de entrevistas online. Nove deles preferiram utilizar a ferramenta Google Meet e um optou pelo uso do WhatsApp. As entrevistas foram realizadas entre os dias 29 de janeiro e 8 de maio de 2025. O período limite para a realização das entrevistas, conforme cronograma estabelecido inicialmente, foi de 2 (meses). Porém, diante da dificuldade de contato com os profissionais, esse prazo foi estendido.

Antes de iniciar a entrevista, foram apresentadas informações sobre a pesquisa e a metodologia de realização dos diálogos, assim como foi reiterada a necessidade

de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguindo as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco. Durante as entrevistas, foram abordadas as seguintes questões: (1) Como se deu o processo de investigação da reportagem? (2) Em que fases e por quais meios ocorreu a participação cidadã? (3) Houve dificuldades na interação entre profissional e cidadão? (4) Quais os riscos e os benefícios que a participação cidadã trouxe ao processo de produção da reportagem? (5) Como você avalia a participação cidadã na produção de reportagens investigativas?

A opção pela utilização de roteiro semiestruturado, conforme destaca Duarte (2005), permitiu aos jornalistas, maior espaço para a exposição das percepções sobre as questões abordadas, sem quaisquer interferências da pesquisadora. Em média, os diálogos duraram cerca de 35 minutos. Nos casos em que o mesmo jornalista produziu mais de uma matéria, o tópico sobre as fases e os meios de participação foi abordado por matéria produzida.

Conforme proposta de Gill (2002), as respostas foram gravadas por meio de aplicativo gravador de smartphone e transcritas com o auxílio do aplicativo *Soundtype*, resultando no registro literal (sem sintetizações e correções) de suas falas. Em seguida, foi realizada, em planilha Excel, a codificação desses dados tomando como base as questões de interesse da pesquisa, transformadas em Formações Discursivas (FD). Foram elencadas as seguintes temáticas: FD 1 “Etapas e formas” de participação; FD 2 “Meios” através dos quais essa participação aconteceu; FD 3 “Atuação” do cidadão nesse contexto; FD 4 “Dificuldades” referentes à interação profissional/cidadão; FD 5 “Riscos” e FD 6 “Benefícios” da participação cidadã; FD 7 “Redes sociais” e seu papel nesse processo; e FD 8 “Avaliação” geral sobre a participação cidadã na produção de reportagens investigativas.

Assim, a análise das entrevistas aconteceu por meio da identificação de Sequências Discursivas em que o locutor se refere às FD’s elencadas. Em seguida, buscou-se um padrão de repostas, demonstrado por meio da variação e da consistência dos dados. Esses resultados foram relacionados à fundamentação teórica apresentada nesse estudo, a fim de caracterizar a participação cidadã no processo de produção de reportagens investigativas.

5.2 ANÁLISE DE REPORTAGENS

Após a explicitação dos procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, procederemos à análise das reportagens de cada portal que apresentaram participação cidadã em seus textos. Além das etapas e formas de participação cidadã apresentadas acima, procuraremos, por meio das Sequências Discursivas (SD's) selecionadas, abordar ainda questões referentes ao papel das redes sociais digitais para a participação cidadã, registros de jornalismo humano nos textos e como cada portal incentiva essa participação. Por fim, realizaremos a comparação dos resultados alcançados em relação aos três portais.

5.2.1 O Estado de S. Paulo

Como mencionado anteriormente, apenas duas reportagens do portal apresentaram participação cidadã. Dessa forma, por se tratar de um número pequeno e para facilitar a compreensão da análise, iremos apresentar e discutir as fichas avaliativas das duas reportagens selecionadas²⁷.

A primeira reportagem, intitulada “Cidade baiana contratou show de Gusttavo Lima por R\$ 704 mil e prefeita diz que realiza sonho”, foi publicada em 01 de junho de 2022 e compõe uma série sobre contratações milionárias de cantores sertanejos por prefeituras de cidades do interior do país que enfrentam problemas sociais e driblam a lei eleitoral que impede a realização de showmícios para promoção de candidatos (as). O Quadro 3 apresenta a análise da reportagem.

Quadro 3 - Análise de reportagem 13 do portal O Estado de S. Paulo

Reportagem 13: <i>Cidade baiana contratou show de Gusttavo Lima por R\$ 704 mil e prefeita diz que realiza sonho.</i>					
Características que a tornam reportagem investigativa	Formação Discursiva a qual pertence	Sequências Discursivas encontradas que indicam participação cidadã	Etapas de Produção da reportagem onde houve participação	Característica da Participação	
				Direta	Indireta
Expor transgressões e realizar cobrança das atividades	FD 1	SD 1: Moradores da cidade enviaram ao Estadão imagens de	E 1	X	-

²⁷ As fichas avaliativas das demais reportagens podem ser acessadas através link: <https://docs.google.com/document/d/1C54mlmOAMPIYwtcr4TCTcBajivSHXwCXrBNReydsp8/edit?usp=sharing>

dos detentores de poder.		estradas que se transformaram em atoleiros onde ônibus escolares derrapam e têm dificuldade de seguir seu trajeto.			
		SD 2: Um morador da cidade , sob condição de anonimato, disse que o município “não tem condições” de contratar um show como o de Gustavo Lima.	E 2		X
		SD 3: Reportagens e internautas começaram a levantar os gastos de prefeituras do interior do Brasil com os cantores de música caipira. O episódio ficou conhecido como “ CPI do Sertanejo ” nas redes sociais (...).	E 1	-	X

Fonte: A autora (2025).

Conforme o Quadro, foi selecionada, no texto, Sequência Discursiva (SD 1) que indica participação cidadã no processo de construção da reportagem na etapa de Concepção (E 1). Pode-se considerar, ainda, que a participação aconteceu de forma direta, por iniciativa dos próprios cidadãos, aqui considerados fontes ativas, uma vez que contactaram a equipe do portal e encaminharam imagens referentes à denúncia.

Uma segunda SD expressa participação cidadã na etapa de Pesquisa (E 2), ocorrida de forma indireta, quando o cidadão atua apenas como fonte, sem participar ativamente do processo de produção da reportagem. O mesmo ocorre na SD 3

identificada no texto. Nesse caso, a participação acontece na etapa de Concepção (E 1). Conforme o próprio jornalista descreve, a origem da reportagem se deu a partir de mobilização cidadã nas redes sociais digitais, após polêmica entre cantores sobre uso de verbas públicas para patrocinar shows. Considera-se essa uma participação indireta, uma vez que, apesar de os internautas incentivarem as investigações e até investigarem por conta própria o uso de verbas públicas para contratação dos shows, não houve procura direta à equipe de jornalistas com vistas à participação na produção da reportagem, assim como não houve envio de material exclusivo produzido pelos cidadãos.

Já a segunda reportagem, intitulada “Ameaças de violência impedem grupo de 500 indígenas de votar no Pará”, foi publicada em 28 de outubro de 2022 e apresenta SD’s que indicam participação direta nas etapas de Concepção (E 1) e Pesquisa (E 2). Dessa vez, o cidadão participa de forma ativo do processo de construção da reportagem, formulando a denúncia e fornecendo materiais ao jornalista, conforme o quadro abaixo.

Quadro 4 - Análise de reportagem 18 do portal O Estado de S. Paulo

Reportagem 18: Ameaças de violência impedem grupo de 500 indígenas de votar no Pará					
Características que a tornam reportagem investigativa	Formação Discursiva a qual pertence	Sequências Discursivas encontradas que indicam participação cidadã	Etapas de Produção da reportagem onde houve participação	Característica da Participação	
				Direta	Indireta
Expor transgressões e realizar cobrança das atividades dos detentores de poder.	FD 1	“A denúncia foi feita por um grupo de professores universitários que presta assistência ao Parakanãs.”	E 1	X	
		“um dos professores que assinam o documento, afirma que chegou buscar apoio das autoridades”.	E 2	X	

Fonte: A autora (2025).

A análise da participação cidadã no portal O Estado de S. Paulo pode ser representada por meio da tabela abaixo.

Tabela 4 - Análise da participação cidadã do portal O Estado de S. Paulo

REPORTAGENS	Etapas de participação					Forma de participação	
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	Direta	Indireta
REPORTAGEM 13	2	1	-	-	-	1	2
REPORTAGEM 18	1	1	-	-	-	2	-
AVALIAÇÃO DO PORTAL	3	2	-	-	-	3	2

Fonte: A autora (2025).

Transformando os dados apresentados na tabela em percentuais, observamos que a participação cidadã na etapa de Concepção (66,66%) superou a de Pesquisa (33,33%). No que se refere à forma de participação, prevalece a direta, com 60%.

Dentre as reportagens selecionadas, podemos visualizar em “Cidade baiana contratou show de Gustavo Lima por R\$ 704 mil e prefeita diz que realiza sonho”, a importância das redes sociais digitais no processo de produção dos textos jornalísticos, já que o debate online pautou o profissional, conforme SD selecionada. “Reportagens e internautas começaram a levantar os gastos de prefeituras do interior do Brasil com os cantores de música caipira. O episódio ficou conhecido como ‘CPI do Sertanejo’ nas redes sociais” (O Estado de S. Paulo, 2022). A inserção dessa temática na agenda midiática trouxe como consequência a mobilização do Ministério Público de Minas Gerais, Roraima e Rio de Janeiro, que passaram a investigar as contratações pelas prefeituras.

Conforme apresentado em estudo realizado anteriormente (Rocha; Sousa, 2025), não foram encontrados nos textos selecionados do Estadão registros da prática de um jornalismo humano, conforme descrevem Wolfe (2005), Sousa (2001), Hunter *et al.* (2013), Lima (2004) e Moura (2007).

Já incentivo à participação cidadã no portal é destacado apenas por meio de um canal de atendimento que abrange uma aba para envio de correções dos textos publicados e o contato com a equipe do portal, por meio de telefone, fax para envio de cartas de opinião e e-mail. Há ainda disponibilização das redes sociais do portal como incentivo para acompanhamento das notícias publicadas.

5.2.2 The *Intercept* Brasil

Conforme mencionado anteriormente, a maioria das reportagens do portal (45 de um total de 65 textos jornalísticos) selecionadas para análise teve o jornalista como protagonista da investigação, ou seja, 69,23% foram classificadas como investigativas ou realizadas a partir de uma investigação. Esse dado confirma a hipótese de que veículos independentes tendem a dedicar maior parte de seu trabalho a abordagens mais profundas sobre temas sociais, cobrando responsabilização do poder público. O jornalista, nesse caso, possui mais incentivos para a prática do jornalismo investigativo, uma vez que possui maior liberdade editorial e suportes financeiro e jurídico.

No que se refere à participação cidadã em si e às etapas em que ela acontece, têm-se os seguintes dados: 93,34% dessa participação aconteceu na etapa de Pesquisa (E 2); 5,33% na etapa de Concepção (E 1) e 1,33% na etapa de Controle de Qualidade (E 4). Quanto à forma, 93,34% das Sequências Discursivas analisadas nas reportagens indicaram a participação indireta, restando à participação direta 6,66%, conforme tabela abaixo²⁸.

Tabela 5 - Análise da participação cidadã do portal *The Intercept* Brasil

REPORTAGENS	ETAPAS DE PARTICIPAÇÃO					FORMA DE PARTICIPAÇÃO	
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	Direta	Indireta
Reportagem 1	-	1	-	-	-	-	1
Reportagem 2	-	6	-	-	-	-	6
Reportagem 4	1	2	-	-	-	-	3
Reportagem 5	1	7	-	-	-	1	7
Reportagem 7	-	2	-	-	-	1	1
Reportagem 10	-	3	-	-	-	-	3
Reportagem 11	1	-	-	-	-	1	-
Reportagem 13	-	2	-	-	-	-	2

²⁸ As fichas avaliativas das reportagens citadas estão disponibilizadas no Apêndice A. As demais fichas avaliativas podem ser acessadas através link:

<https://docs.google.com/document/d/1C54mIlmOAMPIYwtcr4TCTcBajivSHXwCXrBNReydsp8/edit?usp=sharing>

Reportagem 14	-	3	-	-	-	-	3
Reportagem 15	-	3	-	-	-	1	2
Reportagem 16	-	1	-	-	-	-	1
Reportagem 17	-	7	-	-	-	-	7
Reportagem 18	-	2	-	-	-	-	2
Reportagem 20	-	2	-	-	-	-	2
Reportagem 21	-	3	-	-	-	-	3
Reportagem 22	-	1	-	-	-	-	1
Reportagem 32	1	-	-	-	-	1	-
Reportagem 33	-	1	-	-	-	-	1
Reportagem 34	-	6	-	-	-	-	6
Reportagem 35	-	1	-	1	-	-	2
Reportagem 37	-	2	-	-	-	-	2
Reportagem 38	-	7	-	-	-	-	7
Reportagem 39	-	1	-	-	-	-	1
Reportagem 41	-	2	-	-	-	-	2
Reportagem 42	-	1	-	-	-	-	1
Reportagem 44	-	2	-	-	-	-	2
Reportagem 45	-	2	-	-	-	-	2
AValiação DO PORTAL	4	70	-	1	-	5	70

Fonte: A autora (2025).

Dentre os cinco registros de participação cidadã ocorrida de forma direta, tem-se a reportagem “A Pixbet está nas camisas de 10 clubes das séries A e B e é sucessora de negócios como a Futebol Fácil, suspeitos de burlar a lei”, publicada em 16 de abril de 2022. A reportagem denuncia golpes realizados por uma rede de apostas virtuais e realiza um debate sobre a regulamentação desse tipo de atividade no Brasil, uma vez que muitas dessas bets driblam o regime jurídico brasileiro ao registrarem suas sedes em países do exterior, ficando, portanto, imunes às leis do país onde atuam.

A Sequência Discursiva selecionada no texto, indicando participação direta na etapa de Pesquisa (E 2), além de evidenciar a iniciativa do cidadão em fornecer informações (postagens de redes sociais digitais) sobre a denúncia em questão, demonstra que ele preferiu procurar a equipe de reportagem do portal para expor o problema, desistindo de formalizar a denúncia às autoridades policiais.

Informações enviadas ao *Intercept* por um ex-apostador que alega ter sofrido um golpe da casa dão conta de que a Futebol Fácil, apesar da licença em Curaçao, recebia depósitos bancários diretamente na conta de parentes de Farias ou de empresas em nome de seus familiares em agências bancárias de Campina Grande, um modus operandi algo similar ao da Pixbet. (...) “Se você era um apostador ganhador em valores acima de R\$ 2 mil, R\$ 3 mil, eles metiam essa de fraude”, nos contou o ex-apostador, que reuniu as postagens nos fóruns para denunciar as irregularidades à Polícia Federal, mas desistiu, alegando temer retaliações (*The Intercept* Brasil, 2022a).

Apesar de essa tese não estar focada nas motivações que levam o cidadão a participar ativamente do processo de produção de reportagem, nesse caso por meio do encaminhamento de conteúdos que expõem malefícios à sociedade, essa SD nos permite refletir sobre o papel social do jornalismo investigativo, a credibilidade referente à atividade e os riscos que envolvem a participação de fontes ativas. Sobre o papel social da prática jornalística investigativa, não se percebe, no texto, um estímulo ao aprofundamento das questões sociais que envolvem a prática de apostas virtuais, incluindo questões de saúde pública, uma vez que tal prática pode levar ao vício. Assim, a reportagem está focada apenas na aplicação de golpes e na necessidade de regulamentação das bets, na propensão em servir de espaço para lavagem de dinheiro da criminalidade e nos patrocínios milionários que as casas de apostas oferecem a times de futebol. Não há, no texto, uma expansão da abordagem, conforme ressalta Aguiar (2006), envolvendo questões sociais relevantes e promovendo a função pedagógica do jornalismo.

O fato de o cidadão ter optado por fornecer o material ao jornalista e não à polícia reflete o reconhecimento da instituição jornalística como guardião da sociedade, expondo e debatendo crimes e questões maléficas à sociedade, conforme Sequeira (2005). Desta forma, como explicam Masip *et al.* (2015), apesar da crise de credibilidade, o público tende a manter relativa confiança no jornalismo. As preocupações de Christofolletti (2011; 2014) e Fortes (2012) sobre os riscos existentes nesse novo contexto em que jornalistas e cidadãos atuam juntos na produção de reportagens são bastante válidas diante da situação apresentada. Nesse caso, cabe ao jornalista a garantia de segurança ao cidadão participante.

Outra reportagem que apresentou participação direta, desta vez na etapa de Concepção (E 1), foi “Governo Bolsonaro ignorou 21 ofícios com pedidos de ajuda dos yanomami”, publicada em 17 de agosto de 2022. O texto denuncia o descaso do governo brasileiro diante de inúmeras tentativas de uma associação indígena em denunciar a invasão de garimpeiros em suas terras, no noroeste de Roraima. O descaso culminou em diversos delitos praticados pelos invasores aos indígenas, como assassinatos e estupros.

A Sequência Discursiva selecionada na reportagem indica que a origem da pauta partiu da própria associação, a qual remeteu à equipe de reportagem os ofícios ignorados por entidades do governo.

Era novembro de 2020, e as lideranças Yanomami já denunciavam a invasão em massa dos garimpeiros em suas terras, no noroeste de Roraima. Preocupados, pediam apoio à Hutukara Associação Yanomami para enviar ofícios de alerta ao Ministério Público Federal, à Funai e ao Exército. Os documentos, obtidos pelo *Intercept*, mostram uma sequência aterrorizante de ataques e pedidos de ajuda – quase todos sucedidos por novos ataques e mais denúncias de avanço do garimpo (*The Intercept Brasil*, 2022b).

O único registro de participação cidadã na etapa de Controle de Qualidade (E 4) aconteceu de forma indireta na reportagem “Na surdina, iFood lança ofensiva e divide movimento de entregadores para conseguir apoio para a proposta, entregue à deputada Luisa Canziani, do PSD”, publicada em 26 de setembro de 2022. O texto denuncia a criação, por parte da plataforma Ifood, de uma nova categoria de trabalhadores, o Prestador de Serviço Independente, que atuaria sem benefícios da CLT, como 13º salário, férias remuneradas ou FGTS.

Na SD, o repórter deixa claro que procurou as fontes, que nesse caso não podem ser consideradas ativas, a fim de confirmar uma informação obtida anteriormente.

As sete lideranças ouvidas pelo *Intercept* confirmam que ficaram sabendo do anteprojeto proposto pelo iFood. Apesar das dissidências internas, todos são contrários ao anteprojeto. Quatro afirmaram que o iFood chegou com o texto pronto, e as lideranças dos movimentos alegam que não foram ouvidas em nenhum momento para a elaboração do texto (*The Intercept Brasil*, 2022c).

A etapa de Controle de Qualidade é abordada por diversos autores como Quesada (1996), Moura (2007) e Hunter *et al.* (2013) como essencial na produção de reportagem investigativa, com tendência a acontecer simultaneamente a outras fases desse processo. O próprio manual utilizado como base para classificação das etapas de construção de uma reportagem investigativa deixa clara a necessidade de

verificação de cada informação explicitada no texto por pelo menos mais uma fonte. No caso do *Intercept*, apesar de encontramos apenas um registro que envolve a participação cidadã na confirmação das informações, não podemos afirmar que essa participação não ocorreu nas demais reportagens, uma vez que os jornalistas podem optar pela não exposição no texto. A participação nessa etapa será confirmada ou refutada por meio da realização de entrevistas com os profissionais.

5.2.2.1 Redes sociais digitais e participação cidadã

Verificamos que seis (6) reportagens apresentaram Sequências Discursivas (SD's) que remetiam utilização de redes sociais digitais em sua produção. A reportagem “Bruno Bianchi procurava mulheres para vaga de vendedora, mas a entrevista se transformou num pesadelo para uma delas”, publicada em 14 de fevereiro de 2022, é um exemplo. Ao observar comentários em um post no LinkedIn sobre vagas de emprego, o jornalista se depara com denúncias de diversas mulheres que afirmavam terem sofrido assédio sexual pelo ofertante das vagas.

No dia 1º de dezembro, um relato publicado no LinkedIn destoou dos posts com dicas corporativas, ofertas de emprego e autoajuda usuais na rede social. (...), de 19 anos, usou a rede para relatar que, ao comparecer ao que pensou ser uma entrevista de emprego em Alphaville, na região metropolitana de S. Paulo, se deparou com uma residência. Lá, ela diz ter sofrido assédio sexual do recrutador, um consultor de inovação chamado (...). Ao expor a situação, ela percebeu que não era a única (*The Intercept Brasil*, 2022d).

A partir das informações publicadas nas redes sociais pelas vítimas, o repórter foi em busca de suas fontes para substanciar a reportagem. “Procurada pelo Intercept, a outra mulher entrevistada pediu anonimato” (*The Intercept Brasil*, 2022d).

Uma segunda reportagem “Ministério da Saúde incentiva violência obstétrica em lançamento da nova Caderneta da Gestante”, publicada em 09 de maio de 2022, expõe o caso de uma médica que, por meio da abertura do debate nas redes sociais digitais, encontrou diversas vítimas de violência obstétrica e virou pauta jornalística numa abordagem sobre procedimentos desse tipo de violência normalizados pelo MEC.

No último sábado, a médica publicou um “post aberto” para que vítimas da manobra deixassem seus relatos. “No meu primeiro parto um Enfermeiro subiu em mim e ficou até minha filha nascer. Aquilo me causava náuseas e dor! Mas eu não podia falar nada porque enfiaram um pano na minha boca

para eu não fazer ‘força errada’”, contou uma internauta (*The Intercept Brasil*, 2022e).

Percebe-se que as interações nas redes sociais digitais têm sido cada vez mais observadas pelos jornalistas e utilizadas como ponto de partida para pautas investigativas e como meio de busca por fontes de informações.

5.2.2.2 Registros de jornalismo humano no *The Intercept*

Para além de denúncia de transgressões sociais e abusos de autoridades, foram encontrados no portal *The Intercept*, registros de um jornalismo investigativo preocupado em relatar as complexidades que envolvem a alma humana. Com características que englobam aspectos do jornalismo literário, a reportagem “Com corte nos auxílios, universidade vai sendo silenciosamente devolvida às elites”, publicada em 22 de março de 2022, aborda as dificuldades de permanência de estudantes de baixa renda no ensino superior, denunciando os prejuízos dos cortes de verbas nas universidades federais como um dos fatores que acarretam a evasão universitária.

Contrariando os cânones da objetividade e imparcialidade empregados no dia a dia das redações, tem-se uma intervenção do jornalista ao incorporar suas vivências pessoais ao texto, não se anulando como sujeito construtor de sentido. Dessa forma, une sua subjetividade às histórias de vida dos personagens que aborda, como demonstrado no trecho abaixo.

Posso contar várias estando posicionada de dentro: faço parte do corpo docente da mesma UFPE, justamente do campus de Caruaru, nascido dentro do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Reuni, criado em 2003. Com ele, foram inauguradas, até 2010, 14 novas universidades e mais de 100 novos campi. Foi uma das medidas mais efetivas para a democratização do ensino superior do Brasil, criando milhares de novas vagas e proporcionando formação de qualidade também longe dos centros e capitais (*The Intercept Brasil*, 2022f).

A exposição de dramas pessoais dos personagens é outro atributo do jornalismo literário destacado em algumas reportagens do portal. Denúncias sobre intolerância religiosa em processos judiciais são o foco da reportagem “Estas mães que perderam a guarda dos filhos têm algo em comum: religiões afro-brasileiras”, publicada em 02 de maio de 2022. No texto, o repórter expõe o drama de mães que perderam ou tiveram suspensos os direitos de convivência com seus filhos por pertencerem a religiões afro-ameríndias. Ao abordar questões sobre racismo e

lentidão no sistema judiciário, o repórter expõe a angústia e a dor de suas personagens, como no trecho selecionado abaixo.

Nesse período, (...) chegou a comprar um chip de celular para poder se comunicar com os meninos. Em uma troca de mensagens rápida à qual tive acesso, um deles interrompe a conversa com a mãe, pois teme a chegada da tia. “Eu estou esquecendo o cheiro deles, não sei mais o que é um abraço. Nunca mais escutei essa palavra ‘mãe’. Escuto dos meus filhos de santo, mas da boca dos meus filhos, não”, lamentou (...), em lágrimas (*The Intercept Brasil*, 2022g).

Já na reportagem “Faxineira deixa até 64% do valor pago pelo cliente com o aplicativo”, publicada em 15 de maio de 2022, o jornalista acompanha a personagem durante um dia de trabalho para denunciar a exploração de aplicativos que fazem a intermediação entre patrões e empregadas domésticas.

Na sexta-feira chuvosa em que o Intercept acompanhou seu trabalho, ela viajou mais de 20 km. A locomoção faz com que (...) geralmente já chegue cansada para fazer a faxina. “Não é sempre que a gente pega ônibus vazio, então é o transporte cheio. É complicado, mas tem que ter força de vontade, né?” (*The Intercept Brasil*, 2022h).

5.2.2.3 *Intercept e o incentivo à participação cidadã*

No que se refere à participação cidadã, um fator que merece destaque em relação ao *Intercept* é que o portal incentiva a participação cidadã ao apresentar, em seu menu, a opção “Seja nossa fonte”, espaço onde o cidadão é orientado a denunciar e a responsabilizar as instituições de poder. “Então, tanto no setor público quanto no privado, se você ficar sabendo de qualquer comportamento que acredita ser antiético, ilegal ou prejudicial ao interesse público, considere compartilhar suas informações conosco de forma segura” (*The Intercept Brasil*, 2024).

Em seguida, são explicados os procedimentos adotados com vistas à redução de riscos diante da exposição dos denunciante, como a atuação de profissionais especializados em segurança digital e da área jurídica. Por fim, são apresentados os canais por meio dos quais o cidadão pode encaminhar suas informações, de acordo com suas circunstâncias pessoais, do tipo de informação a ser compartilhada e do nível de risco envolvido. O portal apresenta como opções: o aplicativo de mensagens de texto e áudio Signal, o envio de informações por e-mail e pelos Correios.

Os cuidados que o cidadão deve ter ao compartilhar informações e materiais também são destacados no portal. Sobre o uso do aplicativo Signal, indicado como

mais seguro ao cidadão que não queira ser identificado, o *Intercept* destaca que é importante que o cidadão

tome alguns cuidados – por exemplo, deixar o seu telefone sempre bloqueado e configurar o Signal para não exibir o conteúdo das mensagens na tela inicial. Neste guia tem outras dicas para garantir a sua segurança enquanto usar o aplicativo. Se você usar seu celular para nos enviar uma mensagem ou nos ligar pelo Signal, nós saberemos seu número de telefone. É sempre melhor para o nosso processo de reportagem saber a identidade da fonte, mas podemos mantê-la confidencial. O Signal também saberá que você nos contatou, mas esses metadados não ficam registrados. Você também pode usar o mesmo número para entrar em contato via WhatsApp, mas a nossa indicação é o Signal (*The Intercept Brasil*, 2024).

O uso de e-mail é indicado ao cidadão que não tem motivos para se preocupar em não revelar sua identidade. Já os Correios pode ser utilizado no caso de preferência por comunicação não recíproca. Mesmo assim, há algumas considerações enfatizadas pelo portal.

Lembre-se, no entanto, que os Correios têm acesso a tudo que é enviado. Por isso, procure fazer a postagem em uma caixa de coleta disposta em local público dos Correios ou a partir de uma agência que não seja próxima de sua casa ou do seu trabalho. Faça o envio na modalidade Carta Simples, que não exige a identificação do remetente. Lembre-se que, analisando os pacotes, investigadores podem ter acesso a evidências sobre sua identidade, como amostras de sua letra ou até mesmo suas impressões digitais, antes que seu pacote chegue até nós. Além disso, informações contidas em papéis impressos também podem revelar a origem deles (algumas impressoras imprimem pontos de rastreamento justamente para ajudar a identificar a origem dos documentos) (*The Intercept Brasil*, 2024).

No caso de o cidadão preferir não ser identificado, os cuidados são:

Não entre em contato conosco em um computador ou rede do trabalho. A maioria das redes corporativas e governamentais registra o tráfego virtual. Mesmo se você estiver usando o Tor, ser o único usuário do Tor no trabalho pode fazer com que você se destaque. Não nos envie e-mails, não ligue para nós e não entre em contato conosco nas redes sociais. Do ponto de vista de alguém investigando um vazamento de informações, o histórico de mensagens é tudo o que é preciso para fazer de você um dos principais suspeitos. Não diga a ninguém que você é uma fonte (*The Intercept Brasil*, 2024).

O *Intercept* também orienta o cidadão a consultar um advogado antes da decisão em se tornar fonte do portal e, em casos de encaminhamento de documentos considerados delicados, recomenda:

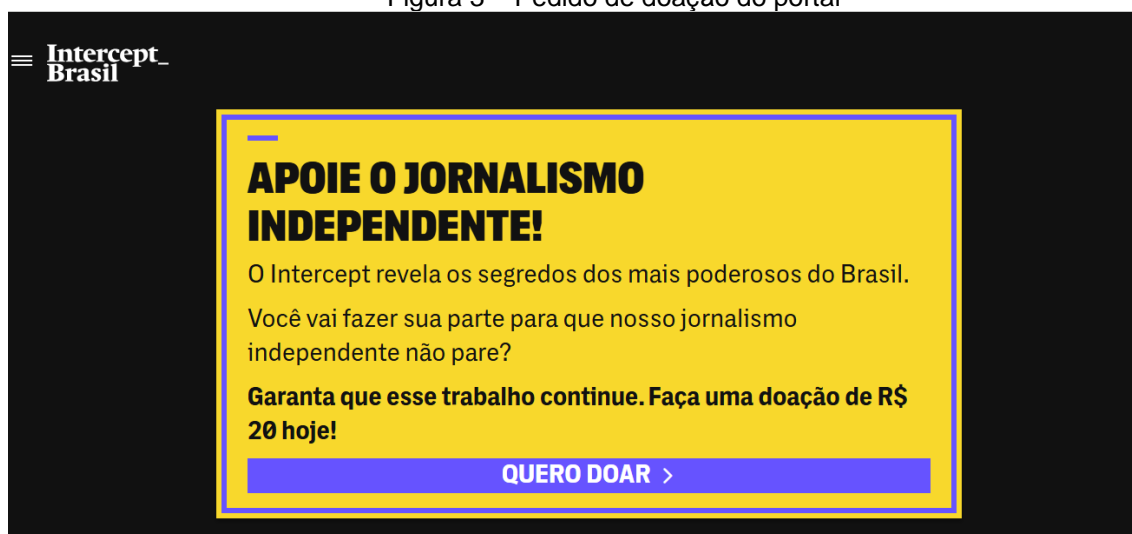
Fique alerta a seus hábitos. Se você teve acesso a informações sigilosas que foram publicadas, suas atividades na internet possivelmente serão monitoradas, incluindo quais sites você visitou ou compartilhou nas redes sociais (como o *Intercept*). Investigadores também podem examinar os registros de sua atividade em redes internas em seu local de trabalho.

Certifique-se de que você está ciente disso antes de nos enviar informações e ajuste seus hábitos conforme necessário bem antes de decidir se tornar nossa fonte. Ferramentas como o Tor (veja acima) podem ajudar a proteger o anonimato de sua navegação. Separe as coisas. Mantenha sua denúncia o mais longe possível do resto de suas atividades. Não use suas contas normais, isto é, as que já estão conectadas a você. Em vez disso, crie novas contas para essa finalidade e não faça login usando essas novas contas em redes nas quais você normalmente se conecta. Faça uma limpeza. Certifique-se de limpar seus registros o melhor que puder. Evite deixar rastros relacionados a denúncias em seu computador pessoal ou profissional (na sua pasta Documentos, no histórico do seu navegador etc.). Se você perceber que fez uma pesquisa no Google relacionada a denúncias enquanto estava conectado à sua conta do Google, exclua seu histórico de pesquisa. Considere manter todos os arquivos relacionados em um dispositivo USB criptografado em vez de armazená-los em seu computador e conecte-o somente quando precisar trabalhar com eles. O ideal é usar um computador ou sistema operacional completamente separado para sua atividade de denúncia, de modo que uma verificação forense em seu computador padrão não revele nada. Mesmo se você estiver usando o navegador Tor, por exemplo, caso alguém invada seu computador, será possível espionar tudo o que você faz. O Tails é um sistema operacional separado que você pode instalar em um dispositivo USB e inicializar no computador. Ele é projetado para não deixar rastros. Ele não é intuitivo de usar, mas se você está se arriscando muito, provavelmente vale o esforço (*The Intercept Brasil*, 2024).

Por fim, o portal relembra que nenhum método de comunicação é considerado totalmente seguro e apela ao senso de responsabilidade ética e social do cidadão, afirmando que “tornar-se uma fonte envolve riscos mas, às vezes, é a coisa certa a fazer. Os riscos podem ser reduzidos se você for cuidadoso” (*The Intercept Brasil*, 2024).

Apesar de não representar uma iniciativa de *crowdfunding*, conforme o referencial teórico desta tese (uma vez que o cidadão não recebe recompensa direta de acordo com o valor investido, conforme (Rocha; Bitar, 2017)), o *The Intercept* incentiva o cidadão a cooperar, por meio de doações, para que o portal permaneça realizando suas atividades de modo independente. Os pedidos de doação são apresentados na página inicial do veículo de comunicação e ao final das reportagens, conforme figura abaixo.

Figura 3 – Pedido de doação do portal



Fonte: *The Intercept Brasil* (2025).

5.2.3 Marco Zero

O portal Marco Zero apresenta como proposta a qualificação do debate público, promovendo um jornalismo investigativo e independente, diante do cenário de maior concentração e da perda de credibilidade dos *media*. Como citado no site do veículo, seu foco se concentra “na produção de reportagens e conteúdos que exponham as relações de poder, dando destaque a temas de interesse público invisibilizados pela mídia corporativa” (Marco Zero, 2025). Assim como *Intercept*, o Marco Zero apresenta a maioria das reportagens selecionadas (56,25%) classificadas como investigativas, o que ratifica a hipótese de que veículos independentes possuem maior autonomia para produção desse tipo de reportagem.

Sobre as etapas em que ocorreram participação cidadã, todas as 61 (sessenta e uma) Sequências Discursivas (SD's) selecionadas indicaram participação cidadã na etapa de Pesquisa (E 2), sendo sua maioria (98,36%) ocorrendo na forma indireta, ou seja, sem a atuação do cidadão como fonte ativa. A tabela 6 apresenta esses dados²⁹.

Tabela 6 - Análise da participação cidadã do portal Marco Zero

REPORTAGENS	Etapas de participação	Forma de participação
-------------	------------------------	-----------------------

²⁹ As fichas avaliativas das reportagens citadas estão disponibilizadas no Apêndice B. As demais fichas avaliativas podem ser acessadas através link:

<https://docs.google.com/document/d/1C54mIlmOAMPIYwtcr4TCTcBajivSHXwCXrBNReydsp8/edit?usp=sharing>

	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	Direta	Indireta
Reportagem 1	-	1	-	-	-	-	1
Reportagem 2	-	1	-	-	-	-	1
Reportagem 3	-	4	-	-	-	-	4
Reportagem 4	-	3	-	-	-	-	3
Reportagem 5	-	1	-	-	-	-	1
Reportagem 6	-	1	-	-	-	-	1
Reportagem 7	-	5	-	-	-	-	5
Reportagem 8	-	2	-	-	-	-	2
Reportagem 9	-	1	-	-	-	-	1
Reportagem 10	-	7	-	-	-	-	7
Reportagem 11	-	2	-	-	-	-	2
Reportagem 12	-	2	-	-	-	-	2
Reportagem 13	-	1	-	-	-	-	1
Reportagem 14	-	1	-	-	-	-	1
Reportagem 16	-	4	-	-	-	1	3
Reportagem 18	-	2	-	-	-	-	2
Reportagem 19	-	2	-	-	-	-	2
Reportagem 21	-	2	-	-	-	-	2
Reportagem 22	-	2	-	-	-	-	2
Reportagem 23	-	3	-	-	-	-	3
Reportagem 24	-	4	-	-	-	-	4
Reportagem 25	-	3	-	-	-	-	3
Reportagem 26	-	1	-	-	-	-	1
Reportagem 27	-	6	-	-	-	-	6
Avaliação Do Portal	-	61	-	-	-	1	60

Fonte: A autora (2025).

A única reportagem que apresentou indício de participação direta de cidadãos na sua produção foi “Entenda por que os parques de energia eólica estão piorando a vida das famílias de agricultores no agreste”, publicada em 11 de maio de 2022. O

texto jornalístico denuncia alterações na rotina dos pequenos agricultores do agreste pernambucano após a instalação de um parque de energia eólica na região, assim como as consequências, inclusive relacionadas à saúde da população, e os riscos dessas instalações. No texto, fica clara a iniciativa dos moradores em fornecer material produzido por ele ao jornalista. “Em um vídeo gravado pela família, é possível ver os pedaços da hélice se desprendendo da torre enquanto o motor emite um forte ruído” (Marco Zero, 2022a).

Como exemplos de SD’s que indicam a participação de forma indireta (não ativa), podemos citar: “‘Como pode uma comunidade que existe há mais de 100 anos de repente ser vendida para outra pessoa? Uma pessoa que não mora nem aqui? Não podíamos deixar isso acontecer’, declarou (...) ao comentar sobre o que teria motivado a mobilização das mulheres (Marco Zero, 2022b)” e “‘Não tivemos muitos momentos de melhora. Estamos em um estado de fadiga muito grande. Já são dois anos de pandemia’, lamenta (...), que taxou de ‘péssima’ a decisão do governo estadual de suspender as férias dos profissionais” (Marco Zero, 2022c). É perceptível que a participação do cidadão, nesses contextos, acontece apenas por meio de relatos e opiniões que os apresentam como vítimas ou testemunhas de violências e transgressões.

5.2.3.1 Redes sociais digitais e participação cidadã

A presença das redes sociais digitais na produção das reportagens e como cenário de participação cidadã indireta também foi verificada no portal Marco Zero. Como ponto de partida para produção de reportagem, podemos destacar o trecho:

A partir de uma planilha que começou a circular no aplicativo Telegram no final de semana, a Marco Zero levantou os 10 maiores rendimentos do MPF no mês de dezembro. A planilha inicial foi o ponto de partida desta apuração, porém ela logo se revelou falha, com valores divergentes daqueles disponíveis no Portal da Transparência. Para chegar aos valores reais, foi preciso cruzar os dados dos contracheques de cada procurador e da planilha com as verbas indenizatórias e outras remunerações temporárias, publicada em outra página do Portal (Marco Zero, 2022d).

Os testemunhos dos cidadãos, publicados por iniciativa própria nas redes sociais digitais, também foram encontrados em reportagens do portal. Tais registros foram incorporados aos textos como ratificação das denúncias apresentadas. É o que podemos verificar na SD abaixo.

Vídeos que circulam nas redes sociais mostram a ostensiva operação policial que foi instaurada em Porto de Galinhas na noite dessa quinta-feira, 31 de março. De acordo com uma publicação do próprio governador Paulo Câmara, o objetivo da ação é “restabelecer a tranquilidade no Litoral Sul”. Não é isso que dizem os moradores (Marco Zero, 2022e).

Reflexos de mobilização cidadã via redes sociais digitais que acabaram gerando pressão nos detentores de poder, podendo alterar medidas e decisões antes impostas, também foram encontradas nas reportagens analisadas. As reportagens “De cima para baixo, Prefeitura de Garanhuns quer mudar Plano Diretor e transformar área rural em zona urbana”, publicada em 06 de abril de 2022, e “Artistas que manifestarem conteúdo político no São João de Caruaru podem não receber cachê”, publicada em 19 de maio de 2022 são exemplos. A primeira reportagem apresenta a seguinte SD: “Nas redes sociais, é possível ver a mobilização que fazem em publicações contrárias a PL, sempre focando em um suposto desenvolvimento econômico da cidade” (Marco Zero, 2022f). O trecho seguinte compõe a segunda reportagem.

Após repercussão desta reportagem da Marco Zero e da pressão da classe artística e também nas redes sociais, a prefeitura da cidade emitiu uma nota oficial afirmando “categoricamente que não há qualquer possibilidade de censura a artistas durante o São João do município”. A gestão diz ainda que o texto do edital foi “mal redigido, foi pensado por burocratas que buscavam evitar a politização de um evento que tem como finalidade o entretenimento, a valorização da cultura e a celebração religiosa das festas de junho” (Marco Zero, 2022g).

5.2.3.2 Registros de jornalismo humano

O Marco Zero destaca, na apresentação do seu portal, que possui como ponto central o ser humano e enfatiza como valores: a “promoção da pluralidade de vozes, interpretações e visões de mundo; defesa dos direitos humanos; apoio à igualdade de representação e de valores entre etnias, religiões, culturas e tradições; e a defesa da ampla liberdade de expressão” (Marco Zero, 2025). Nas reportagens analisadas, percebemos algumas características que corroboram tais valores.

A reportagem “Pandemia aumentou número de mulheres morando nas ruas no Recife”, publicada em 14 de março de 2022, denuncia as condições precárias de moradia de mulheres em situação de rua no Recife e como o cenário de pandemia agravou essas condições. O portal deu voz, ainda que sob a condição de vítimas, às mulheres muitas vezes silenciadas e esquecidas pela grande mídia, unindo o

aprofundando de suas histórias de vida a dados estatísticos que refletem a situação de milhares de outras pessoas no país que vivem sob as mesmas condições. A ampliação dos debates sobre a questão da população em situação de rua é realizada por meio do uso de artifícios do jornalismo literário, como a descrição dos ambientes e das personagens.

São pouco mais de 16h na praça do Diário, no centro do Recife. Em um banco grande, vários homens estão sentados, à espera. A uma dezena de metros, duas senhoras também esperam. Uma, mais velha, com quatro bolsas. A outra, com duas. Todos os bens materiais das duas estão ali naquelas bagagens. A espera é pela sopa, oferecida pela Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, quase vizinha da praça. Ainda falta três horas para começar a distribuição da sopa (...) De aparência frágil, voz baixa e confusa, (...) diz ter 60 anos. Tem filhos, mas não sabe onde estão. Também não lembra há quantos anos mora nas ruas. Passa os dias andando por onde sabe que tem voluntários distribuindo comida: praça Maciel Pinheiro, rua do Imperador, praça do Diário, pátio do Livramento (Marco Zero, 2022h).

Na mesma linha encontra-se a reportagem ‘A luta das pescadoras cercadas por parques eólicos e especuladores no Rio Grande do Norte’, publicada em 02 de dezembro de 2022, que compõe uma série que denuncia os efeitos negativos da instalação de parques eólicos no estado potiguar, dentre os quais a degradação do meio ambiente e a especulação imobiliária. Além da descrição dos lugares e dos personagens retratados na matéria, percebe-se que o repórter não se anula como ser humano, descrevendo suas impressões ao longo do texto.

Após chegar à cidade de Pedra Grande, pegamos uma estrada de barro e percorremos mais 10 quilômetros até a praia de Enxu Queimado. Os aerogeradores não eram a única coisa peculiar na paisagem. Diferente do litoral pernambucano, a vegetação do litoral potiguar parece ora com a caatinga ora com praia tropical, onde o calor e o ar seco se misturam aos ventos e à maresia, com cactos crescendo em meio às dunas. (...) Mais tarde eu iria entender que, antes, havia muito mais cactos próximo às áreas de dunas, pois hoje muitas delas estão tomadas pelos aerogeradores e divididas pelas cercas instaladas pelas empresas. As cercas, aliás, também chamaram bastante atenção a partir daquele momento da viagem: elas estão por toda parte, prolongando-se por grandes extensões de terra (Marco Zero, 2022b).

5.2.3.3 Marco Zero e o incentivo à participação cidadã

Além de divulgar suas redes sociais para acompanhamento das notícias publicadas, o portal disponibiliza e-mail e endereço como forma de o cidadão entrar em contato com a equipe. Assim como o *The Intercept*, o Marco Zero recorre aos seus leitores para incentivar financeiramente a produção de reportagens, por meio de

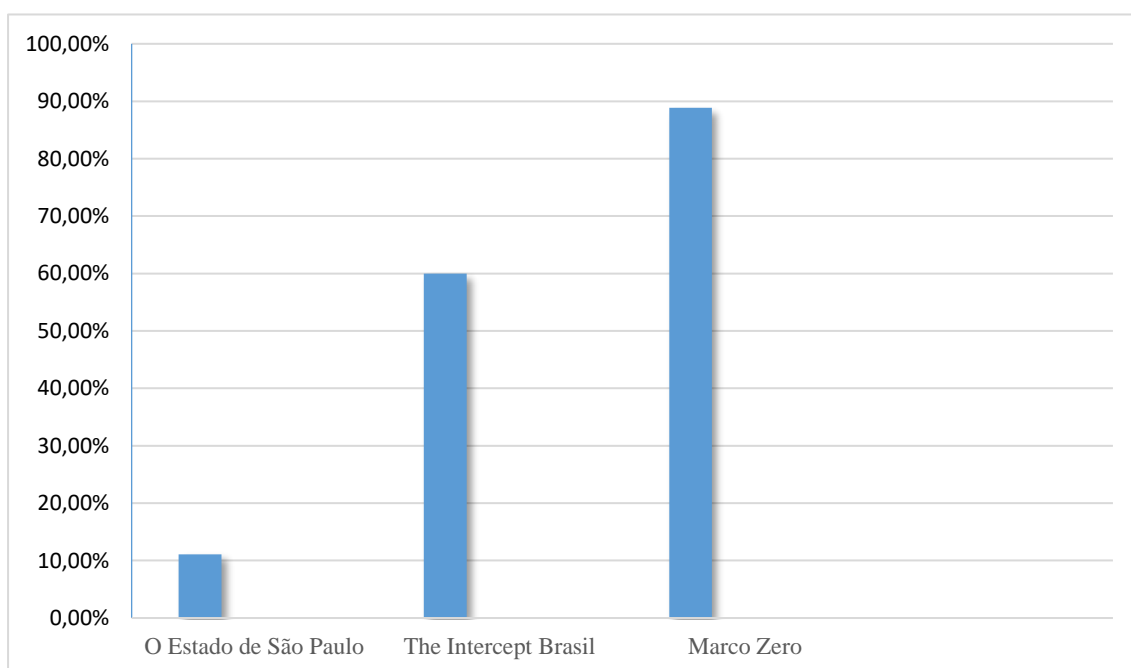
pedido de apoio via PIX – o que também não configura uma iniciativa de *crowdfunding*, pois não há recompensa direta aos leitores diante desse apoio (Rocha; Bitar, 2017).

5.2.4 Interseções e disparidades

Conforme mencionado anteriormente, a escolha dos objetos de estudo desta tese se deu devido aos três portais possuírem reportagens investigativas reconhecidas e premiadas em âmbito nacional, assim como contextos de produção diferentes nos quesitos independência e prioridade na elaboração de reportagens mais aprofundadas, dentre elas as investigativas. Por meio dos dados obtidos nesta etapa de análise discursiva dos textos jornalísticos, podemos traçar algumas interseções e disparidades no que se refere à participação cidadã nos portais.

Inicialmente, abordaremos o percentual de participação cidadã em reportagens consideradas investigativas e com produção protagonizada pelos repórteres. De acordo com o gráfico abaixo, podemos observar uma diferença entre o veículo de comunicação da grande mídia hegemônica, o Estadão, com apenas 11,11% de reportagens com participação cidadã em sua produção, e os dois portais independentes, *The Intercept* Brasil e Marco Zero, com 60 e 88,88%, respectivamente.

Gráfico 1 – Participação cidadã por portal



Fonte: A autora (2025).

A hipótese de que o grau de dependência do portal é um dos fatores que podem interferir no nível de participação cidadã na produção de reportagens investigativas é bastante latente diante dos dados apresentados. Corroborando pesquisa anteriormente realizada (Rocha; Sousa, 2025) percebe-se, no caso do Estadão, que alguns limites editoriais podem interferir na participação cidadã, dentre os quais a prioridade do uso de fontes oficiais e de especialistas - que pode ser reflexo da falta de autonomia do portal e da própria facilidade e comodidade proporcionadas por esse tipo de fonte diante das pressões sofridas pelos jornalistas no dia a dia das redações, conforme salienta Hall (2016). Cabe destacar que o portal não se dedica exclusivamente ao jornalismo investigativo. Dessa forma, seus profissionais se dividem na realização de coberturas factuais e na produção de reportagens especiais, dentre elas, as reportagens investigativas, que demandam mais tempo para elaboração e mais recursos - o que pode reforçar as considerações acima apresentadas.

Unindo as considerações de Breed (2016), sobre as possibilidades de “brechas” encontradas pelos jornalistas para driblar as imposições dos detentores de poder dentro dos veículos de comunicação (dentre elas a predominância das fontes oficiais), às reflexões de Masip *et al.* (2015) referentes aos receios, por parte dos profissionais, no que concerne às interferências diretas do cidadão no trabalho jornalístico; podemos inferir que, no caso do jornalismo investigativo, o fator credibilidade merece destaque. Esse fator pode ensejar, por um lado, um risco (diante do cenário de desinformação e propagação de notícias falsas e da busca pela preservação do prestígio profissional do jornalista) e, por outro, um artifício para efetiva promoção da sua função social, abordando temáticas muitas vezes negligenciadas e dando voz a grupos sociais historicamente silenciados. Assim, cabe ao jornalista, diante da sua relativa autonomia, a inserção ou não do cidadão no processo de produção de suas reportagens.

No caso do *The Intercept* e do Marco Zero, o fator independência, aliado ao perfil de promoção e ampliação de debates público sobre temas sociais, acaba proporcionando maior facilidade e incentivo à participação cidadã – o que pode justificar os percentuais obtidos pelos portais nesse quesito. Sem renunciar o uso de fontes oficiais, ao possibilitar mais espaço para a participação cidadã em suas reportagens, os jornalistas dos portais extrapolam a função de meros escribas, conforme distingue Nascimento (2016). Assim, ao unirem os testemunhos, relatos e

materiais produzidos por cidadãos a dados e informações de fontes documentais, numa reportagem mais completa e aprofundada, os profissionais possuem maior capacidade de análise das contradições e incongruências dos detentores de poder, o que pode facilitar a exposição de abusos e transgressões e o monitoramento das atividades dessa classe (Waisbord, 2006); Starkman, 2014).

No que se refere às etapas em que a participação cidadã acontece nos portais, tem-se, conforme a tabela comparativa abaixo, a predominância da participação na etapa de Concepção (E 1), no Estadão; e Pesquisa (E 2) no *Intercept* e Marco Zero. Já no quesito forma de participação, no portal Estadão prevaleceu a forma direta e nos dois outros portais a forma indireta.

Tabela 7 - Comparação entre portais

Portais	Etapas de participação					Forma de participação	
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	Direta	Indireta
O Estado de S. Paulo	3	2	-	-	-	3	2
<i>The Intercept</i> Brasil	4	70	-	1	-	5	70
Marco Zero	-	61	-	-	-	1	60
TOTAL	7	133	-	1	-	9	132

Fonte: A autora (2025).

A prevalência de participação na etapa de Concepção no Estadão pode estar associada ao fato de ele, por estar inserido na grande mídia hegemônica, ser mais popularmente divulgado e, conseqüentemente, mais procurado pelo cidadão para a formulação de denúncias e envio de informações (ainda que não incentive, de forma direta, tal participação). Trata-se de um veículo de comunicação que atua há 150 anos e defende, junto ao seu público, preceitos absorvidos pela sociedade como essenciais à atividade jornalística, como a objetividade, neutralidade e a imparcialidade - o que pode influenciar na associação de maior credibilidade ao portal por parte desse público, incentivando-o a participar da formulação de pautas. Diante da pouca quantidade de reportagens analisadas no portal e da pequena diferença entre os resultados das duas etapas (E 1 e E 2), acreditamos ser necessária confirmação desses dados junto aos jornalistas responsáveis pelos textos por meio das entrevistas.

No caso do *Intercept* e Marco Zero, verificou-se a predominância da etapa de Pesquisa (E 2), ou seja, diferentemente do Estadão, a participação cidadã ocorreu predominantemente como fonte humana visando a fundamentação da reportagem (Hunter *et al.*, 2013). Considerados independentes, os dois portais analisados foram criados na década de 2010 (no auge da popularização da internet), priorizando um jornalismo mais aprofundado, contextualizado e voltado aos interesses humanos, desvinculando-se dos cânones jornalísticos mencionados na primeira seção dessa pesquisa. Apesar da independência e dos valores difundidos ensejarem, em tese, maior segurança e incentivo à participação do cidadão como pauteiro/denunciante de transgressões, não é o que podemos perceber diante dos dados encontrados nessa pesquisa.

Por outro lado, a concentração de participação na E 2 pode representar, nos dois portais analisados, uma maior preocupação com a pluralidade de perspectivas e com o protagonismo das camadas muitas vezes silenciadas e negligenciadas na sociedade. Nesse caso, a independência dos veículos é um fator contributivo.

No que se refere às formas de participação, a predominância da forma direta no Estadão deve ser melhor avaliada por meio das entrevistas com os jornalistas desse veículo. Assim como ocorreu na análise das etapas, a diferença entre a quantidade de participação nas formas direta e indireta foi de apenas 1 (um) ponto, o que pode fragilizar a indicação de resultados precisos.

Em relação aos portais independentes, houve a predominância da forma indireta de participação cidadã – o que nos leva a percepção de que, se por um lado a independência dos portais é um fator que incentiva a produção de reportagens investigativas e a pluralidade de vozes, essa mesma independência não influencia diretamente no estímulo ao jornalista em produzir textos investigativos em parceria com o cidadão. Assim, percebe-se que esse cidadão participante não atua como fonte ativa, conforme descreve Alves (2019), prevalecendo a forma de participação descrita por Masip *et al.* (2015) como interatividade participativa. Compreendemos, deste modo, que o cidadão é tratado como mero agente fornecedor de informações, atuando apenas como uma fonte que testemunha e denuncia irregularidades e abusos de poder de autoridades.

Ficou evidente, ainda, o importante papel ocupado pelas redes sociais digitais como instrumentos de denúncias, compartilhamento de informações e termômetro para investigações por parte dos jornalistas – corroborando pesquisa anterior (Sousa,

2021). Em muitas reportagens pudemos observar o jornalista assumindo o papel de *gatewatcher* (Bruns, 2011), observando a repercussão de debates online e ampliando as discussões por meio da inserção de novas informações e dados no portal. Verifica-se, ainda, que, em alguns casos, o cidadão trilhou seu próprio caminho no processo de produção e compartilhamento de informações, inserindo-se na cultura participativa proporcionada pelas redes sociais digitais, conforme destaca Jenkins (2008).

As redes sociais digitais também atuaram como espaço mobilizador. Por meio da ampliação dos debates digitais, as reportagens investigativas contribuíram para uma possível reorientação dos fluxos comunicacionais na esfera pública, como enfatiza Habermas (1997). Segundo o filósofo, isso acontece quando cidadãos articulam uma demanda, a propagam dentro da esfera pública e, após a adesão dos demais públicos, conseguem inserir tal tema na agenda política, gerando pressão nos detentores de poder para inclusão do assunto no debate formal e resolução da problemática. O jornalismo investigativo, atuaria, dessa forma, como um espaço propagador e estimulador desse debate, cobrando das autoridades um posicionamento.

Os aspectos humanos destacados nas reportagens do *Intercept* e do Marco Zero corroboram o que Wolfe (2005), Sousa (2001), Hunter *et al.* (2013), Lima (2004) e Moura (2007) enfatizam ao abordarem a possibilidade de o jornalismo investigativo unir aspectos técnicos de uma investigação jornalística a perspectivas humanas, proporcionando visibilidade a cidadãos comuns, muitas vezes silenciados nas abordagens realizadas no jornalismo diário das redações. Da mesma forma, a desconstrução do *lead* tradicional (com a inserção de uma problemática social, encarada como um fenômeno complexo, descrito numa ambientação singular), a inserção na realidade do personagem para captação de seus anseios e sentimentos, desconstruindo o distanciamento entre profissional e fonte de informação, são outras possibilidades para o jornalismo investigativo que os portais demonstram ser possível de se realizar.

A seguir, será apresentada a análise das entrevistas realizadas com os repórteres responsáveis pelos textos supracitados. Este procedimento é essencial para a compreensão das interferências e possíveis riscos que a participação cidadã implica diante das especificidades do jornalismo investigativo, assim como para o aprofundamento e a confirmação dos dados obtidos na análise das reportagens.

5.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A análise das entrevistas aconteceu a partir da identificação de ocasiões em que os jornalistas entrevistados se referiram às Formações Discursivas elencadas a partir das temáticas abordadas, conforme roteiro semiestruturado proposto. Tais FD's foram transformadas em tópicos, expostos a seguir, que irão reunir os principais resultados alcançados.

5.3.1 Etapas e formas

Conforme mencionado anteriormente, houve casos em que o mesmo jornalista produziu mais de uma reportagem com participação cidadã em sua construção. Nesses casos, a abordagem sobre as etapas e formas de participação se deu por cada texto produzido.

A tabela abaixo apresenta os resultados alcançados.

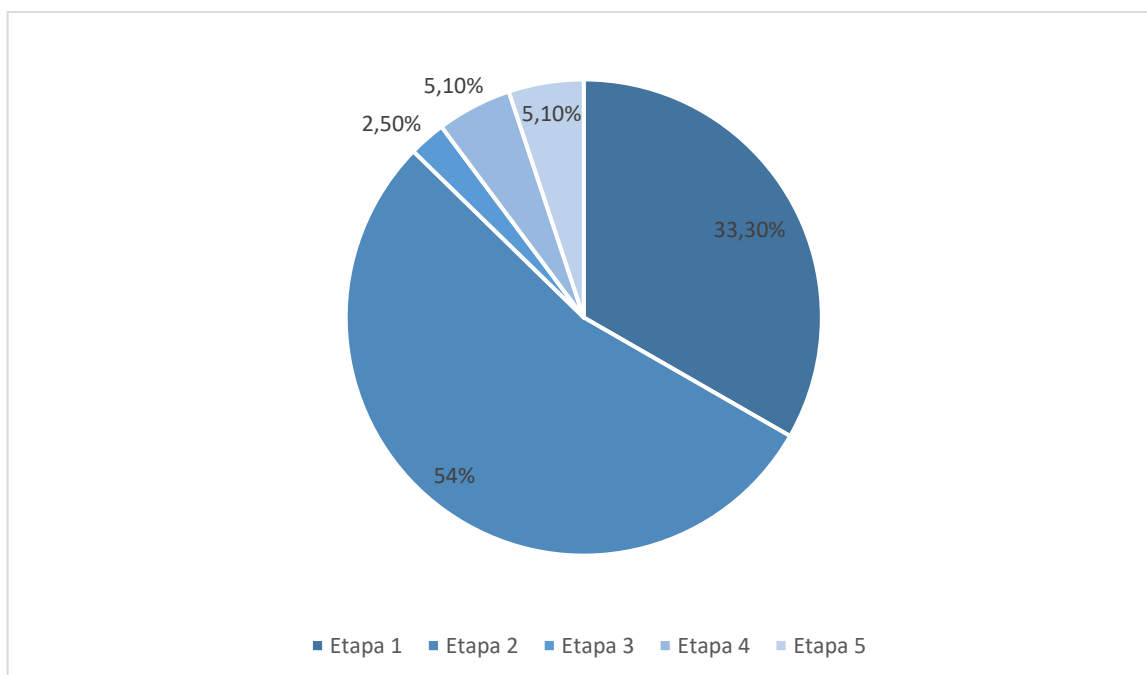
Tabela 8 – Participação cidadã conforme entrevistas

Portais	Etapas de participação					Forma de participação	
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	Direta	Indireta
O Estado de S. Paulo	1	1	-	-	-	2	-
<i>The Intercept</i> Brasil	6	9	1	2	2	7	13
Marco Zero	6	11	-	-	-	8	9
TOTAL	13	21	1	2	2	17	22

Fonte: A autora (2025).

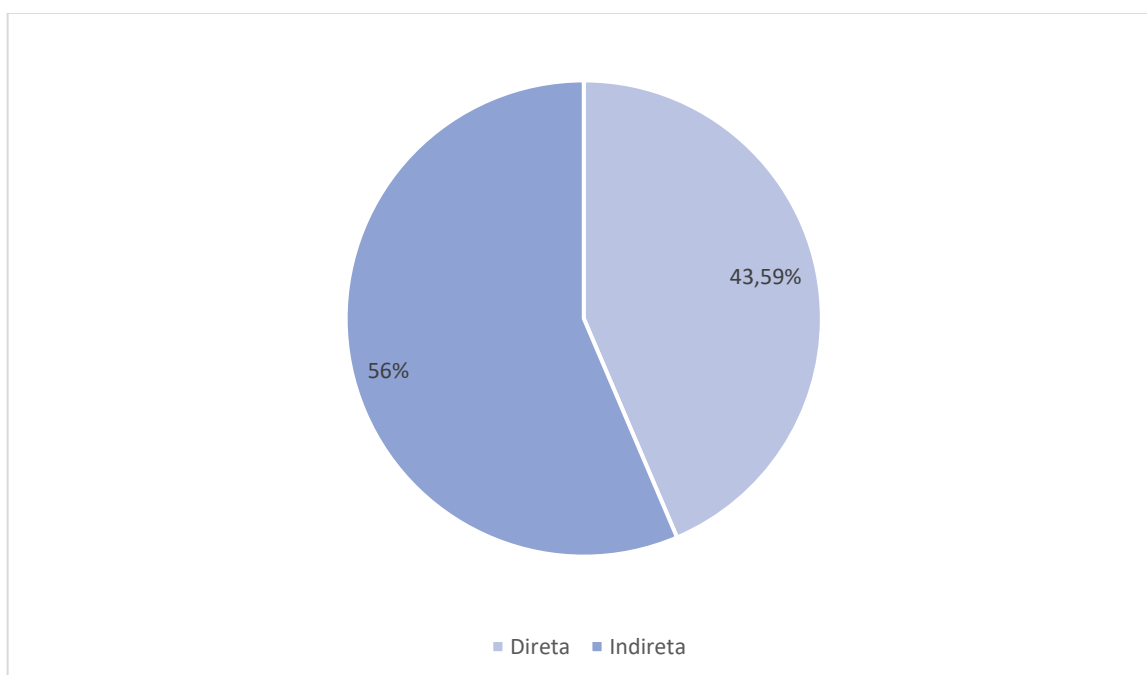
De forma geral, os dados obtidos por meio das entrevistas corroboram o resultado das análises realizadas por meio das Sequências Discursivas elencadas nas reportagens dos portais. Tem-se a maioria da participação cidadã ocorrendo na etapa de Pesquisa (E 2) e na forma indireta, conforme gráficos abaixo.

Gráfico 2 – Etapas de participação cidadã



Fonte: A autora (2025).

Gráfico 3 – Formas de participação cidadã



Fonte: A autora (2025).

Procederemos, a seguir, à análise dos dados das entrevistas³⁰ levando em consideração as especificidades de cada portal.

³⁰ A fim de preservar as identidades dos jornalistas, cada entrevistado recebeu um número de identificação de acordo com a ordem de realização das entrevistas.

No caso do Estadão, em relação às etapas de produção, foram registradas participações semelhantes nas etapas E 1 e E 2, não nos permitindo a confirmação dos dados obtidos na análise das reportagens. Já a forma direta de participação prevaleceu nas duas etapas. Esses dados, apesar de corroborarem os resultados da análise das reportagens, podem ser considerados frágeis, diante do fato de o portal ter sido representado apenas por um jornalista.

Os dados obtidos nas entrevistas realizadas com jornalistas do portal *The Intercept* também corroboram a análise das reportagens, com confirmação de participação cidadã nas etapas E 1, E 2 e E 4 e predominância de participação na E 2 (45%); além da forma indireta (65%).

No que se refere à participação na E 1, ocorrida de forma direta, um dos entrevistados destacou que os cidadãos organizaram todas as informações (gravações e documentos) sobre a denúncia realizada, o que facilitou seu trabalho como repórter.

Você pode receber um amontoado de documento e você se debruça sobre aquilo ali, entende o que é aquilo, entende qual é o direcionamento; e você pode receber coisas empacotadas, vamos dizer assim. E essas coisas vieram bem empacotadas, era um conteúdo pequeno, então não era tão difícil de se perder, mas já estava muito claro qual era o problema ali. E eu acho que esse é o momento! Às vezes você recebe a documentação e você não sabe qual é o problema, você precisa descobrir qual é o problema. E às vezes o problema está muito claro. Nessa matéria o problema estava muito claro. Então, o primeiro papel que a participação do cidadão, na minha visão, desempenha nessa matéria é entregar a matéria, ela é basicamente entregue (Depoimento à autora)³¹.

Outro jornalista do portal registrou como ocorreu a participação indireta na E 2. "Mas na cidade, quando a gente foi até os locais, conversou com os alunos, conversou com professores, com a população geral da cidade... aí sim dá para dizer que houve, nesse momento da apuração, a participação cidadã" (Depoimento à autora)³². Já o Entrevistado 6, relatou que muitas vezes nessa etapa de Pesquisa, o repórter precisa conscientizar o cidadão sobre os riscos de sua participação. "Eu acho que a gente teve uma coisa desse diálogo fluido, de avaliar o cenário, de falar 'vamos ver o que vocês conseguem passar, em segurança'. Então acho que foram várias etapas de negociação, de convencimento" (Depoimento à autora)³³.

³¹ Informação concedida pelo Entrevistado 5 em entrevista realizada em 22 de fevereiro de 2025.

³² Informação concedida pelo Entrevistado 10 em entrevista realizada em 8 de maio de 2025.

³³ Informação concedida pelo Entrevistado 6 em entrevista realizada em 26 de fevereiro de 2025.

A participação cidadã na etapa de Controle de Qualidade (E 4), no caso da reportagem elaborada pelo Entrevistado 5, aconteceu de forma direta. Segundo o jornalista, essa participação foi essencial para garantir a credibilidade do texto.

É exatamente isso, é um processo um *double check* mesmo, de entregar para eles (e de novo, sempre que eu falo entregar ou qualquer coisa, eu estou respeitando todos os preceitos de proteção do que precisa ser protegido), mas é um processo mesmo, um bate-bola. Ver com eles se é isso mesmo aumenta o processo de checagem na maioria das vezes (Depoimento à autora)³⁴.

Sobre essa etapa, o Entrevistado 8 afirmou que, em certos casos, os dados obtidos por meio da participação cidadã foram utilizados também como provas das informações que o jornalista dispõe nos textos, em um processo longo de checagem.

Então, em algumas coisas mais técnicas, quando a gente faz a checagem, eu pego todos os materiais, tudo que eu tenho de entrevistas, fotos, links de outras matérias que eu usei também como base, como contexto histórico, tudo isso é acionado novamente. Eu aciono isso na escrita. Depois, isso é relacionado na checagem. Então, na checagem, cada afirmação que eu faço, eu coloco ali, tem um arquivo, uma pasta, de cada frase, cada afirmação, tem o seu arquivo correspondente. 'Olha, a prova é essa daqui'. E aí, os checadores, as checadoras, vão lá olhar para ver se o que eu coloquei no texto corresponde com o que está ali. Então, eu tenho que indicar a página, o documento, a frase, o parágrafo. É extremamente trabalhoso. Tem que indicar a minutagem do áudio ou a transcrição (Depoimento à autora)³⁵.

Divergindo da análise dos textos das reportagens, alguns dos entrevistados do portal também descreveram haver participação cidadã nas etapas E 3 (Organização e Redação) e E 5 (Publicação).

Para o Entrevistado 8, apesar de a Etapa 3 abranger um processo mais solitário do repórter, no caso da sua reportagem, ela foi essencial diante dos riscos que, em alguns contextos, palavras mal colocadas podem trazer ao cidadão. Dessa forma, ele preferiu apresentar o texto em produção à fonte para evitar quaisquer problemas.

(...) como se trata de, nesse caso específico, de uma pessoa em situação de risco de morte e que está em programa de proteção, eu tenho um cuidado redobrado no sentido de não *colocá-lo* em risco, *né?* Então, se eu tenho dúvida de alguma informação, *tipo*, 'se eu colocar essa informação, você corre algum risco?' Então, nesses pontos, eu perguntava, *tipo*, 'ó, tenho isso, isso e isso. Isso daqui te coloca em risco de morte?' Então, se tem algum elemento que coloca em risco, eu não coloco (Depoimento à autora)³⁶.

³⁴ Informação concedida pelo Entrevistado 5 em entrevista realizada em 22 de fevereiro de 2025.

³⁵ Informação concedida pelo Entrevistado 8 em entrevista realizada em 17 de março de 2025.

³⁶ Informação concedida pelo Entrevistado 8 em entrevista realizada em 17 de março de 2025.

Em contraponto, o Entrevistado 6 afirmou que, apesar de considerar que a participação cidadã pode ser benéfica na Organização e Redação da reportagem, ele não abriu mão de exercer, de forma exclusiva, a sua função de jornalista nessa etapa.

Nessa fase é muito, assim... eu não me lembro de nenhum caso que a gente tenha aceitado participação nessa etapa, sabe? É mais difícil acontecer, né? Que a gente ama falar que é muito do repórter, mais pessoal. Então, é uma área que eu acho delicada de uma pessoa que não é jornalista ficar tendo acesso e opinando e tal. É uma coisa que a gente se preserva bastante no sentido de que mesmo quando a pessoa é bem-intencionada e está querendo contribuir, por vezes pode ter um papel meio de controle, de falar 'não, mas isso aqui não é bem assim, não sei o quê'. Não é que não seja bem assim, é que não está do jeito que ela gostaria que estivesse. Então, essa parte eu me sinto, não sei se ameaçado, mas é um resguardo que eu prefiro ter. Em relação ao texto final. Mas acho, eu entendo que pode trazer benefícios também, pode evitar de errar (Depoimento à autora)³⁷.

O Entrevistado 5 revelou que a participação cidadã na etapa de Publicação (E 5) é muito frequente e acontece por meio da divulgação e da defesa do conteúdo da reportagem, principalmente via redes sociais digitais.

Eu diria que em veículos não hegemônicos esse é um processo essencial porque a gente (mas aí é uma *treta*, que é a lógica das redes), é como a gente consegue alcançar as pessoas. E nesse momento tem um papel essencial de defesa da reportagem (...). Mas esse processo nem sempre parte da gente, às vezes ele é um processo natural, parte das pessoas, mas o processo de defesa da matéria, ele existe no cidadão. Então, o cidadão ou que se revolta, ou que acha interessante, ou que é impactado pelo que a matéria está falando, faz. Ele tem um papel ativo na disseminação dessa matéria e na defesa do porquê. (...) A participação cidadã nesse momento é uma participação de defesa do trabalho do jornalista (...). Se a gente não se apoia nessa galera que acredita no material e faz um papel bom, um papel de trabalho mesmo ali de defender e disseminar, as nossas matérias não chegam a lugar nenhum, basicamente elas não chegam a um lugar nenhum (Depoimento à autora)³⁸.

Os resultados das entrevistas realizadas com os repórteres do Marco Zero também vão ao encontro dos dados encontrados durante a análise das reportagens do portal, com participação cidadã acontecendo, em sua maioria (64,70%) na etapa de Pesquisa (E 2) e na forma indireta (52,94%).

O Entrevistado 4 detalhou essa participação na E 2, ocorrida de forma direta.

Eu lembro que eu recebi os planos diretores, as alterações que eles queriam fazer, o plano diretor atual, o que ia mudar ou não. Mandaram coisas de blogs para mostrar como a imprensa lá estava em cima do muro, ou mais a favor, da prefeitura (...) A gente não foi lá. Então, eles mandaram fotos (Depoimento à autora)³⁹.

³⁷ Informação concedida pelo Entrevistado 6 em entrevista realizada em 26 de fevereiro de 2025.

³⁸ Informação concedida pelo Entrevistado 5 em entrevista realizada em 22 de fevereiro de 2025.

³⁹ Informação concedida pelo Entrevistado 4 em entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2025.

O mesmo jornalista destacou, em outra reportagem produzida por ele, o papel crucial ocupado por uma cidadã nessa etapa.

E aí ela (*a cidadã*) juntou vários, ela foi que juntou vários desses estagiários. Acho que uns 10, era muita gente. E aí ela fez uma videoconferência. E vários participaram e cada um dizia uma coisa. Cada um contava uma história. E aí foi acho que uma hora e meia falando com eles. E eu peguei esses vários relatos pra fazer a matéria. Mas foi ela quem organizou esse grupo (Depoimento à autora)⁴⁰.

5.3.2 Meios de participação

Os jornalistas entrevistados foram unânimes ao relatarem que, além da participação por meio de entrevistas, os cidadãos os auxiliaram encaminhando materiais como prints de conversas realizadas em aplicativos de mensagens e de postagens em redes sociais digitais; documentos oficiais (como cartas, projetos e minutas); além de vídeos, fotos e áudios gravados por eles.

“A gente teve acesso à reunião, à gravação da reunião. A gente teve acesso ao documento que foi criado e com isso a gente pôde checar que foi o mesmo documento que a deputada tinha quase protocolado”, explicou o Entrevistado 5 (Depoimento à autora)⁴¹ ao relatar o processo de produção da reportagem por ele escrita.

No caso da reportagem escrita pelo Entrevistado 4, o material enviado não foi exposto, mas serviu para contextualizar a reportagem.

Eles mandaram, acho que, conversas de WhatsApp. Os prints, o povo dizendo que ia pagar. O povo dizendo que estava atrasado. Eu acho que eu nem usei, não. Mas eles me mostraram, mostraram o valor das bolsas. Eram esses prints com as conversas deles com as coordenadoras que não têm culpa porque são funcionários públicos e não têm como controlar isso. Então, não coloquei, lógico. Mas [*sobre*] esses atrasos, não era exatamente o print, mas quando [ele] recebeu, quando era para ter recebido, quanto recebeu, sabe? (Depoimento à autora)⁴².

No caso do Entrevistado 6, a não exposição dos materiais encaminhados ocorreu para a preservação do cidadão.

Ele me mandou, uma das fontes me mandou vídeos, inclusive depois que eu saí de lá. Essa questão da ameaça, a gente conversou bastante sobre isso porque é isso também. Muitas coisas não entram na reportagem, mas elas

⁴⁰ Informação concedida pelo Entrevistado 4 em entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2025.

⁴¹ Informação concedida pelo Entrevistado 5 em entrevista realizada em 22 de fevereiro de 2025.

⁴² Informação concedida pelo Entrevistado 4 em entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2025.

servem de contexto, servem para eu entender melhor o que acontece. Então ele me mandou trechos de vídeos em que ele era ameaçado, ele conseguiu gravar uma das ameaças que ele sofreu. Então eu consegui entender melhor o nível, a seriedade das coisas e tal, e a iminência de uma nova ameaça, então ele me mandou fotos também (Depoimento à autora)⁴³.

5.3.3 Atuação do cidadão

Além de fornecedor de informações para fundamentação e contextualização da reportagem, compartilhando os materiais elencados acima, pudemos detectar, através das entrevistas, a atuação cidadã também como:

- a) Denunciante, conforme exemplo da reportagem produzida pelo Entrevistado 9.

Foi denúncia. Alguém procurou a gente. Chegou pra (...), que era a minha editora na época. Chegou com print já. Chegou com print: 'Ó, tá tendo isso aqui, isso aqui, é ilegal, é por aí (...)' Aí fui aprofundando com fonte para entender o que era mesmo. E aí a gente foi atrás das informações dessa empresa (Depoimento à autora)⁴⁴.

- b) Fornecedor de hipóteses para a investigação. O Entrevistado 1 expôs como foi essa atuação.

Então, teve uma importância forte, assim, dessa fonte porque foi uma pessoa que eu conversei e que me deu, assim, uma irregularidade clara pra ir atrás do assunto, sabe? (...) Mas é isso que essa pessoa revelou como hipóteses da investigação, basicamente. As hipóteses de eu ir para trás e tentar provar (Depoimento à autora)⁴⁵.

- c) Indicador de fontes de informação. "Mas eu lembro de chegar com a provocação e que eles, assim, me passaram: 'olha, a gente tem detalhes, a gente tem fontes para você poder ouvir, tem representantes' (...)", relatou o Entrevistado 2 (Depoimento à autora)⁴⁶. Como exposto anteriormente, o Entrevistado 4 contou com o auxílio de uma cidadã para reunir as demais fontes de informação.

E aí ela (*a cidadã*) juntou vários, ela foi que juntou vários desses estagiários. Acho que uns 10, era muita gente. E aí ela fez uma videoconferência. E vários participaram e cada um dizia uma coisa. Cada um contava uma história. E aí foi acho que uma hora e meia falando com eles. E eu peguei esses vários

⁴³ Informação concedida pelo Entrevistado 6 em entrevista realizada em 26 de fevereiro de 2025.

⁴⁴ Informação concedida pelo Entrevistado 9 em entrevista realizada em 26 de março de 2025.

⁴⁵ Informação concedida pelo Entrevistado 1 em entrevista realizada em 29 de janeiro de 2025.

⁴⁶ Informação concedida pelo Entrevistado 2 em entrevista realizada em 30 de janeiro de 2025.

relatos pra fazer a matéria. Mas foi ela quem organizou esse grupo (Depoimento à autora)⁴⁷.

5.3.4 Dificuldades de interação com o cidadão

Ao serem questionados sobre as dificuldades na interação com o cidadão participante, a maioria dos entrevistados (90%) informou não ter havido problema na relação durante a produção das reportagens.

Segundo o Entrevistado 2, o fato de sua reportagem ter sido produzida com o auxílio de uma organização civil facilitou a interação.

Não tive (*problema*), e novamente, eu citei um outro exemplo agora, falando do meio da Amazônia, de receber coisas de pessoas ainda numa situação ainda mais extrema e mais isolada. Nesse caso, isso envolvia professores, envolvia uma instituição, envolvia pessoas, onde eu conseguia, até com mais facilidade, comprovar a veracidade do que eles estavam passando. E havia, naturalmente, uma profusão de medidas que estavam não só nessa região, mas em boa parte da região Nordeste, impedindo as pessoas de votarem (Depoimento à autora)⁴⁸.

“Quando você pergunta aqui se houve alguma dificuldade na interação com esse ator social, bom, não houve, porque quando a gente conversou com os alunos, com as pessoas do município, (...) não houve resistência nenhuma”, afirmou o Entrevistado 10 (Depoimento à autora)⁴⁹.

Apesar de relatar não ter havido problemas na interação com o cidadão durante a produção da sua reportagem, o Entrevistado 5 alertou sobre questões envolvendo interesses próprios das fontes e a conquista da confiança nessa relação.

Não é incomum você ter alguém que quer direcionar a matéria. Eu não tive, nessas duas matérias(...) eu nunca tive nenhum atrito, nada parecido com um atrito. Mas tem uma coisa que é, e talvez seja o contrário do que os estudiosos falam, tem uma coisa que eu sinto e que é muito difícil de cumprir, que é a confiança. O meu problema, quando a participação cidadã é necessária, é muito mais o (*problema*) de você conseguir que essa pessoa se sinta confiante ou em segurança o suficiente para compartilhar com você não só documentos, mas impressões; e para apoiar você nessa jornada (Depoimento à autora)⁵⁰.

Outras dificuldades na interação cidadão participante/repórter elencadas pelo Entrevistado 3 acontecem diante de casos que envolvem traumas vividos e denúncias que divergem da linha editorial do veículo de comunicação.

⁴⁷ Informação concedida pelo Entrevistado 4 em entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2025.

⁴⁸ Informação concedida pelo Entrevistado 2 em entrevista realizada em 30 de janeiro de 2025.

⁴⁹ Informação concedida pelo Entrevistado 10 em entrevista realizada em 8 de maio de 2025.

⁵⁰ Informação concedida pelo Entrevistado 5 em entrevista realizada em 22 de fevereiro de 2025.

É, tem umas vezes, às vezes a denúncia chega por terceiros e aí a pessoa que está envolvida no caso, ela não quer falar. Porque às vezes é uma situação traumática e a gente compreende. E tem isso também, *né?* Às vezes a pessoa chega com provas, com denúncias, mas são coisas que, como eu falei, fogem da nossa linha editorial. Então a gente não vai publicar tudo, *né?* E aí acho que às vezes tem essa dificuldade *das* pessoas entenderem essa coisa da linha editorial e achar que a gente está dando *menos* importância, *né?* (Depoimento à autora)⁵¹.

O único entrevistado que relatou ter encontrado dificuldades na interação explicou que o problema se deu diante do medo de exposição dos cidadãos que participaram da sua reportagem.

Eu levei um pouquinho mais de tempo para achar a fonte que trabalha no supermercado. Porque eu precisava ouvir essas pessoas sem colocá-las em risco diante do empregador delas. (...) Assim, dificilmente eu acho que eles leriam, mas a gente não pode colocar nenhuma pessoa (*em risco*). Mas (*a dificuldade*) é mais essa questão da exposição e identificação das fontes (Depoimento à autora)⁵².

5.3.5 Riscos

A segurança dos cidadãos foi citada pela maioria dos entrevistados (80%) como principal risco da participação na produção de reportagens investigativas. Para o Entrevistado 3, é dever do jornalista amenizar tais riscos e conscientizar o cidadão sobre eles.

Tem alguns casos (relatos de ameaça mesmo!) que essas pessoas sofriam. Então assim, a pessoa que escolhe se expor (porque tem muita gente que manda as provas e age como testemunha, mas não quer se expor), mas tem outras pessoas que fazem questão de colocar a cara e tudo mais. Então acho que esse risco, acho que é o mais difícil para quem tem essa participação cidadã. Que às vezes as pessoas nem estão atentas a isso, dessa questão de segurança. E eu acho que a nossa função também enquanto comunicadores é meio que falar sobre isso. E talvez, às vezes, uma fonte é muito boa, ela fala coisas muito boas, mas a gente também (tem que) fazer a escolha de talvez não usar *o aspa* dessa pessoa para preservar ela (Depoimento à autora)⁵³.

Outro jornalista entrevistado também relatou a importância do cuidado com documentos que, ao serem compartilhados no texto da reportagem, podem servir como meio para identificação da fonte.

Eu não consigo enxergar nenhum risco pra pessoa, considerando a questão da anonimidade, considerando que não teve nenhuma publicação de

⁵¹ Informação concedida pelo Entrevistado 3 em entrevista realizada em 4 de fevereiro de 2025.

⁵² Informação concedida pelo Entrevistado 7 em entrevista realizada em 6 de março de 2025.

⁵³ Informação concedida pelo Entrevistado 3 em entrevista realizada em 4 de fevereiro de 2025.

documento, de coisa que às vez es, *né*, a gente vai lá e uma pessoa que trabalha no lugar dela fala. Aí tem um problema com tirar metade do documento, saber o nível de acesso do documento, porque dependendo do documento que uma pessoa só tenha acesso ou outras pessoas que têm acesso (...) podem, de fato, trazer risco (Depoimento à autora)⁵⁴.

Segundo o Entrevistado 5, essa falta de garantia de segurança é um fator que impede a maior participação cidadã na produção de reportagens investigativas.

Então, quando a gente fala de participação cidadã, o que impede essa participação cidadã, hoje, nos últimos 5, 10 anos, talvez seja diferente de descrença na mídia. Mas o que impede efetivamente essa participação é a falta de possibilidade de garantia de segurança (...) Mas é esse processo de segurança que dificulta a participação (Depoimento à autora)⁵⁵.

Ainda sobre o quesito segurança, o Entrevistado 9 explicou que, em algumas ocasiões, a exposição dos cidadãos participantes pode acarretar na proteção deles, como no caso da reportagem produzida por ele e selecionada para análise nesta pesquisa.

Eu conversei muito com esse Ouvidor da Defensoria, qual era o risco também *pra* essas pessoas e tal. E aí, a conclusão que a gente chegava é [que] quanto maior a visibilidade *pra* eles, maior proteção eles vão ter. Então, por mim, se eles toparem *e tal*, se eles falarem *on*, eu acho que *pra* eles é até mais interessante. Então a gente tinha esse cuidado de avaliar a situação das fontes, sabe? (Depoimento à autora)⁵⁶.

No que se refere a fatores que envolvem a credibilidade do fazer jornalístico diante da participação cidadã na produção de reportagens investigativas, o Entrevistado 2 considerou a grande quantidade de dados e informações disponibilizadas pelos cidadãos e o pouco tempo que o jornalista dispõe para analisar tais dados como riscos.

Hoje em dia a gente vive cercado extremamente de tudo quanto é tipo repórter, de tudo quanto é tipo de abordagem, ainda mais nesses veículos nacionais, o volume de coisa que chega é muito grande (...) então a gente tem que ser muito seletivo. Indo mais *pra* dentro do que você perguntou, quando você abre isso *pra* fontes primárias, na ponta, que estão lá na frente *e tal*, essas ativas que você coloca, esse critério, ele acaba sendo até redobrado. Muitas vezes você recebe um e-mail, uma mensagem de alguém *e tal*, (...) você não consegue checar, não tem tempo, não sabe de quem veio *e tal*. Então, é prejudicado pela profusão de coisas que vêm, tá? Falando assim, eu posso ter até uma impressão um pouco errada, parece que chega todo dia gente querendo denunciar algo. Não é exatamente isso, mas assim, você tá tão preocupado com coisas que você tá tocando e tem a demanda do próprio veículo (Depoimento à autora)⁵⁷.

⁵⁴ Informação concedida pelo Entrevistado 1 em entrevista realizada em 29 de janeiro de 2025.

⁵⁵ Informação concedida pelo Entrevistado 5 em entrevista realizada em 22 de fevereiro de 2025.

⁵⁶ Informação concedida pelo Entrevistado 9 em entrevista realizada em 26 de março de 2025.

⁵⁷ Informação concedida pelo Entrevistado 2 em entrevista realizada em 30 de janeiro de 2025.

Já os Entrevistados 4 e 10 relataram como risco à atividade jornalística a motivação que leva o cidadão a realizar denúncias e encaminhar materiais. Eles enfatizam a necessidade cada vez maior de checagem dessas informações diante do aglomerado de dados que o jornalista recebe.

Eu sempre tenho isso em mente, se aquilo ali vai privilegiar quem, *né?* Quem aquilo ali vai privilegiar? O que é que a pessoa tem por trás de fazer aquela denúncia? Por que ela está fazendo aquela denúncia? O que ela quer? Aquilo vai trazer algum benefício para ela? Aquilo vai prejudicar alguém? Então, você tem que sempre avaliar isso e ver se realmente importa aquilo ali, (se) aquilo ali importa só para aquela pessoa, só para aquele grupo ou aquilo ali tem uma importância maior, *né?* Então sempre o principal mandamento do jornalismo continua, *né?* Fazer a apuração (Depoimento à autora)⁵⁸.

Bom, todas as informações, a gente parte do princípio, eu parto do princípio que toda fonte é interessada. Então, não existe nenhuma fonte totalmente desprovida de interesse, uma fonte que apenas queira, esteja falando, esteja denunciando em defesa do bem-estar social, enfim. Então, algum interesse existe ali por trás, seja ele mais nobre ou menos nobre, *né?* Então, acho que ter consciência disso faz com que a gente tenha mais clareza sobre a apuração, menos ingenuidade, vamos dizer assim, em relação à apuração. E aí faz com que a gente parta do princípio de que, se há interesse, então tudo que essa fonte diz precisa ser conferido, precisa ser checado, precisa ter base em dados, *né?* Precisamos ter outras versões, ouvir outras pessoas sobre esse mesmo caso, justamente para não cair no risco que é fazer uma reportagem enviesada, *né?* (Depoimento à autora)⁵⁹.

5.3.6 Benefícios

No que se refere aos benefícios que participação cidadã proporciona à atividade jornalística investigativa e à própria sociedade, diante das respostas dos entrevistados, elaboramos o quadro abaixo.

Quadro 5 – Benefícios da participação cidadã segundo entrevistados

Benefícios à atividade jornalística	Maior credibilidade ao texto e maior qualidade da informação
	Visão multiperspectiva e pluralidade de vozes
	Acesso a informações de bastidores
	Maior aprofundamento da reportagem
	Abordagem de pautas inéditas
	Maior proximidade com o fato
Benefícios à sociedade	Possibilita maior relevância dos problemas sociais

⁵⁸ Informação concedida pelo Entrevistado 4 em entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2025.

⁵⁹ Informação concedida pelo Entrevistado 10 em entrevista realizada em 08 de maio de 2025.

	Proporciona maior visibilidade da comunidade
	Transformação social

Fonte: A autora (2025).

O Entrevistado 8 afirmou que quanto maior a participação cidadã na produção de reportagens, “mais a fundo a gente consegue ir na compreensão do contexto e na produção de provas”. Para o jornalista, essa participação é fundamental “porque você qualifica mais o trabalho, você qualifica mais a informação. Estruturalmente falando, você qualifica mais o seu ofício, *né?*” (Depoimento à autora)⁶⁰.

A maior proximidade com o fato foi um benefício apontado pelo Entrevistado 2. “Eu também passo a contar com elas como uma vigia nos pontos, não, vigia, um alerta nos pontos onde elas estão. E a gente pode se falar, trocar celular, trocar contato, tudo, para poder se falar instantaneamente” (Depoimento à autora)⁶¹.

O Entrevistado 6 afirmou que a participação cidadã foi imprescindível para a própria existência da sua reportagem.

Não teria outra maneira de fazer se não fosse dessa forma, *né*, com vazamento de informação e desse áudio particularmente. Acho que um benefício evidente, assim, é acesso à informação de bastidores, *né*. Então, a solidez da apuração, *né*, fica mais forte, tendo informações desse tipo. (...) O principal pra gente é isso, *né?* Sem isso não teria tido como fazer (Depoimento à autora ⁶²).

Sobre a maior credibilidade e qualidade que essa participação cidadã enseja para a atividade jornalística, o Entrevistado 5 explicou que

é impossível o repórter olhar pra tudo e é muito difícil que qualquer repórter, por mais experiente que ele seja, consiga encontrar no meio de tanta informação, de tantas coisas, mau uso do dinheiro público ou estratégia de empresa ou relação escura entre os poderes. Essas coisas só partem de um cidadão, só podem partir de um cidadão, então pra mim é muito interessante que a sua pesquisa se desdobre sobre isso, porque sem isso não tem jornalismo investigativo de qualidade, simplesmente não tem (Depoimento à autora ⁶³).

Os entrevistados 3 e 7 elencaram os benefícios dessa participação para as comunidades envolvidas, assim como para toda a sociedade.

Muitas denúncias que tiveram algum retorno e que a própria comunidade usufruiu disso. Acho que mais uma vez, o exemplo das eólicas foi um grupo

⁶⁰ Informação concedida pelo Entrevistado 8 em entrevista realizada em 17 de março de 2025.

⁶¹ Informação concedida pelo Entrevistado 2 em entrevista realizada em 30 de janeiro de 2025.

⁶² Informação concedida pelo Entrevistado 6 em entrevista realizada em 26 de fevereiro de 2025.

⁶³ Informação concedida pelo Entrevistado 5 em entrevista realizada em 22 de fevereiro de 2025.

de mulheres que por muito tempo foram desacreditadas, mas que hoje em dia elas podem ser fruto disso. Vários territórios que foram preservados ou casas que não tinham sido indenizadas e foram. E isso é graças a elas! Então acho que o pró é você se tornar relevante dentro da sua comunidade e ser também esse lugar de confiança e credibilidade dentro da comunidade (Depoimento à autora ⁶⁴).

Mas, assim, eu acho que a gente deveria usar mais esse recurso, sabe? Acho que seria uma forma também de nos aproximarmos da audiência e de determinados grupos que se beneficiariam, que sofrem violações, que se beneficiariam de uma visibilidade maior que o jornalismo pode trazer (Depoimento à autora ⁶⁵).

5.3.7 Redes sociais digitais e participação cidadã

Todos os jornalistas entrevistados destacaram as redes sociais como meio fundamental para a participação cidadã em reportagens investigativas. Os profissionais destacaram o papel das redes como:

- a) Mecanismo de busca e comprovação de informações, utilizadas nas etapas que envolvem as etapas de Pesquisa (E 2) e Controle de Qualidade (E 4).

É que pela rede social você consegue fazer uma espécie de arqueologia, *né*? Porque você tem ali uma série de registros que (...) às vezes de algum negócio (...). Eu lembro que encontrei, por exemplo, em específico, assim, no lugar da Pixbet, ele teve até lá uns jovens que, não lembro o nome dele, mas era um parente lá do CEO, da Pixbet, falando de quando eles fundaram o Futebol Passo. Então, só de ficar pesquisando no Facebook, deu pra ver toda a história dos tempos que as pessoas postaram, as fotos, as localizações (Depoimento à autora ⁶⁶).

- b) Meio para realização de denúncias e maior aproximação com os cidadãos participantes, contemplando as etapas de Concepção (E 1) e Pesquisa (E 2) conforme relatou o Entrevistado 8.

Eu participo, enquanto jornalista, de alguns desses grupos, *né*? Então, é isso. Quando a gente vai para os territórios, a gente acaba gerando relações de amizade, *né*? Então, as pessoas nos territórios acabam nos procurando. Eu trato no plural, porque isso acontece com outros jornalistas também, *né*? Então, e aí a gente acaba sendo inserido em grupos, *né*? Isso acontece bastante. E acabam nos informando e nos procurando para dizer, olha, tem isso *daqui*, *né*? Seria interessante falar a respeito. Aí a gente vai atrás. Se tem materialidade, se tem documento (...) A questão dos documentos, das provas, aí eu aprofundo na investigação. E aí, no caso, todos os dias é isso. Como eu estou em vários grupos, todos os dias recebo. Não é que eu recebo, *né*? Está ali a discussão nos grupos. Às vezes, vem informações mais bilaterais, *né*? Mas de pessoas que estão naqueles grupos. Tipo, 'ó, (...) estão discutindo isso no grupo, você não se interessa, *né*? Quando a pessoa tem

⁶⁴ Informação concedida pelo Entrevistado 3 em entrevista realizada em 04 de fevereiro de 2025.

⁶⁵ Informação concedida pelo Entrevistado 7 em entrevista realizada em 06 de março de 2025.

⁶⁶ Informação concedida pelo Entrevistado 1 em entrevista realizada em 29 de janeiro de 2025.

um interesse de que eu vá mais específico, a fundo, mais especificamente no assunto, ela costuma me procurar. Ela pode me perguntar bilateralmente. Mas participar desses grupos de discussão de *WhatsApp*, é mais estratégico, isso pra mim (Depoimento à autora ⁶⁷).

c) Meio que pode oferecer direcionamento para reportagens, na etapa de Pesquisa (E 2).

Sempre eu vou pesquisar um assunto no Twitter para ver o que as pessoas estão discutindo. Aí ali você encontra também alguns personagens, enfim, fontes e dá também alguns ângulos no aporte, consiga alguns ângulos novos para a matéria. Eu acho bom, porque é isso. Aí essa forma de participação, meio que involuntária, aí depois fica voluntária. As pessoas estão só ali desabafando ou fazendo as críticas delas nas redes sociais. Isso serve como material para a gente também, *né*? Não só para pensar a pauta, mas para construir a matéria ao longo da apuração (Depoimento à autora ⁶⁸).

d) Meio de difusão e defesa das reportagens, contemplando a etapa de Publicação (E 5).

Eu diria que em veículos não hegemônicos esse é um processo essencial porque a gente (mas aí é uma *treta*, que é a lógica das redes), é como a gente consegue alcançar as pessoas. E nesse momento tem um papel essencial de defesa da reportagem (...). Mas esse processo nem sempre parte da gente, às vezes ele é um processo natural, parte das pessoas, mas o processo de defesa da matéria, ele existe no cidadão (Depoimento à autora ⁶⁹).

Alguns dos entrevistados também elencaram preocupações que envolvem a relação entre redes sociais digitais e o trabalho jornalístico. Para o Entrevistado 3, um dos desafios é manter o padrão de qualidade do veículo de comunicação diante da influência de assuntos que, apesar de ganharem repercussão nas redes, divergem da linha editorial do portal.

Então assim, pra gente a rede social é fundamental nessa questão de indicação de pauta, *né*. E também, hoje em dia, a rede social ela pauta muito o que a gente vai falar, mas assim, acho que precisa ter um trabalho editorial muito firme pra gente também não cair na armadilha de pegar o assunto do momento, o que vai gerar clique, e não acabar fazendo coisas rasas, assim, sabe. Eu acho que essa é uma preocupação que a gente sempre tenta ter, assim, na Marco Zero, que é usar as pautas, usar o que tá sendo pautado pela rede social, mas ter o nosso foco *no nosso*, na nossa linha editorial, nos nossos objetivos muito bem marcados, pra não cair nessa armadilha também de só fazer jornalismo por clique, *né*, que é justamente o que a gente não quer (Depoimento à autora ⁷⁰).

⁶⁷ Informação concedida pelo Entrevistado 8 em entrevista realizada em 17 de março de 2025.

⁶⁸ Informação concedida pelo Entrevistado 9 em entrevista realizada em 26 de março de 2025.

⁶⁹ Informação concedida pelo Entrevistado 5 em entrevista realizada em 22 de fevereiro de 2025.

⁷⁰ Informação concedida pelo Entrevistado 3 em entrevista realizada em 4 de fevereiro de 2025.

Já o Entrevistado 7 ressaltou uma preocupação com a exposição do jornalista nas redes sociais, diante das repercussões do trabalho jornalístico investigativo, assim como a necessidade de apuração das informações obtidas por meio das redes.

Hoje em dia, dificilmente você vai usar o telefone para falar com uma fonte. Então, esse primeiro contato, em geral, ele é feito ou pelo WhatsApp ou por uma rede social, principalmente pelo WhatsApp. Então, sei lá, se aquela pessoa não gosta do que você escreveu sobre ela, de repente, ela tem ali o seu telefone, tem a sua foto. Mas, volto a dizer, é algo que qualquer pessoa tem. Então, eu acho que a gente vive, a gente vivencia o nosso cotidiano profissional com uma tensão muito grande, sabe? Isso tem se espelhado, assim, num excesso de cuidado com a apuração, sabe? Então, buscar o maior número de dados, um conjunto robusto ali de evidências, de relatos e tudo mais. E, obviamente, ouvir as partes, né? Para já meio que me blindar do que pode vir. Então, é assim. Nada fácil (Depoimento à autora)⁷¹.

Nenhum dos entrevistados afirmou temer o risco do fim da atividade jornalística diante da veiculação de informações via redes sociais digitais e da participação cidadã no processo de produção de reportagens. O Entrevistado 5 foi enfático ao apresentar as diferenças entre o papel do jornalismo e do cidadão que compartilha conteúdos nas redes sociais.

Primeiro, uma pessoa que tem uma informação muito boa, que seria muito bem trabalhada na mão do jornalista, e que simplesmente publica ela ao invés de (...) entregar ela pra um jornalista entender que essa foi a sua parte e que o jornalista vai poder desenvolver um trabalho a partir daquilo. É meio triste sim, mas nada impede também que você pegue aquela informação (a não ser que ela seja todo o conteúdo) e trabalhe em cima dela, uma vez que a informação agora foi publicada (...), não é uma matéria. Mesmo que você publique isso no jornal, isso não é uma matéria se você não seguiu [as normas do jornalismo] (...). Menos pela competição que isso gera comigo, com a redação, e mais porque eu não consigo considerar isso uma competição e eu nem consigo ficar pronto no lance de competir por isso, porque a gente não está fazendo a mesma coisa, você não passa prestando ao mínimo (...). Então a gente não está competindo nem no mesmo lugar. A gente não está fazendo a mesma coisa (Depoimento à autora ⁷²).

Para o Entrevistado 8, os cidadãos podem colaborar no processo de construção da reportagem, porém há atividades que são de responsabilidade exclusiva dos jornalistas. “Elas [as fontes ativas] podem dizer, podem apontar caminhos. É óbvio que elas não vão fazer o meu trabalho nesse sentido, porque eu organizo a apuração, (...), eu hierarquizo prioridades, documentos, de cronogramas, de roteiros, etc.” (Depoimento à autora ⁷³).

⁷¹ Informação concedida pelo Entrevistado 7 em entrevista realizada em 6 de março de 2025.

⁷² Informação concedida pelo Entrevistado 5 em entrevista realizada em 22 de fevereiro de 2025.

⁷³ Informação concedida pelo Entrevistado 8 em entrevista realizada em 17 de março de 2025.

5.3.8 Avaliação

Os jornalistas também foram unânimes ao avaliarem a participação cidadã de forma positiva. Segundo o Entrevistado 10, essa participação é essencial para o maior equilíbrio entre as fontes da estrutura de poder e as fontes comuns.

Eu nunca fiz uma reportagem (...) que dependesse apenas de dados, números, fontes oficiais, *né?* Pelo contrário, eu até digo assim que eu não tenho fontes oficiais. Assim, eu não tenho fonte de poder, gente que tenha um cargo grande, que tem informação do governo, eu não tenho essas fontes. As minhas fontes são pessoas comuns, *né?* É um funcionário que *tá* insatisfeito com seu patrão, *né?* É uma mulher que *tá* insatisfeita com o processo judicial que ela *tá* sofrendo, *né?* (...) Então minhas fontes são sempre [as] que têm menos poder, *né?* E pra mim é essencial (Depoimento à autora ⁷⁴).

Já o Entrevistado 2 afirmou que o jornalismo baseado na participação cidadã é fundamental para o jornalismo de qualidade.

É extremamente positiva, inexorável a um jornalismo decente, bom, [a] um jornalismo engajado. Na hora que ele virar as costas para isso daí, já *foi dar* tudo errado. Na hora que um repórter vira as costas para esse jornalismo ativo, cidadão, ele está errado em tudo. Porque ele esquece que ele faz o jornalismo para esse cara. Que ele não escreve para o professor de imprensa, ele não escreve para a fonte que ele está entrevistando, ele não escreve para ele, nem para o patrão dele. Ele escreve para essa pessoa (Depoimento à autora ⁷⁵).

Na avaliação do Entrevistado 7, a participação cidadã no jornalismo investigativo ainda é baixa, porém, romper algumas barreiras do jornalismo convencional é fundamental para mudar essa realidade.

Não é um consenso classificar o que é investigativo ou não, *né?* A rigor, tudo que a gente faz deveria ser investigativo, mas dentro dessa categoria, dessa convenção de jornalismo investigativo, eu acho que a gente usa muito pouco esse recurso de ouvir as pessoas, de trazê-las para o processo. E eu acho que a gente ganharia muito com isso, sabe? Mas entendo que isso faz parte de um processo, assim, de julgamento das redações e de mudança na dinâmica do nosso trabalho. Acho que, infelizmente, isso é de difícil reversão. Esse é um ponto. E o segundo ponto, eu acho que também nós jornalistas, muitas vezes a gente faz parte de uma certa bolha, tem um perfil comum de jornalistas que estão atuando em redação e que há uma certa dificuldade de sair dessa bolha, entende? E justamente buscar o encontro com o outro, com o outro que está vivendo uma outra realidade diferente de você (...). Eu sou uma pessoa, para mim, é muito difícil, porque eu não gosto desse jornalismo de gabinete. Eu sou uma pessoa da rua. Então, estar fazendo trabalho aqui, atrás do computador, eu sei que é irreversível, eu sei que é relevante essa fase da pesquisa, do levantamento de dados, eu gosto dessa fase, mas eu acho que a gente perde muito quando se fecha dentro dos nossos próprios

⁷⁴ Informação concedida pelo Entrevistado 10 em entrevista realizada em 8 de maio de 2025.

⁷⁵ Informação concedida pelo Entrevistado 2 em entrevista realizada em 30 de janeiro de 2025.

mundos e das nossas próprias bolhas. Eu entendo que, para o jornalista, de um modo geral, investigativo ou não, essa experiência é concreta, de encontro, encontro das realidades, e isso você não faz virtualmente. Ela é muito importante, sabe? Muito importante, inclusive, para você descobrir novas histórias. (Depoimento à autora ⁷⁶).

Ainda de acordo com o jornalista entrevistado, a falta de recursos financeiros dificulta ainda mais a prática do jornalismo investigativo baseado na participação cidadã.

E, claro, aí você pode falar, mas tem questões de dinheiro, de dificuldade de financiamento, dificuldade de financiamento para você viajar. E esse tipo de proposta envolve gastos maiores do que você, sabe, ficar falando aqui pelo telefone e buscar três ou quatro personagens e olhe lá (...). E eu acho que a gente perde muito com isso, mas não tem dinheiro, jornalismo é uma atividade deficitária. Complicado, assim. Um dia, talvez, a gente tenha um fundo, sabe? Com vários dinheiros ali, sem que haja um controle editorial em troca, e aí... talvez a gente tenha, mas hoje em dia eu acho difícil. Embora a gente veja muitas iniciativas interessantes desses veículos. Financiamento, né? (...). Então, não ter uma estabilidade, uma perspectiva de médio e longo prazo, que a gente nunca teve, na verdade (Depoimento à autora ⁷⁷).

O Entrevistado 1 considerou que incentivar iniciativas de participação cidadã é uma necessidade diante da crise de credibilidade do jornalismo.

Eu acho, assim, eu acho maravilhosamente positiva. Eu acho que as pessoas têm que encontrar meios para as pessoas confiarem mais nas pessoas e nos enviarem mais denúncias. Eu acho que o *crowdsourcing* é bem importante. Eu mesmo, pessoalmente, tenho pensado em como melhorar isso no nosso país porque eu tenho a sensação de que as pessoas se afastaram um pouco dos veículos. Então elas deixam de mandar denúncias, elas não têm mais uma relação com a mídia (...). Porque depende muito da confiança de que uma pessoa tem veículo, no jornalista e tudo mais. E... Ah, muito se fala de crise, de credibilidade, não sei o que, e tal. Incentivar a participação cidadã envolve melhorar essa questão da credibilidade (Depoimento à autora ⁷⁸).

Finalizada a exposição dos dados obtidos por meio das entrevistas, apresentaremos, a seguir, algumas reflexões importantes considerando as formações discursivas abordadas e demais aspectos da produção das reportagens.

5.3.9 Algumas reflexões sobre as entrevistas

A realização das entrevistas com os jornalistas dos portais nos permitiu, além da confirmação dos dados obtidos durante a análise das reportagens, a

⁷⁶ Informação concedida pelo Entrevistado 7 em entrevista realizada em 06 de março de 2025.

⁷⁷ Informação concedida pelo Entrevistado 7 em entrevista realizada em 06 de março de 2025.

⁷⁸ Informação concedida pelo Entrevistado 1 em entrevista realizada em 29 de janeiro de 2025.

contextualização e a expansão desses resultados, sendo de grande relevância para este estudo.

Se relacionarmos os dados referentes à participação cidadã na etapa de produção das reportagens (FD1) com os resultados da FD 5 (que abordou os riscos que a participação cidadã pode trazer à atividade profissional), podemos inferir que, no caso dessa pesquisa, a confirmação de maior participação na Etapa de Pesquisa (E 2) e na forma indireta, sem desconsiderar a questão da própria disposição do cidadão para participar ativamente do processo de produção das reportagens, pode ser reflexo do receio dos jornalistas em relação à credibilidade das informações disponibilizadas pelo cidadão de forma direta. Dessa forma, o cidadão não consegue atuar como fonte ativa descrita por Alves (2019) e sua participação se limita à interatividade participativa abordada por Masip *et al.* (2015).

Já a participação significativa (33,33%) na etapa E 1 (Concepção) pode estar associada aos registros de atuação do cidadão como denunciante (segundo os dados obtidos por meio da FD 3), o que ressalta a importância dessa participação para a consolidação do papel do jornalismo investigativo de expor transgressões e realizar cobrança das atividades dos detentores de poder (Waisbord, 2006; Starkman, 2014). Corroboram, ainda, essa questão, as afirmações dos jornalistas referentes aos benefícios (FD 6) trazidos pela participação cidadã. Por meio de sua atuação como denunciante o cidadão possibilita, por exemplo, o acesso a informações de bastidores e a maior relevância e exposição de problemas sociais.

A etapa de Controle de Qualidade (E 4) também foi citada por alguns jornalistas como fase em que houve participação cidadã. Destaca-se, porém, diante do baixo percentual de participação cidadã nessa fase (5,10%), que os jornalistas entrevistados optaram pela utilização de outros tipos de fontes para a realização de procedimentos de verificação e checagem das informações. Mais uma vez, a preocupação com a credibilidade do trabalho jornalístico pode ter influenciado essa baixa atuação cidadã.

Durante as entrevistas, foi possível expandir os resultados da análise das reportagens em relação à participação cidadã nas demais etapas de produção de uma reportagem investigativa. A etapa de Organização e Redação (E 3) foi considerada pela maioria dos entrevistados como um processo mais solitário do jornalista, em que ele não abre mão de deixar a sua marca individual, expressar suas convicções e utilizar as técnicas profissionais na elaboração dos textos. A segurança foi exposto

como único fator que fez com que um dos jornalistas inserisse o cidadão como participante nessa etapa.

A preocupação com a segurança dos cidadãos também foi citada como um dos fatores que ensejou limitada participação cidadã na etapa de Publicação (E 5). Nesse caso, ela ocorreu no sentido de verificação, por parte de cidadãos, de informações que ao serem publicadas pelo jornalista, poderiam colocar sua vida em risco. Importante destacar ainda, em relação a essa etapa, que poucos profissionais se atentaram à atuação do cidadão como defensor e divulgador dos textos jornalísticos, principalmente por meio das redes sociais digitais. Cabe salientar que, diante da utilização de roteiro semiestruturado, os jornalistas entrevistados ficaram à vontade para expressar suas opiniões e que todos receberam explicações sobre as definições de cada fase de produção da reportagem. Acreditamos que esse dado pode ser justificado pela falta de percepção de uma possível atuação do cidadão para além de sua colaboração no processo que envolve as quatro primeiras fases, tendo em vista a ocorrência significativa do processo de convergência midiática e a cultura de participação abordados anteriormente (Jenkins, 2008).

O envio de informações prevaleceu como principal forma de participação cidadã elencada pelos jornalistas entrevistados. E, para além de denunciante ou fornecedores de informações ou de defensores e divulgadores do trabalho jornalístico, alguns profissionais destacaram a atuação dos cidadãos como fornecedores de hipóteses para as investigações jornalísticas e indicadores de fontes de informação. Sobre o fornecimento de hipóteses para a investigação, cabe-se destacar que Moura (2007), Merino (2002) e Hunter *et al.* (2013) consideram essa função como cerne do método investigativo, onde o jornalista (nesse caso auxiliado pelo cidadão) cria suposições provisórias sobre um fato e, ao longo de sua investigação, as refuta ou confirma. Há, ainda, a percepção de iniciativas de *crowdsourcing* quando, o cidadão auxilia o jornalista na apuração dos fatos por meio da indicação de fontes (Prado e Anjos, 2016; Frias e Lima, 2013).

No tocante às dificuldades que poderiam ser encontradas nessa relação cidadão participante – jornalista, apesar de não serem relatadas no caso das reportagens selecionadas para essa pesquisa, os entrevistados mencionaram que, ao longo de suas jornadas profissionais, já aconteceram momentos de tensão envolvendo esse trabalho conjunto, principalmente no quesito confiança mútua. Para o cidadão, confiar no jornalista é um grande desafio diante de dos riscos que envolvem

a atividade jornalística investigativa. Dessa forma, conforme Starkaman (2014) e Fortes (2012), é imprescindível ao jornalista estabelecer uma relação de honestidade e responsabilidade com suas fontes, minimizando possíveis riscos e agindo visando garantir maior segurança dessas fontes, como por exemplo, por meio da utilização do *off*. Por outro lado, as preocupações de Meditsch (2017) e Nascimento (2016) refletem os riscos de manipulação a qual o jornalismo, incluindo o investigativo, está sujeito. Os entrevistados dessa pesquisa, por exemplo, elencaram receios em relação às intenções dos cidadãos ao realizarem denúncias. De toda forma, cientes dessas questões, os mesmos jornalistas possuem a convicção da necessidade de checagem e verificação de todas as informações recebidas.

Como visto, a segurança dos cidadãos predominou como principal risco elencado pelos entrevistados, diante da possível identificação das fontes e das represálias que elas poderiam sofrer. A mesma preocupação não ocorre quanto à segurança do próprio jornalista. Apenas um profissional citou o tema ao mencionar as consequências da repercussão do seu trabalho, principalmente diante da exposição via redes sociais digitais. Percebe-se, desta forma, a necessidade de atualização nos procedimentos técnicos e debates acadêmicos sobre a segurança do jornalista também nesse contexto de disseminação das redes sociais digitais, expandido os cuidados elencados por Fortes (2012) e Nascimento (2016) e englobando questões como *stalking* e *haters*.

Os entrevistados elencaram como principais benefícios da participação cidadã na produção de reportagens investigativas além do acesso a informações de bastidores e a pautas inéditas, a possibilidade de maior aprofundamento e proximidade com o fato investigado. Starkman (2014) considera que essa aproximação com o público e com o fato colabora com a função educadora (Meditsch, 2017) do jornalismo investigativo ao explicar e contextualizar problemas sociais mais complexos. Sobre essa questão, os jornalistas ainda relataram que a participação cidadã permite que tais problemas sejam tratados com maior relevância, sendo um importante passo para a transformação social. Tudo isso reflete o que Gans (2003) aborda ao tratar sobre o jornalismo multiperspectivo, uma vez que o jornalismo investigativo acaba abrindo espaço para uma cobertura mais horizontal, abrangendo pontos de vistas muitas vezes não representados e proporcionando maior pluralidade de vozes. Importante destacar, ainda, o que nos apresenta Habermas (1997) sobre o

papel do jornalismo investigativo na inserção de temas negligenciados pelos detentores de poder na agenda política, por meio da mobilização social.

Por meio das entrevistas foi possível confirmar a interferência que o fator credibilidade enseja na participação cidadã em reportagens investigativas. Conforme sugerido durante a análise dos textos jornalísticos, a grande quantidade de informações disponibilizadas pelos cidadãos aliada ao pouco tempo⁷⁹ disponível para a checagem desses dados pelos jornalistas é considerada como um risco para a credibilidade jornalística. Como bem aborda Ross (2006) e Gans (1979), o cidadão comum não possui a confiabilidade de uma fonte oficial e, diante da responsabilidade que enseja uma reportagem investigativa (considerando as suas consequências sociais), os jornalistas precisam dedicar maior tempo à checagem dessas informações. Por outro lado, os jornalistas que apontam esse risco são os mesmos que consideram a participação cidadã responsável por proporcionar maior qualidade do fazer jornalístico, podendo auxiliar na minimização da crise de credibilidade da atividade. Dessa forma, por meio das entrevistas, pudemos perceber certos receios que a participação cidadã ainda causa nos profissionais, conforme inferem Masip *et al.* (2015).

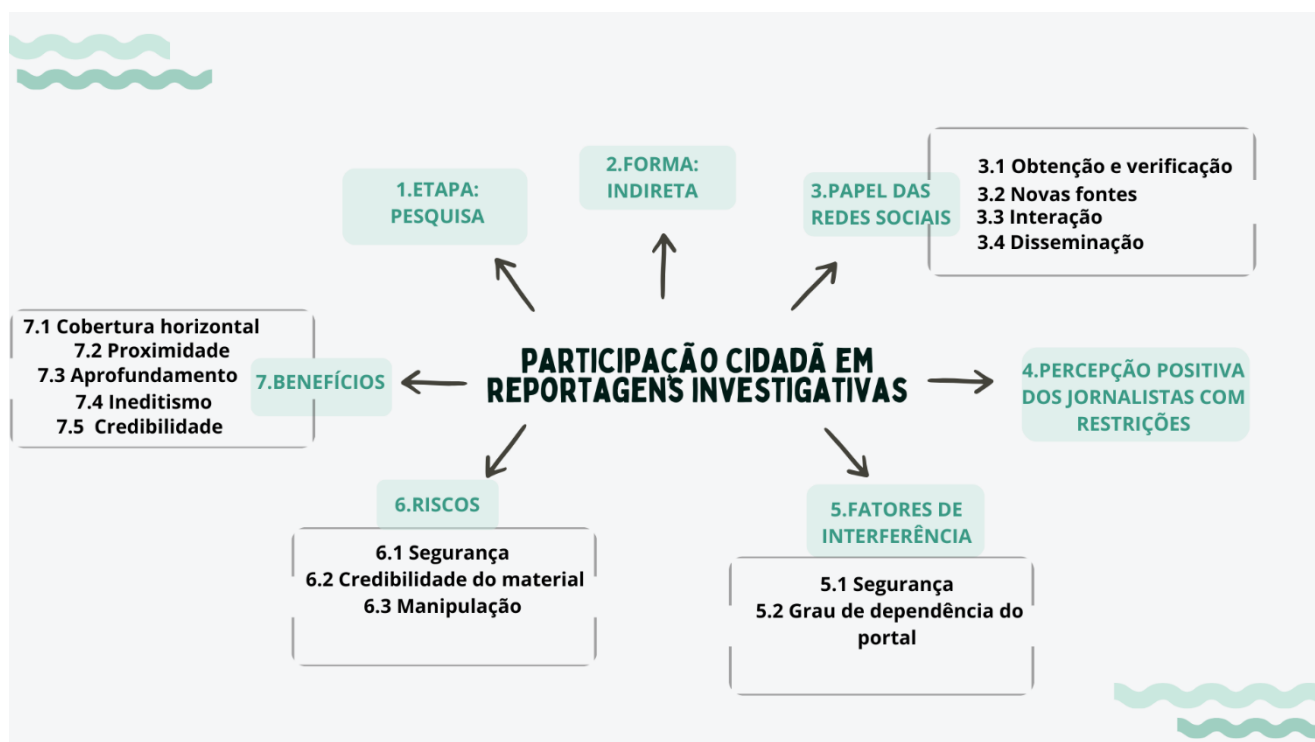
As abordagens referentes ao papel das redes sociais digitais no contexto de participação cidadã nos permitiram confirmar ainda constante atuação do jornalista investigativo como *gatewatcher* (Bruns, 2011), servindo, tais redes, como instrumentos de termômetro da investigação em curso (Sousa, 2021) e de direcionamento das reportagens. Ainda assim, os jornalistas entrevistados se preocupam com a qualidade das informações disponibilizadas via redes sociais digitais e, mais uma vez, remetem à necessidade de apuração desses dados.

De forma geral, a avaliação positiva dos entrevistados em relação à participação cidadã é refletida na não percepção do cidadão participante como ameaça à atividade jornalística. Assim sendo, os participantes dessa pesquisa concordam com Pereira Júnior, Rocha e Siqueira (2010) e Masip *et al.* (2015) ao afirmarem que, apesar da colaboração cidadã, há atividades específicas que compete apenas ao profissional da área – que possui valores éticos e função social definidos.

⁷⁹ Cabe-se destacar que os próprios jornalistas entrevistados consideram o tempo para conclusão de uma reportagem investigativa curto diante da quantidade de informações disponibilizadas e do grau de necessidade de checagem desses dados.

Finalizando essa seção, apresentamos, por meio de um mapa mental, os principais resultados obtidos por meio da análise das reportagens e das entrevistas.

Figura 4 – Características da participação cidadã em reportagens investigativas



Fonte: A autora (2025).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação cada vez mais ativa dos cidadãos no processo de produção de reportagens motivou este trabalho, com o intuito de possibilitar uma compreensão dessa participação cidadã no contexto de elaboração de reportagens investigativas, tendo em vista as especificidades que englobam essa vertente do jornalismo. Nosso conceito de participação cidadã engloba o envolvimento do cidadão nas etapas do processo de produção de notícias, por meio do acesso às novas tecnologias e da interação com os repórteres, acontecendo para além do que propõem as iniciativas de Jornalismo Cívico, podendo, inclusive, extrapolar a simples colaboração do cidadão como fonte de informação.

Por meio dessa pesquisa, constatamos que, no jornalismo investigativo, a participação cidadã ocorre, majoritariamente, na etapa de Pesquisa, ou seja, na fase em o jornalista recorre às fontes para fundamentar a sua reportagem. A recorrente participação cidadã nessa etapa contribui para o aprofundamento das temáticas abordadas e para a prática de um jornalismo multiperspectivo, dando visibilidade às camadas sociais muitas vezes silenciadas pelos *media* noticiosos. A pouca participação cidadã detectada na etapa de Concepção (fase inicial da reportagem), indica que o cidadão ainda se sente temeroso a encaminhar denúncias, principalmente quando se trata de veículos considerados independentes. No caso, do Estado de S. Paulo, portal pertencente à grande mídia hegemônica em que foi observada maior participação nessa etapa inicial, podemos inferir que a sua relevância no cenário nacional e a credibilidade conquistada ao longo de 150 anos de atuação transmitem maior segurança ao cidadão, contribuindo para uma maior participação na concepção de reportagens investigativas. Nas etapas posteriores, como as de Organização e Redação (edição), Controle de Qualidade (checagem), e Publicação a participação cidadã pode ser considerada rara, com atividades ainda restritas aos profissionais da área.

Apesar da constatação da participação nas reportagens investigativas analisadas, o cidadão não consegue, ainda, atuar como fonte ativa num processo de produção interativa, criando seus próprios registros e compartilhando sua visão particular sobre os assuntos abordados nas reportagens, num trabalho criativo conjunto com o jornalista. A prevalência da forma indireta de participação nos indica que, no jornalismo investigativo, a participação cidadã é limitada, ou seja, o cidadão é

coadjuvante no processo de produção de reportagens. Porém, há de se considerar, nessa seara, alguns avanços como a prática crescente de iniciativas de *crowdsourcing*, por meio da indicação de fontes, quando o cidadão participa de uma integração de sistemas e práticas que estimulam e potencializam o processo de apuração dos fatos, assim como a participação por meio do fornecimento de pressupostos para as investigações jornalísticas, principalmente nos veículos independentes.

As redes sociais digitais mostraram-se instrumentos essenciais para essa participação, sendo utilizadas pelos jornalistas para obter e verificar informações repassadas, interagir com os cidadãos participantes, buscar novas fontes, disseminar e defender os conteúdos das reportagens. Esse universo digital proporciona ainda, ao jornalista, principalmente por meio do monitoramento dos debates públicos, a possibilidade de utilizá-los a fim de pautar e direcionar o seu trabalho investigativo, atuando, dessa forma, como *gatewatcher*.

Dentre os fatores institucionais que interferem na participação cidadã em reportagens investigativas, têm-se: o grau de independência editorial do veículo de comunicação, a sua natureza (se comercial ou sem fins lucrativos), a sua cultura organizacional e a instauração de políticas internas de segurança (para o cidadão que colabora) e verificação das informações fornecidas. Diante desse fato, o portal O Estado de S. Paulo apresentou menor índice de participação cidadã em suas reportagens investigativas. Aspectos como a prioridade do uso de fontes oficiais e de especialistas nos textos e a dedicação não exclusiva dos profissionais ao jornalismo investigativo podem estar entre as causas dessa baixa participação. Já os portais independentes *The Intercept* Brasil e Marco Zero dedicam-se de forma exclusiva à prática de um jornalismo mais amplo, voltado à promoção e ampliação de debates públicos sobre temas sociais, além de proporcionarem ao cidadão maior garantia de segurança, possibilitando maior facilidade e incentivo à participação cidadã.

Se por um lado, essa participação é compreendida de forma positiva pelos jornalistas, ampliando a qualidade do trabalho realizado (por meio do acesso a informações inéditas, maior aprofundamento e proximidade com o fato investigado e a realização de uma cobertura mais horizontal), ela requer uma maior preocupação com a credibilidade do conteúdo compartilhado pelo cidadão participante. Assim sendo, ressalta-se a necessidade maior de checagem desse material tendo em vista as implicações sociais que uma reportagem investigativa enseja. Dessa forma, o fator

credibilidade é compreendido, pelos jornalistas investigativos, como preocupação recorrente e como consequência positiva da participação cidadã. A credibilidade também é evidenciada diante do contrato de comunicação estabelecido entre o veículo a qual o jornalista pertence e a sociedade. No que concerne à segurança, para os profissionais, o medo de possíveis retaliações que os cidadãos podem sofrer diante da repercussão desse tipo de reportagem reprimem a participação. Como meio de minimizar tal problema, os jornalistas recorrem à garantia de sigilo de suas fontes e procuram alertar os cidadãos sobre os possíveis riscos desse processo. Tal fato evidencia a responsabilidade social dos jornalistas com os cidadãos.

Por meio dessa pesquisa, pudemos depreender, de forma geral, que os jornalistas investigativos compreendem a participação cidadã de forma positiva, tendo em vista os benefícios que essa participação proporciona. Porém, eles tendem a resguardar algumas atividades encaradas como restritas aos profissionais da área, como a fase de organização e redação dos textos jornalísticos. De forma semelhante, os jornalistas percebem a necessidade de uma supervisão dessa participação cidadã, enfatizando processos rigorosos de apuração e checagem das atividades desempenhadas pelo cidadão na produção de reportagens investigativas.

O baixo índice de participação cidadã apresentado pelo portal Estadão (e, conseqüentemente, o número restrito de reportagens analisadas e de jornalistas entrevistados), apesar de ser um dado relevante, pode ser considerado uma limitação (decorrente do próprio veículo e não dessa pesquisa), principalmente no que concerne à identificação das etapas em que a participação cidadã ocorre. Da mesma forma, configura-se como entrave a pouca disponibilidade dos jornalistas dos outros dois portais para a realização de entrevistas.

Tendo em vista que a compreensão da participação cidadã em reportagens investigativas extrapola a produção de textos jornalísticos e a percepção dos profissionais jornalistas, nossa proposta é ampliar, em trabalhos futuros, as discussões iniciadas nessa pesquisa, englobando outros veículos de comunicação e os demais atores envolvidos nesse processo, como os próprios cidadãos e os gestores dos *media*. Esperamos, ainda, que esse trabalho seja um meio incentivador para os demais pesquisadores da área, a fim de fortalecer e expandir os debates acadêmicos referentes ao jornalismo investigativo.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

AGRIPINO-RAMOS, Érika Bruna. A Arte de Contar o Outro: Recursos do Jornalismo Literário na Construção da Reportagem-Perfil “O Nascimento de Joicy”. XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. **Anais...** Caruaru – PE, 2016. Disponível em: [https://portalintercom.org.br/anais/nordestE 2016/resumos/R52-1769-1.pdf](https://portalintercom.org.br/anais/nordestE%202016/resumos/R52-1769-1.pdf) Acesso em: 25.dez.2024.

AGUIAR, Leonel Azevedo. O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias. **Alceu**, v. 7, p. 73-84, 2006. http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu_n13_Aguiar.pdf. Acesso em 22.jul.2022.

ALVES, Kellyanne Carvalho. Audiências ativas no Brasil e Espanha: telejornalismo e colaboração. 357 f. **Tese (Doutorado)** - Curso de Comunicação, Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

ARAÚJO, P. P. A. de. Jornalismo em redes sociais: análise de perfis jornalísticos paraibanos no feed do instagram. 129f. **Dissertação (Mestrado)** – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – 2023.

AUCOIN, J. **The evolution of American investigative journalism**. University of Missouri Press, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARBOSA, M. Público: uma noção como processo histórico. In: **Ciberlegenda**, n. 4, 2001. <http://www.uff.br/mestcii/marial4.htm>. Acesso em 4.jul. 2024.

BARCELLOS, C. **Rota 66: A História da Polícia que Mata**. Editora Record. 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 1977.

BARROS FILHO, C. **Ética na comunicação**. São Paulo: Summus, 2003.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In: BAUER, M. W.; GASKELL (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERNAYS, E. **Propaganda**, New York: Horace Liveright, 1928.

BENETTI, M. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BREED, W. Controle social na redação. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, N. (org) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

BRUNS, A. Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o Jornalismo. **Brazilian journalism research**, v. 7, n. 2, p. 119–140, 2011. DOI: 10.25200/BJR.v7n2.2011.342. <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/342> Acesso em: 22.jun.2024.

BURGH, H. (Org). **Jornalismo Investigativo**: contexto e prática. São Paulo: Roca, 2008.

CANAVILHAS, J. O novo ecossistema mediático. **Revista Index Comunicación**, 2010. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-o-novo-ecossistema-mediatico.pdf>. Acesso em 10.dez.2022.

CARLÓN, Mario. **Circulación del sentido y construcción de colectivos** : en una sociedade hipermediatizada. San Luis: Nueva Editorial Universitaria - UNSL, 2020.

CARPENTIER, Nico. Differentiating between access, interaction and participation. **Conjunctions**, v. 2, n. 2, p. 7-28, 2015.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

CASTRO, R. & ROCHA, H. C. L. Comunicação, Ideologia e Ciência: questões epistemológicas e metodológicas. **Estudos em Comunicação**, n. 21. 2015. <http://ec.ubi.pt/ec/21/pdf/ec-21-07.pdf>

CHALABY, Jean K. Journalism as an Anglo-American invention: a comparison of the development of French and Anglo-American journalism, 1830s-1920s. **European journal of communication**, v. 11, n. 3, p. 303-326, 1996.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. Summus Editorial, 1994.

_____. **Jornalismo**: linguagem e espaço público dos conflitos da atualidade. São Paulo, 2009.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHRISTOFOLETTI, R. O caso do brasil: Valores, códigos de ética e novos regramentos para o jornalismo nas redes sociais. **Cuadernos de Información**, Núm. 29, 2011, pp. 25-34. <https://www.redalyc.org/pdf/971/97122694003.pdf> Acesso em 11.jun.2023.

_____. Preocupações éticas no jornalismo feito por não-jornalistas. **Comunicação e Sociedade**, v. 25, p. 267-277, 2014. <https://revistacomsoc.pt/article/view/883> Acesso em: 11.jun.2023.

COELHO, P. Novas Fronteiras do Jornalismo de Investigação: Do Lobo Solitário à Alcateia. **Comunicação e sociedade**, (44), 1-18, 2023. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cs/10023> Acesso em 10.out.2024.

COELLO, J. M. de P. 'Periodismo de investigación: las cinco fases P', **Revista Latina de Comunicación Social**, 1998 (9), pp. 99–110.

COLEMAN, R. Os antecedentes intelectuais do jornalismo público. In: TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p.59 73.

CORNU, D. **Jornalismo e Verdade**. Ginebre. Labor et Fides, 1994.

CORREIA, J. C. **A Teoria da Comunicação de Alfred Schutz**. Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

_____. **O admirável mundo das notícias: teorias e métodos**. Lisboa: LabCom Books, 2011.

COSTA, R. M. B.; CARVALHO, C. P. Jornalismo e redes sociais: novas práticas e reconfigurações. **Comunicação & Informação**, v. 24, 2021.

DEWEY, J. **The Public and Its Problems**. Chicago: Swallow, 1927.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

EPSTEIN, I. Ciência, poder e comunicação. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

ESPIRITUSANTO, O.; RODRÍGUEZ, P. G. **Periodismo Ciudadano**: evolución positiva de la comunicación. Madrid: Fundación Telefónica, 2011.

ESTEVES, J. P. **Espaço público e democracia**: Comunicação, processo de sentido e identidade social. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, A.; SHALDERS, A. & e WETERMAN, D. Cidade baiana contratou show de Gustavo Lima por R\$ 704 mil e prefeita diz que realiza sonho. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01. jun.2022. <https://www.estadao.com.br/politica/cidade-baiana-contratou-gustavo-lima-mesmo-sem-ter-dinheiro-para-atingidos-pelas-chuvas/>

FORTES, L. **Jornalismo investigativo**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

FRANCISCO, G. Jornalismo investigativo na internet financiado e pautado pelo leitor: o caso do Reportagem Pública 2017. **Dissertação** (Mestrado em Ciências da Comunicação), Universidade Fernando Pessoa. Porto - Portugal, 2019. <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/8461> .

FRIAS, P.; LIMA, H. Crowdsourcing e as regras do trabalho diário online. O projeto P3 tem impacto na participação do usuário. XIII Congresso Internacional Ibercom – 2013. **Anais...** Santiago de Compostela, 2013. <https://repositorio.utad.pt/bitstreams/3918E419-fE36-47b6-a483-3661cc52b218/download> Acesso em: 22.jun.2024.

GANS, Herbert. **Deciding what's News**: a study of Evening News, NBC Nightley News, Newsweek and Time. New York: Pantheon Books, 1979.

_____. **Democracy and the news**. New York: Oxford University Press, 2003.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas? In: GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. p.41-57.

GILL, Rosallind. Análise de Discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GUIMARÃES, E. M. **Audiência expandida**: coprodução de sentido na construção do jornalismo transmídia do Fantástico e do podcast Resumido. 232 f., Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

GUTIÉRREZ, O. V.; MENDOZA, A. H.; PINKOVETSKAIA, I. S. La mas communications research (MCR): historia, tensiones y desafíos. **Revista Notas Históricas y Geográficas**, N. 28, 2022.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, volume II, 1997.

_____. **Teoría de la acción comunicativa**: complementos y estudios previos. Madrid: EdicionesCátedra, 2001.

_____. **Verdade e justificação**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa**. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

HALL, S. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2003.

HALL, S.; CHRITCHER, C.; JEFFESON, T.; CLARKE, J.; ROBERTS, B. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, N. (org) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

HERMAN, E. A diversidade de notícias: “marginalizando” a oposição. In: TRAQUINA, N. (org) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

HERSCOVITZ, H. G.. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

HUNTER, M. L. **A investigação a partir de histórias**: um manual para jornalistas investigativos. Montevideo: Oficina Regional de Ciencias de la UNESCO para América Latina y el Caribe, 2013. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000193094_por. Acesso em: 08.ago.2022.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JENSEN, Klaus Bruhn; ROSENGREN, Karl Erik. Five traditions in search of the audience. **European journal of communication**, v. 5, n. 2, p. 207-238, 1990.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LALUEZA, F. Periodismo de Investigación televisivo. Marco teórico y metodológico para el análisis de la modalidad. **Tesis Doctoral** leída en la Universidad Pompeu Fabra de Barcelona, 2003.

LASSWELL, H. **Propaganda techniques in world war**. Massachussets: MIT Press, 1971.

LIMA, E. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. São Paulo, Manole, 2004.

LIVINGSTONE, Sonia. The challenge of changing audiences: or, what is the audience researcher to do in the age of the internet?. **European journal of communication**, v. 19, n. 1, p. 75-86, 2004.

_____. Audiences and Publics: When cultural engagement matters for the public Changing Media, Changing Europe Volume 2. Bristol: Intellect, 2005. http://www.lse.ac.uk/media%40lse/WhosWho/AcademicStaff/SoniaLivingstone/pdf/SoniaLivingstone_audienceebook.pdf. Acesso 25.jun.2024.

MACIÁ MERCADÉ, Juan. **Comunicación y personas**: temas de periodismo, publicidad y propaganda. Madrid: Editorial Universitas, S. A., 2006.

MACIEL, A. Z. Narradores do contemporâneo: jornalistas escritores e o livro-reportagem no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29836>

MARCET, J. M. C. **Periodismo de investigación**: teoría y práctica. Madrid: Editorial Síntesi, 1997.

MARCO ZERO. Entenda por que os parques de energia eólica estão piorando a vida das famílias de agricultores no agreste. **Marco Zero**, Recife, 2022a. Disponível em: <https://marcozero.org/entenda-porque-os-parques-de-energia-eolica-estao-piorando-a-vida-das-familias-de-agricultores-no-agreste/> . Acesso em: 17.jan.2025.

_____. A luta das pescadoras cercadas por parques eólicos e especuladores no Rio Grande do Norte. **Marco Zero**, Recife, 2022b. Disponível em: <https://marcozero.org/a-luta-das-pescadoras-cercadas-por-parques-eolicos-e-especuladores-no-rio-grande-do-norte/> . Acesso em: 17.jan.2025.

_____. Mais de 1.100 profissionais da saúde tiveram covid-19 em Pernambuco só no mês de janeiro. **Marco Zero**, Recife, 2022c. Disponível em: <https://marcozero.org/mais-de-1-100-profissionais-da-saude-tiveram-covid-19-em-pernambuco-so-no-mes-de-janeiro/> . Acesso em: 17.jan.2025.

_____. Quem são os procuradores federais com supersalários e por que eles ganham tanto. **Marco Zero**, Recife, 2022d. Disponível em: <https://marcozero.org/quem-sao-os-procuradores-federais-com-supersalarios-e-porque-eles-ganham-tanto/> . Acesso em: 18.jan.2025.

_____. Moradores de Porto de Galinhas vivem noite de terror após protestar contra violência da PM. **Marco Zero**, Recife, 2022e. Disponível em: <https://marcozero.org/moradores-de-porto-de-galinhas-vivem-noite-de-terror/> . Acesso em: 18.jan.2025.

_____. De cima para baixo, Prefeitura de Garanhuns quer mudar Plano Diretor e transformar área rural em zona urbana. **Marco Zero**, Recife, 2022f. Disponível em: <https://marcozero.org/de-cima-para-baixo-prefeitura-de-garanhuns-quer-mudar-plano-diretor-e-transformar-area-rural-em-zona-urbana/> . Acesso em: 18.jan.2025.

_____. Artistas que manifestarem conteúdo político no São João de Caruaru podem não receber cachê. **Marco Zero**, Recife, 2022g. Disponível em: <https://marcozero.org/artistas-que-manifestarem-conteudo-politico-no-sao-joao-de-caruaru-podem-nao-receber-cache/> . Acesso em: 20.jan.2025.

_____. Pandemia aumentou número de mulheres morando nas ruas no Recife. **Marco Zero**, Recife, 2022h. Disponível em <https://marcozero.org/pandemia-aumentou-numero-de-mulheres-moradoras-de-rua-no-recife/> . Acesso em: 20.jan.2025.

_____. **Marco Zero**, Recife, 2025, Sobre. Disponível em: <https://marcozero.org/sobre/>. Acesso em: 21.jan.2025.

MARTÍN BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFPRJ, 1997.

MASIP, P. et al. Audiencias Activas y Periodismo: ¿ciudadanos implicados o consumidores motivados?. In: **Brazilian Journalism Research** v. 1, n. 1, 2015, p.240-261. <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/795> . Acesso em 2.jun. 2024.

MATA, J.; MASIP, P. Jornalismo participativo e audiências ativas: Uma análise dos espaços de participação nos websites de noticiários televisivos da Espanha e do Brasil. In: **Trípodos**, N. 42, Barcelona, 2018, p. 137-152.

MCQUAIL, Denis. **O desenvolvimento dos media de massas**. Teoria da Comunicação de Massas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 17-35, 2003.

MEDINA, C. **Símbolos & Narrativas**: rodízio 97 na cobertura jornalística. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1998.

MEDITSCH, E. O Jornalismo Como Prática Cultural De Produção do Conhecimento. In: SILVA, F. F.; SOUSA, J. B.; NUNES, P. (Orgs) **Escutas sobre o Jornalismo**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017.

MERINO, J. J. F. **Periodismo de Investigación en Sudamérica**: Obstáculos y Propuestas. Santiago, 2002.

MESQUITA, Giovana Borges. Intervenho, logo existo: a audiência potente e as novas relações no jornalismo. 2014. 198 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13152>. Acesso em 02.fev.2021.

MOLOTCH, H.; LESTERS, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, N. (org) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

MORETZSOHN, S. D.; PINTO, M. O Caso Vaza Jato: Uma Discussão Sobre Verdade, Política, Ética E Credibilidade. In Z. Pinto-Coelho, Ruão & S. Marinho, R (Eds.): Dinâmicas Comunicativas E Transformações Sociais. **Atas** das VII Jornadas Doutorais em Comunicação & Estudos Culturais. Braga: CECS, pp. 182–201, 2020.

MOURA, Sandra. **Caco Barcellos**: o repórter e o método. Editoria Universitária UFPB, 2007.

MOURA, S. R.; ALVES, C. A subjetividade no jornalismo: o método investigativo da jornalista Fabiana Moraes na produção de reportagens complexificadas. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE JORNALISMO EM AMBIENTES MULTIPLATAFORMA, 2., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Coleção Âncora Jornalismo, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotekevital.org/livros/registrados/978-85-67818-68-1/a05.pdf>. Acesso em 21.nov.2024.

NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas**: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil. Arquipélago Editorial Ltda, 2016.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **The Spiral of Silence**. Chicago: Chicago University Press, 1993.

O ESTADO DE S. PAULO. Cidade baiana contratou show de Gustavo Lima por R\$ 704 mil e prefeita diz que realiza sonho. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/cidade-baiana-contratou-gusttavo-lima-mesmo-sem-ter-dinheiro-para-atingidos-pelas-chuvas/?srsltid=AfmBOoq3LtT3CRGBPMEHMORVfP5gjgd-EgdrLDyoiLtYKXdPxtOtofAc> . Acesso em 01.out.2024.

OSELAME, Mariana Corsetti; RODEMBUSCH, Rodrigo Severo; CLOSS, Matheus Pereira. Terceirização da apuração jornalística: o método de checagem da Agência Lupa aplicado à rotina do Jornal do Comércio. XLII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – 2019. Belém-PA **Anais...** Belém-PA, 2019. <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0462-1.pdf>. Acesso em 02.fev.2021.

PASSOS, M. Y. De fontes a personagens: definidores do real no jornalismo literário. 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Curitiba-PR, 2017. <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-3009-1.pdf>.

PEREIRA JUNIOR, L. C. **A apuração da notícia**: métodos de investigação na imprensa. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PEREIRA JUNIOR, A. E. V.; ALVES, K. C. Os espaços de colaboração da audiência ativa no telejornalismo. **Intexto**, n. 39, 2017, p. 42-59. <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/64762/40241> .

PEREIRA JÚNIOR. A.V.; ROCHA, H. C. L. Telejornalismo, ciência e ideologia. A dificuldade de reconhecimento do estatuto científico da comunicação. In: PORCELLO, F.; VIZEU, A.; COUTINHO, I. (Orgs). **O Brasil (é)ditado**. Coleção Jornalismo Audiovisual. V1. Florianópolis: Insular, 2012.

PEREIRA JUNIOR, A.V.; ROCHA, H.; SIQUEIRA, F. Telejornalismo: da audiência presumida aos co-produtores da notícia. **Intercom**. 2010; v. 10: p. 11-14. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/r5-3124-1.pdf> . Acesso em 11.dez.2022.

PIAGET, J. & GARCIA, R. **Psicogênese e história das ciências**. Petrópolis: Vozes, 2011.

PINTO, Manuel. Fontes jornalísticas-contribuições para o mapeamento do campo. **Comunicação e sociedade** , v. 2, p. 277-294, 2000. <https://revistacomsoc.pt/article/view/830> Acesso em: 2.fev.2024.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**: linhas de análise do discurso jornalístico. Insular, 2005.

PORTELA, Pedro. **Introdução aos estudos de audiência**. Braga: CECS, 2019.
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/61715> . Acesso em 12.dez.2022.

PRADO, J; ANJOS, E. **Arquiteturas de participação aplicadas ao crowdsourcing**: sistematizando processos e práticas de apuração jornalísticas em ambientes digitais convergentes. *Libero* – São Paulo – v.19, n 38, 2016.
https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/9685/1/ARTIGO_ArquiteturaParticipa%c3%a7%c3%a3oAplicadas.pdf . Acesso em 02.fev.2021.

QUESADA, M. **Los tópicos del Periodismo de Investigación**. Estudios de Periodística IV, Pontevedra.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROCHA, H. C. L. Verdade e rigor no jornalismo: a intersubjetividade como referência na construção da notícia. **Estudos em Comunicação**, N. 2, Covilhã, 2007.

_____. A Notícia e as Referências de Objetividade e Intersubjetividade: ambiguidade e contradição na ideologia do profissionalismo jornalístico. **Âncora-Revista Latino-Americana de Jornalismo**, v. 2, p. 746-764, 2021.

ROCHA, Heitor Costa Lima; ALVES, Anabela Maria Alves Gradim. Autonomia do jornalista, ética e política editorial: as implicações do enquadramento da notícia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 17, n. 1, p. 96-108, 2020.

ROCHA, Heitor Costa Lima; SOUSA, Verônica Maria Rufino de Sousa. Possibilidades e Limites do Jornalismo Investigativo: entre relatos superficiais de denúncias, o desafio da intersubjetividade e a cidadania. **Estudos em Comunicação**, n. 40, p. 138-150, 2025.

ROCHA, L.V.; BITAR, M. Financiamento no jornalismo pós-industrial: considerações sobre o crowdfunding no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 7, n. 20, p. 5-21, jan./jun. 2017.
<https://www.rebej.abejor.org.br/index.php/rebej/article/download/157/93> Acesso em: 2.jul.2024.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: PORTO, Sergio Dayrell (org.) **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 2002. p. 217-233.

ROSEN, J. **The people formerly known as the audience**. PressionePense, 2006.
http://archive.pressthink.org/2006/06/27/ppl_frmr.html.

ROSS, E. A supressão das notícias importantes. In: BERGER, C; MAROCCO, B. (orgs.) **A era glacial do jornalismo II**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

RÜDIGER, Francisco. Teoria e história: da era da propaganda ao pensamento comunicacional. In: FRANÇA, Vera Veiga et al. **Teorias da Comunicação no Brasil: reflexões contemporâneas**. Salvador: Edufba, 2014.

_____. **As Teorias do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2021.

RUÓTOLO, Antonio Carlos. **Audiência e recepção**: perspectivas. Comunicação & Sociedade, n. 30, 1998.

SEQUEIRA, Cleofe. **Jornalismo Investigativo**. O fato por trás da notícia. Summus. São Paulo, 2005.

SERRA, Paulo. **Informação e Sentido**. O estatuto epistemológico da informação. Universidade da Beira Interior. Covilhã-Portugal, 2003.

SERRA, Sonia. Relendo o "gatekeeper": notas sobre condicionantes no jornalismo. XIII

Compós - Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2004. São Bernardo do Campo, 2004. **Anais...** São Bernardo do Campo, 2004. http://www.facom.ufba.br/Pos/gtjornalismo/home_2004.htm.

SHAW, E. Agenda-Setting and Mass Communication Theory. **International Journal for Mass Communication Studies**, vol. XXV, n.º 2, 1979.

SCHUDSON, Michael. **How culture works**: Perspectives from media studies on the efficacy of symbols. Theory and society. p. 153-180, 1989. <https://www.jstor.org/stable/657530> Acesso em: 22.jun.2022.

_____. **The Power of News**. Harvard University Press. 2ª Ed. 1996.

_____. **Descobrendo a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Cintia Rufino Franco da. O caso Dreyfus, Émile Zola e a imprensa. **Revista Contemporâneos**, n. 11, 2013.

SILVA NETO, S. A. O que é um paradigma? **Revista de Ciências Humanas**, Vol 45, N. 02, 2011.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Letras Contemporâneas, 2001.

SOUSA, V. M. R. Novos Sherlock's: Audiência como protagonista no processo de produção de reportagens investigativas. VIII Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo. Anais... São Paulo-SP, 2021. Disponível em: https://abraji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/1458c43e-1084-4838-ac60-0198e80454d0/Novos_Sherlocks_Audiencia_como_protagonista_no_processo_de_producao_de_reportagens_investigativas_Vernica_Rufino_VIII_Seminario_de_Pesquisa_da_Abraji.pdf. Acesso em: 25.dez.2022.

SOUSA, V. M. R.; ROCHA, H. C. L. Para além de investigações: Jornalismo Investigativo como propulsor de mudança nos fluxos de comunicação na esfera pública habermasiana. 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** João Pessoa-PB, 2022. https://www.researchgate.net/profile/Heitor-Rocha/publication/364653301_Para_alem_de_investigacoes_Jornalismo_Investigativo_como_propulsor_de_mudanca_nos_fluxos_de_comunicacao_na_esfera_publica_habermasiana/links/6355cf196e0d367d91be7921/Para-alem-de-investigacoes-Jornalismo-Investigativo-como-propulsor-de-mudanca-nos-fluxos-de-comunicacao-na-esfera-publica-habermasiana.pdf. Acesso em 11.fev.2023.

_____. Jornalismo e audiência: dos efeitos limitados à participação cidadã. 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** João Pessoa-PB, 2023. https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0803202315300664cbf22E3aefe.pdf Acesso em 24.mai.2024.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além de espelho e das construções. Insular, 2009.

STACCIARINI, I. O WhatsApp como ferramenta de apuração: erros jornalísticos originados em grupos restritos a repórteres e fontes na área de segurança pública do DF. **Tese** (Doutorado em Comunicação). Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

STARKMAN, D. **The watchdog that didn't bark**: The financial crisis and the disappearance of investigative journalism. Columbia University Press, 2014.

THE INTERCEPT BRASIL. A Pixbet está nas camisas de 10 clubes das séries A e B e é sucessora de negócios como a Futebol Fácil, suspeitos de burlar a lei. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 2022a. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/04/16/pixbet-patrocinador-futebol-operacao-suspeita/>. Acesso em 12.nov.2024.

_____. Governo bolsonaro ignorou 21 ofícios com pedidos de ajuda dos yanomami. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 2022b. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/08/17/governo-bolsonaro-ignorou-21-oficios-com-pedidos-de-ajuda-dos-yanomami/>. Acesso em 12.nov.2024.

_____. Na surdina, iFood lança ofensiva e divide movimento de entregadores para conseguir apoio para a proposta, entregue à deputada Luisa Canziani, do PSD. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 2022c. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/09/26/ifood-anteprojeto-lei-categoria-trabalho-entregadores/>. Acesso em 12.nov.2024.

_____. Bruno Bianchi procurava mulheres para vaga de vendedora, mas a entrevista se transformou num pesadelo para uma delas. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 2022d. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/02/14/consultor-de-tecnologia-que-recrutava-pelo-linkedin-e-acusado-de-assedio-em-entrevista-de-emprego-e-violencia-domestica/>. Acesso em 14.nov.2024.

_____. Ministério da Saúde incentiva violência obstétrica em lançamento da nova Caderneta da Gestante. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 2022e. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/05/09/ministerio-da-saude-raphael-camara-violencia-episiotomia/>. Acesso em 14.nov.2024.

_____. Com corte nos auxílios, universidade vai sendo silenciosamente devolvida às elites. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 2022f. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/03/22/universidade-corte-auxilio-educacao-baixa-renda/>. Acesso em 14.nov.2024.

_____. Estas mães que perderam a guarda dos filhos têm algo em comum: religiões afro-brasileiras. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 2022g. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/05/02/maes-religoes-afro-guarda-filhos-intolerancia-religiosa/>. Acesso em 20.nov.2024.

_____. Faxineira deixa até 64% do valor pago pelo cliente com o aplicativo. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 2022h. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/05/12/faxineira-deixa-ate-74-do-valor-pago-pelo-cliente-com-o-aplicativo/#:~:text=A%20empresa%20afirma%20que%20n%C3%A3o,uma%20faxina%20de%20quatro%20horas>. Acesso em 20.nov.2024.

_____. O Intercept Brasil quer receber suas denúncias. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 2024, Seja nossa fonte. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/fontes/> Acesso em: 21.nov. 2024.

TRAQUINA, N. Jornalismo cívico: reforma ou revolução. In: TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. **Jornalismo cívico Lisboa**: Livros Horizonte, 2003.

TRÄSEL, M. **A pluralização no webjornalismo participativo**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TRÄSEL, Marcelo Ruschel; DA FONTOURA, Marcelo Crispim. Microfinanciamento e pluralização: comparação das coberturas do webjornal participativo Spot. Us e da imprensa americana. **Intexto**, n. 27, p. 40-57, 2012.

TUCHMAN, G. **Making News: A Study in the Construction of Reality**. New York: Free Press, 1978.

_____. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. (org) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

WAISBORD, Silvio. **Watchdog journalism in South America: news, accountability and democracy**. Nova York: Columbia University Press, 2000.

WHITE, D. W. O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo : Questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016, p. 201 211.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Mass media: contextos e paradigmas. Novas tendências Efeitos a longo prazo. O newsmaking. 8ªedição, Lisboa, 2006.

WOLFE, Tom. **O Novo Jornalismo**, São Paulo. Companhia das Letras, 2004.

_____ **Radical chique e o novo jornalismo**: o espírito de uma época em que tudo se transformou radicalmente, inclusive o jeito de fazer reportagem. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

APÊNDICE A – FICHAS AVALIATIVAS DAS REPORTAGENS DO *THE INTERCEPT* BRASIL

Reportagem 5: Bruno Bianchi procurava mulheres para vaga de vendedora, mas a entrevista se transformou num pesadelo para uma delas.					
Características que a tornam reportagem investigativa	Formação Discursiva a qual pertence	Sequências Discursivas encontradas que indicam participação cidadã	Etapas de Produção da reportagem onde houve participação	Característica da Participação	
				Direta	Indireta
<p>Possuir alto grau de interesse público e relevância social e ter sido integralmente verificada.</p> <p>Expor transgressões e realizar cobrança das atividades dos detentores de poder</p>	FD 1	<p>SD 1: No dia 1º de dezembro, um relato publicado no LinkedIn destoou dos posts com dicas corporativas, ofertas de emprego e autoajuda usuais na rede social.</p> <p>(...), de 19 anos, usou a rede para relatar que, ao comparecer ao que pensou ser uma entrevista de emprego em Alphaville, na região metropolitana de São Paulo, se</p>	E 1	-	X

		deparou com uma residência. Lá, ela diz ter sofrido assédio sexual do recrutador, um consultor de inovação chamado Bruno Bianchi. Ao expor a situação, ela percebeu que não era a única.			
		SD 2: Foi lá, em maio de 2020, que a profissional de relações públicas (...) o conheceu. Na época, Prado já se sentiu desconfortável logo na primeira conversa.	E 2	-	X
		SD 3: Um ex-colega de trabalho de Bianchi topou conversar com o Intercept, mas pediu para permanecer anônimo.	E 2	-	X

		SD 4: “Fui abordada por esse cara recentemente. Achei bem estranho”, postou uma delas , que disse ter recusado fazer uma entrevista.	E 2	-	X
		SD 5: “Estou em choque ao ler o seu relato”, comentou uma outra mulher , que diz ter feito uma entrevista com Bianchi em 1º de dezembro, o mesmo dia em que Larissa, a autora do post, foi até Alphaville.	E 2	-	X
		SD 6: Procurada pelo Intercept, a outra mulher entrevistada pediu anonimato . “Fizemos uma reunião via Google Meet. Foi muito clara, muito	E 2	-	X

		transparente, sem nenhum indício de segundas intenções. No fim do dia, o Bruno me mandou mensagem perguntando se poderíamos agendar algo presencial em Alphaville, e eu falei que sim. Ele me passou o endereço e ficou agendado para alguns dias depois”.			
		SD 7: Profissional da área de tecnologia da informação, outro ex-colega de Bianchi também comentou a postagem, dizendo estar em choque com o acontecido. Para o Intercept, ele relatou que ambos trabalharam	E 2	X	-

		juntos de 2017 a 2018, vendendo sistemas corporativos.			
		SD 8: O relato de (...) fez com que a história de (...), ex-namorada de Bianchi , também viesse a público.	E 2	-	X

Reportagem 10: *Com corte nos auxílios, universidade vai sendo silenciosamente devolvida às elites*

Características que a tornam reportagem investigativa	Formação Discursiva a qual pertence	Sequências Discursivas encontradas que indicam participação cidadã	Etapa de Produção da reportagem onde houve participação	Característica da Participação	
				Direta	Indireta
Possuir alto grau de interesse público e relevância social e ter sido integralmente verificada. Possui profundidade, proporcionar a exposição de perspectivas diferentes e	FD 1	SD 1: O aperto, dividido com os estudos intensos do curso de medicina, voltou, mas (...) não podia solicitar um dos auxílios estudantis oferecidos pelo MEC. Segundo ela , a renda da família era pouca para pagar todos os compromissos,	E 2	-	X

<p>multiplicidade de vozes.</p> <p>Expor transgressões e realizar cobrança das atividades dos detentores de poder</p>		<p>mas era alta para obter ajuda financeira da instituição federal.</p>			
		<p>SD 2: A nota no Enem não permitia que (...) adentrasse o curso desejado, psicologia.</p> <p>Através do Sisu, ele optou, como segundo curso, por estatística.</p> <p>Estava convencido, através de relatos de amigos, de que arrumaria emprego mais rápido. Foi selecionado para a UFMG e UFSCar.</p> <p>Escolheu a primeira. Já nos primeiros seis meses de curso, ficou claro que ele tinha não só muita dificuldade no domínio da matemática, mas</p>	E 2	-	X

		mesmo nas formas de estudar. Na pesquisa de (...), ele, que abandonou o curso rapidamente, conta:			
		SD 3: (...), 25 anos, foi uma das pessoas que precisou apertar os cintos durante meses por conta da suspensão dos editais. Aprovada no curso de comunicação social da UFPE em 2019, ela terminou reprovando o primeiro período: não conseguiu cursar as disciplinas por conta de um trabalho que realizava na época. “Queria ser demitida, mas não quis	E 2	-	X

		<p>pedir a saída para não perder os direitos trabalhistas. Estava há 4 anos na empresa e precisava desse dinheiro”, conta.</p>			
--	--	---	--	--	--

Reportagem 15: *A Pixbet está nas camisas de 10 clubes das séries A e B e é sucessora de negócios como a Futebol Fácil, suspeitos de burlar a lei.*

Características que a tornam reportagem investigativa	Formação Discursiva a qual pertence	Sequências Discursivas encontradas que indicam participação cidadã	Etapa de Produção da reportagem onde houve participação	Característica da Participação	
				Direta	Indireta
Expor transgressões e realizar cobrança das atividades dos detentores de poder	FD 1	SD 1: É um montante visto com desconfiança até por quem está no meio. “É uma empresa que está inflacionando o mercado por oferecer valores exorbitantes para vários clubes e que outros sites não conseguem pagar. Há desconfiança de que esses altos	E 2		X

		valores sejam decorrentes de irregularidades”, nos contou uma pessoa que trabalha na indústria de apostas esportivas e pediu para não ser identificada temendo retaliações.			
		SD 2: Informações enviadas ao Intercept por um ex-apostador que alega ter sofrido um golpe da casa dão conta de que a Futebol Fácil, apesar da licença em Curaçao, recebia depósitos bancários diretamente na conta de parentes de Farias ou de empresas em nome de seus familiares em	E 2 E 1	X	-

		<p>agências bancárias de Campina Grande, um modus operandi algo similar ao da Pixbet. (...)</p> <p>“Se você era um apostador ganhador em valores acima de R\$ 2 mil, R\$ 3 mil, eles metiam essa de fraude”, nos contou o ex-apostador, que reuniu as postagens nos fóruns para denunciar as irregularidades à Polícia Federal, mas desistiu, alegando temer retaliações.</p>			
		<p>SD 3: O apostador (...), um dos pioneiros na atividade no país</p> <p>e criador de conteúdos sobre o tema desde</p>	E 2		X

		2008, afirmou haver ainda muita insegurança jurídica devido à falta de regulamentação.			
--	--	--	--	--	--

Reportagem 17: *Estas mães que perderam a guarda dos filhos têm algo em comum: religiões afro-brasileiras*

Características que a tornam reportagem investigativa	Formação Discursiva a qual pertence	Sequências Discursivas encontradas que indicam participação cidadã	Etapa de Produção da reportagem onde houve participação	Característica da Participação	
				Direta	Indireta
Expor transgressões e realizar cobrança das atividades dos detentores de poder	FD 1	SD 1: EM DEZEMBRO DE 2019, a dona de casa (...) foi forçada a entregar os dois filhos a uma irmã. A justiça não permite que a mãe fale com as crianças por telefone, e Gama não deve chegar a menos de 300 metros dos meninos. Isso porque o Judiciário a considera suspeita	E 2		X

		de negligência e de expor os filhos a um “ambiente inadequado” – segundo ela, o terreiro de Jurema que funciona em sua casa.			
		SD 2; “Eu acho um descaso grande. Uma coisa que eu não fui ouvido, não fui chamado. Estou levando uma culpa sem merecer”, diz (...).	E 2		X
		SD 3: Procurei também a irmã de (...), para a qual o Judiciário concedeu a guarda provisória das crianças. (...) desmente a relação da suspensão da guarda com questões de desrespeito à religião. “Eu não tenho intolerância religiosa com	E 2		X

		ninguém. Cada um tem a liberdade de escolher o que quer para a sua vida. Eu só tenho intolerância à irresponsabilidade. Se ela perdeu a guarda dos filhos, foi por conta de irresponsabilidade dela mesmo”, declarou.			
		SD 4: “O pai tem a crença dele e julga a minha como errada, como prática satanista. Inclusive, já falou para a minha filha que, quando eu morrer, vou para o inferno por causa da minha religião”, ela [(...)] me contou.	E 2		X
		SD 5: “Minha filha sofre consequências [desse processo] até hoje, levo ela no psicólogo, no	E 2		X

		psiquiatra”, afirmou (...)			
		SD 6: (...)precisou ir até a delegacia prestar esclarecimentos. “Minha saúde era inabalável, mas a pressão psicológica foi tão grande. Eu fiquei um ano sem assistir televisão, sem pegar no celular, perdi clientes, minha vida foi para o buraco, porque fiquei totalmente desequilibrada”, lembrou ao conversar comigo.	E 2		X
		SD 7: Para (...) , que mantém um templo em Valparaíso, estado de Goiás, e adotou a mesma prática de (...), o próprio fato de precisar haver um documento para	E 2		X

		iniciar uma criança na religião já mostra a diferença de tratamento.			
--	--	--	--	--	--

Reportagem 21: *Ministério da Saúde incentiva violência obstétrica em lançamento da nova Caderneta da Gestante*

Características que a tornam reportagem investigativa	Formação Discursiva a qual pertence	Sequências Discursivas encontradas que indicam participação cidadã	Etapa de Produção da reportagem onde houve participação	Característica da Participação	
				Direta	Indireta
Expor transgressões e realizar cobrança das atividades dos detentores de poder	FD 1	SD 1: No último sábado, a médica publicou um “post aberto” para que vítimas da manobra deixassem seus relatos. “No meu primeiro parto um Enfermeiro subiu em mim e ficou até minha filha nascer. Aquilo me causava náuseas e dor! Mas eu não podia falar nada porque enfiaram um pano na minha boca para	E 2	-	X

		eu não fazer ‘força errada’”, contou uma internauta.			
		SD 2: Uma profissional de saúde relatou que, após a manobra, um recém-nascido não movimentava uma das pernas. “Algumas horas após o nascimento, desconfiaram de fratura de fêmur. Foi confirmada com radiografia. Fratura de fêmur no RN devido a manobra”.	E 2	-	X
		SD 3: Outra mulher resumiu: “Fratura de costelas”.	E 2	-	X

Reportagem 22: *Faxineira deixa até 64% do valor pago pelo cliente com o aplicativo*

Características que a tornam reportagem investigativa	Formação Discursiva a qual pertence	Sequências Discursivas encontradas que indicam	Etapa de Produção da reportagem onde houve participação	Característica da Participação	
				Direta	Indireta

		participação cidadã			
Expor transgressões e realizar cobrança das atividades dos detentores de poder	FD 1	SD 1: A locomoção faz com que (...) geralmente já chegue cansada para fazer a faxina. “Não é sempre que a gente pega ônibus vazio, então é o transporte cheio. É complicado, mas tem que ter força de vontade, né?”	E 2		X

Reportagem 32: Governo Bolsonaro ignorou 21 ofícios com pedidos de ajuda dos Yanomami

Características que a tornam reportagem investigativa	Formação Discursiva a qual pertence	Sequências Discursivas encontradas que indicam participação cidadã	Etapas de Produção da reportagem onde houve participação	Característica da Participação	
				Direta	Indireta
Expor transgressões e realizar cobrança das atividades dos detentores de poder.	FD 1	Era novembro de 2020, e as lideranças Yanomami já denunciavam a invasão em massa dos	E 1	X	-

Possuir alto grau de interesse público e relevância social e ter sido integralmente verificada.		garimpeiros em suas terras, no noroeste de Roraima. Preocupados, pediam apoio à Hutukara Associação Yanomami para enviar ofícios de alerta ao Ministério Público Federal, à Funai e ao Exército. Os documentos, obtidos pelo Intercept, mostram uma sequência aterrorizante de ataques e pedidos de ajuda – quase todos sucedidos por novos ataques e mais denúncias de avanço do garimpo.			
---	--	--	--	--	--

Reportagem 35: *Na surdina, iFood lança ofensiva e divide movimento de entregadores para conseguir apoio para a proposta, entregue à deputada Luisa Canziani, do PSD.*

Características que a tornam		Sequências Discursivas	Etapas de Produção da	Característica da Participação
------------------------------	--	------------------------	-----------------------	--------------------------------

reportagem investigativa	Formação Discursiva a qual pertence	encontradas que indicam participação cidadã	reportagem onde houve participação	Direta	Indireta
Expor transgressões e realizar cobrança das atividades dos detentores de poder	FD 1	SD 1: “Ter a previdência para os motocas é perfeito. Descontar direto das corridas deles é melhor ainda, que não tem risco de eles ficarem sem”, disse ao Intercept (...), presidente da Associação dos Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil.	E 2		X
		SD 2: As sete lideranças ouvidas pelo Intercept confirmam que ficaram sabendo do anteprojeto proposto pelo iFood. Apesar das dissidências internas, todos são contrários ao	E 4		X

		<p>anteprojeto.</p> <p>Quatro afirmaram que o iFood chegou com o texto pronto, e as lideranças dos movimentos alegam que não foram ouvidas em nenhum momento para a elaboração do texto.</p>			
--	--	--	--	--	--

APÊNDICE B – FICHAS AVALIATIVAS DAS REPORTAGENS DO MARCO ZERO

Reportagem 2: Quem são os procuradores federais com supersalários e por que eles ganham tanto					
Características que a tornam reportagem investigativa	Formação Discursiva a qual pertence	Sequências Discursivas encontradas que indicam participação cidadã	Etapa de Produção da reportagem onde houve participação	Característica da Participação	
				Direta	Indireta
Expor transgressões e realizar cobrança das atividades da classe política	FD 1	SD 1: O (...), acredita que os supersalários pagos a procuradores federais refletem a compreensão da elite brasileira “de Estado mínimo para a sociedade brasileira e Estado máximo para algumas pessoas”.	E 2		X

Reportagem 3: Mais de 1.100 profissionais da saúde tiveram covid-19 em Pernambuco só no mês de janeiro					
Características que a tornam reportagem investigativa	Formação Discursiva a qual pertence	Sequências Discursivas encontradas que indicam	Etapa de Produção da reportagem onde houve participação	Característica da Participação	
				Direta	Indireta

		participação cidadã			
Possuir alto grau de interesse público e relevância social e ter sido integralmente verificada.	FD 1	SD 1: Na semana passada, a jornalista (...) recebeu a notícia de que duas pessoas com quem teve contato recente estavam com covid-19. Quase sem sintomas, resolveu fazer o exame para descartar a infecção. Foi em um hospital particular e se deparou com três salas de espera lotadas. “Ouvi um funcionário falando que 12 colegas haviam testado positivo, além de uma médica que ia atender à tarde”, conta.	E 2		x
		SD 2: “É hora do governo voltar a pensar na questão	E 2		x

		do lockdown. Estamos muito perto da sobrecarga de trabalho que vimos no auge da pandemia. Mas agora muitos estão há longos períodos sem tirar férias, estão adoecidos. A sobrecarga de trabalho que sempre existiu, triplicou na pandemia. A diferença é que hoje os pacientes já não chegam tão graves, mas as emergências estão superlotadas”, (...).			
		SD 3: “Não tivemos muitos momentos de melhora. Estamos em um estado de fadiga muito grande. Já são dois anos de	E 2		x

		<p>pandemia”, lamenta (...), que taxou de “péssima” a decisão do governo estadual de suspender as férias dos profissionais.</p>			
		<p>SD 4: (...) reconhece a dificuldade do momento em encontrar profissionais, mas cobra que seja flexibilizada a decisão de suspender todas as férias e licenças. “Há pessoas que precisam dessas férias e licenças para não chegar à exaustão, à síndrome de burnout”, afirma.</p>	E 2		x

Reportagem 7: Pandemia aumentou número de mulheres morando nas ruas no Recife

Características que a tornam		Sequências Discursivas	Etapa de Produção	Característica da Participação
---------------------------------	--	---------------------------	-------------------------	--------------------------------------

reportagem investigativa	Formação Discursiva a qual pertence	encontradas que indicam participação cidadã	reportagem onde houve participação	Direta	Indireta
<p>Possuir alto grau de interesse público e relevância social e ter sido integralmente verificada.</p> <p>Possui profundidade, proporcionar a exposição de perspectivas diferentes e multiplicidade de vozes.</p> <p>Explicar e contextualizar temas diversos e cobrar prestação de contas da classe política.</p>	FD 1	<p>SD 1: “Passamos o dia juntas. Não gosto de ficar perto de onde tem homem e ela também não gosta”, fala a mais nova, (...) 53 anos, com um leve sotaque do sudeste.</p>	E 2		X
		<p>SD 2: De aparência frágil, voz baixa e confusa, (...) diz ter 60 anos. Tem filhos, mas não sabe onde estão. Também não lembra há quantos anos mora nas ruas. Passa os dias andando por onde sabe que tem voluntários distribuindo comida: praça Maciel Pinheiro, rua do Imperador,</p>	E 2		X

		<p>praça do Diário, pátio do Livramento.</p> <p>Ouve a amiga falar sem concordar com muita coisa. “Não me coloque nisso”, interrompe, quando (...) reclama da prefeitura.</p>			
		<p>SD 3: Bem antes das 17h, quando voluntários começam a distribuir comida na rua do Imperador, (...), 65 anos, está sentada na calçada, ao lado de outras pessoas, também esperando. “Pode sentar aí” e mostra o chão à frente dela, como se apontasse para uma cadeira.</p>	E 2		X

		<p>SD 4: Dentro da igreja, (...), 53 anos “por aí assim”, canta todos os hinos. Mora no Arruda de aluguel, mas passa o dia no centro. “Eu dormia por aqui, mas fizeram malvadeza comigo na rua, me chutaram”, lembra.</p>	E 2		X
		<p>SD 5: “Não aumentou só pessoas que moram nas ruas. Tem pessoas que sabemos que têm moradia, mas não estão conseguindo se alimentar. Antes da pandemia a gente lidava com pessoas que viviam nas ruas. Hoje vem mais gente de fora. A maioria são mulheres e tem</p>	E 2		X

		<p>muitas idosas, que não têm assistência. São mulheres muitas vezes rejeitadas por marido, filho, neto. Cada uma tem sua história, a maioria tem família também, mas são colocadas de lado”, diz (...).</p>			
--	--	--	--	--	--

Reportagem 11: *Moradores de Porto de Galinhas vivem noite de terror após protestar contra violência da PM*

Características que a tornam reportagem investigativa	Formação Discursiva a qual pertence	Sequências Discursivas encontradas que indicam participação cidadã	Etapa de Produção da reportagem onde houve participação	Característica da Participação	
				Direta	Indireta
Expor transgressões e realizar cobrança das atividades da classe política	FD 1	SD 1: “A gente voltou a viver em uma ditadura? Onde é que a gente vai protestar contra o assassinato de uma criança e a polícia vem nos atacar?” Esse é o questionamento	E 2		x

		de uma moradora que está aterrorizada e incrédula diante das ações violentas da Polícia Militar de Pernambuco nos últimos dias na praia de Porto de Galinhas, em Ipojuca, no litoral Sul de Pernambuco.			
		SD 2: “Eles [policiais] estão buscando algo que nem nós moradores sabemos o que é, porque não há necessidade dessa quantidade de policiais aqui em Porto, não há necessidade de tantas agressões e violências que a gente está vivendo aqui”. Outra mulher que também pede para não ser identificada por	E 2		x

		medo de sofrer intimidação, relata os dias de terror vividos na comunidade de Salinas, em Porto de Galinhas.			
--	--	--	--	--	--

Reportagem 14: *De cima para baixo, Prefeitura de Garanhuns quer mudar Plano Diretor e transformar área rural em zona urbana*

Características que a tornam reportagem investigativa	Formação Discursiva a qual pertence	Sequências Discursivas encontradas que indicam participação cidadã	Etapa de Produção da reportagem onde houve participação	Característica da Participação	
				Direta	Indireta
Expor transgressões e realizar cobrança das atividades da classe política	FD 1	SD 1: Para (...), a prefeitura está colocando o carro na frente dos bois. “Existe um rito para construção do Plano Diretor. Esses projetos de lei que a prefeitura quer propor é algo que altera completamente o Plano Diretor vigente, mas que está desatualizado desde 2018.	E 2		x

		Como a prefeitura de Garanhuns vai levar em conta as contribuições se o projeto de lei já nasce sem dialogar com a comunidade? Por lei, é preciso ouvir os conselhos e a comunidade antes de fazer uma proposição de Plano Diretor”, afirma.			
--	--	--	--	--	--

Reportagem 16: *Entenda por que os parques de energia eólica estão piorando a vida das famílias de agricultores no agreste*

Características que a tornam reportagem investigativa	Formação Discursiva a qual pertence	Sequências Discursivas encontradas que indicam participação cidadã	Etapa de Produção da reportagem onde houve participação	Característica da Participação	
				Direta	Indireta
Possuir alto grau de interesse público e relevância social e ter sido integralmente verificada.	FD 1	SD 1: “Depois da implantação desse parque foi muito sofrimento para os moradores daqui por causa do barulho que é demais, a poeira	E 2		x

		<p>também. Quando foram implantar o parque, tiveram que explodir algumas pedras para colocar as torres eólicas e muitas casas ficaram rachadas, a minha foi uma delas e até hoje está assim. Procuramos os responsáveis, mas eles nunca resolveram o nosso problema”, conta (...), moradora do Sítio Sobradinho.</p>			
		<p>SD 2: O caso de (...), a situação é ainda mais grave. Logo após sobreviver a uma delicada cirurgia para a retirada de um tumor na cabeça, Edna precisou conviver com as mudanças causadas pela instalação do</p>	E 2		x

		<p>parque eólico em sua propriedade e em toda a vizinhança.</p> <p>“Eu não consigo dormir e não tenho mais sossego, fico muito agitada. A cada vez que eu vou ao médico, ele aumenta a dose de minha medicação porque eu não consigo dormir e os remédios nem fazem mais efeito. O barulho dessas torres me prejudica muito, mas os médicos dizem que não podem fazer nada porque não é culpa deles que tenham instalado as torres”.</p>			
		<p>SD 3: Em um vídeo gravado pela família, é possível ver os</p>	E 2	x	

		pedaços da hélice se desprendendo da torre enquanto o motor emite um forte ruído.			
		SD 4: “Foi um tiro condenado quando ela estourou, voou material pra todo canto. Tinha uma casa perto, caiu um pedaço no terreiro da casa, só não fez um estrago maior porque tinham uns cabos e ela ficou pendurada, mas ainda voaram muitos pedaços”, afirmou o agricultor (...), vizinho do local do incidente.	E 2		x

Reportagem 18: *Artistas que manifestarem conteúdo político no São João de Caruaru podem não receber cachê*

Características que a tornam reportagem investigativa	Formação Discursiva a qual pertence	Sequências Discursivas encontradas que indicam	Etapa de Produção da reportagem	Característica da Participação	
				Direta	Indireta

		participação cidadã	onde houve participação		
<p>Expor transgressões e realizar cobrança das atividades da classe política</p> <p>Atuar como propulsoras de mobilização da opinião pública, capazes de alterar relações de forças entre a sociedade civil e o sistema político.</p>	FD 1	<p>SD 1: O grupo (...), não foi habilitado na fase documental e, segundo relataram os integrantes, poderiam ter pedido recurso, pois se tratava de uma questão documental simples. Porém, eles resolveram não ir à frente na seleção por conta da novidade do edital: “É censura prévia. Se não é para subir ao palco com o grito político também, a gente não sobe”.</p>	E 2		x
		<p>SD 2: O produtor cultural (...), também se mostrou insatisfeito. Ele não está participando do edital este ano,</p>	E 2		x

		<p>mas deu a opinião dele: “Evidente que esse dispositivo no edital busca cercear a liberdade de expressão, constranger artistas, bandas e grupos com objetivo de dizer o que pode ou não pode. Se o artista perder a linha no palco, existe legislação na constituição que pode ser acionada. Não podemos retomar fantasmas e esqueletos da época da ditadura militar. Sei que o clima no país está beligerante e somos presididos por um presidente que faz apologia a tortura, mas, Caruaru não pode</p>			
--	--	---	--	--	--

		ir na contramão da história”.			
--	--	-------------------------------	--	--	--

Reportagem 24: *A luta das pescadoras cercadas por parques eólicos e especuladores no Rio Grande do Norte*

Características que a tornam reportagem investigativa	Formação Discursiva a qual pertence	Sequências Discursivas encontradas que indicam participação cidadã	Etapa de Produção da reportagem onde houve participação	Característica da Participação	
				Direta	Indireta
Possuir alto grau de interesse público e relevância social e ter sido integralmente verificada. Possui profundidade, proporcionar a exposição de perspectivas diferentes e multiplicidade de vozes.	FD 1	SD 1: A investida não deu muito certo, como contou (...), líder da Colônia de Pescadores: “A população de Enxu Queimado não aceitou e, além de não assinarem os documentos, os habitantes derrubaram as cercas que ele havia instalado. Depois disso, o gringo sumiu”.	E 2	X	x
		SD 2: “Em 2020, no auge da pandemia, ele (o	E 2		x

		italiano) já chegou com tudo mapeado, e disse que tinha todos os dados das nossas casas, e sabia até quantos móveis e cômodos tinham em cada uma delas. Ele pediu para que a gente procurasse o cartório porque já estava tudo certo pra fazer a regularização e queria que a gente pagasse pelas terras”, contou (...).			
		SD 3: “Como pode uma comunidade que existe há mais de 100 anos de repente ser vendida para outra pessoa? Uma pessoa que não mora nem aqui? Não podíamos deixar isso acontecer”, declarou (...) ao	E 2		x

		comentar sobre o que teria motivado a mobilização das mulheres.			
		<p>SD 4: Os pescadores e pescadoras lembram saudosos como era a vida antes da chegada do empreendimento eólico na comunidade.</p> <p>“Nossa tradição era correr nas dunas, buscar azeitona e tomar banho nas lagoas que se formavam entre as dunas, além de plantar e colher nas matas e várzeas. Mas a nossa área verde acabou. Eles passaram um ano inteiro só desmatando e destruindo os morros de areia para construir os parques”, contou</p>	E 2		x

		um dos pescadores presentes na nossa reunião.			